

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - PPGCSO
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Ana Paula Evangelista de Almeida

VISIBILIDADE VERSUS OPACIDADE: análise dos enquadramentos e dos agendamentos das reportagens das revistas impressas; *Veja, Época, Carta Capital e IstoÉ* frente à implantação das políticas afirmativas nas universidades brasileiras.

Juiz de Fora

2014

ANA PAULA EVANGELISTA DE ALMEIDA

VISIBILIDADE VERSUS OPACIDADE: análise dos enquadramentos e dos agendamentos das reportagens das revistas impressas; *Veja, Época, Carta Capital e IstoÉ* frente à implantação das políticas afirmativas nas universidades brasileiras.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de Concentração: Cultura, Poder e Instituições, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof.º Dr.º Eduardo Magrone

Juiz de Fora

2014

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Evangelista de Almeida, Ana Paula.

Visibilidade versus opacidade : análise dos enquadramentos e agendamentos das reportagens das revistas impressas: Veja, Época, Carta Capital e IstoÉ frente à implantação das políticas afirmativas nas universidades brasileiras / Ana Paula Evangelista de Almeida. -- 2013.

192 p. : il.

Orientador: Eduardo Magrone

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2013.

1. Cultura. 2. Poder. 3. Instituições. I. Magrone, Eduardo, orient. II. Título.

ANA PAULA EVANGELISTA DE ALMEIDA

VISIBILIDADE VERSUS OPACIDADE: análise dos enquadramentos e dos agendamentos das reportagens das revistas impressas; *Veja, Época, Carta Capital e IstoÉ* frente à implantação das políticas afirmativas nas universidades brasileiras.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de Concentração: Cultura, Poder e Instituições, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Aprovada em 19 de junho de 2013

BANCA EXAMINADORA

Prof.º Doutor Eduardo Magrone - Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof.º Doutor Paulo Roberto Figueira Leal
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof.º Doutor João Feres Júnior
Universidade Federal do Rio de Janeiro

AGRADECIMENTOS

A Deus pela graça de um corpo saudável e mente aberta aos desafios.

A meu orientador, a quem muito admiro, professor Doutor Eduardo Magrone por sua competência, orientação e profissionalismo.

Aos professores doutores Paulo Roberto Figueira Leal e Gilberto Barbosa Salgado (*in memoriam*), pelas enriquecedoras contribuições a cerca dos estudos relacionados com a mídia, as palavras de incentivo e carinho.

A todos os professores, sem exceção, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora, em especial ao ex- coordenador João Dal Poz, que tanto contribuíram para o aprimoramento da minha formação político-pedagógica.

Ao secretário Francisco Filho, pela presteza em me atender e auxiliar nas questões burocráticas.

A todas as pessoas que se dispuseram a colaborar nesta pesquisa, respondendo e devolvendo o questionário e fornecendo contatos pessoais que nos possibilitaram a realização de entrevistas.

A Fundação de Amparo e Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG) pela bolsa de apoio.

Ao Arthur de Oliveira e Silva (pelos serviços prestados) e por todo companheirismo e a Suelen da Fonseca Masson, pelas críticas construtivas a cerca desta temática.

Aos meus pais, que muito lutaram e me apoiaram nesta jornada.

Enfim, meu agradecimento a todos aqueles que, mesmo não mencionados aqui, de alguma forma contribuíram para que esse sonho se tornasse realidade.

Muito obrigada a todos vocês!

“Me encanta que tanta gente minta descaradamente a mesma mentira; todos iguais, tão desiguais, uns mais iguais que os outros (...)” Música *Ninguém é igual a ninguém* – Engenheiros do Hawaií

RESUMO

Este trabalho pretende analisar os enquadramentos e discutir o papel de agendamento da mídia impressa (no que diz respeito às revistas *Veja*, *Época*, *Istoé* e *Carta Capital*) com relação à implantação das políticas afirmativas nas universidades públicas do Brasil. Em um primeiro momento foram analisadas as mais extensas reportagens publicadas sobre o tema, desde abril de 2002 até abril de 2012, totalizando um total de 39 matérias. Para o propósito apresentado com relação à hipótese de um possível agendamento, foram realizadas 16 entrevistas semiestruturadas com leitores/assinantes das revistas, o que permitiu avaliar também, ainda que de forma sucinta, o perfil desses leitores, cruzando dados com relação ao seu capital simbólico. Nossa análise permitiu afirmar que esses meios de comunicação colaboraram através de um posicionamento parcial e por meio de um jogo de interesses que envolvem os campos políticos e econômicos, não apenas para desarticular ou fortalecer o poder do governo quanto à criação dessa política, mas para influenciar as reflexões dos indivíduos sobre as possíveis consequências, em especial negativas, da implantação dessa nova medida educacional.

Palavras-chave: políticas afirmativas, revistas impressas, enquadramento e agendamento midiático.

ABSTRACT

This paper analyses the frameworks and discusses the role of print media Setting the Agenda (regarding to the brazilian magazines *Veja*, *Época*, *Istoé* and *Carta Capital*) in relation to the implementation of the affirmative policies in the public universities in Brazil. In a first moment we analyzed the most extensive published reports on the subject between April 2002 and April 2012, totalizing 39 magazines. For the stated purpose with respect to the hypothesis of a supposed scheduling, 16 semi-structured interviews were conducted with readers / subscribers of the magazines, which also allowed us to assess, albeit briefly, the profile of these readers, crossing data with respect to its symbolic capital. Our analysis allowed us to state that such media collaborated through a partial positioning and through a set of interests that involve the political and economic fields, not only to disrupt or strengthen the power of the government on the creation of these policies, but to influence the thoughts and reflections of individuals about the possible consequences, especially negative, of the implementation of this new educational approach.

Keywords: agenda setting, policies affirmative, framing, magazines.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Capas da Revista Veja e Época e IstoÉ sobre as políticas afirmativas	46
Figura 2 – Capa da Revista Carta Capital criticando a mídia impressa brasileira (jornais impressos de maior circulação)	49
Figura 3 – Capas das revistas com os dois candidatos que concorriam a presidência da república brasileira, já no segundo turno de 2010	51
Figura 4 – Tribunal Racial	98
Figura 5 – Neginho da Beija-Flor	100

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Ano das matérias analisadas	61
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de matérias analisadas por ano	61
Gráfico 2 – Número de Imagens, Matérias e Páginas analisadas nas revistas	64
Gráfico 3 – Tipos de modos discursivos presentes nos textos das revistas	77
Gráfico 4 – Tom do noticiário em relação às políticas afirmativas.....	78

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Análise da prática social.....	43
Quadro 2 – Matérias analisadas Revista Veja	61
Quadro 3 - Número de Imagens, Matérias e Páginas analisadas nas revistas	64
Quadro 4 – Matérias analisadas da Revista Carta Capital.....	65
Quadro 5 – Matérias analisadas da Revista Época.....	66
Quadro 6 – Matérias analisadas da Revista IstoÉ	67
Quadro 7 – Efeitos Midiáticos nas reportagens sobre políticas afirmativas, na Revista Carta Capital (2008 -2012.....	70
Quadro 8 – Dados Revista Carta Capital	70
Quadro 9 – Efeitos Midiáticos nas reportagens sobre políticas afirmativas, na Revista Época (2007 - 2012.....	72
Quadro 10 – Dados Revista Época	73
Quadro 11– Efeitos Midiáticos nas reportagens sobre políticas afirmativas, na Revista IstoÉ (2008 - 2012)	73
Quadro 12 – Dados Revista IstoÉ.....	74
Quadro 13 – Efeitos Midiáticos nas reportagens sobre políticas afirmativas, na Revista Veja (2006 - 2012)	75
Quadro 14 – Dados Revista Veja.....	75
Quadro 15 – Efeitos Midiáticos nas reportagens sobre políticas afirmativas, na Revista Veja (2006 – 2012)	77
Quadro 16 – Posicionamento das matérias com relação à implementação das políticas afirmativas.....	78
Quadro 17 – Tipos de argumentação nas reportagens sobre políticas afirmativas, nas Revistas	86

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO:	1
1 - MÍDIA IMPRESSA: VISIBILIDADE VERSUS OPACIDADE	5
1.1 COMUNICAÇÃO E POLÍTICA: VISIBILIDADE VERSUS OPACIDADE:	7
2. COMUNICAÇÃO E POLÍTICA: A COBERTURA MIDIÁTICA	12
2.1 MÍDIA IMPRESSA E POLÍTICA NO BRASIL: BREVES CONSIDERAÇÕES.....	14
2.2. A ERA DAS REVISTAS DE CONSUMO: CONTEXTO HISTÓRICO	18
2.3 AS ORIGENS DAS REVISTAS IMPRESSAS: <i>VEJA, ÉPOCA, ISTOÉ E CARTA CAPITAL</i>	19
2.4 JUSTIFICATIVAS SOBRE PORQUE ANALISAR OS CONTEÚDOS DAS REVISTAS IMPRESSAS:	21
3 - A IMPORTÂNCIA DE SE COMPREENDER OS ENQUADRAMENTOS, AGENDAMENTOS E OS DISCURSOS DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO.....	23
3.1 DESCRIÇÃO COM BASE NOS AUTORES LIDOS SOBRE OS PERFIS DAS NOTÍCIAS.....	23
3.2. ENQUADRAMENTOS MIDIÁTICOS:	26
3.3. MAWELL MC COMBS: AGENDAMENTO MIDIÁTICO	28
4 - DISCURSO EDUCACIONAL NO BRASIL: APONTAMENTOS	31
5 - A ORDEM DO DISCURSO: PODER, SABER E PRÁXIS SOCIAL	35
6 - MÍDIA IMPRESSA E POLÍTICAS AFIRMATIVAS: REVISÃO TEÓRICA E EMPÍRICA	38
6.1. ANÁLISE DISCURSIVA DAS NOTÍCIAS SOBRE POLÍTICAS AFIRMATIVAS NAS REVISTAS IMPRESSAS – BASE TEÓRICA E METODOLÓGICA.	42
6.2. EFEITOS DOS DISCURSOS DAS REVISTAS IMPRESSAS: PATRICK CHARAUDEAU	54
7 - ANÁLISE DISCURSIVA DAS NOTÍCIAS SOBRE POLÍTICAS AFIRMATIVAS NAS REVISTAS IMPRESSAS E SEUS RESPECTIVOS DADOS:	60
7.1 ANÁLISE DAS MATÉRIAS:	70
7.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS ACERCA DAS REVISTAS E SUAS RESPECTIVAS MATÉRIAS:	80
8 - APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS	83
8.1 A PESQUISA – UMA ANÁLISE DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS	85

8.2 APONTAMENTOS FINAIS ACERCA DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS	105
CONCLUSÃO	107
REFERÊNCIAS	109
ANEXOS	115

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende analisar os enquadramentos e discutir o papel de agendamento da mídia impressa, mais especificamente as revistas *Veja*, *Época*, *IstoÉ* e *Carta Capital* sobre o tema das políticas afirmativas nas universidades públicas do Brasil.

Parte-se da hipótese inicial de que esses meios de comunicação colaboraram, através de um posicionamento parcial e por meio de um jogo de interesses que envolvem os campos políticos e econômicos, não apenas para desarticular ou fortalecer o poder do governo quanto à criação dessa política, mas para influenciar as reflexões dos indivíduos sobre as possíveis consequências, em especial negativas, da implantação dessa nova medida educacional.

Em um primeiro momento foram analisadas as principais reportagens publicadas sobre o tema, desde abril de 2002 até abril de 2012, totalizando trinta e oito matérias. Para o propósito apresentado com relação à hipótese de um possível agendamento, foram realizadas dezesseis entrevistas semiestruturadas com leitores/assinantes das revistas da região sudeste, o que permitiu avaliar também, ainda que de forma sucinta, o perfil desses leitores, cruzando dados com relação ao seu capital simbólico.

Desse modo, desnudam-se aqui os pormenores ideológicos e políticos por trás das supracitadas revistas a fim de demonstrar seu posicionamento frente ao debate estudado e, outrossim, a influência indireta¹ dessas notícias na formação da opinião pública.

A primeira tarefa desse estudo é perscrutar e correlacionar o campo da comunicação com a esfera política, frisando a visibilidade/opacidade e o enquadramento/agendamento midiático. Destarte, pode-se desenhar o quadro teórico no qual esse trabalho se situa, através dos estudos realizados por Alessandra Aldé, Venício A. Lima, Niklas Luhmann, Maxwell McCombs, entre outros, além de tratar de forma não menos importante, as concepções de mídia e esfera pública, apontada por Habermas, Rousiley Maia e Wilson Gomes.

Em seguida, apresenta-se a literatura nacional, que vem desenvolvendo estudos relacionando o papel da mídia impressa (nesse caso jornais) com o enquadramento e o agendamento das políticas de cotas; serão considerados os artigos de João Feres Júnior e de seu grupo GEMAA (Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa), Juliana

¹ Segundo Alessandra Aldé (2001) as explicações sobre o mundo “político, social, econômico” que poderiam ser construídas - a partir da dimensão factual ou episódica dos eventos vivenciados ou informados - fazem com que o sujeito baseie-se na exemplaridade de determinada história, que passa a fazer parte do seu repertório recorrente, a fim de que ele o use para ilustrar “casos” variados.

Botelho, Rousiley Maia e Pedro Mudim, pesquisadores da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais). Tais autores apontam um enquadramento negativo, ou seja, contrário à implantação das políticas de cotas, presente nas matérias publicadas em jornais impressos de maior circulação no país (*Folha de São Paulo*, *O Globo*, por exemplo) e em revistas impressas (tal qual a *Veja*), especialmente em seus editoriais.

No capítulo seguinte, esse estudo se ocupa em apresentar/ analisar os enquadramentos realizados pelas revistas impressas a respeito dessa política educacional. Recorreremos à análise discursiva com base nas pesquisas de Fairclough (2001) e Patrick Charaudeau (2010), não deixando de lado as contribuições de autores já mencionados na revisão de literatura dos capítulos anteriores. Justificamos a escolha dessa matriz de análise discursiva, uma vez que esses autores franceses retomam em sua abordagem as relações de poder/saber já apontados nas Ciências Sociais por Bourdieu e Foucault, dos quais venho tendo contato com suas obras, desde as experiências nas bolsas de pesquisa científica, (Grupo de Estudo das Políticas Educacionais), com a Beatriz Basto Teixeira e o Núcleo de Estudos Estratégicos sobre os meios de comunicação, com o Professor Gilberto Barbosa Salgado, *in memória*) até a orientação atual, do professor Eduardo Magrone. O objetivo final é contrapor os pontos divergentes dessas análises, presentes no enquadramento das notícias dessas quatro revistas a fim de testar, construir e confirmar algumas das hipóteses e apontar conclusões *a priori* quanto aos enquadramentos discursivos desses diferentes grupos comunicacionais.

Justificamos que a escolha das revistas impressas, como objeto de análise, em detrimento de outros meios de comunicação como o jornal televisivo, se dá por serem publicações semanais, quinzenais ou mensais capazes de realizar uma apuração mais precisa das reportagens. São capazes de ouvir várias fontes, utilizar recursos gráficos e fotografias, permitindo um jornalismo mais analítico, interpretativo, investigativo. Também entende-se que a maior parte da literatura acadêmica vêm desenvolvendo estudos de enquadramento referentes ao jornal impresso, no que diz respeito a temática das políticas afirmativas, e pouco estudos sobre revistas, outro fator que justifica a análise das notícias das revistas impressas, complementando assim estudos já realizados acerca do tema.

Com relação à escolha das pessoas que participariam das entrevistas semiestruturadas, buscamos justamente os leitores/assinantes dessas revistas, pois além deles estarem assimilando os conteúdos publicados sobre as políticas afirmativas, são membros de uma “esfera pública” que será diretamente atingida por essa medida educacional; é um público

universitário de classe média tradicional², principalmente o leitor e assinante dessas revistas, em especial a *Veja*, revista com maior tiragem nacional. A fim de dar consistência às entrevistas foi desenvolvido um roteiro baseado na pesquisa de doutorado de Alessandra Aldé, que em sua primeira parte almejava traçar um breve perfil desses leitores; o objetivo era visualizar atitudes comuns/divergentes sobre a percepção que os mesmos tinham quanto à política de cotas. Em seguida, na terceira parte, abordamos à posição favorável/desfavorável desses leitores quanto às políticas de cotas, e por fim a opinião desses leitores, variância/não variância, após a leitura de algumas matérias dessas revistas. Dessa forma, dividiu-se a entrevista em três momentos, no que diz respeito aos *habitus*³ desse público, tanto político como midiático.

Aldé (2001) realizou entrevistas semiestruturadas com diferentes pessoas da camada econômica e social brasileira. A partir das respostas dadas por cada indivíduo, a autora associa tais opiniões com as informações fornecidas pelos meios de comunicação. Primeiramente, diz que há uma centralidade da mídia na construção das atitudes políticas do cidadão comum, e isso fica explícito em seu discurso e na interpretação que oferece para o mundo político. No entanto, Aldé lembra que as diferentes situações de comunicação em que encontramos os sujeitos modificam o valor atribuído a sua própria inserção na reprodução e propagação das opiniões e explicações políticas (ALDÉ, 2001, p. 114).

Portanto, o uso dessa técnica de entrevista semiestruturada com os leitores das revistas, permite que seja observado não apenas o que eles acharam da implantação dessa reforma curricular, mas as repercussões que a mesma teve diante de suas vidas, além de ser possível medir o agendamento da mídia impressa em seus argumentos, haja vista que no decorrer da realização das entrevistas foram introjetadas algumas das notícias dessas revistas.

Cabe lembrar que por décadas o discurso educacional no Brasil foi norteado por uma doutrina positivista, que influenciou sobremaneira nossa cultura política, e a formação de nossa mídia, adequando-se às ideias autoritárias em defesa de seus interesses (vide os vinte anos de ditadura militar). Nesses aspectos, as reformas educacionais passam a ser entendidas

² Os termos utilizados neste parágrafo dizem respeito a dois tipos de classe média. Uma classe média tradicional, já consolidada antes da década de noventa, e uma nova classe média, que vem conseguindo sua ascensão social após a década de noventa. Sobre isso ver a obra “**Lulismo: da Era dos Movimentos Sociais à Ascensão da Nova Classe Média Brasileira**” do sociólogo Rudá Ricci (2010).

³ (...) um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas (...) BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro, Marco Zero. 1983, p. 65.

como mecanismos de renovação econômica e transformação social. Como lembra Márcia Aparecida Amados Mascia (2003), esse modelo de reforma educacional tende a combater as desigualdades através da intervenção direta do Estado, para incluir aqueles que foram precisamente marginalizados ou excluídos, em tempos passados. Assim se apresenta as leis e medidas propostas quanto à implantação do sistema de Cotas, logo, justifica-se categoricamente o motivo de termos escolhido essa política pública para estudo.

Somado a esse tema, que abarca as desigualdades sociais e o campo educacional, recorrer ao estudo da mídia, é admitir, que no mundo contemporâneo, especialmente ao envolver o sistema democrático como a melhor forma de governo, ela se torna um observatório privilegiado para acompanhar, descrever e analisar políticas públicas, políticas governamentais e políticas sociais, embora, evidentemente, não seja o único possível. Os dados que a mídia divulga podem ajudar a analisar os atores políticos e as políticas públicas, governamentais e sociais por meio do *accountability* (vertical e horizontal), do *agenda-setting* e dos mecanismos de *check and balances*, melhor definidos a seguir. É essa a tarefa de análise pretendida por esse trabalho.

Accountability supõe que o cidadão é capaz de cobrar do governante a apresentação de informações sobre sua gestão para a população. Já na perspectiva de *agenda-setting*, a mídia, ao tratar de certos temas, os colocaria em evidência social e os incluiria na pauta de discussões da sociedade – possibilitando, por exemplo, um maior entendimento sobre a atuação das entidades políticas. Por outro lado, o sistema de *checks and balances*, ao se basear no equilíbrio entre os três poderes, quando ambos se controlam e se fiscalizam, é complementado com a fiscalização feita também pelos meios de comunicação. Assim, não apenas os cidadãos cobrariam da mídia a veracidade das informações como os governantes e atores políticos também seriam mais policiados pelo sistema de comunicação e pela sociedade. Os veículos de comunicação tornam-se eles mesmos atores políticos relevantes.

1 - MÍDIA IMPRESSA: VISIBILIDADE VERSUS OPACIDADE

Sabemos que uma das mudanças mais significativas da sociedade moderna, foram o desenvolvimento e a propagação dos meios de comunicação e o surgimento da mídia. Dessa forma, essa mudança transformou a natureza da visibilidade midiática em relação ao poder, uma vez que, historicamente a visibilidade só existia de forma limitada, dependente do contato face a face. Nesses aspectos, o papel dos meios de comunicação no século passado inova os estudos das ciências sociais. Uma série de autores, sociólogos, antropólogos, psicólogos e mesmos grandes filósofos começam a estudar a influência de veículos tais como o rádio, cinema e mesmo a televisão na vida do cidadão comum. Mais do que os filmes, as notícias, as telenovelas, o interesse vem também pelo papel da publicidade.

Se a passagem da sociedade tradicional para a sociedade industrial despertou os interesses de autores clássicos da sociologia como Émile Durkheim e Karl Marx, ou se o fenômeno da burocracia e da religião protestante chamou a atenção de Max Weber, não podemos negar, enquanto cientistas sociais, da importância dos meios de comunicação, nas esferas sociais, políticas e econômicas, sejam com o advento da imprensa ou com da tecnologia midiática.

O fenômeno da mídia despertou o interesse de filósofos, pesquisadores em toda parte do mundo. Phillipe Breton (2002, p. 129) destaca em seu livro *Sociologia da Comunicação*, as duas grandes correntes que se interessam por esse fenômeno; a) uma mais filosófica e especulativa se vale das tendências de estudos da sociologia europeia, e critica a “cultura de massa”⁴. Podemos destacar a ascensão, neste contexto, da Escola de Frankfurt, com os estudos de Horkheimer, Adorno, Marcuse e Walter Benjamin, com os conceitos de “indústria cultural”⁵ e “cultura afirmativa”⁶. E uma segunda, b) centra-se no estudo empírico das

⁴ Segundo Breton Phillipe (2002, p.133) “os elementos dessa cultura de massa teriam as características de pura mercadoria (...) esses bens culturais seriam impostos ‘de cima’ por um sistema industrial de difusão dominado de *ethos* capitalista, pelo reinado do ‘fetichismo’ e pela lógica do consumo e do lucro.

⁵ A Indústria cultural condena seus consumidores a uma visão restrita do mundo. Volta-se cada vez mais às futilidades e obviedades, alimentando o ciclo vicioso que conjuga lucro, ideologia, alienação e entretenimento.

⁶ Segundo Herbert Marcuse, cultura afirmativa é “aquela cultura pertencente à época burguesa que no curso de seu próprio desenvolvimento levaria a distinguir e elevar o mundo espiritual anímico, nos termos de uma esfera de valores autônomos, em relação à civilização. Seu traço decisivo é a afirmação de um mundo mais valioso, eternamente melhor, que é essencialmente diferente do mundo do fato da luta diária pela existência, mas que qualquer indivíduo pode realizar para si ‘a partir do interior’, sem transformar aquela realidade de fato”. (MARCUSE, 1997, p. 95-6)

“comunicações de massa”, que pretendia assim, desmistificar a onipotência da mídia⁷. As pesquisas norte-americanas sobre a eficácia da mídia, ao tratarem a noção de agendamento recorriam às técnicas da “entrevista de painel” a fim de compreender o papel das comunicações de massa na formação das opiniões e das decisões individuais. Tais painéis abrangiam aos comportamentos eleitorais e aos comportamentos de compra, como o uso das diferentes mídias (PHILLIPE, 2002, p.144).

Nesse âmbito de estudos filosóficos, temos também a contribuição dos franceses, primeiramente Edgar Morin (1962), com o estudo da cultura de massa, a qual “constituiria um sistema específico na medida em que é produzida segundo as normas da fabricação industrial e difundida pela mídia para gigantescos aglomerados de indivíduos.” (BETRON, 2002, p 139). Além disso, Morin “propôs que a mídia fosse considerada segundo as diversas culturas que nela se exprimem e que a utilizam diversamente: a ‘cultura de massa’, a ‘cultura erudita’, a ‘cultura escolar’, a (s) ‘cultura (s) políticas (s).” (PHILLIPE, 2002, p.148). Logo, empreender uma análise de mídia é preciso considerar que se o discurso midiático age sobre a estrutura social, mas ele é também, ao mesmo tempo, influenciado por ela. As leis do mercado “também penetram na esfera reservada às pessoas privadas enquanto público, o raciocínio tende a se converter em consumo e o contexto da comunicação pública se dissolve nos atos estereotipados da recepção isolada” (Habermas, 1992).

Habermas (1992) em seu livro *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. O autor defende a tese de que a esfera pública no mundo burguês assume funções de propaganda, esvaziando-se de seus conteúdos políticos. A política encontra-se hoje reduzida a uma dimensão sistêmica administrativa, o que denota por sua vez, o esvaziamento da “sociedade civil” dos temas eminentemente sociais e humanos. Dessa forma, acontece cada vez mais o afastamento da sociedade civil do debate público. Segundo Habermas, a esfera pública burguesa mantém uma série de característica básica semelhante: a reunião permanente de pessoas privadas num público buscando formar racionalmente uma opinião pública baseada no melhor argumento; onde a autoridade do melhor argumento se sobrepõe à hierarquia social e se contrapõe a esta. As grandes instituições jornalísticas vão criar “um aparelho que certamente representa um máximo de público e um mínimo de opinião” (Habermas, 1992)

⁷ Sociólogo britânico Raymond Willians lembra que, mais do que as fortes influências exercidas pela mídia, a “instituição escolar é um fator determinante na perpetuação das desigualdades sociais e culturais.” (...) essa dualidade cultural seria apenas um reflexo de uma estrutura social de dominação na qual uma minoria controlaria os aparelhos de difusão da cultura, o que asseguraria e reproduziria seu poder sobre a maioria.

que vai romper com o ideal liberal de opinião pública. a nova esfera pública burguesa: desenvolvida, demonstrativa, manipulativa e temporariamente estabelecida.

Neste aspecto, cabe destacar os escritos de Bourdieu (1982, 1990), primeiramente temos a crítica o jornalismo como espaço estratégico de ação vulgarizadora dos campos políticos, e em seguida, a crítica ao jornalismo como campo de autonomia incompleta, subordinado e constituído conforme as estratégias do campo econômico⁸.

A fim de dar consistência em nosso trabalho, utilizamos alguns conceitos e técnicas de pesquisas que se baseiam nos autores citados acima, especialmente considerando as abordagens contemporâneas de sugestionamento (*priming*) e o enquadramento (*framing*) como subespécies do agendamento (Maxwell McCombs).

1.1 COMUNICAÇÃO E POLÍTICA: VISIBILIDADE VERSUS OPACIDADE:

Os atores sociais (as associações da sociedade civil, a mídia, os partidos políticos etc.) encontram-se em disputa por influência sobre o processo político e adotam estratégias diversas, de acordo com os recursos disponíveis, a fim de obter os resultados desejados na forma de leis e políticas públicas.

Para Luiz Felipe Miguel (2003), a definição da agenda pública é tão importante para o estabelecimento de uma elite democrática quanto o seu direito de cumprir o papel de representante popular. Os diversos grupos de interesse disputam a inclusão ou a exclusão de temas na agenda, bem como sua hierarquização, mas quem ocupa a posição central são os meios de comunicação de massa, conforme tem demonstrado a ampla literatura sobre a chamada *agenda-setting* (definição de agenda).

A mídia é, de longe, o principal mecanismo de difusão de conteúdos simbólicos nas sociedades contemporâneas e, uma vez que inclui o jornalismo, cumpre o papel de reunir e difundir as informações consideradas socialmente relevantes. Todos os outros ficam reduzidos à condição de consumidores de informação. (MIGUEL, Luiz Felipe, 2003, p.131-132)

A mídia brasileira passa a se configurar, portanto, como um observatório privilegiado de acompanhamento, descrição e análise dos atores políticos e das políticas públicas, governamentais e sociais no país. Nesse contexto, podemos notar que a relação existente entre comunicação e o campo da política depende, na maior parte das vezes, do tipo de recurso

⁸ Segundo Breton Phillipe (2002, p.141) “(...) é preciso constatar que as ações culturais estão em interação dinâmica com o conjunto das relações de forças econômicas e políticas próprias de determinada sociedade.”.

político desejado, haja vista que os tipos de recursos que o mundo político controla, principalmente os recursos do governo, interessam ao domínio das comunicações.

Assim, interessa aos meios de comunicação, inferir na construção da agenda política, e seus enquadramentos podem, em determinados contextos, constituir peça fundamental para moldar a percepção que os cidadãos têm da política em geral, e das políticas públicas, mais especificamente.

Sem dúvida, muitos dos dispositivos utilizados pelos agentes da mídia têm o poder de despolitizar, produzir visões superficiais e deliberadamente banalizadas. Certamente, muitas das produções da mídia são desengajadas, vazias e seguem fórmulas padronizadas. Seguramente, muitas das representações que circulam no espaço da visibilidade midiática, reforçam estereótipos, fazem avançar vocabulários, imagens e formas de comunicação que favorecem determinados grupos e prejudicam outros. (MAIA Rousiley, 2006, p. 34)

Para compreendermos melhor a relação existente entre o mundo da comunicação e o campo político, devemos lembrar que as estratégias políticas voltam-se diretamente para os diversos públicos que constituem a audiência dos meios de comunicação. Wilson Gomes (2007) enfatiza que a luta pela conquista da autoridade no jornalismo é uma luta pela visibilidade e pelo reconhecimento, permitindo que todas as práticas do jornalismo sejam orientadas pelo interesse básico de conquista e posse de autoridade jornalística.

É nesses aspectos que Maria Helena Weber (2006, p. 118) aponta para o fato de que as relações e interesses existentes entre política e meios de comunicação de massa acabam por produzir uma perversa interdependência e ao mesmo tempo, uma salutar infidelidade, cujos interesses sociais são defendidos ou dublados. Logo, no terreno da mídia e da política passam a surgir espaços, principalmente quando a visibilidade se impõe à política como espetáculo e muito desses espaços são opacos em relação à aparência e a ética.

Nesses aspectos, vale ressaltar que a política tem estratégias de investimentos avançados para obter visibilidade, principalmente no espaço público midiático, local em que essa visibilidade ganha credibilidade. Exemplo disso é a disputa de poderes que ocorrem nesses campos, já que ela acaba por transformar as instituições e sujeitos políticos em reféns da imagem pública e, conseqüentemente, dependentes de uma sofisticada máquina de produção informativa, promocional das relações públicas.

Para sustentar a visibilidade, criam-se tensões entre os domínios públicos e privados, mas posteriormente as fronteiras existentes entre esses dois domínios acabam por diluírem-se.

Como ressalta Thompson (1995) público e privado equivalem ao que está ou não aberto ao conhecimento geral, “um ato público é um ato visível, realizado abertamente para que qualquer um possa ver, um ato privado é invisível, realizado secretamente atrás de portas fechadas.” O autor lembra que a oposição entre público e privado acontece principalmente através das relações estabelecidas entre as organizações econômicas pertencentes ao Estado e outras estatais e para estatais de fins diversos, em contraste com organizações econômicas privadas operando no mercado e no âmbito das relações pessoais e familiares.

Diante disso, podemos entender que a visibilidade gerada pelo campo da mídia abre novos espaços para a representação dos indivíduos e instituições perante a sociedade. Do olhar face a face ao espetáculo, a política busca a visibilidade assim como necessita da credibilidade necessária à manutenção do poder. Thompson (2002) exemplifica essas circunstâncias ao falar que quanto mais os líderes políticos procuram administrar sua visibilidade, menos eles a podem controlar; o fenômeno da visibilidade pode escapar de suas rédeas e, ocasionalmente, pode funcionar contra eles.

Nesse sentido, é importante destacar que a esfera de visibilidade pública refletida através dos meios de comunicação pode ser editada, estruturada e apreciada de maneira não uniforme, organizada a partir de filtros e lógicas individuais ou vinculada a grupos ou instâncias de referência⁹, a depender de seus interesses, da sua competência ou capacidade e nível de absorção.

A esfera de visibilidade pública midiática tampouco é universal porque não há um público único, uma espécie de "consumidor-de-massa-modelo" que desfruta das mesmas mensagens ao mesmo tempo. Na sua apreciação privada, de posse do controle remoto, de uma conta na internet ou da assinatura de alguns jornais ou revistas e com todo o seu *background* (tempo, competência, disposições, interesses) operando, o fruidor dos meios de comunicação (indivíduo, família, grupo) é um deus que constrói e reconstrói mundos a partir da imensa massa de materiais à sua disposição. (GOMES, Wilson; MAIA Rousiley C.M. **Comunicação e Democracia**. São Paulo: Paulus, 2005. p.147)

Notamos que a visibilidade da mídia contemporânea, possibilita descrever os fenômenos sociais, valendo-se do maior número possível de informações. A produção de notícias fabricam narrativas, sempre com o objetivo de sedimentar os argumentos gerados

⁹ Nesse estudo fica evidente a relação entre visibilidade midiática, política e instâncias de referências. Ao trabalharmos com o conceito de agendamento midiático, estaremos tratando de dois públicos seletos: a classe média tradicional e a nova classe média brasileira.

pelos meios de comunicação, além de informar suficientemente o leitor¹⁰. É nesses aspectos que Wilson Gomes (2005, p. 145), argumenta que os materiais de tipo informativo que compõem a esfera de visibilidade pública não se distribuem de forma homogênea, mas são sempre estruturados de um ponto de vista cognitivo em alguns estratos, cujos extremos, se colocados num *continuum* imaginário podem ser caracterizados como *fundo* e como *tema*.

O autor define o *fundo* como um conjunto de fragmentos ou peças de qualquer tipo de material (no caso de nossa análise, de informação) que passem "sob os olhos" do receptor ou destinatário e que permanecem por algum tempo na memória, sem maiores conseqüências (ou seja, sem gerar qualquer deliberação entre os receptores). Assim, seu valor cognitivo é relativamente pequeno: o destinatário sabe muito pouco sobre a matéria. Por outro lado, o *tema* é um conjunto de fragmentos ou peças expressivas que de algum modo, foi trazido à tona, e logo incentivam os discursos e as interações mais argumentativas, permitindo organizar a agenda social.

Na relação existente entre visibilidade e esfera pública é possível compreender, segundo esse mesmo autor, a existência de três domínios na confecção e agendamento das notícias: primeiramente; a) o domínio social da visibilidade, em seguida; b) da troca de razões públicas e por fim; c) da troca de razões em público. Para escolher apenas um dos aspectos que tornam a visibilidade essencial, bastar pensar no papel de constrangimento democrático e pro cívico que ela exerce sobre o sistema político. (GOMES & MAIA, 2005, p. 157)

Diante desses pontos, procuraremos construir esse trabalho; a) tratar da visibilidade existente entre o campo comunicacional e político, uma vez que essa relação permanece, até os dias atuais, muito forte no Brasil, b) analisar as trocas de razões públicas, ou seja, as reportagens da mídia impressa e os argumentos intelectuais e científicos, c) visualizar a opinião dos leitores assíduos e assinantes das revistas. Dessa forma, trazer as questões relacionadas aos negócios de Estado para expor ao olhar público é algo dotado de enorme potencial democrático, e foi com esse argumento que afirmamos no início desse capítulo, serem os meios de comunicação um dos alicerces da democracia.

Portanto, faz-se claro que a visibilidade política contemporânea depende, em altíssimo grau, da comunicação de massa; e seu caráter de discussão articula-se fundamentalmente com

¹⁰ A análise das reportagens da mídia impressa sobre a implantação do sistema de Cotas aponta para um discurso sempre contrário a essa política pública, já que visa cada vez mais convencer o leitor da ausência de validade da mesma.

o sistema político e da esfera civil. Assim, cada vez mais o campo da comunicação tem o poder de sequestrar os temas políticos, gerando com isso:

a) uma discussão em público de tais temas por agentes políticos e pelos que têm lugar de fala na sociedade; b) a visibilidade de discussões que, de outro modo, aconteceriam em âmbito particular ou reservado; c) o fornecimento de *inputs* para muitas discussões com pouca visibilidade (mas com algum grau de eficácia) na sociedade civil. (GOMES & MAIA, 2005, p. 160)

Nesses termos, percebemos que Wilson Gomes (2007)¹¹ defende a tese de que a esfera de visibilidade pública midiática pode ser entendida como esfera pública, permitindo que os indivíduos selecionem os diferentes tipos de informações oferecidas, e possam usá-las para debates fora da cena midiática. Porém, esta esfera de visibilidade permitiria que o público editasse as informações como se fosse uma esfera pública. Ou seja, a partir de seus conhecimentos, informações, interesse e competência receptiva, o público poderia fazer uma edição própria das mensagens dos mídias. Mas isto somente seria possível dentro de certas condições, entre elas, que os receptores possam aprofundar suas informações em meios mais satisfatórios (o que não é possível somente através da televisão) e a possibilidade do receptor "intervir nos debates que se processam no interior do sistema dos media"

A esfera de visibilidade pública mediática *pode ser* editada e vivenciada como autêntica esfera pública pelo seu usuário e não que ela de fato *seja* editada e vivenciada pela maioria deles" (Gomes, 2007). Este clareamento é importante pois mostra como os mídias podem vir a ter um papel fundamental para a efetivação de uma opinião. Portanto, essa primeira parte de nosso estudo, permite apontar a relação existente entre a visibilidade e a opacidade dos fenômenos midiáticos, os processos pelos quais os meios afetam a relação entre as instituições e os indivíduos; o desenvolvimento de novas possibilidades de interação; e o interesse dos sujeitos em colocar em pauta suas questões nesses espaços. Veremos que a esfera de visibilidade pública é fundamental para a esfera de discussão, tanto para ampliá-la como para publicar temas de interesse comum que são introduzidos no debate público ou que provocam debates, externos ou internos à cena pública

¹¹ GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2007

2. COMUNICAÇÃO E POLÍTICA: A COBERTURA MIDIÁTICA

Num país como o Brasil, dado o alcance dos veículos de comunicação de massa, incorporar variáveis comunicacionais é crucial para a compreensão da política. Se analisada em perspectiva histórica, a imprensa esteve sempre presente em momentos relevantes da política nacional – tanto no estímulo à quebra da ordem constitucional (a maioria dos veículos da grande mídia apoiou, por exemplo, o golpe militar de 1964), quanto na defesa de seu retorno.

Apesar de seus numerosos flertes ou apoios ao autoritarismo em vários momentos históricos, não há dúvidas de que a mídia imprensa foi e ainda é, potencialmente, um dos sustentáculos das possibilidades de manutenção e aprimoramento da democracia, já que a maior parte da informação política recebida por milhões de brasileiros provém de conteúdos midiáticos. A democracia pode ser reforçada pelo poder da mídia, já que passa a ser o “governo do poder visível” (BOBBIO, 2000, p. 98).

Nelson Traquina (2005, p. 128) recorda que a teoria democrática aponta o papel de “mercado de ideias” que os meios de comunicação têm desempenhado no modelo democrático, pois as diversas opiniões da sociedade podem ser “vendidas” e “consumidas”. Ainda nesse sentido, a mídia exerce também o papel de “guardião”, em que as relações se assentam numa postura de desconfiança entre jornalismo e poder político.

Segundo Venício Lima (2006, p. 56), a mídia vem exercendo algumas funções tradicionais que antes eram desempenhadas pelos partidos políticos. Ela contribui para a construção da agenda pública, gera e fornece informações públicas, atua como agente fiscalizador das ações do governo e exerce ainda o papel de crítica das políticas públicas, muitas vezes canalizando as demandas da população. É por meio das informações midiáticas que acontece a compreensão pormenorizada da política nacional. Portanto, o argumento de que os meios de comunicação desempenham o papel de seleção dos temas em torno dos quais gira o debate da sociedade política é válido. (CAYROL, 2001, p. 336).

Aldé (2001) realizou entrevistas semiestruturadas com pessoas das diferentes camadas econômica e social brasileira. A partir das respostas dadas por cada indivíduo, a autora associa tais opiniões com as informações fornecidas pelos meios de comunicação. Primeiramente, a autora diz que há uma centralidade da mídia na construção das atitudes políticas do cidadão comum, e isso fica explícito em seu discurso e na interpretação que

oferece para o mundo político. (...) Podemos afirmar que os meios de comunicação, são considerados, por parte significativa da grande maioria que os consome, fonte importante de referências a partir das quais organizam o mundo da política. (ALDÉ, 2001, p. 2). No entanto, Aldé lembra que as diferentes situações de comunicação em que encontramos os sujeitos modificam o valor atribuído a sua própria inserção na reprodução e propagação das opiniões e explicações políticas (ALDÉ, 2001, p. 114).

Além disso, as explicações sobre o mundo “político, social e econômico” que poderiam ser construídas - a partir da dimensão factual ou episódica dos eventos vivenciados ou informados - fazem com que o sujeito baseie-se na exemplaridade de determinada história, que passa a fazer parte do seu repertório recorrente, a fim de que ele o use para ilustrar “casos” variados.

São as conversas em família, as discussões e arengas ouvidas nas vans e ônibus, muitas vezes tendo como tema notícias veiculadas pelos meios de comunicação, além das narrativas e exemplos presentes na própria mídia, que dão substância ao cotidiano da política. (ALDÉ, 2001, p. 118). Para a pesquisadora, a mídia não é simplesmente um veículo de informações à disposição de diferentes emissores, mas é ela mesma um quadro de referência principal, que antecede e orienta a percepção e apreciação dos eventos propriamente ditos. (ALDÉ, 2001, p. 127). Portanto, a autora enfatiza que dentre as instituições sociais provedora de sentido ao ser humano, os meios de comunicação são os responsáveis pela divulgação, em termos mais amplos, de um conhecimento social.

Os meios de comunicação se transformaram no principal canal de difusão de informações sobre temas públicos e de tentativas de convencimento dos indivíduos desinteressados (CERVI, 2010, p. 63). Se os eleitores transformam a mídia num quadro de referência privilegiado para a obtenção de enquadramentos e para o fornecimento das explicações mais recorrentes (que serão internalizadas e incorporadas ao discurso dos cidadãos comuns sobre a política), a comunicação de massa constitui uma variável relevante no processo político.

Cabe lembrar que nos últimos anos o Brasil revelou-se portador de um sistema extremamente deficitário quanto à eficácia dos mecanismos de cobrança e de prestação de contas, carecendo de instrumentos eficazes que garantissem a responsabilização pública dos governantes diante da sociedade e de outras instâncias de poder (visibilidade dos atos e gastos públicos). Desperdícios, fraudes, desvios de recursos, abuso de poder, nepotismo, tráfico de

influência tornam-se práticas generalizadas de difícil prevenção ou punição. (ELI DINIZ, 1998, p. 38). Foi nesse cenário que os meios de comunicação potencializaram seu papel como instâncias de cobrança e de denúncia em relação à precariedade do contexto político, econômico e social do país. (vejamos o caso do Mensalão e desvio de verbas em governos municipais denunciados, massivamente, pela mídia impressa e televisiva nos últimos anos).¹²

Para compreendermos melhor a relação da mídia com a política nacional, iremos a seguir descrever e discursar sobre as relações estabelecidas entre os meios de comunicação e o campo político no Brasil. Dessa maneira, ao correlacionar os acontecimentos históricos, com a esfera política e social, observaremos as mudanças espaço-temporais que ocorreram no campo da comunicação nas últimas décadas. Portanto, pensar a ação dos meios de comunicação na sociedade brasileira pressupõe reconstruir, interpretar, dar um sentido presumido a questões políticas e socioeconômicas.

2.1 MÍDIA IMPRESSA E POLÍTICA NO BRASIL: BREVES CONSIDERAÇÕES

Apesar de nossa imprensa não ter surgido sob determinadas condições e características de uma democracia moderna, além de não ter se sedimentado em torno de uma sociedade industrial, como foi o caso da imprensa americana, notamos que já na metade do século XIX, no Brasil, nossa imprensa passa a ser caracterizados pela forte presença dos impressos de caráter político. Assim, a opinião pública brasileira desse período era um recurso para legitimar posições e um instrumento simbólico que visava transformar algumas demandas setoriais numa vontade geral, bem nos moldes dos ideais democráticos e liberalistas da época. Exemplo disso era o jornal *Correio Braziliense*, apesar de ser feito em Londres, era voltado aos leitores brasileiros, haja vista que criticava, ardorosamente, nossa Corte.

É nesse quadro amplo de transformações socioculturais que temos os primeiros redatores brasileiros, grande parte deles, caracterizavam-se por serem homens de letras, em geral visto como portadores de uma missão ao mesmo tempo política e pedagógica escreviam no chamado estilo panfletário.

Redator Panfletário: É o tipo do escritor patriota, difusor de idéias e pelejador de embates e que achava terreno fértil para atuar numa época repleta de transformações (...). Publicavam livros talvez, mas, sobretudo, impressos de combate imediato, de apoio/ataque a pessoas e facções e de

¹² LIMA, Venício A. de. **Mídia: Teoria Política**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

propagação das “novas idéias”, dirigidos ao povo e à nação ou, quando fosse o caso, para formá-los. (MOREL, 2008, p. 35)

Marco Morel (2008) caracteriza os primeiros jornais como construtores do Estado Nacional e destaca o estilo panfletário como uma das fases mais criativas e vigorosas dos debates políticos de nosso país, só vindo a desaparecer na segunda metade do século XX. Contudo, este modelo de produção discursiva deixou fortes rastros na imprensa nacional atual. Segundo o autor, o estilo panfletário alcançava eficácia por várias características retóricas interligadas, como: “capacidade de convencer e de atacar, espírito mordaz e crítico, linguagem literária e sátira” (MOREL, 2008, p. 37).

Eram constantes nos antigos regimes, principalmente após as práticas de leitura em voz alta, debates e discussões coletivas, principalmente sobre o meio político. Dessa forma, as primeiras décadas do século XIX foram marcadas pela expansão do público leitor, o que deu à escrita imprensa uma crescente importância, já que as tipografias e as primeiras livrarias eram frequentadas ao mesmo tempo por redatores e leitores, em que se permitiam conversas, contatos, criando laços ou embates sociais.

Observamos que, além do redator e do estilo panfletário, a imprensa do período colonial possuía também o modelo pasquim – um jornal de sátira ou panfleto difamador – que ridicularizava os chefes militares e mesmo a Corte brasileira. Segundo Ana Luiza Martins (2008) os pasquins, atacavam, difamavam e injuriavam em sua maioria contra o governo imperial. A autora lembra que ao lado do folhetim, a crônica e o conto ocuparam as páginas daquela imprensa periódica.

Nelson Werneck¹³ Sodré pontua que foi no início do século XX, após o fim da escravidão, com a proclamação da República, o acelerado crescimento urbano, a implantação de reformas educacionais que buscavam disseminar o letramento, que ocorre o desaparecimento do empreendimento jornalístico isolado, surgindo à grande imprensa. Nesse aspecto, vale destacar a incorporação tecnológica que aconteceu nos impressos nacionais, capaz de atender as necessidades de um público leitor, não só maior, mas exigente, como o caso dos imigrantes.

¹³ PIERANTI, O.P.; MARTINS, P.E.M, (2006) **Nelson Werneck Sodré e “História da Imprensa no Brasil”**: uma Análise da Relação entre Estado e Meios de Comunicação de Massa. Disponível em: www.intercom.org.br

Segundo Sérgio Mattos (2005) foram inúmeros os motivos que levaram ao desenvolvimento dos meios de comunicação no país: a escolha das políticas de desenvolvimento econômico, haja vista que surgiram os grandes centros urbanos, e com a explosão demográfica aumentou a circulação e distribuição da mídia impressa, a construção de novas rodovias, aeroportos, a modernização dos serviços de correios e telégrafos e do sistema de telecomunicações.

Dessa forma, no modelo de desenvolvimento econômico adotado desde 1964, o Estado tem sido a grande força propulsora existente por trás do crescimento da indústria cultural, principalmente no que diz respeito à adoção de medidas voltadas especificamente para o controle e modernização da mídia impressa. Inúmeros jornais, revistas e gráficas receberam ajuda do governo por meio do Grupo Executivo das Indústrias de Papel e Artes Gráficas (Geipag), vinculado ao Ministério da Indústria e Comércio, criado com o objetivo específico de conceder incentivos para a expansão do setor e para a criação de novas imprensas. As empresas de artes gráficas cresceram numa época em que o governo era também o seu maior cliente (publicidade). Escrever na imprensa tornou-se não apenas uma fonte de renda, mas também instrumento de legitimação, distinção e mesmo poder político.

Uma radiografia rápida da imprensa brasileira desde suas primeiras publicações evidencia as raízes políticas da atividade jornalística, constituíram-se sempre a partir de grupos de interesse que viam na imprensa um meio de propagação de suas ideias e aspirações. (COHEN, 2008: 104)¹⁴

Note-se que imprensa foi – e, em parte, ainda é – atividade da classe dominante, portanto ligada à ordem vigente. Nelson Sodré (1999) destaca a influência do capital estrangeiro, notadamente norte-americano, na m dia brasileira. Segundo o autor são dois v rtices do mesmo problema: as agências de publicidade internacionais e as publica es estrangeiras. As primeiras eram representantes, no país, das grandes corpora es internacionais. Eram distribuidoras de verbas gigantescas, ainda maiores se comparado o câmbio do dólar com a moeda brasileira. Não se contentavam, porém, em estabelecer o destino dos recursos. Segundo Sodré (1999), por estarem afinadas com o conservadorismo e, conseqüentemente, com o governo brasileiro, as agências influíam no conteúdo noticioso das empresas jornalísticas, utilizando como forma de pressão as verbas dos anúncios.

¹⁴ Reforçamos a ideia de que as raízes políticas ainda caracterizam a atividade jornalística e os interesses econ micos de conglomerados midiáticos como da Editora Abril e da Rede Globo no país.

Habermas (1992) em seu livro *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. O autor defende a tese de que a esfera pública no mundo burguês assume funções de propaganda, esvaziando-se de seus conteúdos políticos. Segundo o autor a política encontra-se hoje reduzida a uma dimensão sistêmica administrativa, o que denota por sua vez, o esvaziamento da “sociedade civil” dos temas eminentemente sociais e humanos. Dessa forma, acontece cada vez mais o afastamento da sociedade civil do debate público.

Habermas aponta para o fato de termos uma sociedade amplamente administrada por uma racionalidade instrumental e pela indústria cultural. Onde entraria a emancipação nesse processo? O autor entende que não basta resistir, por exemplo, aos ataques colonizadores do sistema, e sim, através da participação democrática, no sentido de articular o maior número possível de vozes, de tematizações, de valores e de interesses da sociedade civil.

Seguindo essa direção, Habermas ressalta a importância da esfera pública, como base de legitimação da ação política. Ela teria uma integração social capaz de resistir às formas de dominação vigente;

Esfera pública é o espaço da opinião pública que funciona como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões, e nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em termos específicos comunicacionais (HABERMAS, 2003, p. 92)

Com base nessas premissas, observamos que nosso estudo permite visualizar a forte ligação entre os meios de comunicação impressos (e disponíveis on-line), com o Estado e a sociedade civil. Ao analisarmos as opiniões dos assinantes das revistas estaremos reforçando a premissa habermasiana de que as decisões políticas desse sistema só se tornam legítimas quando examinadas e aceitas racionalmente pelos cidadãos. Por outro lado, abandonamos os argumentos de Habermas de que a esfera pública no mundo burguês tem assumido funções de propaganda, esvaziando-se de seus conteúdos políticos. Defendemos que, com base nos conceitos de Ana Paula Goulart Ribeiro (2003), o aspecto político jamais desapareceu totalmente da mídia brasileira, inclusive tem exercido desde a época do Império, um papel fundamental, e principalmente estrutural, na dinâmica das empresas jornalísticas brasileiras. O apoio a determinados grupos que estão (ou estavam) no poder, nos termos foucaultianos, são essenciais para garantir espaço no jogo de poder e saber.

Quanto maior a sua audiência, maior o seu poder de divulgação e a lógica da conquista do próprio poder. Os jornalistas se instituem como transmissores de conhecimentos, mas,

sobretudo como orientadores acerca de padrões de comportamento e padrões políticos. Bourdieu (1997) aponta que o campo político e o campo jornalístico tem algo de comum; o fato de estarem sob influência (direta) da sanção do mercado e do público:

A definição de uma matéria de capa ou de uma manchete em função do exame dos veículos concorrentes, como o investimento em demoradas e custosas investigações ou o respeito ao compromisso assumido com alguma fonte são exemplos de decisões jornalísticas calculadas. (BOURDIEU, 1997, p. 109).

2.2. A ERA DAS REVISTAS DE CONSUMO: CONTEXTO HISTÓRICO

Foi somente a partir do momento em que começou a existir uma classe média¹⁵ já solidamente estabelecida no seio das colônias estrangeiras que, naquilo que diz respeito à imprensa, começou a ter também uma maior sofisticação editorial com o surgimento de várias revistas dedicadas a este público.

No início do século XX, verificou-se no Brasil a explosão de revistas e jornais diversos, desde as revistas ilustradas e genéricas até as de variedades. As primeiras reservadas ao campo da diversão, da distração, a fim de seduzir o leitor com textos leves e belas imagens, enquanto que as segundas, adequando-se aos ideais de progresso e modernidade, resumiam os eventos da semana, as transformações urbanas (como o caso da Revista *Komos* (1904-1909), discorrendo sobre a política oficial).

O grupo dos Diários Associados criou um fenômeno de tiragem dos anos 1940 e 1950, a revista ilustrada *O Cruzeiro*, que atingiu uma média de 720 mil exemplares semanais (1954), num país de quase 52 milhões de habitantes, predominantemente rural e semianalfabeto. Nas mãos de Assis Chateaubriand, a revista alcançou enormes tiragens e se transformou em ícone das revistas ilustradas e de variedades. A dimensão política da atividade jornalística alcançava até os almanaques, como era o caso do *Almanaque Brasileiro Garnier*, publicado no Rio de Janeiro entre 1903 e 1914.

Jornalismo e literatura, imprensa e política: equações que se desenvolvem no ritmo das transformações sociais, apontando a formação de círculos de intelectuais dispostos a interferir nos destinos nacionais por meio da difusão de ideias. (COHEN, 2008, p. 111)

¹⁵ Essa classe média que tratamos, nos dias de hoje, como classe média tradicional, são as “consumidoras”, principalmente da Revista *Veja*. Sobre a diferenciação das classes médias ver a obra “*Lulismo: da Era dos Movimentos Sociais à Ascensão da Nova Classe Média Brasileira*” do sociólogo Rudá Ricci (2010).

Nesse ínterim, cabe destacar o papel político e social do humor e da linguagem irônica contida nessas revistas, em que o estranhamento e a sátira resultaram em textos bem humorados que tratavam da política, dos costumes, da história, da literatura, basta recordar as contribuições de autores como Olavo Bilac, Oswald de Andrade, entre outros, na produção artística sobre uma sociedade que procurava sua identidade na diversidade. Segundo Ana Paula Goulart Ribeiro (2003) os periódicos brasileiros seguiam então o modelo francês de jornalismo, cuja técnica de escrita era bastante próxima da literária. Os gêneros mais valorizados eram aqueles mais livres e opinativos, como a crônica, o artigo polêmico e o de fundo.

Ainda, no âmbito das revistas ilustradas, temos o segmento destinado ao público feminino, em que o discurso das mesmas recaía sobre as formas de conduta da mulher no lar e no mundo. Por outro lado, revistas como a *Renascença* de 1921, refletiam sobre as imposições sociais que tornavam a mulher um ser submisso e dependente (COHEN, 2008, p. 118).

As revistas de cultura, que se multiplicaram ao longo dos anos de 1920 e 1930, acompanharam a marcha das circunstâncias políticas, oferecendo a diversidade e revelando nas entrelinhas suas preferências e filiações (...) Ao longo dos anos de 1930, esse segmento se firmou, acompanhando as viassitudes do momento, marcado pelo clima de instabilidade econômica e pela radicalização dos movimentos de esquerda e direita na Europa e no Brasil, essas revistas procuraram dar ao leitor um panorama aprofundado das questões que abalavam o mundo contemporâneo e não eram poucas (COHEN, 2008, p. 125-126).

2.3 AS ORIGENS DAS REVISTAS IMPRESSAS: *VEJA, ÉPOCA, ISTOÉ E CARTA CAPITAL*

Vale destacar que o meio revista é o segundo mais antigo veículo de comunicação no Brasil. Até meados dos anos de 1960, antes do estabelecimento das redes nacionais de televisão e de rádio, as revistas foram por muitos anos os únicos veículos de circulação nacional. O negócio revista é praticamente hoje controlado por duas grandes empresas: Editora Abril e Editora Globo, que juntas detêm 60% do mercado de circulação de revistas. (MATTOS, 2005, p. 139)

Antes de fundar a Editora Abril em São Paulo, Victor Civita visitou os principais editores de revistas, a maioria fixada no Rio de Janeiro, percebeu que a cidade era o lugar mais adequado para qualquer atividade ligada ao jornalismo, fossem jornais ou revistas, uma

vez que ali estavam os jornalistas, os artistas gráficos, o mundo artístico, o governo e os políticos.

Em junho de 2007, a Editora Abril publicava mais de cem revistas entre títulos periódicos e edições especiais, tinha mais de 41% da venda de revistas em bancas e assinaturas e quase 55 % da verba publicitária dedicada às revistas. (CORRÊA, 2008, p. 209)

A revista *Veja* foi inspirada na revista *Time*, as notícias da semana eram divididas em seções, caracterizava-se por possuir um texto objetivo. Lançada poucas semanas antes do AI-5, *Veja* sofreu a consequência da censura; em 1969, com uma capa sobre tortura, a revista foi apreendida. Nas últimas décadas, a revista tem desenvolvido um jornalismo “especulativo”, principalmente no que diz respeito às políticas públicas governamentais. Uma revista que hoje vende mais de um milhão de exemplares por semana, é a quarta maior revista informativa do mundo. (CORRÊA, 2008, p. 210).

IstoÉ foi lançada pela Editora Três, de Domingo Alzugaray, e também publicava matérias de impacto de jornalismo investigativo. E quando apareceu em 1998, também *Época*, da Editora Globo, investiu no mesmo tipo de jornalismo. A *Veja* continua a vender mais de um milhão de exemplares, enquanto que a segunda colocada, *Época*, está com cerca de 430 mil. Ou seja, *Veja* vende mais do que as três concorrentes juntas (*Istoé*, com 352 mil, *Carta Capital*, com 34 mil) (CORRÊA, 2008, p. 210). O grupo da família Marinho, da Editora Globo, sempre esteve próximo do poder político, beneficiando-se da situação privilegiada que o ajudou a construir e dominar o setor das comunicações. Contudo, outros grupos familiares também detêm a concentração de propriedade da mídia no país, como os Civita, donos do grupo Abril.

A revista *Carta Capital* tem uma linha editorial bem definida e peculiar desde seu nascimento, em meados de 1994. Feita para falar de política, economia e cultura, a história da revista de Mino Carta é marcada por grandes reportagens investigativas. O periódico se pronunciou contra a política interna e externa dos EUA e nunca temeu criticar a mídia impressa nacional tais como a concorrente *Veja* e a Rede Globo. Nos últimos decênios vem se posicionando favoravelmente ao governo do PT (Partido dos Trabalhadores). A proposta da revista feita pela Editora Confiança foi trazer uma abordagem mais aprofundada e analítica, com o menos número de páginas, diferente das semanais existentes no mercado, como *Veja*, *Época* e *IstoÉ*.

E hoje, com raras exceções, jornais e revistas de todos os tipos, inclusive as semanais de notícias, consideram “servir o leitor” parte de sua missão editorial. Matérias sobre saúde, finanças pessoais, temas atemporais como religião e ciências passaram a ser assuntos freqüentes de capa na imprensa semanal, deixando lugar para notícias quando elas tratam de temas relevantes nacionais e internacionais. (CORRÊA, 2008, p. 211).

Na década de 90, com as reportagens exclusivas sobre o caso Collor, os jornais, que historicamente davam os “fluxos”, ficaram em desvantagem. Semana sim, semana não, fechavam a edição de sábado correndo atrás de informações divulgadas pelas revistas. Nas principais revistas, atuando em equipe e em melhores condições para apurar as notícias, os jornalistas conseguiram investir no relacionamento com as fontes e passar vários dias, às vezes semanas, apurando determinado assunto. Nos jornais a necessidade de fazer reportagens de um dia para o outro, de forma contínua, limitava as possibilidades do jornalista alcançar resultados similares aos das semanais.

Nas últimas décadas as redações dos jornais tornaram-se mais enxutas com praticamente toda a equipe voltada para a produção imediata. Para ganhar tempo e reduzir custos com deslocamentos, boa parte das entrevistas passou a ser feita por telefone, o que inviabiliza o aprofundamento da relação jornalista com suas fontes. Em decorrência desses acontecimentos, as revistas impressas ganham papel de destaque no cenário investigativo, principalmente após digitalizar seus acervos e matérias.

2.4 JUSTIFICATIVAS SOBRE PORQUE ANALISAR OS CONTEÚDOS DAS REVISTAS IMPRESSAS:

Observamos no capítulo anterior como as revistas impressas tiveram importância no cenário político nacional, em especial nos últimos decênios. Mas, vale ressaltar que o público leitor dessa revista é um público de classe média, em especial, pessoas do universo acadêmico são seus assinantes.

Há algumas características do veículo, exatamente no sentido de “chamar a atenção do leitor” e convencê-lo da veracidade de suas informações. As duas maiores características desse veículo é a variedade – muitos assuntos para fisgar o leitor e passar a sensação de janela do mundo; e a especialização – centrada num determinado universo de expectativas, visto que conhece seu leitor; geralmente assuntos que envolvem seletos, tais como julgamentos morais, novidades, quantidade, entre outros.

Dessa forma, segundo Alexander Goulart (2006) sempre tendo em mente quem é seu público, a revista procura um produto de olho nos nichos de mercado; é assim que geralmente seus textos são fabricados para se assemelhar com os valores de seu público. Quanto ao uso de imagens – o leitor é seduzido com apelo visual, com o bom fotojornalismo. Assim, o texto e imagem, traduzidos em matéria bem escrita e apresentação visual eficiente são as bases da revista.

A revista e o jornal ajudam a interpretar o acontecimento ou, no caso da revista, ela parte do fato em si para tratar o “assunto” com maior amplitude. Como diz Garcia Márquez, “a melhor notícia não é a que se dá primeiro, mas a que se dá melhor”. O Jornalismo de Revista sabe disso e tem o tempo como aliado. Uma publicação semanal, quinzenal ou mensal pode fazer uma apuração mais precisa, ouvir várias fontes, utilizar recursos gráficos, fotografias a posteriori. A revista permite um jornalismo mais analítico, interpretativo e investigativo. (Alexander Goulart, 2006)

Por outro lado, a revista é mais conotativa, opinativa, literária, sensacionalista; e por isso a importância de analisar seu conteúdo e a estrutura de seu discurso, já que ela publica coisas que não seriam notícias em jornais; isso porque a notícia, em revista, passa a ser também o que é de interesse do público, como já mencionamos anteriormente, seu foco é no leitor, no seu assinante, sobretudo.

Geralmente os critérios de noticiabilidade buscam valorizar os critérios do momento que interessam aos indivíduos. As revistas sempre recorrem à cientistas e dados estatísticos, buscando sempre escrever de forma que atenda tanto a leigos, quanto a leitores especialistas nos assuntos tratados. Sempre buscando escrever de forma que atenda tanto a leigos, quanto a leitores especialistas nos assuntos tratados. Por isso que elas recorrem sempre a tantos cientistas e dados estatísticos. Logo, jornais e revistas servem para confirmar, explicar e aprofundar a história já vista na tevê e ouvida no rádio.

3 - A IMPORTÂNCIA DE SE COMPREENDER OS ENQUADRAMENTOS, AGENDAMENTOS E OS DISCURSOS DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO.

O presente trabalho tem como foco a análise da mídia impressa, seu segmento de notícias e reportagens sobre o Sistema de Cotas, e suas repercussões no agendamento da opinião pública. É nesses aspectos que lembramos que;

“... o debate público depende não apenas dos temas que são agendados pelos meios de comunicação, mas também da forma selecionado para serem incluídos no debate, e do tipo de reação que a organização desses temas gera nas estruturas mentais dos cidadãos...” (CERVI, 2010, p. 65)

Esse capítulo se faz importante, haja vista que pretendemos discorrer sobre os critérios utilizados para fazer as notícias, e em um segundo momento deste trabalho, quando iremos analisar as entrevistas semiestruturadas, demonstraremos como “a informação tem o papel de formar uma imagem mental a respeito de determinados assuntos, ao passo que a predisposição motiva algumas conclusões a respeito dessa mesma imagem, desde que o receptor tenha acesso a mensagem” (CERVI, 2010, p. 73).

3.1 DESCRIÇÃO COM BASE NOS AUTORES LIDOS SOBRE OS PERFIS DAS NOTÍCIAS.

Em seu livro “*A realidade dos meios de comunicação*”, Niklas Luhmann apresenta uma visão crítica da mídia, em suas mais diversas formas (televisão, noticiário e entretenimento). O texto “Notícias e Reportagens”, de Niklas Luhmann, são de grande relevância para a análise das revistas, e de grande ajuda para o entendimento de sua estruturação.

No início do texto, Luhmann coloca sob suspeita a mídia impressa em geral, ao lembrar que, em tempos passados, somente fatos realmente novos e surpreendentes eram publicados sob forma de notícia. A cotidianização de notícias e novidades feita pela mídia impressa atual é digna de investigação, portanto, realizada por Luhmann com bastante propriedade em sua forma e seus efeitos. Nessa conjuntura, emergem uma série de perguntas que Luhmann pretende responder nesse texto: como é possível que os meios de comunicação obtenham lucro e audiência na divulgação diária de notícias e reportagens? Há tanta novidade

e surpresa para ser noticiada ininterruptamente? Ou existe uma estratégia de mercado que vende a mesma notícia como novidade diversas vezes?

Para Luhmann, a chave para a manutenção de uma indústria da notícia se encontra no que ele chama de “seletores”, ou seja, os critérios para que uma notícia ou reportagem possa ser publicada. São eles:

1 – A informação tem que ser *nova*. (...) repetições de notícias são indesejadas.

2 – Conflitos são preferidos.

3 – Uma informação que particularmente atrai muita atenção são as quantidades.

4 – Tem peso a relevância local de uma informação. A distância precisa ser compensada pela gravidade da informação ou pela estranheza, ou pelo elemento exótico, que transmite ao mesmo tempo a informação de que tal evento dificilmente poderia ter ocorrido aqui.

5 – Também *transgressões à norma* justificam uma atenção especial.

6 – Distinção entre boa e má ação (papel de juiz moral dos meios de comunicação)

7 – Para tornar reconhecíveis as violações à norma, mas também para facilitar ao leitor ou telespectador uma possível formação de opinião, os meios de comunicação preferem atribuir as violações a ações, quer dizer, à agentes. Ou seja, há um foco na ação individual, e uma descontextualização social.

8 – A exigência de *atualidade*. Os meios de comunicação decidem sobre o que deve ser esquecido, o que pode ser significativo apenas no momento e o que deve permanecer na lembrança.

9 – A *manifestação de opiniões* é divulgada como notícia.

Esses nove seletores orientam toda a produção de notícias diárias. Entretanto, há que se distinguir esse tipo de notícias das reportagens, que não dependem de acontecimentos diários.

Em seu livro, “*Teoria do Jornalismo*”, Nelson Traquina (2005) afirma que “o jornalismo é uma ciência social aplicada e assim deve ser estudada”, e questiona qual é o papel do jornalismo na sociedade; seria ele um campo aberto que todos os agentes sociais podem mobilizar para as suas estratégias comunicacionais ou um campo fechado a serviço do status-quo?

A partir desse questionamento o autor começa a discorrer sobre a importância do jornalismo de opinião, e de posicionamento político, ressaltando que ele, principalmente nas

revistas, perpassa de forma às vezes tácita, às vezes evidente, o jornalismo informativo, factual ou objetivo.

Segundo o autor, as dificuldades do jornalista são mitigadas pela fórmula familiar de que a notícia se preocupa com o “quem”, o “que”, “o quando”, o “onde”, o “porque” e o “como”, isto é, os chamados seis servidores de um *lead*. Contudo, a própria sociedade, com base nos princípios de uma democracia participativa, influencia fortemente a definição da postura profissional dos membros desta comunidade¹⁶.

Ao fazer a notícia, os jornalistas vêem as citações de opiniões de outras pessoas como uma forma de prova suplementar. Ao inserir a opinião de alguém, em especial de cientista, como veremos em nossa análise, os jornalistas acham que deixam de participar da notícia e deixam os “fatos” falar.

Nelson Traquina desenvolve uma crítica a Teoria do Espelho; quanto à mesma afirmar que os jornalistas são imparciais. Na verdade, o autor alerta para o fato de que os jornalistas não apenas relatam os fatos, no sentido de serem mediadores que “reproduzem” o acontecimento na notícia, como descreve essa teoria. Segundo ele, a rotina de confecção da notícia, deve ser entendida como um conjunto de procedimentos e ações, empreendidos por agentes profissionais pertencentes a um campo com regras específicas de funcionamento e observadas como mensagens por esses mesmos agentes. (TRAQUINA, 2005, p. 132)

A necessidade de selecionar, excluir, acentuar diferentes aspectos do acontecimento – processo orientado pelo enquadramento escolhido – são alguns exemplos de como a notícia, dando vida ao acontecimento, constrói o acontecimento e constrói a realidade. É nesses aspectos que os meios de comunicação definem para a maioria da população quais os acontecimentos significativos que ocorrem, mas, também, oferecem poderosas interpretações de como compreender esses acontecimentos:

- a) As notícias envolvem acontecimentos e não as condições que produzem os acontecimentos; as notícias privilegiam as pessoas e não o grupo.
- b) As notícias destacam o conflito e não o consenso
- c) As notícias privilegiam o fato que “alimenta” a “estória” e não o fato que explica.

¹⁶ Ao tratar de analisar o tema das políticas afirmativas, nosso estudo envolve diretamente os membros da sociedade brasileira, por serem afetados diretamente por essa política pública educacional. Nesse aspecto percebemos a polarização dos argumentos apresentados pela mídia impressa: ou são contra ou são a favor, não há meio termo nessa circunstância. Da mesma forma, acreditamos que com as entrevistas semi-estruturadas, poderemos medir a opinião e a perspectiva daqueles que são afetados diretamente por essa medida educacional.

As notícias são uma construção social onde a natureza da realidade é uma das condições, mas só uma, que ajuda a moldar as notícias. As notícias também refletem; a) a realidade, os aspectos manifestos do acontecimento; b) os constrangimentos organizacionais, e os imperativos econômicos, c) as rotinas, d) os valores noticiosos do jornalista, e) as identidades das fontes (TRAQUINA, 2006). O jornalismo e os jornalistas podem influenciar não só sobre o que pensa, mas também como pensar. A conclusão a tirar é clara: os atributos enfatizados pelo campo jornalístico podem influenciar diretamente a direção da opinião pública.

Com relação às reportagens, outros critérios podem ser aplicados, como o resgate de questões que, no passado, possuíram apelo comercial: uma vez que o sistema produz continuamente informações com base em informações à medida que produz contextos de reportagens nos quais novidades há muito tempo abandonadas e esquecidas ganham novamente valor informativo.

Além desses critérios orientadores, outros aspectos são igualmente importantes na produção de notícias e reportagens. A falta de compromisso com a verdade é o primeiro deles. A mídia não se interessa pela justeza moral em noticiar o que é verdadeiro, ou o faz somente porque a divulgação de mentiras se apresenta como um empecilho na obtenção de lucros.¹⁷

O segundo aspecto importante a ser salientado é o caráter de entretenimento e “distração” assumido pelas notícias, que devem ser atualizadas continuamente de modo a não dar espaço de reflexão ao consumidor. Por fim, um outro aspecto é fundamental na veiculação de notícias e reportagens: seu caráter “ficcional”. Ao se mostrar uma versão de um fato, outras versões são excluídas. Existe sempre uma seleção do que é mostrado, do marcado e do não marcado. Desse modo, há uma perene desconfiança com relação a tudo o que é veiculado pelos meios de comunicação, com a sensação por parte do espectador de que se está sendo informado sem ter ajuda ou garantia alguma e de forma duvidosa.

3.2. ENQUADRAMENTOS MIDIÁTICOS:

Enquadrar envolve o ato de selecionar (escolher dentre várias alternativas) e de tornar saliente, distinguir, evidenciar. A ideia de quadros, anexada ao conceito de narrativa

¹⁷ A ausência de evidências fica claro nas nossas análises quanto às notícias vinculadas sobre o sistema de cotas.

jornalística, pode ser entendida como a gama de representações e percepções de um fato. Enquadramentos, portanto, definem problemas, diagnosticam causas, fazem julgamentos morais e sugerem medidas reparadoras, sendo demarcados por pelo menos cinco balizas no processo comunicacional: o comunicador, o texto, o receptor e a cultura e a imagem. Nelson Traquina (2006) afirma que o enquadramento é uma forma de como será apresentada e possivelmente interpretada pela opinião pública.

Erving Goffman¹⁸ (*apud* GONÇALVES, 2005, p. 204), precursor da concepção de enquadramento, adverte que esse é um conceito para análise de como cada sujeito particular se envolve subjetivamente em uma dada situação social, e não um conceito sobre a organização da estrutura social. Interessa ao autor o problema de como os indivíduos se utilizam dos enquadramentos como estruturas cognitivas que são fundamentais para a sua percepção e trânsito pelas diversas realidades sociais com as quais tomam contato. No campo jornalístico, convencionou-se relacionar o enquadramento ao conceito de agenda-setting, porque inferiu-se que além da mídia fornecer a agenda, existe um recurso complementar que é oferecer também perspectivas de abordagem dos temas tratados. (SILVA, 2008, p. 34).

Todd Gitlin (*apud* GONÇALVES, 2005, p. 206) define *enquadramentos midiáticos* como padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos organizam rotineiramente o discurso, seja verbal ou visual. Segundo ele, os enquadramentos desempenham uma dupla função: organizam o mundo para os jornalistas que o reportam - são eles que permitem aos jornalistas operacionalizar o processamento de grandes quantidades de informação - e para as audiências que confiam nos seus relatos.

O *framing* refere-se a um dispositivo usado para representar um tipo específico de cobertura midiática, como, por exemplo, os enquadramentos que se caracterizam por ter atribuição de responsabilidade, conflito, interesse humano, consequências econômicas, moralidade, entre outros. Os estudos de *framing* se preocupam, assim, com a construção das narrativas midiáticas e buscam compreender como essas narrativas influenciam a percepção da audiência:

To frame is to select some aspects of a perceived reality and make them more salient in a communicating text, in such a way as to promote a particular problem definition, causal interpretation, moral evaluation,

¹⁸ Os meios de comunicação de massa têm sua própria versão a respeito disto e demonstram que, por meio de reportagens e ângulos fotográficos criteriosos, uma minúscula resposta a uma celebridade pode ser transformada em uma torrente impetuosa. (GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. 2008. p. 63)

*and/or treatment recommendation for the item described. (ENTMAN apud Leal, 1993, p. 52)*¹⁹

Venício A. de Lima (2001, p. 274) também trata da importância de observar os tipos de enquadramentos realizados pela grande mídia - no caso da televisão, por meio da análise das “chamadas” de abertura e fechamento dos blocos de notícias nos telejornais, que são responsáveis pela construção e sustentação da unidade de todo o noticiário. O autor lembra que o conceito de enquadramento (*framing*) representa um avanço importante para realizar a análise de conteúdo das notícias midiáticas.

3.3. MAWELL MC COMBS: AGENDAMENTO MIDIÁTICO

Segundo Maxwell McCombs (2009: 12) a teoria da Agenda marca uma importante expansão teórica sobre o início do processo de comunicação, a começar pelo estágio no qual se quer saber quais assuntos a mídia e o público estão prestando atenção e consideram importantes, observando em que medida a mídia e o público percebem e entendem os detalhes destes tópicos. É a partir dessas duas premissas que desenvolvemos a análise dos enquadramentos das reportagens das quatro revistas de maior circulação do país, levando em conta as opiniões dos seus leitores, em especial os comentários da internet.

O autor lembra que a matéria principal da p.1, ou a página de capa versus a página interior, e mesmo o tamanho do título da reportagem, somado ao tamanho da matéria comunicam a saliência dos tópicos da agenda noticiosa. Além disso, devemos considerar que a mídia, principalmente as revistas impressas, não são as nossa únicas fonte de informação com relação aos assuntos públicos.

Na maior parte das vezes, a experiência pessoal, como as conversações com nossa família, amigos e colegas de trabalho, também nos informa sobre muitos temas. Contudo, Maxwell McCombs (2009, p. 99) ressalta que alguns temas são intrusivos, ou seja, eles se inserem em nossas vidas diárias e são experimentados diretamente. Outros assuntos não são intrusivos. Nós os encontramos somente nas notícias, não diretamente em nossas vidas diárias. A mídia define a agenda quando ela é bem-sucedida em chamar a atenção para um problema. Ela constrói uma agenda pública quando fornece o contexto que determina como as pessoas pensam sobre o tópico e como avalia seus méritos;

¹⁹ Enquadrar é selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e torná-los mais salientes em um texto comunicativo, de forma a promover uma definição particular do problema, uma interpretação casual, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento para o item descrito.

A opinião é resultado de uma atividade que consiste em “reunir elementos heterogêneos e associá-los ou compô-los segundo a lógica do necessário ou do verossímil.” Ela depende, com efeito, de um cálculo de probabilidade que leva o sujeito a tomar uma atitude intelectual de aceitação ou não da verossimilhança. A opinião assemelha-se a crença pelo movimento de **ser a favor ou contra**, mas dela se distingue pelo cálculo de probabilidade que não existe na crença e que faz com que a **opinião resulte de um julgamento hipotético a respeito de uma posição favorável/ desfavorável** e não sobre o ato de adesão/rejeição. (CHARAUDEAU, 2010, p.121)

O que o público precisa saber? É uma frase recorrente no repertório teórico do jornalismo profissional. Em boa medida, o jornalismo está estabelecido na tradição dos contadores de histórias. Contudo, bom jornalismo é mais do que simplesmente contar uma história. É contar histórias (ou estórias) que possuam utilidade cívica significativa. **Este papel que a mídia tem de definir a agenda liga o jornalismo a sua tradição de contar história à arena da opinião pública, uma relação com consideráveis consequências para a sociedade.** Para quase todas as preocupações da agenda pública, os cidadãos tratam de uma realidade de segunda mão, uma realidade que é estruturada pelos relatos dos jornalistas sobre estes eventos e situações.

As notícias do dia nos alertam sobre os últimos eventos e modificações dos amplos ambientes que estão além de nossa experiência imediata. Mas os jornais e as notícias da TV, mesmo as bem editadas páginas de um jornal tablóide ou de um site da web faz muito mais do que sinalizar a existência de temas e eventos importantes. Na sua seleção diária e apresentação das notícias, os editores e diretores de redação focam nossa atenção e influenciam nossas percepções naquelas que são as mais importantes questões do dia. Esta habilidade de influenciar a saliência dos tópicos na agenda pública veio a ser chamada função agendamento dos veículos noticiosos.

A matéria principal da p.1, a página de capa versus a página interior, o tamanho do título, e mesmo o tamanho da matéria comunicam a saliência dos tópicos da agenda noticiosa. No caso das notícias com alto envolvimento pessoal, o período de tempo para a ocorrência de efeitos do agendamento pode ser ainda mais curto.

A frequência de cobertura de um tema no noticiário é parte da explicação dos efeitos do agendamento, mas somente em conjunto com a relevância psicológica dos itens na agenda da mídia nos membros do público. A saliência pública é o resultado combinado da disponibilidade e a relevância pessoal. (McCOMBS, 2009, p. 98). *O mass média* não é a nossa única fonte de informação dos assuntos públicos. A experiência pessoal, que inclui

conversações com nossa família, amigos e colegas de trabalho, também nos informa sobre muitos temas...

O sugestionamento (*priming*) é uma extensão significativa do agendamento, uma das rotas através da qual a mídia desempenha um papel central na formatação das atitudes e das opiniões. Às vezes, no entanto, estes efeitos do agendamento da mídia têm conseqüências muito diretas para as atitudes e as opiniões. O sugestionamento (*priming*) e o enquadramento (*framing*) são subespécies do agendamento. Já o conceito de *priming* pode ser entendido como uma continuidade do agendamento e enquadramento. Ele busca explicar como as pessoas “ativam determinados esquemas mentais preexistentes após receberem determinados conteúdos pelos meios de comunicação.” (CERVI, 2010, p. 73).

Portanto, tentar delimitar as formas de agendamento das matérias referente às políticas afirmativas nas universidades públicas brasileira, permite traçar mecanismos de agendamento, uma vez que a mídia produz formas de perceber e pensar a sociedade e suas esferas sociais, através dos quadros de percepção, além de agendar temas específicos.

4 - DISCURSO EDUCACIONAL NO BRASIL: APONTAMENTOS

O discurso educacional no Brasil foi norteado pela doutrina positivista, principalmente no período da ditadura militar (1964 -1984) que influenciou sobremaneira a cultura política, adequando-se as ideias autoritárias em defesa de seus interesses. Basta verificarmos o lema de nossa bandeira, “Ordem e Progresso” para visualizarmos a influência da doutrina positivista, refletindo assim, até os dias de hoje, em nossa cultura educacional.

Assistimos, após o fim da ditadura militar, um processo de abertura política, que deu origem a nova Constituição (de 1988), imputando reformas, não apenas políticas e econômicas, mas principalmente sociais. Dessa forma, a década de noventa fica marcada por transformações nas legislações educacionais, como a criação do FundeB (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica) e o FundeF (Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental).

Mas foi com a ascensão do partido dos trabalhadores (PT) ao poder - que civis passaram a ter mais espaço no poder público e grupos de civis ganharam mais visibilidade para reivindicar seus direitos, como o caso do Movimento Negro - reformas educacionais tais como a implantação do ProUni (2005) e do Sistema de Políticas Afirmativas nas Universidades Públicas e do Reuni (2009) se tornaram possíveis.

Nesses aspectos, as reformas educacionais passam a ser entendidas como mecanismos de renovação econômica e transformação social. Como lembra Márcia Aparecida Amados Mascia (2003), esse modelo “progressista” de reforma educacional, tende a buscar as desigualdades a fim de intervir, para incluir aqueles que foram precisamente marginalizados ou excluídos, como é o caso do Sistema de Cotas, foco de nossa análise, haja vista que ele constitui-se por um discurso determinado por formas históricas das relações sociais.

A essas políticas sociais, que são tentativas de concretização da igualdade substancial ou material, dá-se a denominação de “ação afirmativa” ou “ação ou discriminação positiva”, terminologia do direito europeu (Gomes, 2003). Em face aos problemas sociais, algumas alternativas são propostas para atenuação de desigualdades que mantém em condições díspares cidadãos de estratos distintos. José Alcides Figueiredo Santos (2009)²⁰ já aponta em suas pesquisas que a desigualdade de gênero e de renda no Brasil seria afetada pela hierarquia

²⁰ ALCIDES F., SANTOS, JOSÉ. **A interação estrutural entre a desigualdade de raça e de gênero no Brasil.** Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 24. Nº 70. São Paulo, Junho de 2009.

social, isso inclusive atingiria o acesso não só ao mercado de trabalho, mas ao ensino superior. Uma das alternativas propostas é o sistema de cotas que visaria a acelerar um processo de inclusão social de grupos à margem da sociedade.

Quais são as justificativas segundo o MEC para a política de Cotas:

1) Escassa presença do negro nas universidades públicas do país.
2) Evidências dessa sub-representação no cenário nacional. “Gap” existente nesse campo legitimaram o argumento por cotas.

3) As cotas podem ser pensadas, também, como caminho para a construção de outro paradigma, centrado na ideia de paridade. As cotas são assumidas como medidas temporárias e não permanentes e/ou como questão de princípio de representação.

Cabe lembrar que as reformas curriculares fazem parte dos significados tidos como verdadeiros. Significados esses que atravessam e são atravessados pelas relações de poder-saber (Mascia, 2003, p. 70). Logo, uma reforma curricular, não se refere somente à mudança de práticas pedagógicas, mas consiste em práticas políticas, capazes de organizar e moldar a estrutura da própria sociedade.

Foi na década de 90, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, que o tema das ações afirmativas entrou na agenda do governo brasileiro, com a criação do Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra em 1995, as propostas do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) em 1996, e a participação do Brasil na Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, em 2001, na África do Sul. (...) O governo de Luiz Inácio Lula da Silva aprofundou esse processo. Criou a Secretaria Especial para a Promoção da Igualdade Racial, modificou o Sistema de Financiamento ao Estudante e criou o Programa Universidade para Todos, prevendo bolsas e vagas específicas para “negros”. Em 2003, o Conselho Nacional de Educação exarou as Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira.²¹ (**Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação**)

Abaixo destacamos as principais leis criadas envolvendo o assunto das políticas afirmativas;

a) Lei estadual 3.524/00 de 28 de dezembro de 2000.

Esta lei garante a reserva de 50% das vagas, nas universidades estaduais do Rio de Janeiro, para estudantes das redes públicas municipais e estadual de ensino. Esta lei passou a

²¹ Informações retiradas do artigo – **Considerações acerca do sistema de cotas no Brasil**. Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação. Disponível em: www.ipae.com.br

ser aplicada no vestibular de 2004 da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e na Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF).

b) A lei 3.708/01 de 2001.

Institui o sistema de cotas para estudantes denominados negros ou pardos, com percentual de 40% das vagas das universidades estaduais do Rio de Janeiro. Esta lei passa a ser aplicada no vestibular de 2002 da UERJ e da UENF.

c) Decreto nº 4.228, de 13 de maio de 2002.

Institui, no âmbito da administração pública federal, o Programa Nacional de Ações Afirmativas além de outras providências.

d) Lei Nº 12.288, de 20 de julho de 2010.

Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. No artigo 4º e seus incisos da Lei supracitada, o estatuto prevê que a participação da população negra será promovida em condição de igualdade econômica, social, política e cultural do país, por meio de:

Art. 4º A participação da população negra, em condição de igualdade de oportunidade, na vida econômica, social, política e cultural do País será promovida, prioritariamente, por meio de:

[...]

II - adoção de medidas, programas e políticas de ação afirmativa;

[...]

VII - implementação de programas de ação afirmativa destinados ao enfrentamento das desigualdades étnicas no tocante à educação, cultura, esporte e lazer, saúde, segurança, trabalho, moradia, meios de comunicação de massa, financiamentos públicos, acesso à terra, à Justiça, e outros.

e) Congresso Nacional aprova lei que regulamenta ações afirmativas nas Universidades - 07 de Agosto de 2012: Aprovação da PL 180/2008.

A Lei, sancionada em agosto de 2012, visa garantir a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público. Os demais 50% das vagas permanecem para ampla concorrência.

Nesta última década de implementação das políticas afirmativas, ocorreram vários acontecimentos que ganham o tom polêmico através dos meios de comunicação, em especial

as revistas impressas, por ainda não serem claros e definidos os critérios de classificação quanto à definição étnica do indivíduo submetido aos processos de ingresso nas universidades. Destaque para notícias ligadas a Universidade de Brasília, por ter sido a primeira instituição de ensino superior federal a adotar um sistema de cotas raciais, cujo processo de seleção de alunos via políticas afirmativas foi conduzido pela equipe da ‘anatomia racial’, e em seguida por um comitê de ‘psicologia racial’.

Neste contexto de seleção para ingresso via cotas, alguns casos errôneos ganharam visibilidade midiática, como os gêmeos idênticos Alex e Alan Teixeira da Cunha, que foram considerados de “cores diferentes” pela comissão da UnB. É neste íterim que emergem preocupações com as consequências da adoção de cotas raciais para o acesso à Universidade levando cento e treze intelectuais brasileiros (antropólogos, sociólogos, historiadores, juristas, jornalistas, escritores, dramaturgos, artistas, ativistas e políticos) a redigir uma carta contra as leis raciais no Brasil. Por fim, ações de inconstitucionalidade foram propostas por alguns políticos e entidades da sociedade civil contra o sistema de cotas. Outros também se mobilizaram na defesa da reserva de vagas. Todos estes conflitos chamaram atenção da mídia impressa, ganhando inclusive capas de algumas revistas de grande circulação nacional. Logo, justifica-se a escolha do tema para análise e o estudo discursivo de algumas matérias. É o que veremos nos próximos capítulos.

5 - A ORDEM DO DISCURSO: PODER, SABER E PRÁXIS SOCIAL

Segundo Foucault (1996) os discursos são práticas organizadoras da realidade, de forma que o foco não estaria no significado das palavras, e sim no papel do discurso nas práticas sociais, como na organização das relações entre indivíduos, instituições e organizações sociais mais amplas. Em sua vertente majoritária, o discurso político midiático passa a considerar a centralidade de estratégias voltadas para a produção e administração de **afetos e de emoções**, para a conversão de eventos e ideias em narrativas e para o destaque daquilo que é **espetacular, incomum ou escandaloso** - com tudo isso, altera-se a perspectiva da relação entre os agentes políticos e o público. Foucault (1996) aponta dois pontos essenciais que sustentam o discurso, a “**heterogeneidade**”, a qual consiste na pluralidade de vozes, isto é, na presença de “**outros sujeitos**”, marcados implicitamente ou explicitamente no discurso, e as “**estratégias**” que constituem no modo como certos conceitos e temas tornam-se pertinentes ou não dentro de uma formação discursiva.

Dando continuidade na análise da ordem do discurso, o autor chama a atenção para as relações de poder embutidas dentro do mesmo. Afirma assim que o poder não se encontra somente nas instâncias superiores, mas penetra em toda a trama da sociedade, constituindo-se um conjunto difuso de micro poderes ao nível do cotidiano. Segundo Foucault, somos julgados, condenados, obrigados a viver de certo modo em função de discursos tidos como verdadeiros. Logo, é nesses aspectos que a visibilidade que as mídias utilizam se tornam um papel crucial como **disciplina e controle**, portanto, como promotoras/mantenedoras de escalas de valor, como **vigilantes e julgadores**. Enuncia-se um campo de visibilidade que permite a **internalização** do ser visto, do estar sob a mira em escala macro, em encontráveis oportunidades.

Márcia Aparecida Amador Mascia (2003) ressalta que há uma relação necessária no discurso produzido entre a linguística e o mundo social, de forma que o discurso possa ser considerado na imbricação de duas formações; as formações discursivas e ideológicas. Não há discurso, não há produção de verdade sem um jogo de oposições, de isolamento de campos que implica **embates e coerções, interdições e exclusões**. Assim é preciso dizer que os discursos contidos nas revistas representam uma forma de narrar o mundo e nessa forma está embutido o mundo a ser vivido.

Como lembra Mayra Rodrigues Gomes (2003), baseando-se nas premissas de Foucault, é por causa de uma **vontade de verdade**, que o jornalismo se faz crítico, e é por uma carência que ele faz um **discurso fundado na referencialidade**: “sempre testemunhando sua palavra, sempre apresentando provas, ou ao menos simulando apresentá-las.” Isso passa a se tornar visível quando realizamos a análise dos conteúdos das notícias de ambas as revistas. A seguir iremos dar continuidade a análise de mais duas reportagens relacionadas à implantação do sistema de cotas, buscaremos descortinar o discurso da verdade e da imparcialidade sempre atrelado ao mundo do jornalismo.

A intenção da análise do conteúdo discursivo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção ou, eventualmente, de recepção, que recorre em indicadores quantitativos ou não. Uma estimativa precisa da presença ou da ausência de características diferentes, como quais tópicos ocupam qual proporção das notícias e quantas vezes certos tipos de fontes são mencionadas.

Apesar de a análise de conteúdo, por si só, dizer pouco, ou nada, sobre as influências ou efeitos nas pessoas, devemos ser capazes de produzir caracterizações precisas dos conteúdos da mídia para tirar conclusões sobre problemas que talvez precisem ser abordados (...) permitindo ao pesquisador refletir claramente e argumentar eficientemente sobre as possíveis influências desse conteúdo. (PRIEST, 2011, p. 59)

A inferência é um nível intermediário da análise de conteúdo, em que ocorre a passagem do **nível descritivo**, para o **nível interpretativo**. São no processo de inferência que se busca deduções lógicas; o que é que levou a determinado enunciado (fala)? Este aspecto diz respeito às causas ou antecedentes da mensagem; **quais as consequências que determinado enunciado vai provavelmente provocar?**²²Quais os efeitos das mensagens? A análise discursiva procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça.

O analista é, assim, como um arqueólogo, ele trabalha com vestígios. Segundo Berelson (*apud* BARDIN, 2008, p. 37) a análise de conteúdo pode ser definida como “uma técnica de investigação, que através de uma investigação objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações tem por finalidade as interpretações dessas mesmas comunicações”. Ela permitirá que se realize uma análise de “significados” dos termos,

²² A fim de responder esse questionamento, serão apresentadas e lidas partes das reportagens analisadas para o entrevistado, e em seguida feitas perguntas que medirão a influência dessas reportagens nos argumentos discursivos do mesmo.

palavras e frases contidas num discurso, mas também pode ser uma análise dos “significantes”.

Veremos que o segmento de notícias e reportagens, no caso das revistas impressas, tão importantes nos meios de comunicação, se orienta por critérios que estão bem longe da busca da verdade e que não apresentam garantia alguma ao cidadão que constrói muitos de seus pontos de vista com base em suas informações.

6 - MÍDIA IMPRESSA E POLÍTICAS AFIRMATIVAS: REVISÃO TEÓRICA E EMPÍRICA

Nos últimos anos, a implementação das políticas afirmativas pelo governo brasileiro demandou uma série de mudanças nas esferas políticas e sociais do país, e os critérios de organização e implantação dessa política pública gerou conflitos ideológicos e jurídicos envolvendo o meio acadêmico, governantes e cidadãos. Mais do que isso, despertou uma série de publicações de notícias nos meios de comunicação brasileiros acerca desse assunto, principalmente na mídia impressa, a qual vem atingindo há anos um público leitor mais elitizado, justamente o mais atingido com essas alterações.

A reserva de vagas no vestibular, especialmente para negros, provocou transformações no âmbito universitário, dando início a estudos e pesquisas sobre o tema, inclusive no que envolvia as publicações noticiosas dos meios de comunicação acerca desse assunto. Autores como Rousiley Maia (2009), do departamento de Comunicação da Universidade de Minas Gerais, João Feres Júnior (2011) do Instituto Estadual de Sociologia e Política da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, coordenam grupos de estudo e pesquisa sobre os meios de comunicação e seus enquadramentos. Nesse contexto, deram especial atenção ao tema das políticas afirmativas, desenvolvendo análises das matérias publicadas.

Ana Elisa Santos (2007), mestre em Ciências Sociais e pesquisadora do tema políticas afirmativas, publicou também uma série de estudos e pesquisas abordando as percepções e representações da mídia impressa sobre esse tema. A seguir iremos apresentar brevemente esses estudos para associá-lo à nossa pesquisa.

Segundo João Feres Júnior (2011) o debate atual sobre as políticas de ação afirmativa feita pela grande mídia brasileira tem acontecido segundo critérios de noticiabilidade jornalística, em que são eleitos alguns casos específicos, principalmente os mais polêmicos, apresentando-os para o público leitor como algo recorrente e padrão. “Os dados discutidos aqui sugerem que o enquadramento dado à ação afirmativa pelo jornal toma casos particulares como representações do geral, produzindo uma série de falácias sinedóquicas.” (cf. Feres Júnior, 2005, p. 280).

O autor afirma que é importante considerarmos a apreciação moral que é feita sobre as ações afirmativas, sobretudo as apreciações negativas, já que o acesso a essa realidade pelos cidadãos tem sido mediado pelas informações advindas dos meios de comunicação de massa. Cabe lembrar que como estudiosos da mídia, sabemos que muitas das opiniões do

público leitor em relação à política dependem das informações veiculadas. Justamente por isso, buscamos nessa dissertação, não apenas analisar o conteúdo das matérias publicadas pelas revistas, mas também desenvolver um estudo de agendamento dessas matérias e das percepções que os leitores e assinantes dessas revistas tinham com relação às políticas afirmativas.

Nas publicações de João Feres Júnior (2008, 2010 e 2011), especialmente no texto “*Ação afirmativa: política pública e opinião*” são analisadas os ‘discursos’ que envolvem a temática das políticas afirmativas, veiculados ao público, especialmente pelos intelectuais universitários, através da mídia impressa, e que são em sua maioria contrárias a essa política educacional. Através da sua análise, afirma que a maioria das preocupações em relação às ações afirmativas no ensino superior se baseia numa visão falsa da realidade das mesmas, baseada mais em julgamentos do que estudos empíricos, que na verdade não condiz com a diversidade de programas em vigor no país.

O autor destaca a obra “*Divisões Perigosas*”, uma coletânea de artigos acadêmicos acerca das políticas afirmativas, em que são apresentadas justificativas para a não existência e permanência dessa política. Desse modo sobressai o argumento de que essa política é uma forma de discriminação social (lê-se em grande parte das publicações midiática sobre o assunto como uma política “racista”), ao se incluir alguns e excluir outros. Também aparecem argumentos afirmando que essa política é juridicamente inviável, sendo assim um ato inconstitucional, que fere o princípio da igualdade. São os argumentos mais presentes nas matérias da revista *Veja* e *Época*, principalmente por elas citarem esses especialistas e intelectuais em seus textos. Como o caso de uma reportagem da revista *Veja*, com a presença de Yvonne Maggie, uma das autoras do livro, que diz estar sendo ameaçada por parte daqueles que consideram as cotas uma política adequada a realidade brasileira. Em contrapartida, o argumento de que a política de cotas corrige distorções históricas, e que, uma vez aceitos nas universidades, os cotistas têm tido bom desempenho, pouco aparece nos dados em discussão, diz João Feres Júnior (2008). Já nas matérias da revista *Carta Capital*, são esses os dois principais argumentos presentes. Inclusive a revista apresenta uma pesquisa desenvolvida na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, para expor aos leitores como os alunos que ingressaram na universidade por meio das políticas afirmativas tem alcançado bons resultados.

João Feres Júnior (2008) destaca ainda que “no argumento dos anticotistas a perspectiva que fica clara são as antíteses entre mérito X privilégio; igualdade X desigualdade”. Em grande parte das matérias contrárias as políticas afirmativas, principalmente as matérias de capa e mais densas, as revistas *Veja* e *Época*, recorrem à meritocracia e inclusive usam desse termo para mostrar que a qualidade do ensino superior do país pode ficar ruim por não estar selecionando os melhores.

Feres Júnior (2011) demonstra através das análises realizadas pelo grupo GEMAA (Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa), o qual coordena, que as notícias publicadas pelo jornal “*O Globo*” deram ênfase aos casos da UERJ (os critérios de ingresso por meio das políticas afirmativas) e da UnB (as Comissões Julgadoras da etnia das pessoas que se submeteram ao ingresso por meio das políticas afirmativas) como exemplares do tipo de ação afirmativa em vigor no país, privilegiando assim as matérias mais polêmicas.

Outro apontamento feito pelo autor e que fica evidente nas análises das matérias das revistas é que a maioria das matérias veiculadas pela grande imprensa prioriza a discussão em volta da polêmica de cotas para negros em geral, e deixa de lado as outras formas de ações afirmativas em vigor nas universidades do país, principalmente o sistema de bônus (Universidade de São Paulo), e o ingresso de alunos oriundos das escolas públicas (que em nenhuma das matérias analisadas tratam sobre o assunto).

Esse aspecto apontado por Feres Júnior, Campos e Daflon (2011) fica visível também nas matérias das revistas, que em sua maioria, cerca de 90% das matérias analisadas, leem-se apenas cotas para negros, até mesmo nos argumentos que defendem as políticas afirmativas. A *Carta Capital* inclusive deixou de lado o sistema de bonificação e de ingresso para estudantes de escolas públicas e destacou a importância de se reparar injustiças históricas envolvendo a etnia negra do país. “A concentração da cobertura jornalística nas cotas para negros não só oblitera a discussão das outras políticas em funcionamento, mas também manifesta certo desconhecimento de como as próprias cotas para negros operam de fato²³.”

Além disso, os autores apontam que se cristalizou na imprensa nacional, a ideia de que a ação afirmativa racial é uma política do governo federal, particularmente do Partido dos Trabalhadores (PT). E esses intelectuais universitários, visíveis e citados no corpo das matérias, como Demétrio Magnoli (2009), com o livro “*Uma gota de sangue*”, divisa a ação

²³ JÚNIOR, João Feres; CAMPOS Luiz Augusto & DAFLON, Verônica. **Fora de quadro: a ação afirmativa nas páginas d’*O Globo***. Revista Contemporânea. UFSCar, São Paulo, Jul.–Dez. 2011 n. 2, p. 72

afirmativa como uma política importada dos Estados Unidos, sem sucesso, segregacionista e incoerente com nossos problemas sociais e nossa identidade cultural. Fortemente enviesadas e com análises incompletas e distorcidas.

No artigo de Juliana Botelho, Rousiley Maia e Pedro Mudim²⁴ sobre o debate em torno das cotas na mídia brasileira, especialmente o enquadramento feitos pelos jornais impressos do país entorno dessa política (*Folha de São Paulo, O Globo, O Estado de Minas*) foram feitos uma série de apontamentos; o primeiro deles é o destaque que essa mídia dá para a participação nas notícias dos cidadãos ordinários, ao invés daqueles que tem acesso privilegiado à mesma; o governo federal (incluindo-se aí as subcategorias do Executivo, Legislativo e Judiciário) e os especialistas. Ao contrário do que constatamos em nosso material de análise, em que se priorizam mais especialistas e membros do governo federal, do que os cidadãos ordinários. Contudo, a revista *Veja*, recorre também a esses cidadãos em algumas matérias, sem deixar de lado as falas e citações de estudos e obras de especialistas. Um segundo dado é constatado nas análises dos autores; é o predomínio de um discurso contrário às políticas afirmativas concentrado nos espaços de “Carta aos leitores” e “Editoriais”, enquanto há um predomínio do discurso a favor das políticas afirmativas nas “reportagens”, “notícias” e “entrevistas”.

Esses últimos espaços foram analisados em nosso material de pesquisa, as revistas impressas, e constatou-se grande diferença. Verificamos que especialmente nas reportagens, houve o predomínio de matérias contrárias as cotas, no que se refere às revistas *Veja* e *Época*, enquanto que na revista *IstoÉ*, as notícias, em sua maioria descritivas, apontavam argumentos de pessoas favoráveis às políticas afirmativas e já na *Carta Capital*, a maioria das matérias analisadas eram artigos assinados por especialistas ou pessoas envolvidas com o âmbito universitário (como é o caso do artigo da presidente da União Nacional dos Estudantes – UNE).

Por fim, toda essa revisão de literatura somada aos dados de nossa pesquisa aponta a existência de disputas acerca da aprovação e desaprovação das políticas afirmativas, sobretudo no espaço midiático. Observamos que as mesmas tem sido travadas por àquela parcela da população que é justamente a mais refratária à sua implementação; políticos opositores do atual governo, professores universitários, e a própria classe média.

²⁴ BOTELHO, Juliana Santos; MAIA, Rousiley C. M.; MUNDIM, Pedro Santos. **O debate em torno das cotas nas universidades públicas brasileiras de 2001 a 2009: uma análise preliminar**. Compolítica, v. 1, p. 8-34, 2011.

Portanto, justifica-se a importância de analisar o conteúdo veiculado por essa mídia impressa e também a percepção de seus respectivos leitores. Como aponta Feres Júnior (2010) o leitor dispõe de uma representação parcial e enviesada dessa medida, por parte da mídia impressa. Portanto, nos resta tentar identificar essas distorções e vieses, e mesmo o abismo entre a realidade das políticas e o “mito” que tem sido construído pela mídia sobre a implantação e desempenho da mesma, a fim de contribuir para um debate público sobre o tema mais democrático.

6.1. ANÁLISE DISCURSIVA DAS NOTÍCIAS SOBRE POLÍTICAS AFIRMATIVAS NAS REVISTAS IMPRESSAS – BASE TEÓRICA E METODOLÓGICA.

Para o propósito apresentado neste trabalho, a análise discursiva das matérias das quatro maiores revistas impressas de circulação do país que tratam do tema das políticas afirmativas no âmbito universitário, apoiamos nossas leituras nas obras de Norman Fairclough (2001), mais especificamente em seu livro “*Discurso e mudança social*”, uma vez que o autor francês traz a tona temas das Ciências Sociais, como ideologia e hegemonia na produção do poder e do saber. E para melhor sedimentar o corpo de análise empírica dos dados coletados, utilizamos algumas técnicas apresentadas por Patrick Charaudeau (2010) em sua obra “*Discursos das Mídias*”. Ambos os autores, retomam os estudos clássicos de Foucault sobre discurso e poder, e possibilitam uma melhor visibilidade sobre as linguagens dos meios de comunicação no mundo atual. Como livros de apoio, tanto teórico como metodológico, utilizamos “*Análise de discurso crítica*” de Viviane de Melo Resende e Viviane Ramalho (2011) e “*Pesquisa de Mídia*” de Susanna Hornig Priest (2011), que seguem a mesma linha de estudos dos autores citados anteriormente.

Vimos anteriormente que para Foucault o discurso é não apenas o que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas é a coisa para a qual e pela qual a luta existe, ou seja, o discurso é o poder a ser tomado. Assim inúmeros discursos são construídos através de saberes diferentes a fim de se chegar ao poder, ou melhor, ao reconhecimento hegemônico. Justamente por isso Fairclough (2001) defende o discurso como prática política e ideológica:

Quadro 1 – Análise da prática social

ELEMENTOS DE ANÁLISE	OBJETIVOS
Matriz social do discurso	“Especificar as relações e as estruturas sociais e hegemônicas que constituem a matriz dessa instância particular da prática social e discursiva; como essa instância aparece em relação a essas estruturas e relações [...]; e que efeitos ela traz, em termos de sua representação ou transformação?” (Fairclough, 2001: 289-290).
Ordens do discurso	Explicitar o relacionamento da instância da prática social e discursiva com as ordens de discurso que ela descreve e os efeitos de reprodução e transformação das ordens de discurso para as quais colaborou.
Efeitos ideológicos e políticos do discurso	Focalizar os seguintes efeitos ideológicos e hegemônicos particulares: sistemas de conhecimento e crença, relações sociais, identidades sociais (eu).

Fonte – FAIRCLOUGH, 2001

Apresentamos em capítulos anteriores, a forte ligação do campo comunicacional com a esfera política, assim, remetendo ao argumento do autor, notamos que como que na prática política, o discurso estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas em que existem tais relações. Já como prática ideológica, o discurso constitui, naturaliza, mantém e também transforma os significados de mundo nas mais diversas posições das relações de poder; “a mídia pode sem dúvida ser utilizada para perpetuar antigos valores e crenças, incluindo estereótipos raciais e sexuais, mas também pode participar na mudança deles.” (PRIEST, Susanna H., 2011, p. 46).

Nesse sentido, nossa pesquisa se torna válida, uma vez que utilizaremos a análise de discurso a fim de retomar, compreender e discutir os conceitos alicerçados as ciências sociais, que abarcam o tema das políticas afirmativas, e que ocupam grande parte dos espaços midiáticos, tais como classe, poder e ideologia. A análise da dimensão da prática social está centrada nos conceitos de ideologia e essencialmente de hegemonia.

A análise de discurso preocupa-se não apenas com as relações de poder no discurso, mas também com a maneira como as relações de poder e a luta de poder moldam e transformam as práticas discursivas de uma sociedade ou instituição. Mais do que as práticas discursivas é a própria práxis social que é moldada e reconfigurada de acordo com determinados discursos. (Fairclough, 2001, p. 59)

Ao associarmos alguns conceitos da teoria sociológica com a análise do discurso, considerando as produções marxistas que tratam do tema de ideologia e hegemonia (Gramsci, 1988, 1995), apontadas nos textos de Fairclough (2001), compreendemos que grupos hegemônicos como a editora Globo e a Abril produzem uma série de notícias permeadas por suas práticas ideológicas, visando assim constituir uma ordem padrão de discurso, que priorize os grupos de atores sociais aos quais eles estão vinculados, ou seja, seus assinantes de classe média.

Fairclough (2001, p. 80) ao retomar o conceito de hegemonia de Gramsci, caracterizava-a como um domínio exercido pelo poder de um grupo sobre os outros demais, no caso, apoiado no consenso e não no uso da força. Isso constitui também uma prática ideológica, uma vez que um domínio particular (no nosso caso, discursos particulares) pode constituir afirmativas gerais acerca do que existe, do que é possível, necessário e desejável: “a ideologia é, por natureza, hegemônica, no sentido de que ela necessariamente serve para estabelecer e sustentar relações de dominação e, por isso, serve para reproduzir a ordem social que favorece indivíduos e grupos dominantes.” (Resende & Ramalho, 2011, p. 49) Nesse aspecto Fairclough (2001) afirma que as ideologias são *representações* e podem ser legitimadas em maneiras de ação social e inculcadas nas *identidades* de agentes sociais.

Dessa forma, percebemos na análise dos principais textos sobre políticas afirmativas, publicados por essas revistas, no que diz respeito às matérias veiculadas pelas revistas *Veja* e *Istoé*, uma presença muito forte da intertextualidade, ocupando maior parte dos espaços de suas reportagens; é o que chamamos de “fenômeno da logocracia” e efeito de actancialização, no próximo capítulo veremos melhor sobre esses efeitos (Patrick Charaudeau, 2010). Sabemos que “a intertextualidade é a combinação da voz de quem pronuncia um enunciado com outras vozes que lhe são articuladas” (Resende & Ramalho, 2011, p. 65).

Não necessariamente, a combinação dessas falas constitui de fato veracidade para a informação, principalmente quando as revistas priorizam apenas determinados “indivíduos ou grupos” que se relacionam somente de forma positiva/negativa com as políticas afirmativas (a *Veja* priorizou especialistas contrários às políticas afirmativas como a professora Yvonne Maggie e o sociólogo Demétrio Magnoli e os cidadãos vítimas/testemunhas de alguma falha no processo de seleção dos sistema de cotas).

Contudo, sabemos que a existência de textos com a prática da intertextualidade tem maior efeito de agendamento no leitor e atingem um número maior de leitores, por serem

textos de melhor compreensão, principalmente aqueles com o formato descritivo, que escondem as estratégias persuasivas, do que textos “pessoais” (posicionamento de um jornalista, no sentido de construção de um texto no formato de um editorial) ou de “especialistas” (professores universitários) como faz a *Carta Capital* e a *Revista Época* (texto de Fernando Abrucio, professor formado na Universidade de São Paulo).

O acontecimento é selecionado em função de seu potencial de saliência que reside ora no notável, no inesperado, ora na desordem (...). As mídias procedem a uma racionalização, de tal maneira que o público se habitua a recordar o mundo social como as mídias o fazem. (PRIEST, 2011, p. 46)

A estrutura das palavras que compõem o texto é primordial no sentido de persuasão de seu público, se estamos tratando de um público mais velho, que possui um capital social e simbólico (Bourdieu, 1999) sedimentados em um contexto espacial e temporal diferente, com certeza efeitos de morais e de crenças estarão mais presentes do que dados empíricos ou estatísticos. É o que presenciamos principalmente nas revistas *Veja* e em algumas matérias da revista *Época*, o que qualificamos como efeito de dramatização ou boato (Patrick Charaudeau, 2010), onde utilizam de termos tais como “segregação racial”, “discriminação racial”, “apartheid”, “ódio racial”, “intolerância racial”, “nazismo”, entre outros, ao se referirem ao sistema de cotas raciais nas universidades públicas brasileiras, geralmente textos que ocupavam mais de três páginas das revistas.

Vale ressaltar que ambas as revistas publicaram edições especiais sobre as políticas afirmativas, inclusive sendo tema de capa de ambas as revistas:

Figura 1 – Capas da Revista *Veja* e *Época* e *IstoÉ* sobre as políticas afirmativas



Fonte: www.google.com

Enquanto que houve matérias da Revista Carta Capital que possuíam somente relatos estatísticos sobre as políticas de cotas para negros nas universidades públicas brasileiras, ou sobre o perfil desses alunos, as maiorias das matérias possuíam **efeitos perversos de dramatização positiva**²⁵, recorrendo a contextos históricos e casos recorrentes de preconceito em nossa sociedade brasileira para convencer o leitor da importância dessas políticas.

A direção da faculdade revela agora a sua mentalidade senhorial, preconceituosa e contra as políticas de inclusão social. Esse mérito tem o professor Natalino. O lixo saiu debaixo do tapete. Não dá mais para esconder. *Carta Capital*. **O professor e a Casa Grande**. 5 de maio de 2008.

Enquanto interessava às elites brasileiras que a negrada se esfolasse nos canaviais e, tempos depois, fosse relegada ao elevador de serviço, o conceito de raça era, por assim dizer, claríssimo no Brasil. Tudo que era ruim, cafona, sujo ou desbocado era “coisa de preto”. (...) Pois bem, bastou o governo Lula arriscar-se numa política de ações afirmativas para a high society tupiniquim berrar para o mundo que no Brasil não há racismo, a escrever que não somos racistas. Pior: a dizer que no Brasil, na verdade, não há negros. *Carta Capital*. **Somos Racistas**. 13 de agosto de 2010.

²⁵ Trataremos sobre o significado dos efeitos no próximo capítulo.

O temor da criação de tribunais raciais travestidos de comissões de verificação também se mostra exagerado. A Universidade de Brasília (UnB) é questionada no Supremo por ter instituído uma comissão. Mas, além dela, apenas outras três instituições criaram comitês para verificar a veracidade das informações prestadas pelos candidatos. Cerca de 85% das universidades com cotas raciais adotaram a autodeclaração como critério único para definir quem se qualifica ou não. *Carta Capital*. **Inclusão desmitificada**. 25 de setembro de 2010.

Na verdade, quando tratamos da intertextualidade, percebemos que não só há a presença do discurso direto recorrentemente nas revistas *Veja*, *Época* e *IstoÉ*, mas um número significativo de citações indiretas, o que chamamos em nossa classificação de discurso referenciado, sem falas e depoimentos ou opiniões externas, apenas “argumentos” retirados de livros ou de outros textos midiáticos.

Descobre-se em *Uma Gota de Sangue* que as atuais políticas de cotas derivam dos mesmos pressupostos clássicos sobre raça que embasaram, num passado não tão distante, a segregação oficial de negros e outros grupos. A diferença é que, agora, esse velho pensamento assume o nome de multiculturalismo – a ideia de que uma nação é uma colcha de retalhos de etnias que formam um conjunto, mas não se misturam. É o racismo com nova pele. *Veja*. **Queremos dividir o Brasil**. 02 de setembro de 2009

Em três décadas de ações afirmativas, os indicadores sociais dos negros americanos melhoraram pouco. A taxa de mortalidade das crianças negras aumentou, a expectativa de vida dos homens negros diminuiu e o desemprego continua duas vezes maior que entre os brancos. A seu favor, o número de negros juizes, advogados, físicos e engenheiros triplicou. “As cotas garantem acesso somente a grupos que já estavam longe da miséria”, diz o economista americano Thomas Sowell. Ele é negro, nascido no Harlem, tradicional bairro de afrodescendentes em Nova York. No livro *Ação Afirmativa ao Redor do Mundo* (UniverCidade Editora), Sowell diz que, “para garantir a melhora social, é infinitamente melhor providenciar um ensino básico sólido para todos”. *Época*. **Discriminação não é solução**. 20 de fevereiro de 2009.

Para a procuradora Roberta Kaufmann, do Ministério Público do Distrito Federal e autora de uma tese de mestrado sobre ações afirmativas, o projeto é inconstitucional e traz resultados meramente simbólicos. “É uma política conveniente para o governo, que passa a imagem de estar fazendo alguma coisa, mas não ataca a raiz do problema, que é o ensino público de má qualidade”, critica. De fato, a proposta tenta consertar no fim o que está errado na origem. *IstoÉ*. **Cerco à classe média**. 26 de Outubro de 2008.

Já na revista *Carta Capital*, notamos que há inúmeras “representações oriundas de outras vozes referidas sem serem relatadas”, neste caso, são respostas a algumas afirmações midiáticas veiculadas em outras matérias de outras revistas, como a própria *Veja*.

De fato, é possível apontar uma série de problemas no sistema de cotas, como em vários sistemas que envolvam subjetividade e leis. O que preocupa, a esta altura do campeonato, não é a desconfiança sobre uma medida considerada paliativa. É o conforto com a ausência de propostas melhores. Carta Capital. **Reações a cotas subestimam o racismo**. 27 de abril de 2012.

Aparece assim, um jogo do dito, não dito, do ataque e contra-ataque criando-se tensões ideológicas e hegemônicas, principalmente entre essas duas revistas impressas. Sabemos que o diretor chefe da Carta Capital, Mino Carta, foi o primeiro diretor da redação da Revista *Veja* (permaneceu por lá até final da década de setenta), mas por questões políticas (envolvendo a ditadura militar que acontecia nesse período no Brasil) e ideológicas, acabou pedindo demissão.²⁶ Além disso, foi um dos colaboradores na criação da Revista *IstoÉ*.

Entendemos que há uma congruência discursiva, ideológica e política (no sentido de apoio às políticas afirmativas e mesmo a uma série de projetos do Partido dos Trabalhadores - PT, atual governo federal) entre as revistas *IstoÉ* e *Carta Capital*. Tal fato não acontece por mero acaso, uma vez que o “proprietário” da revista Carta Capital e editor da mesma: Mino Carta, foi um dos articuladores dentro da Editora Três, na criação da revista *IstoÉ*. Devemos enfatizar também que o fundador da editora Três, Domingo Alzugaray, teve profícua carreira na Editora Abril na década de setenta (mesmo período que Mino Carta trabalhava na mesma),²⁷ o que possivelmente constituiu uma amizade jornalística entre ambos e compartilhamento de “padrões ideológicos e hegemônicos” no que diz respeito ao cenário político.

Desse modo, entendemos que o fato de algumas questões serem “dialogizadas” e outras não, dentro do discurso das mídias, demonstram que essas questões são ideologizadas e implicam na legitimação ou/e na universalização de representações particulares (Resende & Ramalho, 2011, p. 69). A revista Carta Capital abordou exatamente esse assunto em uma de suas capas:

²⁶ Para mais informações sobre o pedido de demissão de Mino Carta da revista *Veja* ver a matéria publicada pelo mesmo; “*Calúnias, má memória e escola ruim*”. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/calunias-ma-memoria-e-escola-ruim/>.

²⁷ Para compreender melhor a história da revista *IstoÉ*, basta ler o artigo “*Editora Três 40 anos*”. Disponível em: http://www.istoec.com.br/reportagens/248796_EDITORA+TRES+40+ANOS.

Figura 2 – Capa da Revista Carta Capital criticando a mídia impressa brasileira (jornais impressos de maior circulação):



Fonte: www.google.com

Assim, verificou-se que nas reportagens analisadas da Revista *Veja* houve uma total preferência pelo relato de vozes de especialistas (Demétrio Magnoli, por exemplo, alguns geneticistas, entre outros) contrários às políticas afirmativas e supostos prejudicados dessas políticas (o que qualificamos como cidadão vítima ou testemunha), enquanto que na Carta Capital, as matérias escritas na maioria das vezes pelos próprios especialistas (como João Feres Júnior e Aluizio Belizário), buscavam responder aos efeitos dramatizantes sobre as cotas raciais (um suposto *apartheid* social aconteceria no país caso elas viessem a ser aprovadas) presentes no discurso das demais revistas (*Veja e Época*).

Toda adesão a ideias preconcebidas, a rumores, a julgamentos estereotipados que aparecem sob a forma de enunciados, mais ou menos fixos (...) através desses enunciados, o sujeito acredita estar aderindo a uma verdade universal, a um mundo de evidência que o tranquiliza (PRIEST, 2011, p. 121).

Tal discurso se torna repetitivo nas demais reportagens dessas duas revistas, mesmo sendo elas escritas por diversos jornalistas. Podemos então, considerar que tais estratégias discursivas, mais do que voltadas para representações particulares, estão alicerçadas a uma lógica de mercado, ou seja, voltadas para atingir um grande número de pessoas, a “fórmula da

busca por audiência com suas manipulações” (Bourdieu, 1998). Logo é preciso falar (escrever) repetidas vezes, com a mesma entonação dramatizante, criando-se um efeito de inchaço (Patrick Charaudeau, 2010). Critérios midiáticos já apontados por Habermas (Mudança Estrutural da Esfera Pública, 1962) e Bourdieu (Sobre a televisão, 1998) associam essa lógica mercadológica ao fenômeno do neoliberalismo: “pode-se dizer que o discurso neoliberal apresenta alto grau de repetitividade e atua em escala global, influenciando um sem-número de práticas” (Bourdieu, 1998 *apud* Resende & Ramalho, 2011).

A mídia constrói a realidade segundo uma visão particular de mundo submetida, por exemplo, às pressões do mercado e da ideologia dominante e, por outro, entender que há leituras diferentes de um mesmo evento pode ser um princípio para uma leitura crítica, leitura essa que considere tanto a existência de diferentes interesses de grupos sociais em lutas hegemônicas quanto o fato de que o texto da notícia é um produto social que internaliza essas lutas. (RESENDE & RAMALHO, 2011, p. 114)

Constatamos ainda que nesses locais de repetitividade, seja do discurso ou dos atores públicos; especialista, testemunhas, acusados (governo federal, por exemplo) e de uma quantidade significativa de argumentos contrários às políticas de cotas, presente principalmente na revista *Veja e Época* e na maioria das demais, **há uma forte ausência da chamada interdiscursividade**, ou seja, há uma insuficiência de articulação dos diferentes discursos (tanto pró como contra as políticas de cotas raciais), o mesmo que chamamos em nossa análise de inexistência de uma argumentação em forma de gangorra (Patrick Charaudeau, 2010).

Percebemos em nossa análise um número significativo de metáforas, no que diz respeito às políticas afirmativas implantadas nos Estados Unidos e em países como Índia e África do Sul, e metáforas referentes a questões que envolviam o mérito acadêmico. Colocamos aqui a ideia de que nesses meios midiáticos, principalmente nas reportagens das revistas *Veja e IstoÉ*, é preciso comparar para generalizar, seja no sentido positivo das políticas afirmativas, ou no sentido negativo das mesmas.

Comparando-se metaforicamente é possível classificar em termos de escala, entre o normal e anormal, entre o certo e errado, entre o bom e o ruim, entre o melhor e o pior. Assim, entendemos que “a metáfora não é uma questão meramente linguística ou lexical, ao contrário, o pensamento humano é largamente metafórico e a metáfora só é possível como expressão linguística por que existe no sistema conceptual humano” (Resende & Ramalho, 2011, p. 86). Portanto todos os tipos de metáforas usados nos textos foram utilizados a fim de

realçar ou encobrir certos aspectos das políticas afirmativas, principalmente no âmbito educacional:

“as práticas sociais encerram diferentes discursos e interesses particulares, a presença de uma voz específica, de maneiras específicas, em vez de outras, sinaliza o posicionamento do autor do texto, inserido em determinadas conjunturas, nas lutas de poder.” (Resende & Ramalho, 2011, p. 101)

A apresentação das formas discursivas das reportagens das revistas impressas de maior circulação do país trás a tona as dualidades de nossas estruturas sociais e políticas, principalmente as lutas ideológicas entre determinados atores de nossa sociedade. Pensemos na ambiguidade das políticas assistencialistas de esquerda e das políticas liberais de direita representadas aqui nos dois maiores partidos de nosso país, o Partido dos Trabalhadores (PT- líder do atual governo) e no Partido da Social Democracia do Brasil (PSDB – atual oposição e ex-governo), dos quais essa luta hegemônica se estende para a opinião pública em defesa de cada um deles, *Veja* e *Época* representaria assim a ideologia liberalista presente no PSDB, e *Carta Capital* e *IstoÉ*, a defesa dos ideais “socialistas” do Partido dos Trabalhadores. Vejamos as capas abaixo de duas dessas revistas, durante um período de eleição do país (ano de 2010), que comprovam nossa “teoria”:

Figura 3 – Capas das revistas com os dois candidatos que concorriam à presidência da república brasileira, já no segundo turno de 2010.



Fonte: www.google.com

Ambas as políticas colocam em pauta as noções contemporâneas de identidade, ou da existência de múltiplas identidades na esfera pública, à questão posta, sociológica e midiaticamente é como atender as demandas dessas inúmeras identidades, especificamente, como atender determinadas “etnias” em detrimento de outras? É nesse cenário dicotômico politicamente, e construído cada vez mais individualmente pelas identidades fragmentadas que fomos levados a articular algumas perguntas sobre o posicionamento dos atores sociais (leitores dessas revistas), perante as políticas afirmativas.

Vale ressaltar, como vimos no capítulo que trata sobre a literatura e pesquisas anteriores sobre mídia impressa e políticas afirmativas, que a maioria das notícias encontradas na mídia impressa (nesse caso referentes à “Carta ao leitor” e “Editorial” presentes nos jornais de maior circulação do país), eram contrárias as políticas afirmativas e constituíam discursos dramatizantes sobre as mesmas. A maior parte dos apontamentos apresentados nas análises dos jornais *O Globo*, *Folha de São Paulo*, entre outros (FERES, 2011; BOTELHO, 2009; SANTOS, 2007) estarão presentes nas análises discursivas das matérias sobre políticas afirmativas das revistas *Veja*, *Época*, *IstoÉ* e *Carta Capital*, no próximo capítulo.

A fim de facilitar a coleta e quantificação dos dados, criamos um roteiro padrão para analisar todas as matérias. Esse roteiro foi baseado nas leituras dos teóricos da mídia apresentados nesse trabalho (TRAQUINA, 2005; LUHMANN, 2005, FAIRCLOUGH 2001) e nas considerações sobre os diversos efeitos discursivos recorrentes na mídia, presentes na obra de Patrick Charaudeau (2010). A importância dessa análise permite criar uma série de questionamentos, os quais nos levaram a realizar dezesseis entrevistas semiestruturadas com leitores e assinantes dessas revistas impressas. **Afinal, com essa quantidade de reportagens, entrevistas e matérias sobre políticas afirmativas, especialmente com apreciações negativas sobre as mesmas, não seriam elas capazes de influenciar indiretamente a opinião dos leitores sobre a legitimidade das políticas afirmativas?**

Nesses termos, podemos recorrer a Gramsci (1991, p. 22-23) quando o mesmo afirma que um jornal (ou um grupo de jornais) pode ser também “partido”, “frações de partido” ou “de um determinado partido”. Contudo, o que os jornais pretendem é não apenas atuar no campo político, lugar onde se geram problemas, programas, análises, comentários, conceitos e acontecimentos, entre os quais os “consumidores” devem escolher, mas, sobretudo, conseguir mobilização cada vez maior do público, ou do seu público.

Nenhuma informação pode pretender, por definição, à transparência, à neutralidade ou à factualidade. Sendo um ato de transação, depende do tipo de alvo que o informador escolhe e da coincidência ou não coincidência deste com o tipo de receptor que interpretará a informação dada – A interpretação se processará segundo os parâmetros que são próprios ao receptor, e que não foram necessariamente postulados pelo sujeito informador. (CHARAUDEAU, 2010, p. 42)

Bourdieu (1998) aponta que o campo político e o campo jornalístico têm algo de comum; o fato de estarem sob influência (direta) da sanção do mercado e do público. Como vimos, e mais considerações sobre o tema virão no capítulo seguinte, a definição de uma matéria de capa ou de uma manchete em função do exame dos veículos concorrentes, como o investimento em demoradas e custosas investigações ou o respeito ao compromisso assumido com alguma fonte são exemplos de decisões jornalísticas calculadas. (BOURDIEU, 1998, p. 109).

Portanto, estudar os discursos midiáticos, principalmente na era da informação, no que diz respeito às políticas públicas educacionais, torna-se fundamental, uma vez que estaremos tratando da visibilidade desses discursos e ao mesmo tempo, delimitando sua opacidade: “as mídias apresentam-se como um organismo especializado que tem a vocação de responder a uma demanda social por dever de democracia. Contudo, trata-se de um organismo que se define também através de uma lógica comercial.” (CHARAUDEAU, 2010, p. 58)

Como aponta Susana H. Priest (2011, p. 112) pensar na visibilidade midiática é saber da existência de uma ilusória transparência em seus discursos comunicacionais, afinal o discurso do visível imerso no âmbito nos meios de comunicação, diz respeito a desvelar, descobrir o oculto, mostrar o outro lado do espelho. Não é a toa que a revista *Veja* constrói uma das suas principais reportagens sobre políticas afirmativas, com nove páginas sobre o tema, com a manchete; “*Uma segunda opinião*”, propondo assim, a visibilidade. Por outro lado, ao realizarmos nossa análise, vimos que essa suposta “segunda opinião” é vazia de argumentos ponderáveis, sobre a questão das cotas raciais. De fato, constitui-se nesse cenário noticioso uma verdadeira opacidade, em que a revista acaba por impor, sua própria semiologização do mundo, sua própria intriga, sua própria dramatização.

6.2. EFEITOS DOS DISCURSOS DAS REVISTAS IMPRESSAS: PATRICK CHARAUDEAU

No livro “Pesquisa de Mídia”, a autora Susanna Hornig Priest (2011) sugere aos pesquisadores da área que desenvolvem análise de conteúdo/discurso que façam um glossário, um livro de códigos, em que o pesquisador registra exatamente como as categorias (sejam tipos de fontes, temas, estruturas ou outras características) usadas em seu estudo foram identificadas no conteúdo de mídia estudada.

Como vimos anteriormente, a fim de possibilitar uma análise de discurso mais próxima do nosso trabalho, buscamos adequar às propostas categóricas do livro “Discurso das Mídias” de Patrick Charaudeau (2011), por meio da seleção dos “efeitos discursivos” presentes no espaço jornalístico dessas revistas, ou seja, nas reportagens analisadas. Criamos um roteiro que direcionassem a coleta de dados básicos, a seleção de frases, e a presença dos efeitos e por fim a visibilidade e opacidade dessa matéria quanto ao tema das políticas afirmativas, o que qualificamos como efeitos perversos de dramatização abusiva, e simulacro da democracia.

Desse modo, como alerta Patrick Charaudeau (2011), é importante verificarmos quais efeitos estão por trás desses discursos ditos verdadeiros. Logo, alguns questionamentos devem ser feitos, tais como; “o efeito que pretende produzir nesse outro; o tipo de relação que pretende instaurar com esse outro e o tipo de regulação que prevê em função dos parâmetros precedentes.” Vimos no capítulo anterior que a informação não pode ser mensurável quantitativamente, e sim verificada através de seus efeitos, e estes só podem ser apreendidos com seriedade através de uma abordagem qualitativa.

O efeito que pretende produzir nesse outro: o tipo de relação que pretende instaurar com esse outro e o tipo de regulação que prevê em função dos parâmetros precedentes. Logo, limitamo-nos à observação da própria máquina midiática, à análise dos efeitos visados e a emitir hipóteses sobre os efeitos que poderia produzir. (PRIEST, 2011, p. 55)

Começaremos assim expondo os modos de organização do discurso, segundo Patrick Charaudeau (2010), e apresentaremos a distribuição desses modos nas matérias analisadas. Em seu livro “*Linguagem e discurso: modos de organização*”, o autor pontua quatro modos de organização discursiva: o modo enunciativo – cuja “vocalização essencial é a de dar conta da posição do locutor com relação ao interlocutor, a si mesmo e aos outros – o que resulta na

construção de um aparelho enunciativo.” Neste caso, poderá haver apagamento ou intervenção do jornalista, no entanto, esse modo se aproxima muito dos outros dois modos; o descritivo – uma vez que o “mesmo objetiva identificar e qualificar seres de maneira objetiva e subjetiva” e o narrativo – o qual busca “construir a sucessão das ações de uma história no tempo, com a finalidade de fazer um relato”. Por outro lado, o modelo argumentativo também pode se aproximar do modo descritivo e narrativo. Ao se fazer um relato, ou identificar e qualificar seres, é possível que esses se tornem “provas” para sua argumentação.

Assim, o modo argumentativo somado ao modelo descritivo e narrativo – cujo objetivo é expor e provar casualidades numa visada racionalizante para influenciar o interlocutor, foi o arquétipo mais identificado nas revistas *Veja*, *Época*, e *IstoÉ e Carta Capital*. Claro que, em alguns momentos esse modo argumentativo apoiou-se em opiniões do próprio redator do texto e apelou para enunciados dramatizantes, capazes de atingir o imaginário do leitor. A exceção das entrevistas, esse modelo foi usado de maneira uniforme entre essas revistas, a fim de produzir efeito de saber e de confiança, que segundo o autor, primeiro precisa ser descrito, uma vez que “o descritivo faz-nos descobrir um mundo que se presume existir com um estar-aí que se apresenta como tal, de maneira imutável”. Logo, o jornalista fabrica uma imagem de descritor sábio (homem de ciência, perito, técnico) que conheceria o mundo até os seus mínimos detalhes, ou ele traria a realidade desse mundo através de seu discurso, apoiando-se em uma série de especialistas (no caso professores, pesquisadores do âmbito educacional).

É justamente, o tipo de ator público que predomina nessas reportagens; a fala, o livro, o estudo, a pesquisa, do especialista. Abaixo pontuamos alguns trechos das revistas que recorrem justamente a esse modelo de interlocução com o público, efeitos de saber e de confiança, frases que são construídas, através da crença moral, principalmente do outro, a fim de tornar verossímil o texto:

“Como é de praxe **quando se contraria uma decisão oficial do governo, a retaliação é automática**. Diz Leão Alves, do movimento Nação Mestiça: “Não apoiar as cotas, como é o meu caso, significa abrir mão de financiamentos e cargos públicos”. Revista *Veja*²⁸, 4 de março de 2009.

“Mas **a implantação das cotas é uma intervenção desajeitada num assunto delicado**. O Brasil não conhece as formas mais radicais e violentas

²⁸ Edição 2102, Uma segunda Opinião. 4 de março de 2009. Disponível em http://veja.abril.com.br/040309/p_066.shtml

de racismo. Somos essencialmente um país de mestiços, fruto da combinação entre europeus, índios e negros. De acordo com o IBGE, 49,7% dos brasileiros se declaram brancos, 42,6% se consideram pardos, mestiços, e 6,9% se dizem negros.” Revista *Época*²⁹, 6 de abril de 2009

“O governo quer **desunir o que está unido e importa um problema que não é nosso, que é o problema da segregação racial.**” Roberta está convicta de que esse caminho só contribui para aprofundar o problema de consciência de raça, baixar a auto-estima dos estudantes negros e retirar o estímulo do princípio do mérito nos vestibulares. *Revista IstoÉ*,³⁰ Cotas geram ódio racial 28 de maio de 2008.

“Pois bem, bastou o governo Lula arriscar-se numa política de ações afirmativas para a *high society* tupiniquim berrar para o mundo que **no Brasil não há racismo, a escrever que não somos racistas.** Pior: a dizer que no Brasil, na verdade, não há negros.” Revista *Carta Capital*³¹ Somos racistas 13 de agosto de 2010.

O jornalista parte do princípio de que o consumidor de informação tem uma relação afetiva com esses tipos de acontecimento, esperando que o jornalista lhe dê razões para gostar ou detestar. A fim de facilitar o acesso aos seus argumentos e convencer o leitor da sua veracidade o redator utiliza-se da **interdiscursividade**, ou seja, da inserção de fragmentos de discursos uns nos outros. Segundo Patrick Charaudeau (2011, p. 164), citar é fazer saber alguma coisa ao outro, revelar-lhe o que foi dito e que ele ignora, é dizer: “Eu faço saber a você o que você não sabe”. Dessa forma o autor qualifica as citações diretas e indiretas de **efeito de incorporação do enunciado** pelo veículo comunicacional em que um dito foi apropriado.

Para que haja uma argumentação, é necessário que exista; a) uma proposta sobre o mundo que provoque um questionamento, em alguém, quanto à sua legitimidade (um questionamento quanto à legitimidade da proposta), b) um sujeito que se engaje em relação a esse questionamento e desenvolva um raciocínio para tentar estabelecer uma verdade, c) outro sujeito que, relacionado com a mesma proposta, questionamento e verdade, constitua-se no alvo da argumentação (no caso das matérias o alvo é as políticas afirmativas).

Logo, os textos argumentativos caracterizam-se por apresentar uma relação triangular entre um sujeito argumentante, uma proposta sobre o mundo e um sujeito-alvo. A proposta

²⁹ N° 568. Cotas pra quê. Disponível: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI67068-15228,00-COTAS+PARA+QUE.html>

³⁰ Edição 2012. Cotas geram ódio racial. Disponível em: http://www.istoe.com.br/assuntos/entrevista/detalhe/4265_COTAS+GERAM+ODIO+RACIAL+

³¹ <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/somos-racistas/>

presente diz respeito a aprovar ou desaprovar essa política educacional. Nesse sentido, novos efeitos surgem no decorrer do texto a fim de captar a atenção do leitor. Dentre eles podemos citar os **efeitos interpretativos**: são produzidos principalmente pelas manchetes de alguns jornais, através da maneira que usam para comentar a realidade ou o tema atual, ao invés de inclinarem para saberes de conhecimento, põe em cena saberes de crença que apelam para a reação avaliativa do leitor. “*Somos racistas*”, enunciado de uma das matérias da *Carta Capital*, “*As armadilhas do racismo*”, título de uma das reportagens da *Época*, “*Inquisição Racial*”, da revista *Veja* e “*Cerco à classe média*” notícia publicada pela *IstoÉ*.

Diferente do valor de verdade que se baseia na evidência, o **efeito de verdade** baseia-se na convicção, e participa de um movimento que se prende a um saber de opinião. Na realidade todas as revistas pretenderam com suas reportagens introduzir “efeitos de verdade”, por isso apontamos em nossa pesquisa a presença de efeitos de verdade em todas as reportagens analisadas.

Outra estratégia empregada pela mídia é a definição dos atores; quem faz o que sobre quem ou sobre o que, é o que Charaudeau (2011) nomeou de **efeito de actancialização**, em que são descritos os actantes, os processos nos quais eles se encontram implicados e as finalidades que se supõe prosseguirem:

O modo de *citação narrativizada* tende a um efeito de actancialização, isto é, o locutor de origem não é mais apresentado como o locutor de um dito, mas como o agente de um fazer que seria então descrito como um fato relatado; o locutor de origem é praticamente fagocitado pela instância midiática. (CHARAUDEAU 2011, p. 172)

Segundo Susanna Priest (2011, p. 120), “a ação das mídias é participar do que constitui, desconstitui e transforma o espaço público, no quadro de contrato de informação midiática”. Toda interpelação (posicionamento) em nome de uma causa, qualquer que seja a extensão humana, implica tomar partido. O problema de tomar partido diz respeito à vulgarização do assunto tratado pelo veículo comunicacional. Neste caso faz-se presente, uma **psicologização da explicação dos fatos**, que consiste em emprestar uma intenção a instâncias coletivas ou a entidades anônimas e mesmo não humanas, ou seja, o discurso das mídias procura pôr em cena, responsáveis e mesmo eventuais culpados, segundo Charaudeau (2011, p. 186). O **amalgama** também é um efeito discursivo proveniente do duplo desejo de simplificação e de dramatização: colocam-se sob uma mesma etiqueta geral fatos particulares, ou fazem-se aproximações e estabelecem-se analogias.

Todas as expressões ou formas simplificadoras e dramatizantes do tipo: “purificação étnica”, “racismo”, “fundamentalismo” etc., que tiveram e têm grande expansão porque são suscetíveis de atingir o imaginário dos leitores, ouvintes e telespectadores, funcionam como etiquetas que permitem designar e classificar todo novo acontecimento que tenha uma relação qualquer com elas. (...) Assim sendo, o discurso das mídias procura pôr em cena responsáveis e mesmo eventuais culpados. Assim estaria assegurada uma possível captação, em todo caso, a repercussão. (CHARAUDEAU 2011, p. 187)

As mídias convocam comentaristas da vida social que falam de maneira midiática, ou então convocam testemunhas anônimas consideradas representativas de certas categorias. É preciso que essa voz tenha (ou adquira) certa autoridade, dependendo assim de certo reconhecimento social. Isso explica o **fenômeno da “logocracia”** em que os atores do espaço público que a mídia concede a palavra não são sempre aqueles que estão implicados de modo direto nos fatos, mas aqueles *eleitos, especialistas* ou *cidadãos* capazes de ter certa visibilidade social.

Justamente por isso os meios de comunicação recorrem constantemente a entrevistas com especialistas a fim de fornecer à opinião pública um conjunto de análises objetivas, trazendo a prova de sua legitimidade pelo “saber” e pelo “saber dizer”. Além disso, buscam dar consistência aos fatos por meio da entrevista de testemunho, é um gênero que se presume confirmar a existência de fatos e despertar a emoção. As mídias não convocam um especialista qualquer, elas apelam para aqueles que são considerados como “tendo sempre alguma coisa para dizer em nome das testemunhas”.

É nesse sentido que a mídia apela para **os efeitos perversos de dramatização abusivos**, em que os atores se tornam álibis de uma encenação a serviço do espetacular. Dá-se espaço para cidadãos vítimas, já que ele passa a fazer parte das intrigas do mundo social e também para o cidadão testemunha autenticar os fatos ou os comentários. Constitui-se assim da notícia um roteiro dramatizante, primeiro por mostrar a desordem social com suas vítimas e seus perseguidores, e segundo por apelar para a reparação do mal, interpelando os responsáveis por este mundo.

Por fim, podemos destacar **o efeito de inchaço**, em que se aborda um único assunto, ou um assunto igual em vários veículos da esfera comunicativa, nas diferentes mídias. A importância da questão tratada quanto sua seleção, acentua o efeito de inchaço. Há uma “concentração da atenção, por parte desses jornalistas, em certos temas em detrimento de

outros, com o apagamento de atores e ações”, justamente aquilo que qualificamos em nossa análise como um **simulacro de democracia**”.

7 - ANÁLISE DISCURSIVA DAS NOTÍCIAS SOBRE POLÍTICAS AFIRMATIVAS NAS REVISTAS IMPRESSAS E SEUS RESPECTIVOS DADOS:

O objetivo deste capítulo é analisar discursivamente as representações e percepções fornecidas pelas principais reportagens (Abril de 2002 a abril de 2012) das quatro maiores revistas impressas de circulação no país sobre as políticas afirmativas no meio acadêmico, mais especificamente o que chamamos de políticas de cotas (reservas de vagas para determinados grupos nas universidades públicas brasileiras).

Foram analisadas; oito reportagens da revista *Época* (totalizando vinte páginas sobre o assunto), treze matérias presentes na revista *IstoÉ* (totalizando trinta e três páginas sobre o assunto), seis matérias da revista *Carta Capital* (totalizando quinze páginas sobre o assunto), e onze matérias da revista *Veja* (totalizando quarenta e uma páginas sobre o assunto), resultando em trinta e oito reportagens analisadas, com cento e nove páginas.

O período analisado estende-se entre os anos de 2002 a 2012, no qual ocorreu as primeiras implementações das políticas afirmativas, sendo a Universidade Estadual do Rio de Janeiro, a Universidade Federal da Bahia, a Universidade Estadual do Mato Grosso e a Universidade de Brasília, as perceptoras deste programa. Neste mesmo período, aprovou-se o Estatuto da Igualdade Racial e acentuou-se o debate no Congresso e no Supremo Tribunal Federal sobre a veracidade dessas políticas e o governo federal programou o primeiro conjunto de ações políticas para contemplar o assunto.

Todas as matérias analisadas foram publicadas dentro das revistas e disponibilizadas no site das mesmas, no roteiro de análise consta o link dessas reportagens. Não consideramos em nossa análise, os espaços midiáticos “Carta aos leitores” e nem os editoriais. Priorizamos as entrevistas, reportagens e colunas assinadas.

O maior proferimento sobre o tema das políticas afirmativas está concentrado nos anos de 2007, 2008 e 2009. Período que o partido DEM (Democratas) entra na justiça contra a legalidade das cotas, e o Congresso Brasileiro examina a existência da respectiva política. Já em 2010 acontece o primeiro julgamento dentro do Supremo Tribunal Federal dos casos envolvendo os critérios de ingresso de determinadas universidades por meio do sistema de cotas;

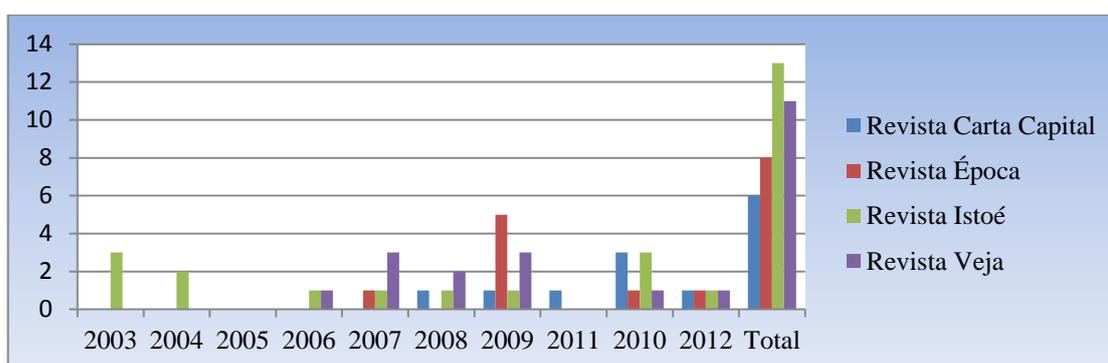
Tabela 1 – Ano das matérias analisadas

Ano	Revista <i>Carta Capital</i>	Revista <i>Época</i>	Revista <i>Istoé</i>	Revista <i>Veja</i>
2003	-	-	3	-
2004	-	-	2	-
2005	-	-	-	-
2006	-	-	1	1
2007	-	1	1	3
2008	1	-	1	2
2009	1	5	1	3
2010	3	1	3	1
2011	-	-	-	-
2012	1	1	1	1
Total	6	8	13	11

Fonte: Pesquisa de Mestrado em Ciências Sociais (UFJF) – Ana Paula Evangelista de Almeida

Segundo ainda pesquisa do GEMAA³² (Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa), a evolução de programas de ação afirmativa em universidades públicas federais e estaduais no Brasil alcançou seu ápice no ano de 2008, com mais de dezessete universidades aderindo a essa proposta;

Gráfico 1 - Número de matérias analisadas por ano



Fonte: Pesquisa de Mestrado em Ciências Sociais (UFJF) – Ana Paula Evangelista de Almeida

³² FERES Júnior, João. ZONINSEIN, Jonas (Organizadores). **Ação afirmativa e universidade: experiências nacionais**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2005. Disponível em: http://www.fearp.usp.br/arquivos/imprensa/livro_acaoafirmativa_universid/livro_acaoafirmativa_universid.pdf. Acessado em 21/05/2013.

O objetivo que estrutura essa dissertação é a de que existe um processo de discussão sobre o assunto, tanto nas esferas de poder político quanto na opinião pública, especialmente na mídia impressa. Contudo o que chama a atenção, no sentido sociológico, e já foi apontado em estudos anteriores sobre o tema, principalmente ao que se refere aos jornais impressos, é uma forte oposição à questão das cotas; uma vez que esta tendência é manifestada no conjunto da cobertura noticiária veiculada aos leitores. (SANTOS, A.E.C., 2007; FERES Júnior, J., 2008; BOTELHO, J., et al.,2011; PEREIRA, I. M., 2011).

A fim de dar concretude a essa pesquisa, analisamos as matérias da Revista *Veja*, principalmente aquelas mais densas e que foram publicadas em sua versão impressa, desde o ano de 2006 até o abril de 2012.

Quadro 2 – Matérias analisadas Revista *Veja*

Revista	Data	Nome da Matéria	Subtítulo	Assunto principal
<i>Veja</i>	12 de julho de 2006	Convite ao ódio racial	A política de cotas raciais é desastrosa – e pode ser trocada por cotas sociais	Cotas raciais
<i>Veja</i>	4 de abril de 2007	Eles querem desmiscigenar o Brasil	Ausente	Cotas para grupos minoritários no território nacional
<i>Veja</i>	23 de maio de 2007	Intolerância	Militantes reagem ao debate sobre as cotas com ameaças e apologia da violência física	Preconceito e discriminação por causa das opiniões
<i>Veja</i>	6 de junho de 2007	Raça não existe	Eles são gêmeos idênticos, mas segundo a UnB, este é branco e...	Conceito de Raça/ cotas para negros
<i>Veja</i>	28 de agosto de 2008	Inquisição Racial	Ausente	Sistema de cotas raciais
<i>Veja</i>	Junho de 2008	Perguntas e respostas – Sistema de Cotas	Ausente	Sistema de Cotas
<i>Veja</i>	4 de março de 2009	Uma segunda opinião	Ausente	Cotas nas universidades brasileiras
<i>Veja</i>	2 de setembro de 2009	Queremos dividir o Brasil?	“Não”, é a resposta que resulta da leitura de <i>Uma Gota de Sangue</i> , de Demétrio Magnoli, um livro ambicioso que	Racismo e Cotas

			investiga as origens ideológicas das cotas raciais.	
<i>Veja</i>	2 de setembro de 2009	Ascensão sem cota	A universalização do ensino e o crescimento da economia reduziram a desigualdade entre negros e brancos	Cotas raciais
<i>Veja</i>	4 de março de 2010	Cotas Raciais: uma reportagem intelectual e jornalisticamente criminosa	Ausente	Cotas raciais nas universidades
<i>Veja</i>	26 de abril de 2012	Ao aprovar cotas, STF busca 'justiça material'	Prevalece uma interpretação da Constituição de 1988 que dá ao Supremo a missão de estabelecer uma igualdade não apenas formal, mas também substantiva entre os cidadãos	Aprovação da legalidade das cotas pelo STJ

Fonte: Pesquisa de Mestrado em Ciências Sociais (UFJF) – Ana Paula Evangelista de Almeida

Ao realizar a busca por matérias, que tratam do tema “Cotas nas Universidades” via portal *Veja.com*, deparamos com uma série de textos curtos, advindos do “Estadão Conteúdo”, especialmente no ano de 2011, período em que o Congresso aprova o projeto das políticas afirmativas, e também muitas matérias provenientes do blog de Reinaldo Azevedo e de Augusto Nunes, entre os anos de 2009 e 2012, época em que ocorreram vários casos jurídicos envolvendo o assunto das cotas raciais. Optamos por não analisar essas matérias, uma vez que o modelo jornalístico dos blogs é diferente dos conteúdos disponibilizados em revistas impressas, além do mais, a vinculação de conteúdos que não são oriundos da própria equipe jornalística da revista *Veja*, também não interessava, enquanto análise discursiva, ideológica e hegemônica desse veículo comunicacional.

No entanto, é viável e extremamente importante, do ponto de vista sociológico a forte presença de matérias em blogs de colunistas das revistas, uma vez que o conteúdo é ainda mais opinativo e até mesmo apelativo para o imaginário do leitor, e por outro lado a incorporação de conteúdos originários do *Estadão* dá uma versão diferenciada ao modelo jornalístico dessa revista, pois são textos informativos/descritivos, sem imagens e curtos, o que remete ao modelo de texto presente na revista *IstoÉ*. Portanto a revista consegue ter um leque de informações que atenda vários públicos leitores, além do seu público leitor tradicional.

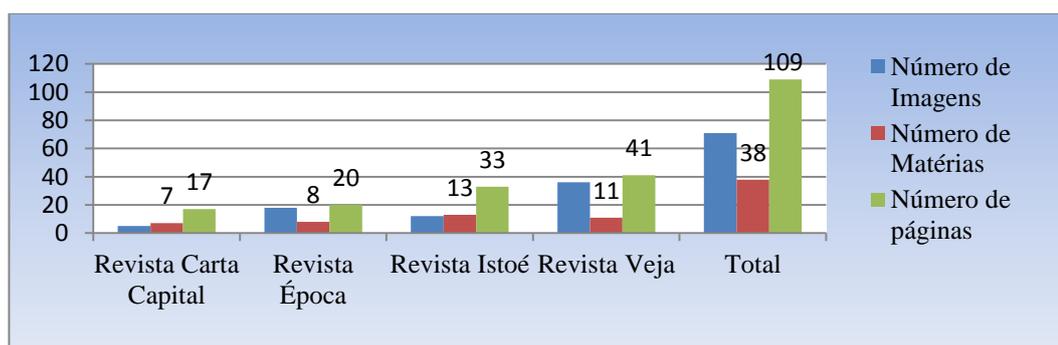
Como já destaca Susanna Horning Priest (2011, p. 226), “os profissionais das relações públicas parecem entender cada vez melhor que há muitos públicos, e não um ‘público’ monolítico, e que eles precisam focar suas mensagens de maneira mais adequada.”. Nesse aspecto tornou-se extremamente importante analisar as matérias contidas em outras revistas de grande circulação no país, como a revista *IstoÉ* e *Época*, e a revista *Carta Capital*, que tem conquistado cada vez mais o público universitário, mas continua desconhecida pela população brasileira e discriminada por outros veículos comunicacionais que afirmam que a mesma tem poucas tiragens.

Quadro 3 - Número de Imagens, Matérias e Páginas analisadas nas revistas.

	Revista <i>Carta Capital</i>	Revista <i>Época</i>	Revista <i>IstoÉ</i>	Revista <i>Veja</i>	Total
Número de Imagens	5	18	12	36	71
Número de Matérias	7	8	13	11	38
Número de páginas	17	20	33	41	109

Fonte: Pesquisa de Mestrado em Ciências Sociais (UFJF) – Ana Paula Evangelista de Almeida

Gráfico 2 – Número de Imagens, Matérias e Páginas analisadas nas revistas



Fonte: Pesquisa de Mestrado em Ciências Sociais (UFJF) – Ana Paula Evangelista de Almeida

Carta Capital é uma revista de tiragem mensal, foi fundada em 1994 pelo jornalista Mino Carta. Possui textos mais aprofundados, analíticos, contando na maior parte dos artigos com colaboradores, geralmente públicos, ligados ao âmbito universitário. Também pode ser

vista como objeto consumido por leitores mais exigentes, àqueles integrantes da elite intelectual do país. Isso ficou evidente na análise das matérias relacionadas às políticas afirmativas, uma vez que seus autores eram em sua maioria professores universitários, havia uma série de falas de reitores, ministros e estudantes, além de dados de pesquisa científica sobre o tema, atrelados a uma linguagem bem exigente, com expressões acadêmicas, e que mexiam com o lado sentimental do leitor, haja vista que recorriam a acontecimentos históricos para convencer da legalidade das cotas para negros. Abaixo o quadro com as matérias analisadas dessa revista:

Quadro 4 – Matérias analisadas da Revista *Carta Capital*

Revista	Data	Nome da Matéria	Subtítulo	Assunto principal
<i>Carta Capital</i>	5 de maio de 2008	O professor e a Casa Grande	Ausente	Crítica ao depoimento do professor Antônio Natalino Dantas sobre o péssimo desempenho dos alunos da faculdade de medicina da UFBA no ENADE
<i>Carta Capital</i>	15 de abril de 2009	O vestibular não será mais o mesmo	Vestibular: é preciso ir além da unificação	Vestibular
<i>Carta Capital</i>	11 de março de 2010	Cotas para Negros	Fábio Konder Comparato: Uma questão de justiça social	Cotas nas universidades
<i>Carta Capital</i>	13 de agosto de 2010	Somos Racistas	Ausente	Argumentos favoráveis a cotas para negros
<i>Carta Capital</i>	25 de setembro de 2010	Inclusão desmitificada	Pesquisa da Uerj desmonta os argumentos de quem se opõe as políticas afirmativas	Dados sobre as políticas de cotas na UERJ
<i>Carta Capital</i>	31 de janeiro de 2011	Cotas nas universidades públicas: um debate necessário	Ausente	Cotas nas universidades públicas
<i>Carta Capital</i>	27 de abril de 2012	Reações às cotas subestimam o racismo	Ausente	Julgamento do Supremo Tribunal Federal sobre a legalidade das políticas de cotas

Fonte: Pesquisa de Mestrado em Ciências Sociais (UFJF) – Ana Paula Evangelista de Almeida

Época, com o peso das corporações Globo, é a segunda revista de maior tiragem no país. Mais nova, foi criada em 1998, caracterizando-se por ter um estilo sóbrio de apresentação das informações, em sua maioria analíticas e “frias”. Em nossa análise foi a que apresentou mais matérias superficiais sobre o tema das políticas afirmativas, ainda que todas as matérias analisadas apontassem duras críticas. Ora a revista fazia descrições sobre os acontecimentos, ora chamava especialistas, como o caso do texto publicado de Fernando Abrucio, ora dramatizava suas reportagens com relatos de “cidadãos vítimas” ou mantinha-se imparcial, seguindo um critério de “notícia-modelo-jornal” acerca do tema. Também recorremos ao portal da revista para verificarmos a veiculação de matérias sobre o tema, e assim como a revista Veja, a maior parte das mesmas restringem-se aos bloguistas da revista, dentre eles podemos citar Paulo Moreira Leite. A seguir temos as matérias analisadas dessa revista impressa:

Quadro 5 – Matérias analisadas da Revista *Época*

Revista	Data	Nome da Matéria	Subtítulo	Assunto principal
<i>Época</i>	29 de junho de 2007	Suprema Corte americana impede que escolas tenham cotas raciais	Juiz determinou ontem que as escolas nos Estados Unidos não poderão reservar vagas para crianças usando raça como critério	Cotas Justas ou injustas
<i>Época</i>	20 de fevereiro de 2009	Discriminação não é solução	Ausente	Políticas afirmativas
<i>Época</i>	2 de abril de 2009	Cotas pra quê?	A cota social é mais justa que a cota racial” Thiago Lugão, que ganhou no processo na Justiça contra as cotas	Cotas e o racismo
<i>Época</i>	29 de maio de 2009	Rio de Janeiro tem complicado sistema de cotas	As cotas criam um privilégio baseado em raça. E não era justamente isso que a cota queria combater	Legitimidade da cota
<i>Época</i>	4 de setembro de 2009	As armadilhas do racismo	Ausente	Racismo e políticas de compensação ao racismo
<i>Época</i>	18 de março de 2010	As cotas para negros e a desigualdade brasileira	Ausente	Cotas e desigualdade racial
<i>Época</i>	26 de abril de 2012	Por unanimidade, STF decide que cotas raciais são legais	No entendimento dos ministros do Supremo, a política de cotas é uma ferramenta para reverter as	Aprovação da legalidade das cotas pelo Supremo Tribunal Federal.

			desigualdades no Brasil.	
<i>Época</i>	20 de fevereiro de 2009	Supremo recebe manifesto contra as cotas raciais	Ausente	Entrega de manifesta contra as cotas nas universidades

Fonte: Pesquisa de Mestrado em Ciências Sociais (UFJF) – Ana Paula Evangelista de Almeida

IstoÉ é uma das revistas mais antiga do país, desde 1976 a revista tem destaque no cenário político brasileiro, com reportagens de grande repercussão, que segundo própria discurso do semanário, defendem os princípios democráticos sempre (no site da revista lemos; “*IstoÉ* independente, a revista mais combativa do país”). Mais descritiva, com uma densidade de falas externas, a revista abordou desde 2003 matérias que tratavam das políticas afirmativas, entrevistando ministro, advogados, professores universitários, acompanhando passo a passo os acontecimentos envoltos desse tema. Por fim apresentamos o nome das matérias analisadas desse veículo midiático e suas respectivas datas:

Quadro 6 – Matérias analisadas da Revista *IstoÉ*

Revista	Data	Nome da Matéria	Subtítulo	Assunto principal
<i>IstoÉ</i>	05 de março de 2003	O negro é invisível	Para o educador Mario Sergio Cortella, as cotas não resolvem a questão social dos afro descendentes no país, mas abrem espaço para fazê-los aparecer	O preconceito racial
<i>IstoÉ</i>	17 de março de 2003	O início da inclusão	ONGs reivindicam medidas para a valorização dos negros, como cotas no ensino superior	Cotas no ensino superior para negros
<i>IstoÉ</i>	05 de agosto de 2003	Muito além das Cotas	Advogados negros americanos vêm ao Brasil para discutir com políticos e educadores medidas de ações afirmativas locais.	Cotas raciais
<i>IstoÉ</i>	26 de maio de 2004	A polêmica das cotas	A criação de vagas na universidade para alunos da rede pública promete muitas discussões	Cotas nas universidades para estudantes de escolas públicas
<i>IstoÉ</i>	24 de outubro de 2004	Cota discriminada	Estudante aprovado na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul pelo sistema de reserva de vagas	Percalços das políticas afirmativas

			para negros acusa professor de racismo	
<i>IstoÉ</i>	12 de julho de 2006	Qual é a sua cor?	O Brasil inicia a discussão da reserva de cotas para universidades, bancos e empresas. A idéia sepulta a meritocracia em um país que nem sequer sabe ao certo o número de brancos e negros	Políticas de cotas
<i>IstoÉ</i>	7 de fevereiro 2007	Cotas e políticas públicas	Ausente	Políticas afirmativas
<i>IstoÉ</i>	26 de Outubro de 2008	Cerco à classe média	Ao separar a metade das vagas de universidade federais para alunos de escolas públicas, Câmara pune o mérito e a competência	Punição ao mérito e a competência
<i>IstoÉ</i>	28 de abril de 2009	Cotas geram ódio racial	Procuradora defende política de inclusão para pobres e diz que o Brasil incentiva racismo ao copiar sistema dos EUA	Critica a cota racial
<i>IstoÉ</i>	3 de março de 2010	Polêmica na pele	STF abre debate cotas raciais para universidades	STF abre debate cotas raciais para universidades
<i>IstoÉ</i>	3 de março de 2010	Em debate no STF, maioria defende cotas raciais	Quem defende a adoção de políticas de cotas raciais para ingresso em universidades públicas praticamente dominou o primeiro dia da audiência pública promovida nesta semana pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para discutir o assunto. Dos 13 expositores de hoje, apenas 3 posicionaram-se contra as cotas raciais.	Supremo e Cotas
<i>IstoÉ</i>	7 de agosto de 2010	Dilma critica DEM por ter ido à Justiça contra cotas	Ausente	Opinião da presidente da República sobre as políticas de cotas
<i>IstoÉ</i>	27 de abril de 2012	O resultado das cotas	Por unanimidade, o STF valida as ações afirmativas no Brasil. A experiência das universidades que aderiram ao sistema mostra que esse é o caminho para uma sociedade mais justa	Aprovação das cotas étnico-raciais no Brasil

Fonte: Pesquisa de Mestrado em Ciências Sociais (UFJF) – Ana Paula Evangelista de Almeida

Podemos destacar ainda a forte presença do “replay”, aproximando fatos passados e comparando-os, além de sempre introduzirem em seus textos uma abertura no formato de ataque, reforçando-o com o discurso relatado, em que se encaixa um dito num outro dito e traz assim um falso efeito de veracidade para a informação. Portanto, a revista *Veja* foi a que mais se aproximou dos modos discursivos presentes nos meios midiáticos, haja vista que as estruturas de suas matérias buscavam primeiramente relatar os fatos e as ações dos atores (reportagem sobre o julgamento das cotas dentro do Supremo Tribunal Federal), utilizando-se palavras com declarações e demais reações verbais dos atores da vida pública. Recorriam sempre a pessoas ligadas ao establishment a fim de criticá-las ou desmoralizá-las, como foi o caso da matéria sobre a Ministra Matilde Ribeiro que dizia: **“A ministra Matilde Ribeiro: ela ganha para combater o racismo, mas acha "natural" que negro discrimine branco.”** Comentavam matérias e publicações sobre o tema, citavam muitos autores das ciências humanas, especialmente Demétrio Magnoli e Yvonne Maggie, e destaque para a matéria do bloguista da revista, Reinaldo Azevedo, confrontando-se com a jornalista da Folha de São Paulo.

Igualmente as demais revistas, relatar, comentar e provocar foram os modos discursivos que deram base às matérias da *Veja*. Enquanto que a revista *IstoÉ* procurou mais relatar do que comentar, a Revista *Carta Capital* se ocupou de provocar, e a *Época* em comentar esses acontecimentos com um viés mais impessoal do que a Revista *Veja*. Por fim destaca-se a constante presença de expressões e formas simplificadoras e dramatizantes como; “racismo”; “apartheid”; “discriminação”.

7.1 ANÁLISE DAS MATÉRIAS:

Foram analisadas sete matérias da Revista *Capital* com um total de dezesseis páginas envolvendo o tema políticas afirmativas e cotas raciais. Dessas seis matérias, uma delas era uma entrevista com o jurista Fábio Konder Comparato. Observou-se nessas matérias o predomínio de falas e textos de cidadãos reivindicadores, como o professor Aluisio Belizário, autor de duas dessas reportagens e o outro texto da presidente da UNE, **Lúcia Stumpf, daquele período.** Além do mais, políticos a favor do establishment, principalmente Petistas são mencionados nas reportagens, juntamente com pesquisadores no âmbito acadêmico sobre o assunto, como o caso do professor João Feres Júnior da Universidade Estadual do Rio de

Janeiro. A tabela abaixo aponta a forte presença dos efeitos midiáticos nas reportagens dessa Revista:

Quadro 7 – Efeitos Midiáticos nas reportagens sobre políticas afirmativas, na Revista *Carta Capital* (2008 -2012)

Tipos de efeito midiáticos	Quantidade
Efeito de verdade	Sete vezes
Efeito de inchaço	Sete vezes
Efeito de actancalização	Cinco vezes
Efeito de amálgama	Seis vezes
Efeito interpretativo	Cinco vezes
Efeito de rumor ou boato	Duas vezes
Efeito de incorporação do enunciado	Cinco vezes
Efeito de dramatização	Quatro vezes
Fenômeno da logogracia	Seis vezes
Psicologização da explicação	Quatro vezes

Fonte: Pesquisa de Mestrado em Ciências Sociais (UFJF) – Ana Paula Evangelista de Almeida

Quadro 8 – Dados Revista Carta Capital

Revista <i>Carta Capital</i> – Tipos de Reportagens	Quantidade
Argumentativo	6 vezes
Entrevista	1 vez
Informativo/Descritivo	Nenhum
Total de Matérias	7 matérias
Número de páginas analisadas	17 páginas
Número de Imagens	5 imagens

Fonte: Pesquisa de Mestrado em Ciências Sociais (UFJF) – Ana Paula Evangelista de Almeida

Constatamos ainda que em todas as reportagens analisadas houve ausência de uma argumentação em forma de gangorra, apresentando em todos os textos, apenas argumentos favoráveis as políticas de cotas nas universidade. Neste aspecto observa-se ainda um grande desapontamento e uma série de julgamentos para com aqueles que discordam dessa política, há um duelo midiático com revistas como a *Época*, *Veja* e *Istoé* ao criticarem indiretamente

frases veiculadas nesses meios de comunicação a cerca da fragilidade das políticas afirmativas.

A reportagem “*Somos racistas*” faz críticas indiretas a obra de Ali Kamel, “*Não somos racistas*”, creio ainda que esse texto seja também uma resposta a essa obra, uma vez que se intitula, “Somos racistas”, e há ainda uma série de críticas nas “entrelinhas” aos argumentos apresentados por outros atores públicos, contrário as políticas afirmativas, como a própria advogada Roberta Fragoso Kaufmann. Logo, entende-se a entrevista com Fábio Konder Comparato.

Portanto, os efeitos abusivos da máquina midiática encontram-se presentes no modelo argumentativo das matérias analisadas na *Carta Capital*, vejamos alguns textos;

“o sujeito pode ser honesto, talentoso, até endinheirado, mas levará sempre um “porém” ao lado do nome. “É um sujeito inteligente, mas bicha”. Esse “porém” é uma tesoura a serviço do boicote. (...) E é desnecessário lembrar que o Brasil não vai com a cara de negros – basta ver nas filas para adoção de bebês qual o perfil buscado pelos futuros papais.”. *Carta Capital*. **Reações às cotas subestimam o racismo**. 27 de abril de 2012

Nota-se ainda a ausência de imagens na maioria das reportagens dessa revista, e uma oscilação forte entre argumentos baseados em crenças e argumentos baseados em conhecimentos científicos. Ao mesmo tempo em que são utilizadas fontes de pesquisa estatística como estudos da UERJ, e Censo Educacional de 2007, há vários apontamentos e julgamentos feitos por parte dos autores, tais como “*high society tupiniquim*”, “*nossa realidade política, cínica, nepotista e fisiológica*”.

Observamos nas matérias da revista *Época* a forte presença do “ataque” nas suas manchetes, em que se lia “Discriminação não é solução” ou “As armadilhas do racismo”, referindo-se sempre ao insucesso do processo de implementação das cotas raciais nas universidades brasileiras. Apesar do modo descritivo e narrativo das notícias, percebiam-se claramente como essas matérias buscam tornar as coisas inteligíveis, por meio de discursos de depoimento, validando as explicações causais e consequenciais, apontando sua origem; “*Por que as coisas são assim?*” e “*Para onde vão as coisas?*”, ou seja, por que a necessidade das cotas raciais e quais as consequências ruins das mesmas, é o que exatamente propõe uma das suas matérias mais densas, nomeada “*Cotas pra quê?*”, em que se insere vários discursos e descrições de acontecimentos causais referentes aos critérios de ingressos pelo sistema de cotas e que “supostamente” prejudicaram futuros bons profissionais;

Lugão foi um dos primeiros estudantes que fizeram vestibular na Uenf sob o regime das cotas raciais. “O sistema de cotas raciais é injusto. A cor da pele não quer dizer nada”, afirma. “Você não pode dar privilégio a alguém por causa da cor da pele. Meu avô era negro, e eu poderia me declarar pardo, até porque é difícil um brasileiro não ser pardo.” Lugão estudou no Colégio Santo Agostinho, um dos mais tradicionais do Rio de Janeiro. Convencido de que sofrera uma injustiça, recorreu aos tribunais. No ano passado, cinco anos depois, a Justiça decidiu que ele tinha razão. Mas Lugão já estava formado em outra universidade e pós-graduado. Hoje, ganha menos da metade que colegas formados no curso que ele queria. *Época*. **Cotas pra quê?** 03 de abril de 2009.

Quadro 9 – Efeitos Midiáticos nas reportagens sobre políticas afirmativas, na Revista *Época* (2007 - 2012)

Tipos de efeito midiáticos	Quantidade
Efeito de verdade	Oito vezes
Efeito de inchaço	Seis vezes
Efeito de actancalização	Sete vezes
Efeito de amálgama	Sete vezes
Efeito interpretativo	Seis vezes
Efeito de rumor ou boato	Cinco vezes
Efeito de incorporação do enunciado	Sete vezes
Efeito de dramatização	Cinco vezes
Fenômeno da logogracia	Seis vezes
Psicologização da explicação	Cinco vezes

Fonte: Pesquisa de Mestrado em Ciências Sociais (UFJF) – Ana Paula Evangelista de Almeida

Nessa mesma matéria verificou-se o forte uso de imagens (treze no total), com depoimentos de “cidadão vítima” e “ cidadão especialista”, além de comparações acerca das políticas de cotas em outros países do mundo, frisando sempre as falhas das mesmas nesses locais. Nas demais matérias, mais curtas e descritivas prevaleceram os efeitos de incorporação de enunciado, e outros procedimentos que possibilitavam um melhor entendimento do tema, como o uso de afirmações e depoimentos externos focalizados alternativamente, ou comparações que aproximavam um fato particular de um fato geral.

Quadro 10 – Dados Revista *Época*

Revista <i>Época</i> – Tipos de Reportagens	Quantidade
Argumentativo	3 matérias
Entrevista	Nenhuma
Informativo/Descritivo	5 matérias
Total de Matérias	8 matérias
Número de páginas analisadas	20 páginas
Número de Imagens	18 imagens

Fonte: Pesquisa de Mestrado em Ciências Sociais (UFJF) – Ana Paula Evangelista de Almeida

No que diz respeito às matérias envolvendo o assunto das políticas afirmativas dentro da Revista *IstoÉ*, um total de treze matérias analisadas, notamos a prevalência de textos informativos e muito descritivos, com citações indiretas e diretas, no que se refere a falas de atores envolvidos com o tema e o meio universitário. É o que chamamos em nosso estudo de fenômeno da logocracia, em que as mídias convocam comentaristas da vida social que falam de maneira midiática, sejam eles testemunhas, especialistas ou cidadãos reivindicadores.

Quadro 11 – Efeitos Midiáticos nas reportagens sobre políticas afirmativas, na Revista *IstoÉ* (2008 -2012)

Tipos de efeito midiáticos	Quantidade
Efeito de verdade	Treze vezes
Efeito de inchaço	Dez vezes
Efeito de actancialização	Doze vezes
Efeito de amálgama	Nove vezes
Efeito interpretativo	Dez vezes
Efeito de rumor ou boato	Quatro vezes
Efeito de incorporação do enunciado	Doze vezes
Efeito de dramatização	Oito vezes
Fenômeno da logocracia	Onze vezes
Psicologização da explicação	Oito vezes

Fonte: Pesquisa de Mestrado em Ciências Sociais (UFJF) – Ana Paula Evangelista de Almeida

Quanto ao posicionamento da revista no que se refere aos julgamentos sobre as aprovação/reprovação das políticas de cotas, constatou-se que dessas treze matérias, duas foram contrárias e críticas às políticas de cotas, uma apresentou-se imparcial, e as outras dez foram favoráveis às mesmas.

Cabe destacar também que a revista apresentou duas entrevistas com pessoas envolvidas com o tema, à primeira delas publicada no ano de 2003, é uma entrevista com o Professor de pós-graduação em educação na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Mário Sergio Cortella, apresentando vários argumentos favoráveis a essas políticas. Período esse em que se iniciava a implementação das reservas de vagas no âmbito universitário, para alunos negros e provenientes de escolas públicas.

Quadro 12 – Dados Revista *IstoÉ*:

Revista <i>IstoÉ</i> – Tipos de Reportagens	Quantidade
Argumentativo	3 matérias
Entrevista	2 matérias
Informativo/Descritivo	8 matérias
Total de Matérias	13 matérias
Número de páginas analisadas	33 páginas
Número de Imagens	12 imagens/ 8 concentradas nas entrevistas

Fonte: Pesquisa de Mestrado em Ciências Sociais (UFJF) – Ana Paula Evangelista de Almeida

Anos depois, constatou-se uma série de problemas no que envolvia a eficácia dessa política, e também os critérios de classificação desses ingressantes, assim, no ano de 2009, quando a questão das cotas já havia alcançado o âmbito jurídico, a revista lança outra entrevista, com a procuradora Roberta Kaufmann, mas dessa vez com uma opinião contrária. De todas as matérias analisadas, essa é a que se mais se difere no que toca ao tipo de discurso, com efeitos mais dramatizantes, rumores e boatos, é o tipo de reportagem presente em quase todas as matérias da Revista *Veja*. Por fim, pode-se afirmar que as matérias dessa revista caracterizaram-se por linguagem discursiva mais clara e objetiva, de fácil compreensão para qualquer público escolarizado.

Com relação à análise desenvolvida nas matérias da Revista *Veja* muitos apontamentos podem ser feitos, principalmente no que diz respeito à presença maçante de todos os efeitos midiáticos, constando os mesmos em todas as matérias. Destaque para a forte presença dos efeitos perversos de dramatização abusiva e simulacro da democracia, em que a revista envolve seu discurso em julgamentos moralizantes, de crença, e testemunhos destacando sempre o insucesso das políticas afirmativas. É como se ela recortasse todos os problemas que envolveram a efetivação dessa política, como o caso do erro quanto à classificação dos gêmeos pela Comissão da Universidade de Brasília, e priorizasse sempre essas “tragédias”.

Quadro 13 – Efeitos Midiáticos nas reportagens sobre políticas afirmativas, na Revista *Veja* (2006 -2012)

Tipos de efeito midiáticos	Quantidade
Efeito de verdade	Onze vezes
Efeito de inchaço	Onze vezes
Efeito de actancalização	Onze vezes
Efeito de amálgama	Onze vezes
Efeito interpretativo	Onze vezes
Efeito de rumor ou boato	Onze vezes
Efeito de incorporação do enunciado	Onze vezes
Efeito de dramatização	Onze vezes
Fenômeno da logocracia	Onze vezes
Psicologização da explicação	Onze vezes

Fonte: Pesquisa de Mestrado em Ciências Sociais (UFJF) – Ana Paula Evangelista de Almeida

Assim como na revista *IstoÉ*, é constante a presença do efeito de fenômeno da logocracia, em que especialistas, cidadãos reivindicadores e vítimas são introduzidos aos assuntos com falas, depoimentos e apontamentos críticos sobre o assunto. O que difere esse efeito entre essas revistas é o fato de que a revista *Veja* se posiciona sempre com relação a essas opiniões, reafirmando-as, atingindo assim o imaginário do leitor. A revista objetiva despertar o interesse do consumidor da informação, e acima de tudo tocar a sua afetividade.

Ainda, no que se refere ao conteúdo sobre as políticas afirmativas, todas as matérias abordaram as políticas afirmativas para negros, não questionando e nem falando em momento

algum sobre as políticas afirmativas para alunos oriundos de escolas públicas, e mais, recorre à genética, a biologia, e a temática do conceito de “raça” para mexer ainda mais com a percepção do leitor. Há ainda, sobre esse aspecto, muitas fotos, totalizando mais de 36 imagens, o que não acontece nas matérias da *Carta Capital*, que mesmo sendo matérias argumentativas, com um mesmo padrão de discurso apelativo como da revista *Veja*, não usam tantas imagens. Tal fato pode ser nomeado de “fazer ver focalizando” a fim de pontuar detalhes suscetíveis e sugerir explicações; a imagem do Neguinho da Beija-Flor, dizendo que ele biologicamente é branco, europeu.

Quadro 14 – Dados Revista *Veja*

Revista <i>Veja</i> – Tipos de Reportagens	Quantidade
Argumentativo	7
Entrevista (perguntas e respostas)	1
Informativo/Descritivo	3
Total de Matérias	11
Número de páginas analisadas	41
Número de Imagens	36 imagens/ 11 concentradas na matéria “Raça não existe”

Fonte: Pesquisa de Mestrado em Ciências Sociais (UFJF) – Ana Paula Evangelista de Almeida

A análise de suas reportagens sobre a implantação do sistema de Cotas aponta para um discurso sempre contrário a essa política pública, visando sempre convencer o leitor da ausência de validade da mesma. Adjetivações, metáforas, dados estatísticos que apontam insucesso das cotas, em especial de outros países que tiveram essa medida educacional implementada, opinião desfavoráveis de cientistas, tanto sociais quanto geneticistas e mesmo de alunos que se consideram prejudicados meritocraticamente com a implantação do sistema de cotas, em especial o racial, são usados exaustivamente nas matérias dessas da *Veja e Época*.

Por outro lado, há uma defesa das políticas de cotas nas reportagens da revista *Carta Capital*, e na maioria das reportagens da revista *IstoÉ*, no entanto a forma como são apresentados esses argumentos se distancia, no que diz respeito ao conteúdo, e se aproximam no viés político, entre essas duas revistas. A *IstoÉ* produz textos mais voltados a descrição dos

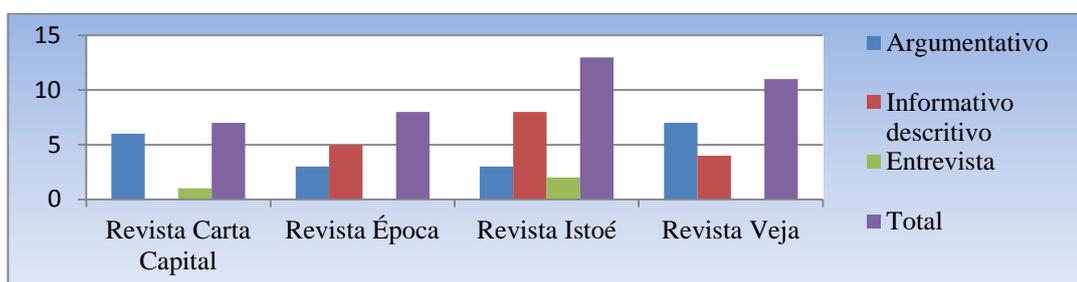
dados e entrevistas com os atores envolvidos com as políticas ou mesmo especialistas sobre o tema, seja no universo acadêmico, seja pessoas ligadas ao governo federal (o que aproxima as suas notícias do modelo informativo da *Época*), enquanto que a *Carta Capital* utiliza um texto mais formal e argumentativo, marcado por opiniões pessoais do redator (o que aproxima dos efeitos de perversos de dramatização contido na revista *Veja*).

Quadro 15 – Efeitos Midiáticos nas reportagens sobre políticas afirmativas, na Revista *Veja* (2006 - 2012)

Tipo de Texto	Revista <i>Carta Capital</i>	Revista <i>Época</i>	Revista <i>IstoÉ</i>	Revista <i>Veja</i>
Argumentativo	6	3	3	7
Informativo descritivo	0	5	8	4
Entrevista	1	0	2	0
Total	7	8	13	11

Fonte: Pesquisa de Mestrado em Ciências Sociais (UFJF) – Ana Paula Evangelista de Almeida

Gráfico 3 – Tipos de modos discursivos presentes nos textos das revistas



Fonte: Pesquisa de Mestrado em Ciências Sociais (UFJF) – Ana Paula Evangelista de Almeida

Assim, a revista *Carta Capital* adquire um viés político e social favorável a cotas raciais (o que não acontece em algumas notícias da *IstoÉ*, que defende apenas as cotas sociais), se opondo e respondendo as matérias e artigos científicos publicados sobre o tema, em outros meios de comunicação impresso (como a *Veja*).

Usualmente, as mídias tem se tornado o receptáculo da palavra do *establishment*, seja quando funcionam como transmissores, seja quando provocam o processo evemencial ao suscitar declarações por parte desses mesmos atores, assim, a fim de pontuar questões ideológicas, ligadas, na maioria das vezes a corporação jornalística da qual é pertencente, criam um espetáculo encenando brincadeiras de gato e rato: quem denuncia o que de

quem? O que se máscara? Com que fins estratégicos? (CHARAUDEAU, 2011, p. 193)

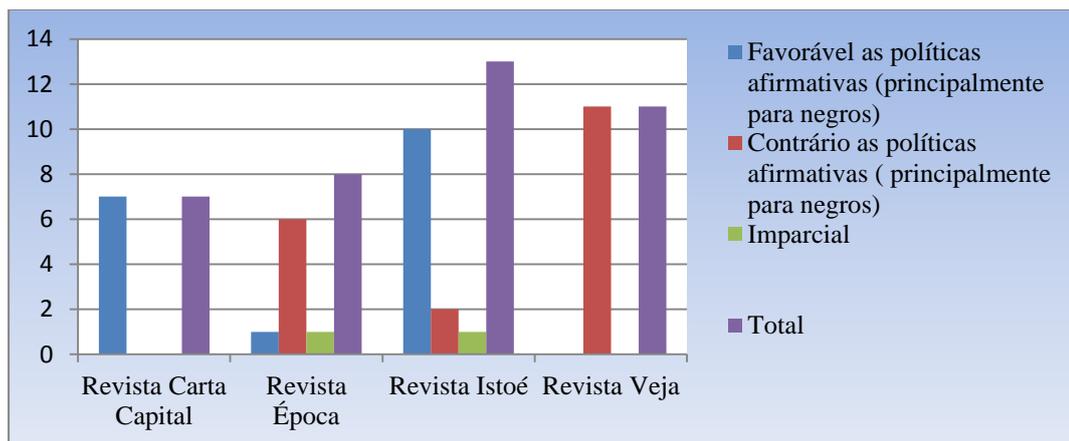
Nesse sentido as arenas de discussões públicas se polarizam; a) primeiro entre os indivíduos que são contra essa medida, grande parte deles componentes da classe média tradicional, filhos de profissionais liberais, publico leitor e consumidor midiático da editora Abril e Globo; b) segundo referente ao público favorável a essa política educacional, especialmente aqueles que compõem a nova classe média brasileira (perfil dos assinantes da Istoé) e no que diz respeito aos próprios assinantes da revista *Carta Capital* (geralmente pessoas ligados aos meio acadêmico, professores, estudantes universitários, entre outros).

Quadro 16 – Posicionamento das matérias com relação à implementação das políticas afirmativas

Valência do Noticiário	Revista <i>Carta Capital</i>	Revista <i>Época</i>	Revista <i>IstoÉ</i>	Revista <i>Veja</i>
Favorável as políticas afirmativas para negros	7	1	10	0
Contrário as políticas afirmativas	0	6	2	11
Imparcial	0	1	1	0
Total	7	8	13	11

Fonte: Pesquisa de Mestrado em Ciências Sociais (UFJF) – Ana Paula Evangelista de Almeida

Gráfico 4 – Tom do noticiário em relação às políticas afirmativas



Fonte: Pesquisa de Mestrado em Ciências Sociais (UFJF) – Ana Paula Evangelista de Almeida

Como as mídias dedicam-se, por um lado, a procurar a revelação e, por outro, a ampliar a dramatização do acontecimento através de um relato ficcionalizante, o público não é mais tratado como cidadão, mas sim como

espectador de um mundo que se torna objeto de fascinação, que o atrai e lhe causa repulsa ao mesmo tempo. (CHARAUDEAU, 2011, p. 273)

O interessante é que a mídia age em nome da luta contra a opacidade, mas ela mesma legitima a opacidade, nesse jogo de efeitos de verdade que acabam em uma relação de esconde - esconde. Notamos que, no caso de nossa pesquisa, as matérias da Revista *Veja* referente às políticas afirmativas, foram apresentadas por meio de contextos que desaprovam essa medida educacional, em sua maioria com a presença marcante de cidadãos vítimas, especialistas que testemunhavam a ineficácia dessa política, além de uma série de palavras que constituíam um discurso de desapontamento, ancorado em julgamentos morais e de crença para com os políticos a favor do *establishment* (principalmente ministros do governo). A fim de tornar essa política educacional espetacularmente dramática, a revista recorre assim a fusões de “verdades de opinião” (fica evidente a qualidade de efeitos de incorporação de enunciado, de amálgama e do fenômeno da logocracia) e as verdades de emoção (principalmente jogo de imagens e efeitos de rumor e boato).

Quadro 17 – Tipos de argumentação nas reportagens sobre políticas afirmativas, nas Revistas:

	Revista <i>Carta Capital</i>	Revista <i>Época</i>	Revista <i>Istoé</i>	Revista <i>Veja</i>
Ausência de uma argumentação em forma de gangorra	Todas	Seis matérias	Nove matérias	Todas
Presença de uma argumentação em forma de gangorra.	Nenhuma	Uma matéria	Quatro matérias	Nenhuma
Argumentação baseada no engajamento moral	Cinco matérias	Sete matérias	Doze	Todas
Argumentação baseada no distanciamento moral.	Duas matérias	Uma matéria	Uma matéria	Nenhuma
Argumentos baseados em crenças	Cinco matérias	Sete matérias	Doze matérias	Todas
Argumentos baseados em conhecimentos científicos.	Duas matérias	Seis matérias	Oito matérias	Quatro matérias

Fonte: Pesquisa de Mestrado em Ciências Sociais (UFJF) – Ana Paula Evangelista de Almeida

As mídias trazem o argumento da “opacidade”: na vida social, o poder só pode ser conquistado e só pode exercer-se por meio de estratégias que consistem ou em guardar segredo (“não dizer tudo”) ou em ocultar os atos pela palavra (“fazer crer uma coisa diferente do que se faz”), o que provoca

jogos de falsas aparências e de esconde-esconde com as mídias. (CHARAUDEAU, 2011, p. 266)

Neste contexto podemos lembrar Max Weber, em seu texto **Ciência como Vocação**, o autor trata da “ética de responsabilidade” e da “ética de convicção”, **portanto fica evidente** que as revistas *Veja* e *Carta Capital* utilizam-se completamente da sua “ética de convicção” ou do “acreditar ser verdade”, ao colocarem em cena o valor ao qual elas aderiram, ou a posição que tomaram frente a implantação dessa política e seus percalços. Por outro lado, a revista *IstoÉ*, ao trazer pontos de vistas contrários em duas entrevistas com especialistas do assunto, e em muito momentos recorrer a um discurso mais descritivo dos fatos do que opinativo, apoia-se mais na “ética da responsabilidade”, já que “identificar a origem de uma declaração de tal ou qual maneira tem incidências sobre a objetividade da informação”.

7.3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS ACERCA DAS REVISTAS E SUAS RESPECTIVAS MATÉRIAS:

Observamos, na análise das reportagens das revistas *Veja*, *Época*, *IstoÉ* e *Carta Capital* que as políticas afirmativas, em especial as raciais, implementadas pelo governo federal nos últimos anos, tem sido tema de debates que questionam, principalmente, sua legitimidade e sua constitucionalidade. Esse debate tem se dado principalmente nas instâncias midiáticas, haja vista o número significativo de matérias envolvendo a questão das cotas. Nas análises das matérias notamos que se formam arenas argumentativas polarizadas, não há um meio termo, ou seja, imparcialidade por parte das revistas impressas. São apresentadas apreciações favoráveis e desfavoráveis quanto a essas políticas, pois de um lado, são vistas por segmentos sociais contrários como meros atos de benevolência do governo federal (Partido dos Trabalhadores – PT), violadores dos princípios constitucionais e meritocráticos e, de outro lado, entendidas pelos indivíduos que as defendem como formas de tornar a sociedade mais justa, visto que propiciam igualdade fática.

Vimos que o espaço de visibilidade midiática é um ambiente em que embates ideológicos se desdobram tanto entre os atores políticos e os próprios cidadãos, no nosso caso, especificamente, entre o mundo dos redatores e colunistas das revistas impressas e seus leitores e que a informação tem o papel de formar uma imagem mental a respeito de determinados assuntos. CERVI, 2010. Vimos ainda que as situações de conflitos e as manifestações de opiniões eram um dos principais seletores apontados por Niklas Luhmann,

na produção e publicação das notícias. De fato quando nos deparamos com as matérias acerca das políticas de cotas, a maioria delas trabalha com esta vertente de publicação. Com bem apontou Nelson Traquina, são inúmeras às vezes que as matérias das revistas analisadas, especialmente *a Veja e a Época*, escrevem inserindo a opinião de alguém, em especial de cientista, construindo assim uma opacidade, já que os jornalistas acham que deixam de participar da notícia e deixam os “fatos” falar:

Sem dúvida, muitos dos dispositivos utilizados pelos agentes da mídia tem o poder de despolitizar, produzir visões superficiais e deliberadamente banalizadas. Certamente, muitas das produções da mídia são desengajadas, vazias e seguem fórmulas padronizadas. Seguramente, muitas das representações que circulam no espaço da visibilidade midiática, reforçam estereótipos, fazem avançar vocabulários, imagens e formas de comunicação que favorecem determinados grupos e prejudicam outros. (MAIA Rousiley, 2006, p. 34)

Diante dos dados coletados, é possível observar que as estruturas das revistas; *Veja*, *Época* se assemelham em numerosos aspectos – tanto quanto aos temas abordados em suas capas quanto nos discurso dos enquadramentos noticiosos utilizados. Em relação à questão específica das matérias sobre políticas públicas educacionais, as revistas analisadas se assemelham em seu conteúdo e viés político. Apesar de diferenças superficiais (a *Época* numa perspectiva mais informacional, a *Veja* baseada em jornalismo de opinião), ambas as publicações apresentam valorações ideológicas similares.

Não é o objetivo desse estudo tratar da veracidade ou da validade do sistema de cotas raciais ou sociais nas universidades públicas brasileiras. Pretendemos com esse trabalho e com nossas análises apontar a forte ligação entre o campo midiático e a esfera política, a fim de atentarmos para os jogos de visibilidade, poder e saber que permeiam esses dois campos. Além disso, nossa preocupação é demonstrar também a capacidade de agendamento que a mídia tem, ao fornecer e formar opinião.

Novamente, retomamos a tese de que a sociedade divide-se em grupos, sendo eles representantes de esferas sociais diferentes, em especial das esferas econômicas e políticas, como é o caso da classe média tradicional e da nova classe média brasileira. E como sempre aconteceu na história social de nosso país, esses grupos estariam sempre recorrendo a formas de poder e saber para disseminar seus ideais; entre eles, os meios de comunicação seriam uma ponte que permitiriam chegar até o outro lado: “a sociedade civil”. Logo interessa a esses grupos, como a editora *Abril e Globo*, não apenas escrever para seu leitor, mas convencer a

todos da veracidade de suas informações. Contudo, a grande questão que colocamos agora é; por qual motivo esses meios de comunicação ainda insistem em defender que seus órgãos trabalham com um jornalismo imparcial, limpo e democrático? Se seus discursos, ainda estão embutidos em formas tradicionais e conservadoras de jornalismo. Por fim, defendo o argumento de que o jornalismo é produzido não apenas pelo sujeito que fala, mas também pelo sujeito que lê. Consequentemente é opaco, uma vez que abre se para diversas possibilidades de interpretação. A fim de reforçar esse argumento, optei por realizar entrevistas semiestruturadas com os leitores (principalmente os assinantes dessas revistas). No capítulo que se segue apresento os dados coletados e as suas análises.

8 – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS:

A parte final desse trabalho consiste em apresentar e analisar a opinião de dezesseis pessoas no que se refere às políticas afirmativas. Entrevistamos justamente os indivíduos leitores assíduos ou assinantes de uma das quatro revistas que compõem nosso estudo. Durante o período de novembro (2011) a maio (2012) é que foram coletados os dados dessas entrevistas. O objetivo dessa pesquisa era procurar junto a esses indivíduos suas formulações acerca das políticas afirmativas e a maneira pela qual articulam suas opiniões sobre esse assunto. A fim de dar consistência a pesquisa construímos um roteiro a fim de ser aplicado durante as entrevistas, baseado no trabalho de doutorado de Alessandra Aldé (2001) “*A construção da política: Cidadão comum, mídia e atitude política*”, para entender melhor o perfil desses leitores.

Dessa forma, dividiu-se a entrevista em três momentos no que diz respeito aos *habitus* desse público, tanto político como midiático. Em seguida quanto à posição favorável/desfavorável desses leitores às políticas afirmativas, e por fim suas opiniões após a leitura de algumas matérias dessas revistas. Aldé diz que há uma centralidade da mídia na construção das atitudes políticas do cidadão comum, que ficam explícitas em seu discurso e na interpretação que oferece para o mundo político. No entanto, a autora lembra que as diferentes situações de comunicação em que encontramos os sujeitos modificam o valor atribuído a sua própria inserção na reprodução e propagação das opiniões e explicações políticas (ALDÉ, 2001, p. 114).

O uso dessa técnica de entrevista semiestruturada com os leitores das revistas permite que seja observado não apenas o que eles acham da implantação dessa medida educacional, mas a repercussão que a mesma teve diante de suas vidas, além de ser possível medir o agendamento da mídia impressa em seus argumentos.

Em seus estudos sobre o tema das políticas afirmativas e mídia, João Feres Júnior destaca que a apreciação moral que é feita das ações afirmativas depende da forma como as políticas são vistas pelos sujeitos. “Ademais, posto que o acesso a essa realidade é mediado pelos meios de comunicação de massa, as opiniões do público leitor em relação à política dependem das informações veiculadas na mídia.” (2011, p. 65)

Houve uma série de dificuldades com a seleção e agendamento dessas entrevistas. A primeira foi conseguir contatar pessoas que fossem estudantes, pais de estudantes ou profissionais universitários que assinassem uma dessas revistas e estivessem dispostos a doarem algumas horas para uma conversa com uma estudante de mestrado sobre o tema das políticas afirmativas. Cabe lembrar que, a escolha desse público se deve a uma das conclusões que chegamos no capítulo da análise das reportagens das revistas; existem disputas acerca da aprovação e desaprovação das políticas afirmativas, sobretudo no espaço midiático. Observamos que as mesmas tem sido travadas por àquela parcela da população que é justamente a mais refratária à sua implementação; políticos opositores do atual governo, professores universitários, e a própria classe média, leitora e consumidora desses meios midiáticos.

Dessa forma, solicitei ao meu eixo de amigos, colegas profissionais, parentes e todas as demais pessoas que me informassem se conheciam alguém com mais de dezoito anos, assinantes de algumas dessas revistas e que estivessem disponíveis para uma entrevista acadêmica. Reforço aqui que a ideia das entrevistas com o intuito de verificar um agendamento, adveio do contato que tive durante a confecção de minha monografia com a tese de doutorado de Alessandra Aldé, que estudou a percepção da/sobre a política pelo cidadão brasileiro. Neste período eu estudava meios de comunicação, mais especificamente o Jornal Nacional e seus enquadramentos sobre a Crise do Mensalão. Eu gostaria de ter feito várias entrevistas com uma mesma pessoa sobre a temática das políticas afirmativas, como fez a autora, mas isso não foi possível, pois enfrentei grandes dificuldades em conseguir agendar uma única entrevista; as pessoas desmarcavam, ou protelavam por meses e quando me recebiam, em sua maioria, por não me conhecerem pessoalmente, tentavam acelerar cada vez mais o tempo da conversa.

Um exemplo disto e que poderia destacar aqui é o caso da patroa da minha mãe, assinante a mais de vinte anos da *Veja*, consumidora assídua da mesma, médica e casada com um médico, professor universitário, que vez ou outra mandava por meio de minha mãe alguma revista para eu ler. De todo o leque de entrevistados, era uma das pessoas que eu mais tinha contato. Fui pessoalmente agendar a entrevista, só que ela cancelou todos os encontros e me deixou esperando inúmeras vezes. A outra pessoa que também desmarcou as entrevistas comigo foi um jovem, cientista político, cursando o doutorado, professor da PUC-MG, com um artigo publicado sobre cotas e consumidor assíduo de Carta Capital. Falo isso, pois em sua

página do facebook, há publicações constantes de algum assunto da revista. Inclusive um dia ele publicou algo sobre cotas e de repente já havia mais de 50 comentários sobre o assunto, em que outras pessoas tentam contrapor os argumentos favoráveis, contidos na Carta Capital, com argumento de outras mídias.

Com os demais entrevistados, mesmo aqueles que nunca tinham encontrado em toda a minha vida, eu tive uma facilidade em apresentar o meu projeto devido à visibilidade de meu orientador, neste caso, para os que moravam na cidade de Juiz de Fora, uma vez que ele era pró-reitor de graduação, e estava presente cotidianamente em entrevistas no site da UFJF ou até no Jornal Televisivo local, o *MGTV* da rede Globo de televisão. Quando alguém, ligado ao âmbito universitário perguntava quem me orientava, e eu dizia "Eduardo Magrone", as pessoas se tornavam mais receptivas, algumas pensavam inclusive que minha pesquisa era alguma coisa para a própria reitoria da UFJF. Logo, esse acontecimento fortaleceu ainda mais as minhas concepções de que a visibilidade midiática tem efeitos de agendamento nas opiniões individuais, mesmo que essas opiniões se adéquem ao meio de convívio desses indivíduos.³³ Reitero assim o argumento de que os meios de comunicação têm um papel fundamental na formação da opinião das pessoas sobre o que acontece nas diversas esferas da vida.

8.1 A PESQUISA – UMA ANÁLISE DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

Quanto ao roteiro das entrevistas, em anexo nessa dissertação, procuramos desenvolvê-lo dividindo-o em três etapas; uma primeira seguindo o padrão das entrevistas da Aldé, traçava um perfil dos entrevistados no que se refere ao consumo midiático e o envolvimento com a esfera da política, considerando política como todo processo de participação, seja com os partidos, seja com projetos da própria sociedade civil. A segunda etapa se referia à relação leitor e revista; quais assuntos lhes interessavam nesse espaço, capas que eles recordavam e mesmo as suas opiniões quanto às políticas afirmativas. Por fim, na última etapa eu lia uma reportagem de cada uma das quatro revistas sem revelar-lhes a qual pertencia, e pedia a eles para se manifestarem.

³³ Quando tratamos a sociologia em sala de aula, trabalhamos com as instituições sociais que influenciam na formação do *self* do indivíduo. Certa vez um aluno respondeu que eu deveria colocar a televisão como um destes mecanismos, pois os pais deles viviam citando exemplo de lá.

Quadro 18 – Perfil dos dezesseis entrevistados:

Idade	Formação e Profissão	Residência	Revista que assina:
26 anos	Estudante de Estatística - 6º período (UFJF) e formada em Administração (faculdade particular) – Estagiária do CAEd	Residente em Juiz de Fora – Bairro Cascatinha	Assinante revista <i>Época</i>
65 anos	Jornalista (Doutora) e professora da PUC – MG	Residente na zona sul de Belo Horizonte	Assinante da <i>IstoÉ</i> , leitora da Carta Capital e ex-assinante da revista <i>Veja</i>
52 anos	Professora do ensino fundamental – Pedagoga	Residente no Bairro Mariano Procópio – Juiz de Fora	Assinante da revista <i>Época</i> , e ex-assinante da <i>Veja</i>
23 anos	Sociólogo – Acessor Político	Residente em Formiga – Minas Gerais	Assinante da revista <i>Época</i>
32 anos	Médico	Residente em Angra dos Reis – Rio de Janeiro	Assinante da revista <i>Época</i> , e ex-assinante da revista <i>IstoÉ</i>
38 anos	Técnico em Eletrônica. Empresário.	Residente no bairro Santa Cecília – Juiz de Fora	Assinante da revista <i>IstoÉ</i>
39 anos	Médica e com mestrado em Saúde Pública	Residente no bairro Santa Helena – Juiz de Fora	Assinante da revista <i>IstoÉ</i>
Mais de 25 anos	Mestre em Filosofia	Residente no bairro Pampulha em Belo Horizonte	Assinante da revista <i>Carta Capital</i>
65 anos	Curso técnico em Edificações – Aposentado	Residente no Centro de Juiz de Fora	Assinante <i>Veja</i>
59 anos	Ensino Médio	Residente no Centro de Juiz de Fora	Assinante <i>Veja</i>

Mais de 60 anos	Diretor da Faculdade de Engenharia da UFJF	Residente em Juiz de Fora	Assinante <i>Carta Capital</i>
Mais de 40 anos	Coordenadora do Mestrado Profissional CAEd- UFJF, professora na Estácio de Sá	Residente em Juiz de Fora	Assinante <i>Carta Capital</i>
27 anos	Socióloga e Tecnóloga em Sistema de Informações	Residente no Centro de Juiz de Fora	Assinante da Revista <i>Veja</i>
30 anos	Professora de Letras e mestranda em Lingüística	Residente em Campos - Rio de Janeiro	Assinante <i>Carta Capital</i>
Mais de 60 anos	Professora Aposentada, formada em Letras	Residente na rua Olegário Maciel – Juiz de Fora	Assinante da Revista <i>Veja</i>
70	Funcionário Público – Municipal – Aposentado	Residente no Bairro São Mateus	Assinante <i>Época</i>

Fonte: Pesquisa de Mestrado em Ciências Sociais (UFJF) – Ana Paula Evangelista de Almeida

No livro *Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático* (2002), no capítulo 3, *Entrevistas Individuais e Grupais*, escrito por George Gaskell, há uma série de parâmetros para aqueles que desejam fazer uma entrevista semiestruturada. Justamente, seguindo esses modelos aplicativos, eu busquei durante minhas entrevistas; a) explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre as políticas afirmativas; b) o tom emocional do entrevistado; c) o ambiente escolhido para as entrevistas, d) sempre sondar cuidadosamente detalhes das opiniões, com “como” e “por que”.

Os leitores da revista *Veja*, que foram entrevistados, destacaram que gostam de ler as páginas amarelas da revista, usualmente aquelas que contêm uma entrevista com pessoas famosas e bem sucedidas. Esses mesmos leitores são críticos ou apáticos ao atual governo e não se interessam tanto por política. É também os mais velhos em termos de idade e de menor escolarização, ensino médio ou apenas superior, sem pós-graduação. Esses mesmos leitores têm o hábito de ler jornais, sejam eles locais e de assistirem TV, especialmente o Jornal Hoje e Jornal Nacional da TV Globo. **A.**, espírita, aposentado, morador do Centro de Juiz de Fora, acompanha muito as notícias via televisão e no decorrer da entrevista sempre faz fortes críticas aos PT: “*Partido que pregava tanta moralidade, de repente ele querendo até rezear o*

direito da imprensa. Pensa bem, é uma coisa, assim, até... coisa do tempo da ditadura, do tempo do AI5. Num conseguiram, mas até quando?"

Após ler a matéria da *Veja* falando dos erros cometido pela Comissão de Julgamento dos critérios de ingresso por meio de cotas na Universidade de Brasília. **A.** afirma:

Concordo plenamente. Um comentário aí é o seguinte: poxa vida né, que critério você vai usar pra classificar. Nós pode sentar na mesma banca pra decidir isso, e eu ter um ideia totalmente diferente sua, por exemplo, e aí onde é que tá, de novo, a tal da justiça. Como é que nós vamos definir realmente, se vai por na mão de algumas pessoas, acho que ainda é, pior ainda, acho que chega até ser cruel, né. É... eu não conheço exatamente os detalhes dessa matéria, do assunto que você falo, sobre os dois alunos, até num conheci muito bem esse fato não. Mas então, poxa vida, tem duas pessoas, dois irmãos gêmeos. Um foi considerado pardo, negro né, e o outro branco. Caramba.

Com relação ao sistema político em si, **A.**, diz que:

Entrevistadora: *O senhor tem simpatia ou alguma preferencia porá algum partido político.*

A.: *(Negativa).*

Entrevistadora: *Nunca teve?*

A.: *Não que eu seja descrente da política não, muito pelo contrário. Acho que é um mal necessário neste momento como tá a coisa. Acho que é um mal necessário. Acho que falta a conscientização das pessoas, do político em si né. É... mas assim... num me interessa assim... profundamente sobre o assunto não. Mas acho que é muito importante ter aí a democracia apesar dos defeitos que ela tem, ela ainda traz uma vantagem muito grande em relação aos regimes que agente observa aí. Os regimes totalitários, como tem em Cuba, como tem nos países muçulmanos de... acho que... ela não é perfeita, mas acho que ruim com ela, muito pior seria sem ela, afinal eu sou de um tempo que agente passou num regime militar muitos anos, eu era militar na época inclusive, então agente sabe que num tá boa mas acho que... Tá bem melhor que o regime militar.*

A.M., com 59 anos, formada em Letras, viveu muitos anos em Mato Grosso, época que assinou a Folha São Paulo. Extremamente séria e questionadora, ela fez uma série de perguntas sobre meus métodos de pesquisa e questionou inclusive o fato de eu perguntar a idade dela e inúmeras vezes cortava minhas perguntas, fazendo outras perguntas. Inclusive perguntou se eu fiz comunicação, e depois confundiu Ciências Sociais com Serviço Social. Simpatiza com políticos e não com partidos políticos, dentre eles destacou o Aécio Neves e o Serra, disse que o último foi o melhor ministro que já teve. Tem horror das capas da *Veja* que tem o Lula, não gosta do Lula e nem do PT, pois acha que o PT é muito radical e joga com o

povo. “Acho o Lula demagogo”. Citou o exemplo do MST e associou-o ao Lula. “Ela acha que descobriu o Brasil, ele acha né, que que é isso.” Destacou as páginas amarelas, das entrevistas. “E até as propagandas gosto de ler.” Ela não compreendeu a notícia da *Carta Capital*, assim como outros assinantes da *Veja*. Com relação às políticas afirmativas afirmou ser: “Sou taxativamente contra. É óbvio né Ana Paula, o problema não é dele (aluno) é das escolas públicas. Tem que melhorar as escolas públicas. Isso dae é preconceito. Porque o negro? Então já é preconceito.”

Extremamente tímido, foi uma das entrevistas mais objetivas que fiz, T., 63 anos, falou pouco e demonstrou ser apático e distante da realidade política. Aposentado e com curso técnico, mais interessado por esporte e música do que pelos conteúdos midiáticos. Na verdade ele me disse que a esposa, professora universitária aposentada também é quem mais lê a revista e comenta sobre as matérias. Gostaria de destacar a justificativa de T., para ver pouca TV, pois não gosta do conteúdo sensacionalista veiculado em boa parte dos noticiários:

T.: *Você sabe, você sabe uma coisa, você tá perguntando de... Do... Do jornal na TV uma coisa que eu detesto em repórter, o entrevistado tá passando por uma situação constrangedora, né, assim de, já enfrentou barra pesada, como você esta se sentindo. Eu acho isso ridículo. A pessoa tá arrasada entendeu, sofreu um assalto ou perdeu um parente querido...*

Entrevistadora: *Programas como Balanço Geral, Brasil Urgente, você acha um absurdo então?*

T.: *Eu acho. Acho sim.*

Com relação às políticas afirmativas, apesar de poucas terem sido suas manifestações, é importante pontuar as seguintes afirmativas:

T.: *As cotas, por exemplo, elas tem é lógico, tem número limitado, né? São cotas com número limitado, não são? Então, por exemplo, vai ficar gente de fora, num fica?(...) Aí eu já não acho legal. Tem que ter cota pra todo mundo. É ué. Pra todo mundo. Não. Não... Olha contra todos esses movimentos, eu sou contra todos esses tipos de movimentos. Se é movimento feminista, é gay, eu sou contra qualquer tipo.*

Entrevistadora: *Por causa de que? Você acha que é tudo baderna?*

T.: *Ah... Eu acho, acho. Acho que, por exemplo o... Isso é racismo. Por exemplo o movimento negro, o movimento negro acha que... É racismo. Está partindo deles entendeu?*

Entrevistadora: *Racismo deles mesmos...*

T.: *É deles mesmos. Igual o movimento gay, tá partindo o que, a discriminação deles. Feminismo tá partindo delas. Eu acho, entendeu?*

S., é formada em Ciências Sociais e estava cursando Sistema de Informação em uma faculdade particular de Juiz de Fora. Na realidade, seu esposo assinava a *Veja*, pois o mesmo era dentista, e ele colocava as revistas no consultório. Ela não se simpatizava tanto com o conteúdo político da revista, acreditava ser muito radical e parcial, mas gostava das reportagens sobre saúde, cultura e entretenimento, por isso tinha o hábito de folhear a revista. Não via muita TV, acessava mais os conteúdos de portais na internet, principalmente o Estadão e a Folha de São Paulo. Disse que quando era adolescente lia muito *Veja*, pois sua mãe assinava. O marido afirmou que optou por assinar essa revista porque é a mais conhecida popularmente e as clientes a preferem.

Durante a entrevista realizada com S., ao ler a matéria da Carta Capital, ela me interrompe e faz a seguinte pergunta; “*Mas a cota não é só para negros de escola pública não?*” Respondi: “*Não, é para negros no geral...*” “*Ahhnn!*”, exclama ela e fica pensativa. E continuo lendo a notícia, ao acabar de ler a notícia ela exclama: “*Mas é verdade, o negro tem preconceito com ele mesmo. Agora assim, eu não concordo com esse negocio de você colocar cota para negro independente da escola...*”.

Na verdade ela não compreendeu a notícia e nem a crítica da revista quanto àqueles que defendem cotas sociais. Inclusive ela deixa claro que prefere a cota social a racial, até porque teria muito negro rico entrando na faculdade por meio de cotas. E logo depois que eu leio a matéria da *Veja*, ela continua esse raciocínio.

“*Esse é o único ponto que eu discordo do sistema de cotas. Eu acho que, se for negro, tem que ser para carente.*” E ainda ressalta que essa coisa de Comissão é muito complicada assim como também a auto declaração também. “*Mas o problema é que o preto pobre não é que nem o branco pobre, mas eu ainda acho que tem que ser social...*” E depois de ler o restante da matéria da *Veja* falando sobre um possível *apartheid* ocasionado pelo sistema de cotas no âmbito geral, ela fica segundos em silêncio e diz;

S.: “Eu acho que a segregação não é racial é social, a minha opinião é essa (...) As pessoas não vão desprezar ele porque ele é negro, mas porque ele é pobre, eu não acredito que seja racial, pela raça...no Brasil a gente tem uma diversidade, a mistura assim das cores da pele é muito grande...”

Muitas revelações vieram dessas entrevistas; o primeiro entrevistado havia assinado *IstoÉ* por um ano, numa promoção que adquiria o jornal *Estado de Minas*. No período da entrevista havia migrado para a revista *Época*, uma vez que a mesma ofereceu uma promoção

mais interessante em que ele "ganharia" a revista *Globo Rural*, já que seus pais possuíam uma fazenda em uma cidade vizinha a Juiz de Fora. E sua esposa, formada em Letras, assinava a revista *Escola*, da editora Abril. No momento da entrevista, ele, médico, não morava mais na cidade e sim no estado do Rio de Janeiro, em Angra dos Reis. Chamou-me atenção a seguinte frase do mesmo, ao longo da entrevista; *“Quem precisa de governo para viver? Quem tem terceiro grau, um bom emprego, estabilidade não precisa de governo”*.

V.H., recém-formado médico, residiu alguns os últimos anos em Belo Horizonte, trabalhando nas periferias de lá e depois voltou para Juiz de Fora, atuando no sistema de saúde público municipal. Atualmente mora em Angra dos Reis e lá exerce seu ofício de médico na rede privada. Simpatiza-se com o PT em certas circunstâncias, segundo o mesmo por ele ser um partido do *“povão e no aparato geral atingir todas as camadas da população”*. Ao indagar V.H. por qual motivo ele se interessou por *IstoÉ* e *Época* e não por *Veja*, ele afirmou que achava a revista muito maçante para ser uma revista semanal; *“Não tenho tempo para pegar uma revista daquelas e ler durante a semana. Não que ela aborde mais temas, mas eu teria que ter mais tempo para me dedicar a ela.”*

Quanto veio a tona a questão racial, exposta principalmente na matéria da *IstoÉ*, ele afirmou que : *“Sim, há raças sim e há doenças ligadas as raças negras, brancas e amarelas”*.

Depois ao tratar das políticas afirmativas, ele diz:

V.H.: *“Você acha que ele (meu cunhado que estuda em escola pública) vai chegar no vestibular e ele vai fazer 70% da prova ? Mas ele vai concorrer com o mundo de cotas dele, (...) o que vai interessar futuramente é o rendimento acadêmico dele, que é o grande problema, tem muito lugar que o rendimento acadêmico tá muito bom, mas tem muito lugar que (o aluno cotista) nem consegue completar o curso.” “Eu acho que tem dois níveis de reserva, uma que vem do ensino privado e uma que vem do ensino público, na década de 80 o ensino público era top, não tinha esse boom de colégios particulares que tem hoje no Brasil, o sucateamento do ensino público a partir da década de 90 que virou um caos, houve esse boom de colégio particulares e quem tem um pouquinho mais de grana coloca o filho. Tá errado?”(...)* *“Você veio de escola pública, tá bom então você vai fazer faculdade pública. Você veio do ensino privado, você teve dinheiro a vida toda para fazer ensino privado então você vai fazer superior privado. ““Em um país de moribundo, a maioria moribundo, você tem que acabar vendo as coisas com um olhar crítico né”*.

Sociólogo recém-formado, R., foi o único dos entrevistados que diz acompanhar notícias nas rádios. Além de ler sempre a revista *Época*, assinada há anos pela família, ele tem

TV por assinatura e acessa constantemente a internet. Interessava-se por assuntos ligados a saúde, política e economia.

Quanto ao seu posicionamento à implantação do sistema de cotas e as políticas afirmativas, afirma que:

R.,: *Acho que o baixo desempenho do aluno de escola pública é resultado da falta de investimento na escola pública. Não resultado de falta de interesse do aluno de escola pública. Então se ele entra na faculdade com menos conhecimento adquirido foi porque tem algo errado no, na escola. Então tem que pensa em se mexer na escola.*

Entrevistadora: *(...)Tá falando que vai ter um novo apartheid e uma segregação na sociedade brasileira, né.*

R.,: *Totalmente... Além de ser totalmente exagerado, né, num leva em conta nada. É totalmente parcial, né. Como uma revista teria que no mínimo tentar mostrar os fatos. Acho que num existe imparcialidade, né, tentar mostrar o fato para os dois lados no mínimo, né.*

Entrevistadora: *Você não concorda então que haveria um apartheid então não?*

R.,: *De jeito nenhum.*

Entrevistadora: *Uma guerra que nem teve na África, na Índia, nos Estados Unidos.*

R.,: *Impensável, impensável. Você sabe que eu acho que cotas também seria medida paliativa, né. Na minha opinião(...) É, mas bem mais forte o jeito que ele tratou. Acho o mais interessante dessa reportagem, e que ele fala que não pode importar os modelos dos Estados Unidos. Ao mesmo tempo ele usa o argumento que nos Estados Unidos num deu certo.*

Entrevistadora: *Criou ódio racial.*

R.,: *É. Ele falou não pode, mas ele cita um exemplo de lá pra falar que não vai dar certo. Pera aí! Se não pode importar não pode pegar o exemplo de lá também.*

A Professora da Faculdade M., de Comunicação da PUC-Minas, assinava a *IstoÉ*, mas trocava revista ou ‘figurinhas’ com um outro professor da instituição que assinava *Carta Capital*. Já foi assinante da *Época* e da *Veja* e tem o hábito de ler ocasionalmente o jornal *Folha de São de Paulo*, já que o mesmo encontra-se disponível na faculdade em que trabalha. Também assinou esse veículo de notícias e outros jornais tais como, o *Globo* e o *Estado de Minas*. É assinante do portal UOL e se qualifica como “viciada em notícias”, haja vista que assiste toda noite a *Globo News* e a *Band News*. Confundiu os anos de mandato de um presidente da república, dizendo que o mesmo permanece em exercício por cinco anos. Indagada algumas vezes sobre alguma reportagem ou capa que chamou atenção nas leituras das revistas, afirma não lembrar e nem ter boa memória, mas quando começa a falar sobre as

inúmeras matérias veiculadas em revistas a cerca de escândalos políticos, afirma lembrar-se de uma capa relacionada sobre o assunto na *IstoÉ*, mais recente sobre o Palocci.

Afirmações críticas aos meios de comunicação foram constantes nas suas falas: “*as publicações brasileiras apuram muito mal as matérias.*” “*Haver mais responsabilidade na apuração*”. Cita o código de ética americano.

As revistas deviam ser mais opinativas, mais interpretativas, né. Mas na verdade as nossas revistas elas são pobríssimas, de uma pobreza franciscana em termos de interpretação, né. Então, o que eu acho: as revistas vivem se queixando que estão diminuindo o... Os assinantes, mas é lógico, se você encontra a mesma, o mesmo material que você encontra no jornal diário pra que você vai assinar revista. (...) E outra coisa que... Não é só contra o PT, mas, por exemplo, contra o PSDB, aquele dossiê Caymam, que foi depois por alguns... Aquilo é uma indignidade. Não importa contra quem. O que eu acho é que toda vez que você fala mal de alguém você tem que ter provas. Você não pode ficar destruindo de graça, né. Se não o jornalismo vai perder confiabilidade. O que que e tá acontecendo hoje com os Jornais americanos, os jornais impressos: eles estão morrendo, literalmente, porque de tanto caluniar pessoas de tato difamarem, né, eles responderam a processo milionários, e perderam credibilidade, né. O New York Times que é o grande jornal, durante dois anos publicou mentira inventada da cabeça de um repórter, num sei se você viu isso. Então imagina, se o New York Times chega a esse tal nível de irresponsabilidade, imagina os jornais menores. Isso é que eu acho que não pode acontecer de forma alguma.

Crítica a ausência de provas das investigações jornalísticas no que diz respeito aos escândalos políticos. Com relação às políticas afirmativas: quando menciono a palavra cotas raciais, ela me corrige afirmando ser cotas étnicas e mais a frente, quando leio as matérias ela explica a diferença prática entre os usos das palavras. Por fim pontua o quanto acredita ser a sociedade brasileira racista e se posiciona totalmente contra as afirmações de que vivemos em um país sem discriminação.

Olha, a coisa mais comum nesse país é as pessoas falarem que não são racistas, e serem. Ou pelo menos preconceituosas de alguma forma. Que eu namoro um negro. Que é negro mesmo, num dá nem pra falar assim que é, que é morenã. Não é negro, ele é negro mesmo. Então agente sai, quando agente entra em, restaurante de classe média, não é restaurante de classe AA não, agente atrai todos os olhares do mundo, como se fossemos é... Seres espaciais. Por quê? Porque um negro frequentar restaurante bom ainda é uma raridade nesse país. Por quê? Porque são socialmente excluídos, né, pelas faltas de oportunidade de trabalho, de melhor remuneração. Mas é muito interessante que à medida que o negro neste país vai ficando rico, ele

vai ficando branco, entre aspas, né. Pra você ver, quer um negro mais louro do que Pelé. Quem é que recusa Pelé numa festa? Ninguém. Meu namorado é ex-jogador de futebol. Depois que o pessoal ficou sabendo que ele era jogador de futebol, é incrível.

O estudante do mestrado em Filosofia da UFMG E.F., assinava a *Carta Capital*, morava com um rapaz que era assinante da *IstoÉ* e vez ou outra eles trocavam revistas e comentários sobre as matérias. Este jovem é assinante da Folha de São Paulo e também já assinou o jornal Estado de São Paulo, questionei ao mesmo porque fazia assinatura deste último mesmo morando em Belo Horizonte, ele me disse; *“é qualidade do jornal, né. Em função dos colunistas, em função das reportagens. Mas no geral eu acredito que é a qualidade do jornal em cobrir assuntos nacionais.”*. Quando perguntei ao mesmo porque optou por assinar a *Carta Capital* ao invés de outras revistas, ele argumentou;

Entrevistadora: *Por que você escolheu logo a Carta Capital ao invés de outras?*

E.F.: *Ah, porque, na verdade, assim... Um dos primeiros fatores é a péssima qualidade das outras revistas semanais e informativas que tem no Brasil.*

Entrevistadora: *O que seria péssima qualidade pra você?*

E.F.: *Reportagens não significativas com o contexto atual, reportagens enviesadas que escodem interesses, é, escusos interesses diversos, e (...). Em teses seria isso. Uma parcialidade com fins que sejam secretos, que (...). Enviesados, escusos. E eu assino a Carta Capital também em função de apresentar outra visão política do que a maioria dos meios de comunicação no Brasil oferece. Porque descaradamente a Carta Capital é uma revista que defende certos ideais de esquerda, né, assim que não sejam valores liberais. Muito embora isso me irrita bastante às vezes. (...) Mas exageros de ambas as partes me irritam (...) Mas de um modo geral a Carta consegue manter parcialidade. Uma imparcialidade e uma competência muito grande. Do ponto de vista jornalístico para poder fazer análise dos fatos. O que não acontece com as outras revistas.*

H., diretor da faculdade de Engenharia da Universidade Federal de Juiz de Fora. Afirmou ser simpatizante do PSOL, lê muito sobre economia e assiste a TV Senado, nasceu em uma cidade do interior da Zona da Mata Mineira, Paula Lima, conhecido dentro da faculdade como Hélio Preto, por ter traços pardos e próximos aos nordestinos. Ainda lê o blog do Luiz Nassif. Simpatizante inclusive do atual governo:

H.: *Aprovo a Dilma. Aprovo a Dilma pelo seguinte: a Dilma no meu entender foi a primeira presidente que eu conheço desde que eu leio política, e tem mais de trinta anos, quarenta anos, sei lá, uns quarenta anos, foi a primeira presidente que nomeou um presidente do Banco Central do Brasil.*

Todos foram acordos assumidos, ela realmente nomeou o presidente do Banco Central.

Entrevistadora: *Os outros foram todas articulações políticas.*

H.: *Articulações com os Estados Unidos, com o capital financeiro e tudo mais. Todos.*

Entrevistadora: *E por qual motivo você resolveu assinar ela ao invés de assinar outras revistas, como por exemplo, a Veja?*

H.: *Olha a Veja é uma revista partidária, né. Então e não assinaria de jeito nenhum. É uma revista partidária. A IstoÉ, Época e Valor é da Rede Globo de televisão. Também não gostaria de ler nada que vem da Globo não. Então a única que realmente(...) Olha Ana Paula o que eu percebi até agora é o seguinte: as políticas afirmativas, até agora eu não vi nada que perturbou a Universidade. Até porque nós ocupamos o décimo terceiro lugar em artigos publicados. Passamos a frente da Holanda, e da Rússia. Então eu não vi até agora aonde as políticas afirmativas perturbou a Universidade. Ao não ser alguma meia dúzia de apaixonado que é contra a isso.*

Entrevistadora: *Pode falar.*

H.: *Que enquanto o governo não olhar pro ensino fundamental e médio não tem outra solução a não ser política afirmativa. Que se tivesse primeira qualidade o negro teria qualidade ali, o branco, o pardo todos eles teriam a mesma, a mesma... É, condição. Mas não tem a condição.(...) Olha Ana Paula, quem vem de escola pública hoje tem um aprendizado sessenta e seis por cento menor do aquele que veio na escola particular. Isso tá na Carta Capital dessa semana. O aprendizado na escola particular em média ele é sessenta e seis por cento maior do que na escola pública. Então da pra sentir o nível... Isso não significa que todas as escolas públicas são ruins, e que todas as escolas privadas são boas. Mas a média diz isso. Então a escola pública pelo visto está abandonada (...) De qualidade. Então as pessoas falam muito em democracia. Democracia... Só vão ter democracia no cia que tiver escola pública de qualidade. Enquanto não tiver, não existe democracia. Vivemos numa pseudodemocracia. Não nela propriamente dita.*

A., formada em Letras e ingressando no mestrado de Linguística na UFJF, foi a única que me perguntou se minha pesquisa havia passado pelo comitê de ética e explicou que no grupo de pesquisa dela foi preciso. Então eu expliquei que não havia tratado do assunto com meu orientador. Ela perguntou quem era e após eu falar quem, ela disse; “*Ah o Magrone que é seu orientador, então não tem problema nenhum não é, o cara é pró-reitor (risos forte)*”. A., comenta também da capa da *Carta Capital* criticando a mídia e falando do livro privatária tucana “*Um livro com mais de 100 mil cópias e não é divulgada na mídia tradicional, as pessoas começaram a ver que há um mundo completamente fora*”:

A.: “*Na adolescência eu era leitora de Veja e da Folha de São Paulo era uma leitura diária e também através do colégio, o colégio também assinava.*” (...) “*Não tem como não ter simpatia com o PT, minha família é petista, mas assim eu me considero muito mais lulista do que petista.*” (...) *Em*

minha opinião o Brasil se tornou capitalista de verdade graças ao Lula. (...) Minha mãe e meu pai foram tesoureiros do PT.”

No que diz respeito às políticas afirmativas, ela cita a desigualdade existente dos Índices Educacionais de escolas públicas federais e estaduais, e menciona também o sistema de cotas da Universidade de São Paulo (USP);

A.: Por exemplo, as cotas da USP é um horror. Eu acho um horror a cota da USP. Por que dá uma pontuação pra aquela pessoa, pra mim ela fere um princípio constitucional tratar desigual os desiguais. Você faz o que? Trata de maneira igual os desiguais. (...)Então assim, temos o IDEB, quando o IDEB das escolas públicas tiverem iguais os da escola particular, das melhores escolas do país, aí você tem escola publica e particular competindo junto em termos de... Aí sim você não precisa mais de cotas.

Constatamos com as falas anteriores que existe uma simpatia muito forte entre os leitores da *Carta Capital* com as políticas petistas e uma crítica muito forte às políticas do governo por parte de leitores da *Veja* (a professora de Letras e senhor aposentado com ensino médio, por exemplo).

Havia nesse circuito ex-leitores da revista *Veja*, principalmente no período da década de 90, que acabaram migrando para as revistas *Época* ou *IstoÉ* e haviam leitores que nunca tinham ouvido falar da existência da revista *Carta Capital*. Dentre esses, podemos citar aqueles com menor escolaridade (segundo grau ou curso técnico), mais distantes do ambiente acadêmico. Houve também um comportamento comum entre eles, com exceção da médica e mestranda em Saúde Pública na UFJF; todos já assinaram ou tinham contato mensal com o jornal *Folha de São Paulo*. Há também um contato muito forte desses entrevistados com o portal G1 ou com o *Jornal Nacional*, o que demonstra a supremacia das Corporações Globo no controle e divulgação das informações no país. Quase todos os assinantes tinham TV por assinatura. Logo se compreende a importância dos meios de comunicação, e especialmente a televisão, como quadros de referência dos mais relevantes no fornecimento de explicações para a política.

Assim, podemos entender que além dos valores ideológicos e hegemônicos dessas "redes" midiáticas, como as Corporações Globo e o Grupo Abril, há também a constituição de um campo discursivo voltado para o leitor, em que a identificação com os valores do leitor vai definir o conteúdo do veículo. Foi o que apontamos em nossa revisão de literatura como prática mercadológica. Por causa dessa hipótese, a segunda parte do roteiro buscou descobrir

a opinião do leitor considerando suas lembranças midiáticas sobre assuntos relacionados ao âmbito das políticas afirmativas, ou do contexto político nacional em si que envolve a esfera política. É o quadro de referência desse leitor e que com certeza irá influenciar em sua opinião - Igreja, Partido Político, Universidade, Literatura, Jornais, Rádio, Televisão, e a interação social propriamente. Essa parte é fundamental para tentar compreender o comportamento sócio-político desses indivíduos. Ficaram visíveis quais eram os cidadãos decepcionados, céticos, apáticos, consumidores midiáticos, militantes, entre outras qualificações que serão pontuadas mais claramente nas descrições das conversas.

E na parte final das entrevistas foram lidas quatro notícias, uma de cada veículo analisado, as quais trabalhavam com **efeitos de dramatização abusiva** acerca das políticas afirmativas. A fim de verificar a reação desse leitor sobre esses noticiários, pedia-se ao mesmo que comentasse cada uma das notícias. Vale ressaltar que não mencionei a qual revista pertencia cada matéria lida. A novidade dessa parte da entrevista é que muitos leitores conseguiram identificar o conteúdo da sua revista. E aqueles que não identificavam, convergiam para uma opinião de aprovação justamente da notícia veiculada pela revista que assinava.

A jovem estudante de Estatística, C., afirma que:

Eu sou contra. Às cotas, né? Eu sou contra. Eu acho que pessoas... Acho que temos que ter oportunidades iguais, estatisticamente falando temos que ter as mesmas oportunidades. Acho que o PISM já "cátou" um pouco de vaga, que eu já não acho tão justo, teria que ter uma forma equivalente dessas notas, equivaler todo mundo, todo mundo ter a mesma chance. Porque que uns tem mais chances do que os outros. Porque que aí a cota "c" vai ter mais vagas que do que "a". Não é justo. Só porque ele é negro. Justamente acho que vai contra esse princípio de que, né, que temos de ter direitos iguais, aí o negro vai lá e tem cota. Não faz sentido, né.(...) Mas igual ele tava falando que ele poderia se caracterizar como pardo. Só estou citando esse exemplo. Mas acho que quantas pessoas, quantas... teve até uma matéria em alguma revista que agora eu não lembro na época que teve um pessoal que passou que se declarava negro, e eram brancos. Eles tavam lá na revista falando, olha eu sou branco, me declarei, negro passei.

C., refere-se a matéria *Uma segunda opinião da Veja*, que contém a seguinte ilustração e a respectiva legenda:

Figura 4 – Tribunal Racial



Alunos que disputaram vagas pelo sistema de cotas da UnB: a universidade decidiu que eles são negros.

Fonte: Uma segunda opinião. 4 de março de 2009. *Veja*

Das dezesseis pessoas entrevistadas, apenas três delas me receberam no ambiente de trabalho, ambos assinantes e leitores de *Carta Capital*, as demais me receberam em suas residências. Dessas dezesseis pessoas, sete delas eu conhecia pessoalmente, do ambiente universitário e do círculo de amigos, as demais eu nunca tinha visto ou tido qualquer tipo de contato. Fiquei surpreendida com a recepção dessas pessoas, em suas residências, sempre muito agradáveis, e durante a entrevista conversavam sem timidez acerca dos assuntos abordados.

Enquanto muitas pessoas próximas se recusaram a participar, o caso da médica, mestranda em Saúde Pública na UFJF, foi o mais curioso. Em um determinado dia eu subi o elevador de um prédio central de Juiz de Fora, e sem querer errei o andar. Ao retornar ao elevador passei em frente a um consultório médico e vi uma série de revistas *IstoÉ* expostas. Voltei, entrei e perguntei à senhorita que estava na recepção se era a médica que assinava. Ela afirmou que sim, e logo que ela lia algumas matérias trazia para o consultório. Expliquei a ela sobre minha pesquisa e se poderia voltar ali para conversar com a médica, na época a médica estava de férias e ela me passou um e-mail e disse que avisaria a mesma, deixei inclusive meu contato (celular). Enviei o e-mail e fiquei sem resposta por uma semana, quando já estava

pensando em voltar lá para saber notícias, a médica me respondeu e inclusive me ligou agendando a entrevista. Assim que cheguei ao consultório, ela afirmou que o marido dela era amigo do meu orientador, e trabalhava na reitoria da universidade e ela era mestranda em Saúde Pública e entendia perfeitamente a minha situação de pesquisadora. As opiniões da médica foram muito interessantes, ao contrário do que eu vinha observando no aspecto político uma dualidade entre simpatias por PT e PSDB, ela afirmou ter sido filiada e militante por anos do PSB (Partido Socialista Brasileiro). Com TV por assinatura, assiste principalmente *Discovery Channel*, é também assinante do jornal local *Tribuna de Minas*, e lê o blog *Conversa Afiada* do Paulo Henrique Amorim. Também foi estudante de escola pública, e por sinal não era uma escola tão boa quanto às demais de Juiz de Fora. Foi a única que disse que não gostava nem um pouco do jornal *Folha de São Paulo*.

K.; *Quando você lê uma revista e lê outra revista, parece que você está em lugares do universo diferentes. Entendeu? Então assim; eu não gosto da coisa parcial, eu gosto, por exemplo; eu leio a Carta Capital esporadicamente também, por que o meu irmão gosta muito da Carta capital, mas também eu gosto de ter uma opinião que não seja tão direcionada.*

E quando criticou o sistema de cotas raciais, tive a impressão que estava ouvindo algum argumento das matérias da *IstoÉ*, tanto que, quando li a matéria da mesma, ela exclamou, “*É isso que venho dizendo o tempo todo*”. Após ler algumas matérias das revistas das revistas falando sobre políticas afirmativas, Karine se manifestou com as seguintes opiniões:

Entrevistadora: *Você reconhece que o negro, ele pode ter cursinhos?*

K.M.: *Não, porque se você não reconhece isso, você está reconhecendo que o negro ele é uma classe inferior, por que se ele estuda de igual pra igual com teu filho e o teu filho ele entra na cota normal e ele entra na cota racial e ele tem mais oportunidade que o teu filho, você está simplesmente gerando um fator de racismo, isso sim é reconhecer que o negro, é você, você achar que o negro, ele é inferior a você é não é nada inferior e não é!*

Quando li a matéria sobre os gêmeos, K. se recordou de uma imagem:

Figura 5 – Neguinho da Beija-Flor



Fonte: Raça não existe. 6 de junho de 2007. *Veja*.

E do assunto que também foi abordado nessa matéria:

K.,: *Eu me lembro dessa história, e assim, é uma coisa absurda, se vc for pegar no DNA da população, eu lembro uma vez de ver uma reportagem; o Neguinho da Beija Flor, ele é muito mais branco do que a Claudia Leite, entendeu? No Brasil isso é um absurdo, vc fazer esse tipo de, de, de comparação, entendeu? A miscigenação que, foi, que foi envolvida a sociedade brasileira, quem diz que eu não tenho nada de negro, entendeu? Quem diz que vc não tem alguma coisa de indígena? Eu não sei, o que aconteceu a duzentos anos atrás na minha família, não sei, entendeu? Então como é que eu posso ter esse tipo de pré-conceito, como eu posso ter esse tipo de aceitação pra isso, não posso ter.*

Ro., 38 anos, sem curso superior, com apenas um curso técnico feito em rede de ensino particular foi o que demonstrou menos interesse pela entrevista, com falas curtas e muitas perguntas do tipo: ah é? É mesmo? E aí?. Apontando assim total desinformação sobre o tema e mesmo poucas leituras e consumo midiático, afirmando inclusive que passa boa parte do tempo no trabalho e lá ouve rádio. Assinante a pouco tempo da revista, parece se interessar mais por assuntos ligados ao âmbito econômico, do que por política em si. Mas mesmo assim se posicionou quanto sua percepção acerca das políticas afirmativas.

Ro.,: *É porque, exatamente, o que eu te falei antes ali, eu acho que a pessoa tem que ser capacitada pra passar ué, não fazer cota, aquelas cotas que estão lá.*

Entrevistadora: *Você já leu alguma matéria sobre cotas nos meios de comunicação, ou não? Ou já ouviu alguma coisa?*

Ro.: *Não. Só ouvia, ouvia no jornal aí, jornal da TV tava falando direto.(...) O cara tem que fazer um exame. Acho que tem que passar por um exame pra identificar a cor. Porque eu vou lá... Eu... Sou o que? Branco. Aí eu vou colocar, vou colocar lá que sou pardo. Aí o cara vai ter que fazer, vai acreditar na pessoa que tá fazendo a sua avaliação. Só aquela. Então tinha que fazer um exame pra fazer... Pra identificar a cor da pessoa.*

Entrevistadora: *Porque ele se declarar ele vai mentir...*

Ro.: *É.*

Entrevistadora: *E se alguém julgar pode julgar errado.*

Ro.: *Então é isso que eu estou de falando, não dá... Não, não é o correto esse negócio de cota. Não sei, né. É muito complicado isso aí. No Estados Unidos não deu certo vai dar no Brasil vai dar? Os americanos também... Complicado.*

A exceção dos leitores e assinantes da revista *Carta Capital*, os demais entrevistados foram contrários às políticas afirmativas para negros. A professora da Estácio de Sá, coordenadora de projetos do CAEd³⁴, por exemplo, disse que antes de ler uma matéria da revista *Carta Capital* que apontava dados das políticas afirmativas e descortinava uma série de mitos sobre a mesma, era contrária as cotas para negros, após ler essa matéria, mudou de opinião e considerou válida essa medida. Por outro lado, ela faz uma análise sobre os critérios das cotas para alunos de escolas públicas, afirmando achar injustos os critérios estabelecidos, haja vista que há Índices de Desenvolvimento Educacional e resultados de desempenho diferentes para cada escola.

J.M: *Eu nunca fui contrária, eu nunca fui contrária às políticas de afirmação, das políticas afirmativas. Mas eu acho, eu sempre pensei nela de forma muito paliativa. Que elas têm que ter seu momento, de início e momento de fim. E que elas deviam ser acompanhadas de perto para evitar esse tipo de, de distorção. Você dê entrada para essas pessoas e não ter condições delas saírem formadas. Pusesse pra dentro e elas não tivessem condição de acompanhar e acabassem, né, se perdendo no, no decorrer. Me fizeram mudar de opinião (as matérias da Carta Capital)³⁵ na medida que eu cheguei a conclusão que num precisava de acompanhamento tão de perto, que a própria autonomia do sujeito fez com que as pessoas conseguissem suprir as ausências. Se é que havia falhas na formação dessas pessoas anteriormente. Agora eu vi algumas matérias, que eu vi na Tribuna de Minas, que eu também leio diariamente Tribuna, sobre, aí especificamente a política de cotas da UFJF, e especialmente pra escola pública, mostrando uma distorção que havia ali de, por exemplo, de você ter, de as cotas serem muito supridas para alunos do colégio militar ou pra*

³⁴ Centro de Avaliação das Políticas Públicas e da Educação.

³⁵ Acréscimo nosso para referenciar a que veículo comunicacional ela estava falando.

alunos do CTU, e não por alunos da rede municipal da rede, ou principalmente da rede estadual, né, que é onde tá o porcentagem para o ensino médio.

Há uma crença de que os alunos advindos de escola pública podem piorar a qualidade do ensino universitário por parte de alguns entrevistados, especialmente entre os leitores da revista *Veja* e *Época*. É o caso da pedagoga e professora municipal M.J., leitora e assinante da *Época*, ex- leitora da *Veja*, afirmou que não assinou a *Veja* porque ela era mais cara e não era boa com brindes. Geralmente os assinantes da *Época* são contemplados com brindes, tais como livros ou coleção de livros. Acompanha sempre as matérias da revista e chega sugerir leituras de parte da mesma aos filhos. Os trechos abaixo retratam a percepção que ela tem quanto às políticas afirmativas. Demonstram como os indivíduos recorrem as suas experiências particulares, nos termos de Aldé (2001) para explicar os acontecimentos ao seu redor;

M.J.: *Olha só Ana Paula. Eu não vou te falar que eu sou contra essas políticas. Mas eu vou te relatar um fato, assim que isso tinha que ser repensado como está sendo feito. Minha filha tem uma colega de faculdade que entrou na faculdade pela cota de negro. Embora você hoje...*

Entrevistadora: *Ela é negra?*

M.J.: *Você olhando... Ela se declarou negra.*

Entrevistadora: *Mas ela é negra?*

M.J.: *Não é, não é.*

Entrevistadora: *É parda ou é branca?*

M.J.: *Parda, mais ou menos. Ela entrou pela sessão das cotas. E essas menina nessa trajetória dela acadêmica ela tem passado por grandes dificuldades.*

Entrevistadora: *Ela veio de escola pública?*

M.J.: *Sim.*

Entrevistadora: *Então além de ser negra ela também...*

M.J.: *Veio de escola pública como muito pouca base. Então o que tá acontecendo: agente tem sabido que tem entrado muita gente pela cota de escola pública, escola pública ela é, eu não acho escola pública ruim, meus filhos todos em algum momento da vida deles, pelo menos nos anos iniciais passaram pela escola pública, acho que a escola pública é um aprendizado, todo mundo um dia deve ter passado pela escola pública, a escola pública é muito rica, mas o ensino da escola pública em alguns momentos da história nossa ele deixou a desejar. Eu não acredito que um aluno que tenha feito todos os anos na escola pública sem um aporte por fora da família consiga entrar numa universidade. Eu não acredito nisso.*

Segundo Aldé (2001) para o cidadão comum, a construção destas justificativas se apóia em discursos elaborados e recebidos. Muito deles informados e limitados pelos diversos quadros de referência a que os cidadãos recorrem. Assim, como o mito, o estereótipo e o

arquétipo, as notícias podem atuar na difusão de valores e explicações estruturais a respeito da esfera pública, naturalizando um mundo distante da experiência direta dos indivíduos.

Já o senhor Rn., 70 anos, natural do Rio de Janeiro, passou a juventude no sul de Minas, época que conheceu o estudante José Dirceu (ex- Ministro da Casa Civil), assinante da Revista *Época*, formado em Administração e ex- funcionário da prefeitura de Juiz de Fora, tem um interesse muito grande pela temática da política, especialmente sobre políticas públicas, participou de muitos projetos da Prefeitura, mas ao mesmo tempo, seu discurso é mais de direita e conservador, tem receio com políticas que beneficie as massas, a exemplo disto foi o referencial que o mesmo fez quanto a formação e atuação dos sindicatos;

Rn.: *Eu sou a favor da legalidade. Nunca fui a favor de militar não. Mas eu fiquei preso dentro da fábrica, os operários cercaram a fábrica e eu não podia sair. É meia quatro, é em 64. Cercaram com greve e a gente não podia mais sair. Eu sou a favor da coisa certa, dizem que eu não gosto de sindicato, não é que eu não goste, eu não gosto do modo como ele tem conduzido as coisas. O Neto do Brizola, ele quer acabar com os sindicatos. Pelo menos diminuir, porque o sindicato virou meio de vida né.*

Logo, o receio quanto aos projetos do PT, dentre eles as políticas afirmativas e o Bolsa Família e suas atitudes relacionais com a política juiz forana apontam, por exemplo, uma simpatia de Rn., com o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro).

Muitos dos entrevistados citavam experiências já ocorridas com eles, com parentes e até amigos a fim de justificar a validade da sua opinião. O médico assinante de *Época*, citou o exemplo do cunhado que estudava em escola pública no Rio de Janeiro e quase sempre não tinha aula direito, a médica leitora de *Carta Capital* e assinante de *IstoÉ* citou o fato dela e do irmão serem provenientes de escola pública e terem ingressado na universidade sem ajuda de qualquer cota, como ela mesmo afirma “por mérito próprio”. A mestrandia em Linguística apoiava nas leituras que fazia em blogs, jornais e até na sua experiência como estagiária. O senhor aposentado, 65 anos, com curso técnico, assinante de *Veja*, apoiou seus argumentos no exemplo de seu filho, muito estudioso, e que tinha ingressado em Engenharia sem qualquer benefício do governo. A professora da PUC-MG, assinante de *IstoÉ* e leitora da *Carta Capital*, na sua experiência nas favelas de Belo Horizonte, quando ainda era professora do Ensino Básico, disse que viu muitos talentos desperdiçados por não haverem oportunidades para eles e que as cotas, tanto para escola pública quanto para negro, iriam possibilitar a essas pessoas uma oportunidade que até então não existia. Portanto, como já destacava Aldé (2001,

p. 29) “é através de narrativas que as pessoas alimentam suas interpretações do mundo, e é também na construção discursiva que as expressam, procurando apresentá-las como plausíveis e coerentes, enfim, como alternativas políticas válidas.”.

É interessante destacar a transição entre os assinantes e suas respectivas revistas. M. J., a pedagoga e professora da educação básica, disse que assinou *Veja* há alguns anos, e que estava com assinatura da *Época*, pois o irmão dela havia lhe presenteado. A jovem estudante de estatística, também assinante da *Época*, disse que adquiriu a revista por meio de uma promoção que a irmã tinha participado e sido contemplada com a assinatura. O médico afirmou que estava assinando a *Época* porque havia ganhado a revista durante a assinatura da revista *Globo Rural*, que era da mesma editora. Os demais assinantes da *Época* ou da *IstoÉ*, afirmavam ter optado por essas revistas ao invés da *Veja* por serem as matérias menos densas e sensacionalistas. Acredito que, além disso, essas revistas oferecem um leque de matérias alternativas aos temas de política e economia, assuntos como curiosidades, saúde, ciência e tecnologia ganham cada vez mais espaço em suas páginas, e isso com certeza chama a atenção do leitor.

Considero, com base nas entrevistas realizadas, que a opinião de cada entrevistado varia de acordo com uma série de fatores, desde o ambiente familiar, passando pelo local de trabalho, até sua formação educacional, mas há também a influência de fatores psicológicos nas afirmações desses leitores. Nesse aspecto, gostaria de destacar a importância do conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu³⁶ (1996, p. 22), já que

“os *habitus* são princípios geradores de práticas distintas e distintas (...) mas são também esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de divisão e gostos diferentes. Eles estabelecem as diferenças entre o que é bom e mau, entre bem e mal, entre o que é distinto e o que é vulgar etc., mas elas não são as mesmas. Assim, por exemplo, o mesmo comportamento ou mesmo bem pode parecer distinto para um, pretensioso ou ostentatório para outro e vulgar para um terceiro.”

Ligação com partidos políticos, engajamento cívico, as leituras das sessões da revista, os tipos de noticiários que essas pessoas se interessam, a própria profissão. Verifiquei que nenhum deles se associaram a qualquer entidade cívica, a não ser aqueles associados ao sindicato da própria profissão, pois hoje é exigido um vínculo com o mesmo, inclusive para facilitar o processo de aposentadoria.

³⁶ BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**. 4 ed. Campinas: Papyrus, 1996.

Há um consenso na opinião dos entrevistados de que é preciso reformar o ensino público do país, e, feito isso não haveria necessidade do sistema de cotas. Por parte dos leitores que não eram assinantes da *Carta Capital*, as opiniões convergem para a não aprovação de um sistema de cotas raciais. É preferível cotas sociais, para alunos de escolas públicas e de baixa renda.

Também ocorre entre os assinantes da revista *Época*, *IstoÉ* e *Carta Capital* uma forte simpatia pelo atual governo petista, principalmente os leitores e assinantes da *Carta Capital*. Por aqueles que simpatizam com as políticas petistas e mesmo com o Lula, percebemos um discurso de que o Estado é um benfeitor e responsável pela solução das mazelas sociais (caso da mestranda em Letras ao falar dos programas petistas ou do médico ao afirmar que quem precisa de governo são os pobres). Por outro lado, há aqueles que priorizam a conscientização da população, afirmando que é preciso haver uma responsabilização da sociedade como todo, assim como dos governantes na criação e execução democrática, como destaca a médica e o jovem senhor. É importante também ressaltar que, ao longo dos depoimentos, não houve nenhum entrevistado que não tivesse críticas, em alguma medida, em relação à condução das políticas públicas relativas à saúde e educação no país, ao comportamento dos políticos e outros temas da pauta pública, como o caso do Mensalão e do livro “*Privataria Tucana*”.

No geral, todos esses entrevistados são grandes consumidores de informação, tem acesso a uma série de veículos midiáticos, conseqüentemente são cidadãos comuns que se veem divididos entre uma “elite cognitiva, que se julga habilitada para avaliar e avalizar escolhas políticas, e uma massa ignorante, da qual poucos admitem fazer parte, e que é vista como o maior empecilho para o bom funcionamento das instituições políticas”. (ALDÉ, 2001, p. 50)

8.2 APONTAMENTOS FINAIS ACERCA DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

Fairclough (2001) já alertava para o fato de que as pessoas, em suas experiências com o mundo, passam a ser posicionadas ou mesmo se posicionam involuntariamente, de acordo com sua classe, sua renda, sua escolaridade, sua ocupação, entre outros fatores e isso permitiam a elas se tornarem agentes sociais, capazes de agir coletivamente e de atuar na mudança social.

Ao analisar as entrevistas realizadas com esses leitores, pude traçar alguns perfis argumentativos e também noções acerca daqueles que são cidadãos interessados e bem

informados, e daqueles que possuem uma discrepância entre as expectativas do indivíduo e a maneira como o sistema social efetivamente funciona.

a) **impotência política**: sentimento do indivíduo de que não pode afetar as ações do governo, de que a alocação autoritária de recursos para a sociedade, centro do processo político, não está sujeita à sua influência. b) **ausência de sentido da política**, ou seja, a percepção de que as decisões políticas são imprevisíveis, regidas por um padrão aleatório que foge ao entendimento do cidadão. c) **ausência de normas da política**, descrita como a percepção de que as regras estabelecidas para o funcionamento do mundo público são sistematicamente burladas, como no caso, mais uma vez apontado pela presente pesquisa, da crença generalizada no comportamento ilegal e imoral da classe política. d) **isolamento político**, total apatia quanto ao mundo da política, desinteresse e ausência de engajamento cívico. (ALDÉ, 2001, p. 37)

Com relação à percepção política e a opinião sobre as políticas afirmativas, destacamos argumentos discursivos semelhantes ao do conteúdo analisados nas revistas. Aparecem nas falas dos entrevistados contrários a essa medida educacional; a) o argumento do discurso que vê a política de cotas raciais como discriminatória, preconceituosa; b) de que esta fere o princípio do mérito, deixando de dar oportunidades aos bons alunos; c) ameaça a qualidade do ensino e, conseqüentemente, o nível dos universitários.

Por outro lado, aqueles que apoiam essa política educacional afirmam; a) que a política de cotas raciais é necessária no Brasil, justificando que existe uma dívida histórica com os negros; b) que não há negros nas universidades; c) a existência do racismo para com o negros, logo ressaltam a necessidade de se criar medidas sociais e econômicas para melhor inseri-los na sociedade.

Por fim, tanto entre aqueles que desaprovam como os que aprovam as políticas afirmativas, apareceu o argumento de que é preciso maiores investimento na educação básica.

CONCLUSÃO

Notamos que como que na prática política, o discurso estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas em que existem tais relações. Já como prática ideológica, o discurso constitui, naturaliza, mantém e também transforma os significados de mundo nas mais diversas posições das relações de poder e o leitor dispõe de uma representação parcial e enviesada dessa medida, por parte da mídia impressa. Portanto, nos resta tentar identificar essas distorções e vieses, e mesmo o abismo entre a realidade das políticas e o “mito” que tem sido construído pela mídia sobre a implantação e desempenho da mesma, a fim de contribuir para um debate público mais democrático sobre o tema.

Compreendemos que grupos hegemônicos como a editora Globo e a Abril produzem uma série de notícias permeadas por suas práticas ideológicas, visando assim constituir uma ordem padrão de discurso, que priorize os grupos de atores sociais aos quais eles estão vinculados, ou seja, seus assinantes de classe média. Fairclough (2001) afirma que as ideologias são *representações* e podem ser legitimadas em maneiras de ação social e inculcadas nas *identidades* de agentes sociais.

A mídia constrói a realidade segundo uma visão particular de mundo submetida, por exemplo, às pressões do mercado e da ideologia dominante e, por outro, entender que há leituras diferentes de um mesmo evento pode ser um princípio para uma leitura crítica, leitura essa que considere tanto a existência de diferentes interesses de grupos sociais em lutas hegemônicas quanto o fato de que o texto da notícia é um produto social que internaliza essas lutas. (RESENDE & RAMALHO, 2011, p. 114)

Na revista *Veja* houve uma total preferência pelo relato de vozes de especialistas. **Há uma forte ausência da chamada interdiscursividade**, ou seja, há uma insuficiência de articulação dos diferentes discursos (tanto pró como contra as políticas de cotas raciais). A apresentação das formas discursivas das reportagens das revistas impressas de maior circulação do país trás a tona as dualidades de nossas estruturas sociais e políticas, principalmente as lutas ideológicas entre determinados atores de nossa sociedade.

Portanto, estudar os discursos midiáticos, principalmente na era da informação, no que diz respeito às políticas públicas educacionais, torna-se fundamental, uma vez que estaremos tratando da visibilidade desses discursos e ao mesmo tempo, delimitando sua opacidade.

O efeito que pretende produzir nesse outro: o tipo de relação que pretende instaurar com esse outro e o tipo de regulação que prevê em função dos parâmetros precedentes. Logo, limitamo-nos à observação da própria máquina midiática, á análise dos efeitos visados e a emitir hipóteses sobre os efeitos que poderia produzir. (PRIEST, 2011, p. 55)

Na segunda etapa dessa dissertação buscamos explorar as atitudes de identificação/não identificação com o Programa de Políticas Afirmativas de alguns cidadãos brasileiros, leitores das revistas analisadas, por meio das suas falas. Esta investigação dos discursos dos entrevistados apontou o caráter negativo atribuído ao sistema de cotas. Através de enquadramentos e explicações esquemáticas, os indivíduos expressam atitudes que podem ter diferentes valências e intensidades. Portanto esse estudo aponta que, de uma maneira geral, as revistas de informação e os meios de comunicação em si, pautam os assuntos discutidos no âmbito da esfera política e influenciam decisivamente a opinião de seu público-alvo, formado pelas classes sociais médias e altas.

Interessante destacar que boa parte dos indivíduos entrevistados, ligados ao âmbito universitário, professores e alunos, tem uma visão crítica dos meios de comunicação; não confiam plenamente em tudo que eles veiculam, mas mesmo assim consome uma quantidade maçante de informações, sejam elas provenientes de revistas, sites ou de jornais televisivos.

Por fim, seguindo a estrutura apresentada por Aldé (2001, p. 52); podemos fazer as seguintes definições; a) Uma **atitude forte e positiva** identifica o que poderíamos chamar de cidadãos integrados (leitores e assinantes da *Carta Capital e IstoÉ*); b) O mundo público, ações de políticos e explicações recorrentes sobre o tema são salientes em seu discurso espontâneo e nas conversas cotidianas, mas sua **atitude é de ceticismo**, em relação às possibilidades da política. (assinantes da revista *Época*); c) **Majoritariamente desinteressado**; a política ocupa um lugar marginal entre suas preocupações cotidianas (leitores de *Veja*), preocupam-se mais com a carreira, o trabalho e o ambiente familiar em si.

Ao longo desta pesquisa, dos estudos bibliográficos e dos levantamentos de dados somado com as conversas e orientações realizadas pelo professor Eduardo Magrone, pude concluir que os jornalistas se instituem como transmissores de conhecimentos, mas, sobretudo como orientadores acerca de padrões de comportamento e padrões políticos, nos termos de Bourdieu (1997) o campo político e o campo jornalístico tem algo de comum; o fato de estarem sob influência (direta) da sanção do mercado e do público.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ADORNO, Theodor (2007), **Indústria Cultural e Sociedade**. São Paulo, Paz e Terra

ALDÉ, Alessandra. “**A construção da política**”: **Cidadão comum, mídia e atitude política**. Rio de Janeiro, 2001. Tese de doutorado. Disponível em: <http://doxa.iesp.uerj.br/teses.htm> Acessado em 08/05/2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2008.

BAUER, M., GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto imagem e som**. Petrópolis, Vozes: 2002.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2000 .

BOTELHO, Juliana S., MAIA, Rousileu C.M., MUNDIM, Pedro S. **O debate em torno das cotas nas universidades públicas brasileiras de 2001 a 2009: uma análise preliminar**. Revista Compólitica, n. 2, vol. 1, Ed. Set-out, ano 2011.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro, Marco Zero. 1983

_____. **Razões práticas**. 4 ed. Campinas: Papirus, 1996.

_____. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1997.

_____. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp. 2008

CERVI, Emerson. **Opinião pública e comportamento político**. Paraná: Editora IBPEX, 2010.

CHARAUDEUAU. Patrick. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2011.

CHARAUDEUAU. Patrick. **Linguagem e Discurso**. São Paulo: Contexto, 2009.

DINIZ, Eli. **Uma perspectiva analítica para a reforma do Estado**. Lua Nova: revista de Cultura e Política, n° 45, São Paulo: Cedec, 1998. p. 29-48.

FAIRCLOUGH, N. **The discourse of new labour: Critical Discourse Analysis**. In: M. WETHERELL, S. TAYLOR & S. J. Yates (eds.) *Discourse as data: a guide for analysis*. London: Sage, 2001, p. 229-266.

FERES JÚNIOR, João; CAMPOS, Luiz Augusto; DAFLON, Veronica Toste. **Fora de quadro: a ação afirmativa nas páginas d’O Globo**. Contemporânea – Revista de Sociologia

da UFSCar. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2011, n. 2, p. 61-83

FILHO, Clóvis de B; MARTINO, Luis M. **O habitus da comunicação**. São Paulo: Paulus, 2003.

FOUCAULT, M (1996). **A ordem do Discurso**. São Paulo, Edições Loyola.

FRY, Peter (org); MAGGIE, Yvonne (org); CHOR MAIO, Marcos (org); MONTEIRO, Simone (org) e VENTURA Santos Ricardo (org). **Divisões perigosas: Políticas raciais no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira; 2007.

GOFFMAN, Erving (2008). **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis, Editora Vozes.

GOMES, Mayra Rodrigues (2003). **Poder no Jornalismo**. São Paulo, Edusp & Hacker editores.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2007

GOMES, Wilson; MAIA Rousiley C.M. **Comunicação e Democracia**. São Paulo: Paulus, 2005.

GONÇALVES, Telmo (2005). **Os temas de Guerra. Estudo explanatório sobre o enquadramento temático da guerra do Vietnã na televisão**. ACTAS DO III SOPCOM, VI LUSOCOM e II IBÉRICO – Volume IV, 2005. Disponível em <<http://www.bocc.uff.br/pag/goncalves-telmo-temas-da-guerra.pdf>> Acessado em 20/05/2011

GOULART, Alexander . **Uma lupa sobre o jornalismo de revista**. Observatório da Imprensa, 04/07/2006, edição 388. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/uma-lupa-sobre-o-jornalismo-derevista>. Acessado em 20/08/2011

GRAMSCI, Antonio. **Maquiável, a política e o estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

KAMEL, Ali. **Não somos racistas: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

LIMA, Venício A. de. **Mídia: Teoria Política**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

LUNHAMN, Niklas. **A realidade dos meios de comunicação**. São Paulo: Paulus, 2005.

MAGNOLI, Demétrio. **Uma gota de sangue: História do Pensamento Racial**. São Paulo: Contexto, 2009.

MAIA, Rousiley C. M. (Org.) ; CASTRO, Maria Céres P. S. (Org.) . **Mídia, Esfera Pública e Identidade Coletivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MASCIA, Maria A. Amador. **Investigações Discursivas na pós-modernidade**. São Paulo: Mercado de Letras, 2003.

MARCUSE, Herbert (2007), **Cultura e Psicanálise**. São Paulo, Paz e Terra

MATTOS, Sérgio. **Mídia controlada: a história da censura no Brasil e no mundo**. São Paulo: Paulus, 2005.

MCCOMBS, Maxwell. **A teoria da Agenda: a mídia e a opinião pública**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

PIERANTI. O.P.; MARTINS, P.E.M, (2006) **Nelson Werneck Sodré e “História da Imprensa no Brasil”**: uma Análise da Relação entre Estado e Meios de Comunicação de Massa. XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, UnB. Disponível: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R1071-3.pdf> Acessado em 20/08/2011

PINTO, Milton José. **Comunicação e Discurso**. São Paulo: Hacker editores, 1999

PRIEST, Susanna Hornig. **Pesquisa de Mídia**. Porto Alegre: Penso, 2011.

RICCI, Rudá. **Lulismo: da Era dos Movimentos Sociais à Ascensão da Nova Classe Média**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2010

RESENDE, Viviane de Melo Resende; RAMALHO, Viviane. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2011

SANTOS, Ana Elisa de Carli dos. **Percepções e representações da mídia impressa quanto ao debate da ação afirmativa e das cotas para a população negra no Brasil**. Anais do II Seminário Nacional. **Movimentos Sociais, Participação e Democracia** 25 a 27 de abril de 2007, UFSC, Florianópolis, Brasil

SILVA, Vevila Siqueira. **O Escândalo do Mensalão em Revistas Semanais: uma análise de enquadramento**. Bauru, 2008. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista. Disponível em <http://www.faac.unesp.br/posgraduação/Pos_Comunicacao/pdfs/vevila_silva.pdf> /> Acessado em 20/04/2011.

SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad Ed., 1999.
67

THOMPSON, John B. O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. Florianópolis: Editora Insular, 2005. v.1

REFERÊNCIAS MATÉRIAS ANALISADAS:

Revista Carta Capital. **Cotas para Negros: Fábio Konder Comparato: Uma questão de justiça social.** Editora Confiança. São Paulo. 11 /03/2010.

Revista Carta Capital. **A inclusão desmitificada.** Editora Confiança. São Paulo. 25/09/2010.

Revista Carta Capital. **O professor e a Casa Grande.** Editora Confiança. São Paulo. 05 /05/2008.

Revista Carta Capital. **Cotas nas universidades públicas: um debate necessário.** Editora Confiança. São Paulo. 31/01/2011.

Revista Carta Capital. **Vestibular: é preciso ir além da unificação.** Editora Confiança. São Paulo. 15/04/2009.

Revista Carta Capital. **Reações às cotas subestimam o racismo.** Editora Confiança. São Paulo. 27/04/2012.

Revista Carta Capital. **Somos racistas.** Editora Confiança. São Paulo. 13/08/2010.

Revista Época. **As armadilhas do racismo.** Editora Globo. São Paulo. 04/09/2009.

Revista Época. **Discriminação não é solução.** Editora Globo. São Paulo. 20/02/2009.

Revista Época. **“As cotas para negros e a desigualdade brasileira”.** Editora Globo. São Paulo. 18/03/2010.

Revista Época. **Cotas pra quê? .** Editora Globo. São Paulo. 20/04/2009.

Revista Época. **Por unanimidade, STF decide que cotas raciais são legais.** Editora Globo. São Paulo. 26/04/2012.

Revista Época. **Rio de Janeiro tem complicado sistema de cotas.** Editora Globo. São Paulo. 28/05/2009.

Revista Época. **“Suprema Corte americana impede que escolas tenham cotas raciais”.** Editora Globo. São Paulo. 29/06/2007.

Revista Época. **Supremo recebe manifesto contra as cotas raciais.** Editora Globo. São Paulo. 20/02/2009.

Revista IstoÉ. **Cotas e políticas públicas.** Editora Três. São Paulo. 7/2/2007.

Revista IstoÉ. **Cota discriminada.** Editora Três. São Paulo. 24/10/2004.

Revista IstoÉ. **Muito além das Cotas**. Editora Três. São Paulo. 05/08/2003.

Revista IstoÉ. **Polêmica na pele**. Editora Três. São Paulo. 03/03/2010.

Revista IstoÉ. **Cerco à classe média**. Editora Três. São Paulo. 26/10/2008.

Revista IstoÉ. **“Cotas geram ódio racial”**. Editora Três. São Paulo. 28/05/2009.

Revista IstoÉ. **Dilma critica DEM por ter ido à Justiça contra cotas**. Editora Três. São Paulo. 7/08/2010.

Revista IstoÉ. **Em debate no STF, maioria defende cotas raciais**. Editora Três. São Paulo. 3/3/2010.

Revista IstoÉ. **O início da inclusão**. Editora Três. São Paulo. 17/03/ 2003.

Revista IstoÉ. **“O negro é invisível”**. Editora Três. São Paulo. 05/03/2003

Revista IstoÉ. **“O resultado das cotas”**. Editora Três. São Paulo. 27/04/2012 .

Revista IstoÉ. **Qual é a sua cor?** . Editora Três. São Paulo. 12 /07/2006.

Revista Veja. **Eles querem desmiscigenar o Brasil**. Editora Abril. São Paulo. 04/04/2007.

Revista Veja. **Ascensão sem cota**. Editora Abril. São Paulo. 02/09/2009.

Revista Veja. **Convite ao ódio racial**. Editora Abril. São Paulo. 12/07/2006.

Revista Veja. **Ao aprovar cotas, STF busca 'justiça material'**. Editora Abril. São Paulo. 26/04/2012.

Revista Veja. **Cotas Raciais: uma reportagem intelectual e jornalisticamente criminosa**. Editora Abril. São Paulo. 04/03/2010.

Revista Veja. **Raça não existe**. Editora Abril. São Paulo. 06/06/2007.

Revista Veja. **Inquisição Racial**. Editora Abril. São Paulo. 28/08/2008.

Revista Veja. **Intolerância**. Editora Abril. São Paulo. 23/05/2007.

Revista Veja. **Perguntas e respostas – Sistema de Cotas**. Editora Abril. São Paulo. 06/2008.

Revista Veja. **Uma segunda opinião**. Editora Abril. São Paulo. 04/03/2009.

Revista Veja. **Queremos dividir o Brasil?** .Editora Abril. São Paulo. 02/09/2009.

ANEXOS**ANEXO 1 – ROTEIRO ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS**

Idade:
Residência:
Tem simpatia por alguma partido político?
Já participou de alguma associação?
Tem o hábito de assistir Televisão? Se sim, quais programas
Tem o hábito de ler jornais? Se sim, quais jornais
Qual revista assina? Há quanto tempo? Lê outras revistas além dessa?
Qual o nome do ministro da Fazenda?
Qual o presidente dos Estados Unidos?
Sempre morou nessa cidade?
Lembra de algum tema ou capa da revista que achou ser muito interessante?
Leu alguma coisa sobre políticas afirmativas e qual sua opinião quanto a essa política educacional?

ANEXO 2 – TRECHO DE MATÉRIAS LIDAS DURANTE AS ENTREVISTAS

Trechos de matérias lidas:
<p>Revista Época: “Funcionário da Petrobrás, o carioca Tiago Lugão de 24 anos, é formado em engenharia de produção no Centro Federal de Educação Tecnológica, CEFET. Em 2002 ele foi classificado em décimo quarto lugar no vestibular da Universidade Norte Fluminense, que tinha vinte vagas para o curso de engenharia de exploração e prospecção de petróleo. Lugão tirou quatorze vírgula vinte na prova de física que valia vinte. Ainda sim viu concorrentes que tiraram zero vírgula vinte e cinco conseguir a vaga na sua frente porque se declararam negros. Lugão foi um dos primeiros estudantes que fizeram vestibular na UENF sobre o regime de cotas raciais...” Abre aspas, fala do Lugão. “...o sistema de cotas raciais, é injusto, a cor da pele não quer dizer nada” afirma Lugão “você não pode dar privilégios alguém por causa da cor da pele. Meu avô era negro e eu poderia me declarar pardo, até porque é difícil de um brasileiro não ser pardo”. Lugão estudou no colégio Santo Agostinho, um dos mais tradicionais do Rio de Janeiro. Convencido de que sofreu uma injustiça recorreu aos tribunais. No ano passado, cinco anos depois, a justiça decidiu que ele tinha razão, mas Lugão já estava formado em outra faculdade e pós-graduado. Hoje ganha menos da metade de colegas formados no curso que ele queria.”</p>
<p>Revista IstoÉ: “Essas cotas, da maneira como vem sendo adotadas no Brasil, são inconstitucionais. Estão aplicando aqui, tão somente a importação de um modelo pensado para a realidade americana. Mesmo nos Estados Unidos, hoje se abandona este sistema porque ele gerou ódio racial maior do que efetivamente integrou o negro na sociedade. Ações afirmativas como gênero, mas não por meio de cotas. Ações afirmativas como bolsas de estudos para negros carentes, cursinho pré-vestibulares, para negros carentes. Cotas estão favorecendo a classe média negra que não é necessariamente quem mais precisa de apoio estatal. O negro pobre, é excluído no primário. É preciso ignorar a racialização. Vamos tratar de políticas sociais, vamos cuidar dos nossos carentes. Esse sim precisa de integração. Meu receio é de que o Supremo Tribunal tente dar uma aparência de tribunal preocupado com o politicamente correto.”</p>
<p>Revista Carta Capital: “Pois bem, bastou o governo Lula arriscar-se numa política de ações afirmativas para <i>high society tupiniquim</i> berrar para o mundo que no Brasil não há racismo e escrever que não somos racistas. Pior a dizer que no Brasil na verdade não há negros: é um discurso adotado por quem, por quem tem vergonha de ter seu próprio racismo exposto e colocado em discussão. Nossa realidade política cínica, nepotista e fisiológico alguém consegue imaginar esses filhinhos de papai da caricata aristocracia nacional, mesmo os mulatinhos disfarçados assumindo o papel de negro formalmente? Mas se a cota for para pobre, vai ter muito vagabundo botando roupa velha para se matricular. Só um idiota não percebe a diferença entre ser pobre branco e pobre negro no Brasil.”</p>
<p>Revista Veja: “Um absurdo ocorrido em Brasília veio em boa hora. Ele é o sinal de que o Brasil esta enveredando pelo perigoso caminho de tentar avaliar as pessoas não pelo conteúdo do seu caráter, mas pela cor de sua pele. Avaliação divergente dos irmãos</p>

Alan e Alex pela UNB é uma prova dos perigos de tentar classificar as pessoas por critério racial. Em todas as partes que isso foi tentado, mesmo nas mais sólidas justificativas deu em desastre. A decisão da banca da Universidade de Brasília que determina quem tem direito ao privilégio das cotas mostra o perigo de classificar as pessoas pela cor da pele. Coisa que fizeram os nazistas e o apartheid sul-africano.”

ANEXO 3 – ROTEIRO DE CLASSIFICAÇÃO/ANÁLISE DAS MATÉRIAS

A. Roteiro – Classificação das matérias/ Análise de conteúdo
Criar um livro de glossários:
1. Veículo/Revista:
2. Grupo:
3. Data:
4. Assunto principal:
5. Tipo de texto:
6. Localização:
7. Tamanho do Texto:
8. Título:
9. Subtítulo:
10. Imagem: Quantidade –
11. Quais tópicos ocupam qual proporção das notícias?
12. Quais as fontes?
13. Quantas vezes essas fontes são mencionadas?
14. Quais são as provas?
15. Qual o nível de compreensão da linguagem?
16. Tom do noticiário:
B. Roteiro – Classificação das matérias/ Análise de discurso
1. Efeito de verdade –
Está mais para o lado do ‘acreditar ser verdadeiro’ do que para o do ‘ser verdadeiro’. Efeito de verdade e de seriedade profissional se a fonte é identificada com precisão.
2. Efeito de inchaço –
Abordar um único assunto/assunto igual nas diferentes mídias – A importância da questão tratada quanto sua seleção, acentua o efeito de inchaço. P. 19
3. Efeito de actancialização –
Papel que jogam os atores: “ O critério para definir o domínio cênico é, assim, um critério de actancialização (quem faz o que sobre quem?), descrevendo os actantes, os processos nos quais eles se encontram implicados e as finalidades que é suposto prosseguirem.”
4. Efeito de amálgama –
Aproximação com o leitor – Expressões ou formas simplificadoras e dramatizantes do tipo: “ purificação étnica”, “racismo”, “ fundamentalismo” são suscetíveis de atingir o imaginário dos leitores, funcionam como etiquetas que permitem designar e classificar todo novo acontecimento.
5. Efeito interpretativo –
Os efeitos interpretativos produzidos por algumas manchetes de jornais (ou mesmo sobre determinada maneira de comentar a atualidade) quando estas, em vez de inclinar-se para saberes de conhecimento, põem em cena saberes de crença que apelam para a reação avaliativa do leitor.
6. Efeito de rumor ou boato – Suposições, especulações, “toda informação retirada de seu contexto de origem e transportada para um outro é suscetível de sofrer modificações que podem transformá-la em desinformação.”
7. Efeito de incorporação do enunciado –

Citar é fazer saber alguma coisa ao outro, revelar-lhe o que foi dito e que ele, ignora, é dizer: “Eu faço saber a você o que você não sabe”.
8. Efeito de dramatização –
1) Mostrar a desordem social com suas vítimas e seus perseguidores.
2) Apelar para a reparação do mal, interpelando os responsáveis por este mundo.
9. Fenômeno da logocracia –
As mídias convocam comentaristas da vida social que falam de maneira midiática (o que é paradoxal, pois sendo externos às mídias deviam falar de maneira diferente) e entram num jogo de conivência com as mídias, a pretexto de serem compreendidos por todo mundo, ou então convocam testemunhas anônimas.
10. Psicologização da explicação – “paranóia polêmica”, o discurso das mídias procura pôr em cena os responsáveis e mesmo eventuais culpados.
C. Considerações pontuais:
a) ausência de uma argumentação em forma de gangorra.
Sem argumentação de ponderação.
b) argumentação baseada no engajamento moral.
A mídia pode , sem dúvida ser utilizada para perpetuar antigos valores e crenças, incluindo estereótipos raciais e sexuais, mas também pode participar na mudança deles.
b) manifestação de entusiasmo/desapontamento/frieza
juízo pró/juízo contra
apreciação favorável/apreciação desfavorável
exposição de uma determinada opinião/de outra
d) argumentos baseados em crenças//argumentos baseados em conhecimentos científicos. Julgamentos e estatísticas
e) políticos? A favor do establishment?
f) cidadão reivindicador/vítima/testemunha/especialista
1. O cidadão só se torna interessante se sofre, vítima de uma injustiça social ou de uma desgraça do destino, ou se clama (reivindica) por reparação e chega a brigar para obtê-la.
2. A entrevista de testemunho é um gênero que se presume confirmar a existência de fatos e despertar a emoção, trazendo uma prova de autenticidade pelo “visto-ouvido-declarado”.
3. “A entrevista de especialista fornece à opinião pública um conjunto de análises objetivas, trazendo a prova de sua legitimidade pelo “saber” e pelo “saber dizer”.
D. Considerações finais: Houve efeitos perversos de dramatização abusivas?
O comentário midiático corre o risco constante de produzir efeitos perversos de dramatização abusiva, de amálgama, de reação paranóica.
E. Criou-se um simulacro da democracia?
Atores que são álibis para uma argumentação bloqueada numa encenação que está a serviço do espetacular. É o que se pode chamar de um “simulacro de democracia”.

A) Roteiro – Classificação das matérias/ Análise de conteúdo	
1.	Veículo/Revista: IstoÉ
2.	Grupo: Editora 3
3.	Data:7/2/2007
4.	Assunto principal: Políticas afirmativas
5.	Tipo de texto: Informativo/Descritivo
6.	Localização: http://www.istoe.com.br/reportagens/1132_COTAS+E+POLITICAS+PUBLICAS
7.	Tamanho do Texto: 1 página
8.	Título: Cotas e políticas públicas
9.	Imagem: Quantidade – 1
a.	Descrição – Lápis com cores pretas e brancas com várias divisões dentro de um círculo preto.
10.	Quais tópicos ocupam qual proporção das notícias? A implementação de Políticas afirmativas em vários países, especialmente na Índia.
11.	Quais as fontes? Não há menção de fontes
12.	Quantas vezes essas fontes são mencionadas? Nenhuma
13.	Quais são as provas? Nenhuma
14.	Qual o nível de compreensão da linguagem? Fácil
15.	Tom do noticiário: Favorável a implementação do sistema de cotas
A. Roteiro – Classificação das matérias/ Análise de discurso	
16.	Efeito de verdade – Presente, pressupõe-se que as Cotas oferecem mais oportunidades a grupos minoritários.
17.	Efeito de inchaço – Ausente
18.	Efeito de actancalização – Ausente
19.	Efeito de amálgama – Ausente
20.	Efeito interpretativo – Ausente
21.	Efeito de rumor ou boato – Ausente
22.	Efeito de incorporação do enunciado - Ausente
23.	Efeito de dramatização – Ausente
24.	Fenômeno da logocracia – Ausente
25.	Psicologização da explicação – Ausente
B.	Considerações pontuais: a) ausência de uma argumentação em forma de gangorra. b) argumentação baseada no engajamento moral. c) manifestação de entusiasmo. d) argumentos baseados em crenças.
C.	Considerações finais: Houve efeitos perversos de dramatização abusivas? Criou-se um simulacro da democracia?
Sim, utiliza-se do exemplo da Índia para mostrar a importância das políticas afirmativas na minimização das desigualdades sociais. Veja os exemplos abaixo:	
“Políticas de ação afirmativas, dentre elas as cotas, têm sido implementadas numa diversidade enorme de países. Elas têm sido praticadas para atender a diferentes segmentos da população que por razões históricas, culturais, religiosas ou de racismo e discriminação foram prejudicados em sua inserção social e participação igualitária no desenvolvimento desses países.”	
“A Índia é um dos países que mais nos causam inveja em termos de crescimento	

econômico e desenvolvimento científico e tecnológico. Provavelmente, parte essencial dessa performance se deva ao investimento efetivo que ela faz no desenvolvimento de seus recursos humanos, pela educação.”

A) Roteiro – Classificação das matérias/ Análise de conteúdo	
1.	Veículo/Revista: IstoÉ
2.	Grupo: Editora Três
3.	Data: 05 de agosto de 2003
4.	Assunto principal: Cotas raciais
5.	Tipo de texto: Informativo
6.	Localização: http://www.istoe.com.br/reportagens/12968_MUITO+ALEM+DAS+COTAS
7.	Tamanho do Texto: 3 páginas
8.	Título: Muito além das Cotas
9.	Subtítulo: Advogados negros americanos vêm ao Brasil para discutir com políticos e educadores medidas de ações afirmativas locais.
10.	Imagem: Ausente
11.	Quais tópicos ocupam qual proporção das notícias?
11.1	– cotas raciais nos Estados Unidos
11.2	– cotas raciais no Brasil
11.3	– legitimidade das políticas de cotas
12.	Quais as fontes?
12.1	John Payton e Theodore Shaw, advogados americanos do International Human Rights Law Group – 3 vezes
12.2	Presidente George W. Bush – citado sem fala – 1 vez
12.3	Secretário de Estado Americano, Colin Powel - 1 vez
12.4	Senador José Sarney (PMDBAP) – citado sem fala - 1 vez
12.5	Senador Paulo Paim (PT-RS), autor do Estatuto da Igualdade Racial, o líder do governo na Câmara – citado sem fala - 1 vez
12.6	Nelson Pellegrino (PT-BA) – citado sem fala- 1 vez
12.7	A ministra Matilde Ribeiro, da Secretaria Especial para a Promoção da Igualdade Racial - – citado sem fala - 1 vez
12.8	Os reitores das universidades do Rio de Janeiro e Brasília (que, juntamente com as universidades da Bahia e de Mato Grosso do Sul, iniciaram a implementação do sistema de cotas) – citado sem fala - 1 vez
12.9	Estudante americana branca Barbara Grutter – citada sem fala
12.10	Sueli Carneiro, diretora da Organização Não-Governamental Geledés – Instituto da Mulher Negra – citada com fala - 1 vez
12.11	Professor Edward Telles, da Universidade da Califórnia - citado com fala - 1 vez
12.12	Doutor em geografia Demétrio Magnoli, em artigo na <i>Folha de S. Paulo</i> . Intertextualidade - citado com fala - 1 vez
12.13	Doutor em administração Hélio Santos, autor do livro <i>A busca de um caminho para o Brasil</i> – citado 6 vezes com fala -1 vez
12.14	Trecho do livro <i>Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade</i> , de Joaquim B. Barbosa Gomes, o primeiro negro brasileiro empossado no Supremo Tribunal Federal (STF) - 1 vez

13.	Quantas vezes essas fontes são mencionadas? Ver acima
14.	Quais são as provas?
14.1	A opinião de especialistas
14.2	Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
14.3	Dados das políticas afirmativas nos Estados Unidos
	“O abismo entre negros e brancos no Brasil é vergonhoso. Segundo dados do IBGE divulgados no mês passado, do 1% dos mais ricos no País, 88% são brancos, e dos 10% mais pobres, 70% são negros ou pardos.”
15.	Qual o nível de compreensão da linguagem?
	Fácil compreensão
16.	Tom do noticiário:
	Favorável as políticas afirmativas, uma vez que só apresenta uma fala contrária a mesma, o restante das falas dos especialistas são de defesa das políticas de cotas.
B.	Roteiro – Classificação das matérias/ Análise de discurso
17.	Efeito de verdade – Presente: apresenta dados estatísticos bem referenciados e colem a opinião de uma série de pessoas envolvidas ou que estudam o tema das políticas afirmativas.
	“O abismo entre negros e brancos no Brasil é vergonhoso. Segundo dados do IBGE divulgados no mês passado, do 1% dos mais ricos no País, 88% são brancos, e dos 10% mais pobres, 70% são negros ou pardos.”
18.	Efeito de inchaço - Presente: o tema das cotas raciais é discutido inúmeras vezes nas páginas da revista.
19.	Efeito de actancialização - São definidos os atores, principalmente uma série de especialistas, que opinam favorável à política de cotas.
20.	Efeito de amálgama – Presente: usam de algumas frases baseadas em conhecimentos científicos e em saberes de crenças para afirmar que somos uma sociedade preconceituosa: “O debate sobre as vagas nas universidades públicas abriga apenas um patamar da questão racial. O que a sociedade brasileira deve se perguntar é como sanar essa doença instalada na coluna vertebral do País.”
21.	Efeito interpretativo – Presente: ver efeito de amálgama
22.	Efeito de rumor ou boato - Ausente
23.	Efeito de incorporação do enunciado – Presente: Assimilam inúmeras falas de especialistas a fim de assumir de fato a posição da revista, favorável as políticas de cotas.
24.	Efeito de dramatização – Presente: ver efeito de amálgama
25.	Fenômeno da logocracia – Presente: ver efeito de actancialização e incorporação do enunciado
26.	Psicologização da explicação -os eventuais culpados são a própria sociedade brasileira:
	“No Brasil, foram precisos muitos anos para que o mito da democracia racial fosse derrubado pelas estatísticas. “Aqui, com a miscigenação, houve uma ilusão de haver democracia racial. Por isso, a dificuldade de reconhecer seu sistema racista”, analisa um especialista no assunto, o professor Edward Telles, da Universidade da Califórnia.”
C.	Considerações pontuais:
a)	ausência/presença de uma argumentação em forma de gangorra. Apresentam sutilmente a opinião daqueles as políticas de cotas: “No entanto, existem vários argumentos contrários à aplicação das ações no Brasil. Entre eles, o de que elas provocariam um racismo ao contrário.”

b) argumentação baseada no engajamento moral/distanciamento moral.
c) manifestação de entusiasmo.
d) argumentos baseados em crenças/argumentos baseados em conhecimentos científicos.
e) políticos. A favor do establishment.
f) cidadão vítima/reivindicador/testemunha.
D. Considerações finais: Houve efeitos perversos de dramatização abusivas?
Não houve.
E. Criou-se um simulacro da democracia? Parcialmente, apesar da revista trazer a opinião de inúmeros especialistas, o foco do texto foi a inclusão social e econômica de nossos negros:
“Apesar de tudo, as coisas começam a se mover no Brasil. Um grupo de Amigos da Corte no País começa a ser formado para apoiar a ação afirmativa no sistema educacional. Setores da sociedade civil e do empresariado também discutem alternativas para a inclusão no mercado de trabalho.”

A) Roteiro – Classificação das matérias/ Análise de conteúdo
1. Veículo/Revista: IstoÉ
2. Grupo: Editora Três
3. Data: 26 de maio de 2004
4. Assunto principal: Cotas nas universidades para estudantes de escolas públicas
5. Tipo de texto: Informativo e Descritivo
6: Localização: http://www.istoe.com.br/reportagens/24586_A+POLEMICA+DAS+COTAS?pathImagens=&path=&actualArea=internalPage
6. Tamanho do Texto: 2 páginas
7. Título: A polêmica das cotas
8. Subtítulo: A criação de vagas na universidade para alunos da rede pública promete muitas discussões
9. Imagem: Quantidade – Três
a. - Primeira Imagem – Descrição: Imagem da piloto Claudine Melnik Caldas Camargo, 34 anos, pioneira na profissão no País, na legenda a seguinte figura de linguagem pode ser atribuída às atitudes do PT (Partido dos Trabalhadores) quanto um falso sucesso das políticas afirmativas que reservam vagas para alunos de escolas públicas no país: “Pés nas nuvens, cabeça no chão.”
b. - Segunda Imagem – Foto de Tarso Genro – Legenda: “Genro: pressa em aprovar as cotas fez pensar em medida provisória”
c. Terceira Imagem - Quadro com as duas principais propostas enviadas pelo Ministério da Educação ao Congresso Nacional: reservar 50% das vagas para estudantes de escolas públicas e nas universidades filantrópicas, 50 % das vagas somados a renda de um salário mínimo para esses alunos.
10. Quais tópicos ocupam qual proporção das notícias?
a. A proposta das cotas para estudantes de escolas públicas nas universidades do país
b. O tramite dessas propostas dentro do governo (Ministério da Educação)
c. Os efeitos mais prováveis dessa proposta no âmbito educacional – migração de

alunos de escolas particulares para escolas públicas.
d. A divisão de vagas nas universidades – menos oportunidades para os estudantes de escolas particulares.
11. Quais as fontes?
a. - ministro da Educação, Tarso Genro
b. - líder do PSDB na Câmara, deputado mineiro Custódio Motta,
c. - ex-ministro da Educação e senador pelo PT Cristovam Buarque
d. - educadora Leila Ianone, da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas de São Paulo
e. - dados do Exame Nacional de Cursos
f. - o coordenador do Núcleo de Apoio aos Estudos de Graduação da Universidade de São Paulo (Naeg-USP), Adilson Simonis
g. - o presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo, José Augusto Lourenço
12. Quantas vezes essas fontes são mencionadas?
Apenas uma vez cada um, a exceção do ex-ministro da Educação e senador pelo PT Cristovam Buarque (tem duas falas citadas)
13. Quais são as provas?
a. - Dados do Exame Nacional de Cursos
b. – Testemunho dos entrevistados, políticos importantes no cenário educacional do país e pessoas ligadas a área educacional do país (tanto escolas públicas como particulares)
14. Qual o nível de compreensão da linguagem?
Fácil compreensão
15. Tom do noticiário:
Parcial – apresentam falas favoráveis as políticas de cotas para alunos de escola pública, pontuando também os pontos desfavoráveis da mesma. Observe:
a. - Para o ex-ministro Buarque, o impacto desse aumento de demanda poderá ser positivo. “A chegada de uma classe média vai aumentar a exigência por melhorias na qualidade de ensino da escola pública”
b. A educadora Leila Ianone, da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas de São Paulo, concorda e acredita que isso poderá até implicar alguns ajustes na rede estadual. “Mas, por enquanto, tudo isso é especulação. No entanto, vai evidenciar a necessidade de investir mais no ensino fundamental e médio.Seria o certo para igualar as condições de disputa entre alunos da rede pública e da particular”, afirma.
c. Simonis. “O que vai acontecer é que o sistema de cotas tornará menores as chances dos alunos que saem de escolas particulares”, diz o presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo, José Augusto Lourenço. “Somos contra as cotas. Isso fere o princípio da igualdade”, afirma
B. Roteiro – Classificação das matérias/ Análise de discurso
17. Efeito de verdade – Presente, traz dados estatísticos e uma série de falas de pessoas ligadas ao âmbito educacional, afastando-se das crenças e julgamentos dos jornalistas e isentando-se de qualquer opinião favorável/desfavorável as políticas de reservas de vagas para estudantes das escolas públicas;
1.1 – “ (...) cerca de 41,8% dos aprovados no vestibular provêm de escolas públicas (dados do Exame Nacional de Cursos). No entanto, são mais numerosos em cursos menos disputados, como letras e história. (...)”

18.	Efeito de inchaço – presente, desde 2001, quando começou a debater no espaço midiático e do governo a questão das cotas raciais e sociais, a revista publicou uma série de reportagem sobre o tema. (mais de 20 matérias)
19.	Efeito de actancialização – Presente - são definidos os atores, as testemunhas e há narrativização de suas opiniões;
20.	Efeito de amálgama - Ausente
21.	Efeito interpretativo – Presente, saberes de crenças aparecem na manchete da notícia: “ A polêmica das cotas”.
22.	Efeito de rumor ou boato – Presente em parte – a legenda da foto coloca um boato “negativo” sobre a possibilidade de sucesso definitivo ao se implementar a política de cotas para estudantes oriundos de escolas públicas: “ <i>Pés nas nuvens, cabeça no chão.</i> ”
23.	Efeito de incorporação do enunciado – Presente - Há inúmeras citações, de diferentes atores, no decorrer da matéria.
24.	Efeito de dramatização - Ausente
25.	Fenômeno da logocracia – Muito presente, são apresentados os argumentos dos “eleitos” (políticos) e de atores públicos (pessoas ligadas ao campo educacional)
26.	Psicologização da explicação - Ausente
C.	Considerações pontuais:
a)	presença de uma argumentação em forma de gangorra.
b)	argumentação baseada no distanciamento moral.
c)	manifestação de “imparcialidade”, muitas falas externas ao jornalista e pouca presença de um posicionamento do mesmo.
d)	argumentos baseados em conhecimentos científicos.
e)	políticos. Aparecem políticos a favor (PT) ou contra o establishment (PSDB) .
f)	cidadão vítima/reivindicador/testemunha. (Ausente, os testemunhas são especialistas)
D.	Considerações finais: Houve efeitos perversos de dramatização abusivas?
	Não houve. Foi apresentada uma argumentação em forma de gangorra, mas a jornalista deixa claro, através da estruturação de seus argumentos, que ainda há muito suspense sobre a eficiência do sistema de cotas para alunos vindos das universidades públicas.
E.	Criou-se um simulacro da democracia?
	Não criou. De fato, a matéria a construída sem apelos emotivos, considerando a experiência e o testemunho de especialistas do universo educacional. Além disso, ela trás a tona, dados estatístico sobre o ingresso de jovens das escolas públicas nas universidades brasileiras.

A)	Roteiro – Classificação das matérias/ Análise de conteúdo
1.	Veículo/Revista: IstoÉ
2.	Grupo: Editora Três
3.	Data: 3 de março de 2010
4.	Assunto principal: STF abre debate cotas raciais para universidades
5.	Tipo de texto: Narrativo
6.	Localização: http://www.istoe.com.br/reportagens/54595_POLEMICA+NA+PELE?pathImagens=&path=&actualArea=internalPage
7.	Tamanho do Texto: 1 página

8.	Título: Polêmica na pele
9.	Subtítulo: STF abre debate cotas raciais para universidades
10.	Imagem: Quantidade – Descrição Ausente
11.	Quais tópicos ocupam qual proporção das notícias? Notícia enfatiza a manipulação que o Governo promove para aprovar as cotas
12.	Quais as fontes? Deputado Federal Ronaldo Caiado (DEM-GO), ministro do STF Ricardo Lewandowski
13.	Quantas vezes as falas das fontes foram citadas? STF Ricardo Lewandowski 3 vezes, Federal Ronaldo Caiado (DEM-GO) 2 vezes
14.	Quais são as provas? Testemunho das fontes
15.	Qual o nível de compreensão da linguagem? Muito fácil
16.	Tom do noticiário: Apesar do discurso estar balanceado a ênfase data pelo texto é para a fala do Lewandowski.
Roteiro – Classificação das matérias/ Análise de discurso	
17.	Efeito de verdade: Presente houve testemunho de ambas as fontes
18.	Efeito de inchaço: Presente
19.	Efeito de actancialização: Presente os atores envolvidos são chamados a falar
20.	Efeito de amálgama: Presente – uso da palavra polêmica
21.	Efeito interpretativo: Presente, manchete da notícia refere-se à polêmica.
22.	Efeito de rumor ou boato: Ausente
23.	Efeito de incorporação do enunciado: Presente
24.	Efeito de dramatização: Presente no enunciado – manchete/ Polêmica na Pele
25.	Fenômeno da logocracia: Presente
26.	Psicologização da explicação: Presente
B)	Considerações pontuais: a) presença de uma argumentação em forma de gangorra.
C)	Argumentação política contra e a favor do establishment.

A)	Roteiro – Classificação das matérias/ Análise de conteúdo
1.	Veículo/Revista: IstoÉ
2.	Grupo: Editora Três
3.	Data: 26 de Outubro de 2008
4.	Assunto principal: Punição ao mérito e a competência
5.	Tipo de texto: Argumentativo
6.	Localização: http://www.istoe.com.br/reportagens/1056_CERCO+A+CLASSE+MEDIA
7.	Tamanho do Texto: 1 página e meia
8.	Título: Cerco à classe média
9.	Subtítulo: “Ao separar a metade das vagas de universidade federais para alunos de escolas públicas, Câmara pune o mérito e a competência”
10.	Imagem Quantidade: 1
Descrição: Alunos fazendo provas	
11.	Quais tópicos ocupam qual proporção das notícias? Punição do Mérito e da competência, inconstitucionalidade das cotas, cotas para compensar distorções econômicas, sociais e de formação educacional.

12.	Quais as fontes? Deputado Carlos Abicalil (PT-MT), ex-secretário de Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, Fernando Peregrino e a procuradora do Ministério Público do Distrito Federal, Fernanda Kaufmann.
13.	Quantas vezes essas fontes são mencionadas?
Roteiro – Classificação das matérias/ Análise de discurso	
1 vez Deputado Carlos Abicalil (PT-MT).	
1 vez ex-secretário de Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, Fernando Peregrino.	
2 vezes procuradora do Ministério Público do Distrito Federal, Fernanda Kaufmann.	
14.	Quais são as provas? Ausência de provas
15.	Qual o nível de compreensão da linguagem? médio
16.	Tom do noticiário: Desfavorável
17.	Efeito de verdade: Presente fala da procurado Roberta Kaufmann (mestrado sobre ações afirmativa)
18.	Efeito de inchaço: Ausente
19.	Efeito de actancialização: Ausente
20.	Efeito de amálgama: Presente
21.	Efeito interpretativo: Presente
22.	Efeito de rumor ou boato: Ausente
23.	Efeito de incorporação do enunciado
24.	Efeito de dramatização
25.	Fenômeno da logocracia
26.	Psicologização da explicação: Presente, responsabiliza os deputados
B)	Considerações pontuais: a) presença de uma argumentação em forma de gangorra.
b) argumentação baseada no engajamento moral.	
c) manifestação de desapontamento.	
d) argumentos baseados em crenças//argumentos baseados em conhecimentos científicos.	
e) políticos: Deputado Carlos Abicalil (PT-MT) a favor do establishment?	
f) reivindicador?	
C)	Considerações finais: Houve efeitos perversos de dramatização abusivas: Sim, “Câmara pune o mérito e a competência?”

A)	Roteiro – Classificação das matérias/ Análise de conteúdo
1.	Veículo/Revista: IstoÉ
2.	Grupo: Editora Três
3.	Data: 28/05/2009
4.	Assunto principal: Critica a cota racial
5.	Tipo de texto: Entrevista
6.	Localização: http://www.istoe.com.br/assuntos/entrevista/detalhe/4265_COTAS+GERAM+O+DIO+RACIAL+
7.	Tamanho do Texto: 7 páginas
8.	Título: “Cotas geram ódio racial”
9.	Subtítulo: “Procuradora defende política de inclusão para pobres e diz que o Brasil incentiva racismo ao copiar sistema dos EUA”
10.	Imagem

Quantidade: 3 Imagens
Descrição: 1º Roberta Kaufmann dando entrevista. Legenda: Ausente
2º Neguinho da Beija-Flor sorrindo. Legenda: “Foi detectado que 70% do DNA do Neguinho da Beija-Flor é europeu. Tinha que ser Branquinho da Beija Flor”
3º Martin Luther King. Legenda: “Nos EUA nunca houve teorização, pelos movimentos negros, de ações afirmativas. Martin Luther King era conta essas políticas”
11. Quais tópicos ocupam qual proporção das notícias? Inconstitucionalidade das cotas
12. Quais as fontes? Roberta Kaufmann, procuradora geral do Distrito Federal e Mestre em Direito (Políticas afirmativas)
13. Quantas vezes essas fontes são mencionadas?
14. Quais são as provas?
15. Qual o nível de compreensão da linguagem? Fácil
16. Tom do noticiário: Desfavorável
Roteiro – Classificação das matérias/ Análise de discurso
17. Efeito de verdade: Presente na opinião da especialista Roberta Kaufmann, procuradora geral do Distrito Federal e Mestre em Direito (Políticas afirmativas)
18. Efeito de inchaço: Presente, Longa reportagem com assuntos perguntas semelhantes
19. Efeito de actancialização. Ausente
20. Efeito de amálgama: Ausente
21. Efeito interpretativo: Presente, “Foi detectado que 70% do DNA do Neguinho da Beija-Flor é europeu. Tinha que ser Branquinho da Beija Flor”
22. Efeito de rumor ou boato: Ausente
23. Efeito de incorporação do enunciado: Presente
24. Efeito de dramatização: Presente. Na fala da entrevistada
25. Fenômeno da logogracia: Presente
26. Psicologização da explicação: Sim “O governo quer desunir o que está unido e importa um problema que não é o nosso, que é o problema da segregação racial.” Culpa o Governo. Paranoia: ódio racial.
B) Considerações pontuais:
a) ausência de uma argumentação em forma de gangorra.
b) argumentação baseada no engajamento moral(deturpado, diz que as cotas gerariam ódio racial.
c) manifestação de desapontamento.
d) argumentos baseados em crenças.
e) políticos. A favor ou contra o establishment.
f) cidadão reivindicador.
C) Considerações finais: Houve efeitos perversos de dramatização abusivas? Sim, Citação “Cotas geram ódio racial”
D) Criou-se um simulacro da democracia? Não
A) Roteiro – Classificação das matérias/ Análise de conteúdo
1. Veículo/Revista: IstoÉ
2. Grupo: Editora 3
3. Data: 7/08/2010

4.	Assunto principal: Opinião da presidente da República sobre as políticas de cotas
5.	Tipo de texto: Descritivo
6.	Localização: http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/30619_DILMA+CRITICA+DEM+POR+TE+R+IDO+A+JUSTICA+CONTRA+COTAS
7.	Tamanho do Texto: 1 página
8.	Título: Dilma crítica DEM por ter ido à Justiça contra cotas
9.	Imagem: Quantidade – Nenhuma - Descrição
10.	Quais tópicos ocupam qual proporção das notícias?
10.1	Crítica de Dilma ao DEM
10.2	Ampliação das iniciativas educacionais do governo Lula por Dilma
11.	Quais as fontes? Fala de Dilma, durante debate na Central Única de Favelas (Cufa)
12.	Quantas vezes essas fontes são mencionadas? 3 vezes
13.	Quais são as provas? A fala de Dilma
14.	Qual o nível de compreensão da linguagem? Fácil compreensão
15.	Tom do noticiário: Possivelmente favorável aos sistema de cotas – apresenta apenas os argumentos de Dilma e não há nenhum depoimento do DEM, o qual foi criticado.
Roteiro – Classificação das matérias/ Análise de discurso	
16.	Efeito de verdade – Presente, as informações contidas na matérias aconteceram de fato, o DEM entrou na justiça contra a legalidade do sistema de Cotas e a presidente Dilma criticou a postura durante debate na Central Única de Favelas (Cufa)
17.	Efeito de inchaço - Ausente
18.	Efeito de actancialização - Ausente
19.	Efeito de amálgama - Ausente
20.	Efeito interpretativo - Ausente
21.	Efeito de rumor ou boato - Ausente
22.	Efeito de incorporação do enunciado – Presente, citam a fala de Dilma
23.	Efeito de dramatização - Ausente
24.	Fenômeno da logocracia - Ausente
25.	Psicologização da explicação - Ausente
B) Considerações pontuais: a) ausência de uma argumentação em forma de gangorra. b) argumentação baseada no engajamento distanciamento moral. c) não houve manifestação. d) argumentos baseados em crenças e) políticos? A favor do <i>establishment</i> ? f) cidadão reivindicador?	
C) Considerações finais: Houve efeitos perversos de dramatização abusivas?	
Não	
D) Criou-se um simulacro da democracia? Não	

A)	Roteiro – Classificação das matérias/ Análise de conteúdo
1.	Veículo/Revista: IstoÉ
2.	Grupo: Editora 3
3.	Data:3/3/2010
4.	Assunto principal: Supremo e Cotas
5.	Tipo de texto: Descritivo

6. Localização: http://www.istoe.com.br/noticias/data/54785_EM+DEBATE+NO+STF+MAIOR+IA+DEFENDE+COTAS+RACIAIS?pathImagens=&path=&actualArea=internalPage
7. Tamanho do Texto: 1 página
8. Título: Em debate no STF, maioria defende cotas raciais
9. Subtítulo: Quem defende a adoção de políticas de cotas raciais para ingresso em universidades públicas praticamente dominou o primeiro dia da audiência pública promovida nesta semana pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para discutir o assunto. Dos 13 expositores de hoje, apenas 3 posicionaram-se contra as cotas raciais.
10. Imagem: Quantidade – Ausente - Descrição
11. Quais tópicos ocupam qual proporção das notícias?
a. A audiência pública no Supremo Tribunal sobre a legitimidade das Cotas
b. Os principais argumentos apresentados nessa audiência favoráveis a cotas.
12. Quais as fontes?
a. A secretária de Ensino Superior do Ministério da Educação, Maria Paula Dallari Bucci
b. O diretor de cooperação e desenvolvimento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Mário Lisboa Theodoro
c. O ministro da Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial, Edson Santos de Souza
13. Quantas vezes essas fontes são mencionadas? 1 vez cada
14. Quais são as provas? As falas das fontes
15. Qual o nível de compreensão da linguagem? Fácil compreensão
16. Tom do noticiário: Favorável as políticas de cotas, pois prioriza as falas daqueles que defendem a implementação das mesmas.
B) Roteiro – Classificação das matérias/ Análise de discurso
17. Efeito de verdade – Presente uso das falas de pessoas ligadas ao âmbito político, educacional e à estatística.
18. Efeito de inchaço - Ausente
19. Efeito de actancialização – Presente descrevem os actantes, os processos nos quais eles se encontram implicados e as finalidades que é suposto prosseguirem.
20. Efeito de amálgama – Ausente
21. Efeito interpretativo - Ausente
22. Efeito de rumor ou boato - Ausente
23. Efeito de incorporação do enunciado – Presente, incorpora os argumentos dos actantes citados
24. Efeito de dramatização - Ausente
25. Fenômeno da logogracia – Presente, pessoas externas, são chamadas para opinar
26. Psicologização da explicação - Ausente
C) Considerações pontuais: a) ausência de uma argumentação em forma de gangorra. b) argumentação baseada no engajamento moral. c) manifestação de desapontamento. d) argumentos baseados em crenças/argumentos baseados em conhecimentos científicos. e) políticos? A favor ou contra o establishment?f) cidadão vítima/reivindicador/testemunha?
D) Considerações finais: Houve efeitos perversos de dramatização abusivas? Não Criou-se um simulacro da democracia? Não

A. Roteiro – Classificação das matérias/ Análise de conteúdo
1. Veículo/Revista: Revista IstoÉ
2. Grupo: Editora 3
3. Data: 17/03/ 2003
4. Assunto principal: Cotas no ensino superior para negros
5. Tipo de texto: Informativo/Descritivo
6. Localização: http://www.istoe.com.br/reportagens/13640_O+INICIO+DA+INCLUSAO
7. Tamanho do Texto: 1 página
8. Título: O início da inclusão
9. Subtítulo: ONGs reivindicam medidas para a valorização dos negros, como cotas no ensino superior
10. Imagem: Quantidade – Ausente - Descrição
11. Quais tópicos ocupam qual proporção das notícias?
11.1 Pacotes de políticas afirmativas oferecida pelo estado de São Paulo, envolvendo desde o empresariado paulista, ONGs e até a educação estadual.
12. Quais as fontes?
a. secretário de Educação de São Paulo, Gabriel Chalita.
b. ministro da Educação, Cristovam Buarque.
c. José Vicente – futuro reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares
17. Quantas vezes essas fontes são mencionadas? 1 vez cada
18. Quais são as provas? Falas dessas pessoas
19. Qual o nível de compreensão da linguagem? Fácil
20. Tom do noticiário: Favorável as políticas de cotas
B. Roteiro – Classificação das matérias/ Análise de discurso
21. Efeito de verdade – Presente, apresenta testemunhas
22. Efeito de inchaço - Presente
23. Efeito de actancalização – Presente, é apresentado os actantes
24. Efeito de amálgama – Ausente
25. Efeito interpretativo – Presente, há valores de crenças
26. Efeito de rumor ou boato - Ausente
27. Efeito de incorporação do enunciado – Presente, cita as falas desses agentes externos para reforçar os argumentos do texto.
28. Efeito de dramatização - Ausente
29. Fenômeno da logografia – Presente
30. Psicologização da explicação - Ausente
C. Considerações pontuais: a) ausência de uma argumentação em forma de gangorra. b) argumentação baseada no engajamento moral. c) manifestação de entusiasmo. d) argumentos baseados em crenças//argumentos baseados em conhecimentos científicos. e) políticos? A favor do establishment?f) cidadão reivindicador.
D. Considerações finais: Houve efeitos perversos de dramatização abusivas? Não
E. Criou-se um simulacro da democracia? Não

A. Roteiro – Classificação das matérias/ Análise de conteúdo

1.	Veículo/Revista: IstoÉ
2.	Grupo: Editora Três
3.	Data: 05/03/2003
4.	Assunto principal: “O preconceito racial”
5.	Tipo de texto: Entrevista
6.	Localização: http://www.istoe.com.br/assuntos/entrevista/detalhe/21837_O+NEGRO+E+INVISIVEL+
7.	Tamanho do Texto: 5 páginas e meio
8.	Título: “O negro é invisível”
9.	Subtítulo: “Para o educador Mario Sergio Cortella, as cotas não resolvem a questão social dos afro descendentes no país, mas abrem espaço para fazê-los aparecer”
10.	Imagem: Ausente
11.	Quais tópicos ocupam qual proporção das notícias?
a.	Preconceito racial
b.	Cotas nas universidades brasileiras
12.	Quais as fontes?
a.	Mario Sergio Cortella - Professor de pós-graduação em educação na PUC de São Paulo e ex secretário de Educação de São Paulo.
b.	ministro da Educação, Cristovam Buarque
13.	Quantas vezes essas fontes são mencionadas?
14.	Quais são as provas?
15.	Qual o nível de compreensão da linguagem? Fácil
16.	Tom do noticiário: A favor
B.	Roteiro – Classificação das matérias/ Análise de discurso
17.	Efeito de verdade: Ausente
18.	Efeito de inchaço: Ausente
19.	Efeito de actancialização: Ausente
20.	Efeito de amálgama: Ausente
21.	Efeito interpretativo: Ausente
22.	Efeito de rumor ou boato: Ausente
23.	Efeito de incorporação do enunciado: Ausente
24.	Efeito de dramatização: Ausente
25.	Fenômeno da logografia: Presente
26.	Psicologização da explicação
C.	Considerações pontuais:
a)	ausência de uma argumentação em forma de gangorra.
b)	argumentação baseada no engajamento moral.
d)	argumentos baseados em conhecimentos científicos.
e)	políticos: Mario Sérgio Cortello ex- Secretário de Educação de São Paulo. A favor do establishment
f)	cidadão reivindicador
D.	Considerações finais: Houve efeitos perversos de dramatização abusivas? Não
E.	Criou-se um simulacro da democracia? Não

A. Roteiro – Classificação das matérias/ Análise de conteúdo
1. Veículo/Revista: IstoÉ
2. Grupo: Editora Três

3.	Data: 27 de Abril de 2012
4.	Assunto principal: Aprovação das cotas étnico-raciais no Brasil
5.	Tipo de texto: Argumentativo
6.	Localização: http://www.istoe.com.br/reportagens/202489_O+RESULTADO+DAS+COTAS
7.	Tamanho do Texto: 4 páginas
8.	Título: “O resultado das cotas”
9.	Subtítulo: “Por unanimidade, o STF valida as ações afirmativas no Brasil. A experiência das universidades que aderiram ao sistema mostra que esse é o caminho para uma sociedade mais justa”
10.	Imagem
	Quantidade: 5 Imagens
	Descrição: 1º - Adolescente negra em frente ao Palácio do Planalto. Legenda: “MUDANÇA/ Ex-cotista da UNB, a antropóloga Natália acompanhou como convidada os dois dias de julgamento”.
	2º - Indígena no chão sendo algemado por seguranças dentro do tribunal. Legenda: “COFUSÃO/ Indígena é retirado do tribunal após protestar contra o foco do discurso dos ministros na questão dos negros”.
	3º - Diagrama ilustrativo com dados das cotas no Brasil.
	4º - Jovem negro em uma sala de aula com seus alunos. Legenda: “REVOLUÇÃO/ Hoje professor e mestrando, Jefferson credita ao ensino superior a possibilidade que teve de mudar de vida”.
	5º - Diagrama ilustrativo comparando as duas universidades citadas nas ações julgadas pelo STF.
11.	Quais tópicos ocupam qual proporção das notícias? Entrevistas com atores públicos e beneficiados do sistema de cotas, estatísticas favoráveis ao sistema de cotas e o diretor-executivo da Educafro, David Santos.
12.	Quais as fontes? Entrevistas com atores públicos e beneficiados do sistema de cotas, estatísticas favoráveis ao sistema de cotas e o diretor-executivo da Educafro, David Santos.
13.	Quantas vezes essas fontes são mencionadas?
	5 vezes atores públicos, 5 vezes beneficiados do sistema de cotas, 3 vezes estatísticas favoráveis ao sistema de cotas e 1 vez diretor-executivo da Educafro, David Santos.
14.	Quais são as provas? Entrevistas com atores públicos e beneficiados do sistema de cotas, estatísticas favoráveis ao sistema de cotas e o diretor-executivo da Educafro, David Santos.
15.	Qual o nível de compreensão da linguagem? Fácil.
16.	Tom do noticiário: Favorável
B.	Roteiro – Classificação das matérias/ Análise de discurso
17.	Efeito de verdade: Presente, dados estatísticos, fala de atores públicos e especialistas
18.	Efeito de inchaço: Presente, muitas citações favoráveis
19.	Efeito de actancialização: Ausente
20.	Efeito de amálgama: Ausente
21.	Efeito interpretativo: Ausente
22.	Efeito de rumor ou boato: Ausente
23.	Efeito de incorporação do enunciado: Presente

24.	Efeito de dramatização: Ausente
25.	Fenômeno da logocracia: Presente, Atores públicos
26.	Psicologização da explicação: Ausente
C.	Considerações pontuais:
a)	ausência de uma argumentação em forma de gangorra.
c)	manifestação de entusiasmo.
d)	argumentos baseados em conhecimentos científicos.
e)	políticos – Ricardo Lewandowski/A favor o establishment
f)	testemunha interventor.
D.	Considerações finais: Houve efeitos perversos de dramatização abusiva? Sim, Inchaço de argumentos favoráveis.
	Criou-se um simulacro da democracia? Sim. Só apresentou aspectos positivos.

A.	Roteiro – Classificação das matérias/ Análise de conteúdo
1.	Veículo/Revista: IstoÉ
2.	Grupo: Editora 3
3.	Data: 12 /07/2006
4.	Assunto principal: Políticas de cotas
5.	Tipo de texto: Argumentativo
6.	Localização: http://www.istoe.com.br/reportagens/7040_QUAL+E+A+SUA+COR+
7.	Tamanho do Texto: 2 páginas e meia
8.	Título: Qual é a sua cor?
9.	Subtítulo: O Brasil inicia a discussão da reserva de cotas para universidades, bancos e empresas. A idéia sepulta a meritocracia em um país que nem sequer sabe ao certo o número de brancos e negros.
10.	Imagem: Quantidade – Nenhuma
11.	Quais tópicos ocupam qual proporção das notícias?
11.1	- Cotas para negros nas universidades públicas
11.2	- Estatuto da Igualdade Racial
11.3	- Cotas para negros no mercado de trabalho
12.	Quais as fontes?
1.1	Antropólogo Gilberto Velho
1.2	Antropóloga Yvonne Maggie
1.3	- Paulo Skaf, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.
1.4	- Humberto Adami Santos Jr., presidente do Instituto de Advocacia Racial
1.5	frei Davi Raimundo dos Santos
1.6	Sebastião Tojal, presidente da Comissão de Ensino Jurídico da Ordem dos Advogados de São Paulo
13.	Quantas vezes essas fontes são mencionadas? Uma vez cada
14.	Quais são as provas?
5.1	As falas das fontes
15.	Qual o nível de compreensão da linguagem? Média compreensão, usa termos da academia, como “jeitinho brasileiro”
16.	Tom do noticiário:
	Contrário as políticas de cotas
B.	Roteiro – Classificação das matérias/ Análise de discurso

17.	Efeito de verdade – Presente, cria-se um efeito de verdade quando referenciam ao caso da aluna judia de origem polonesa Rachel Grynspan, branca que se declara negra e também ao critério de autodeclaração da etnia usada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Estatística).
18.	Efeito de inchaço – Presente, retoma argumentos de matérias anteriores da revista
19.	Efeito de actancialização – Presente, culpa o governo pela implementação dessa política.
20.	Efeito de amálgama - Presente, aproximação com o leitor através das falas de agentes externos
21.	Efeito interpretativo – Presente;
21.1	Autoridades e políticos brasileiros sempre gostaram de resolver as questões da democracia social na base de decretos, acham que na prática vale o que está registrado no papel – talvez seja a tradição do recibo anotado do jogo do bicho, com a diferença de que esse vale mesmo.
22.	Efeito de rumor ou boato – Presente
22.1	Está se desenhando no Brasil uma situação que dá claros sinais de retrocesso no campo do preconceito racial.
23.	Efeito de incorporação do enunciado – Presente, ao citar inúmeras falas
24.	Efeito de dramatização – Presente
24.1	Aprovou-se o despreparo, reprovou-se a qualidade.
24.2	Fazem, assim, aquilo que o governo deveria fazer se tivesse de fato a vocação política de cuidar dos excluídos dando-lhes educação de base – a questão a ser olhada de frente é a da desigualdade e da pobreza, não a da cor.
25.	Fenômeno da logocracia – Presente reforça os argumentos dos textos com as falas dos antropólogos e advogados.
26.	Psicologização da explicação – Presente – Engajamento moral;
	Como no Brasil uma pessoa não pode dizer qual é a cor de outra pessoa porque isso é tipificado como crime, cada um declara ter a cor de pele que bem entender – e isso já deu brecha para que o <i>jeitinho brasileiro</i> desmoralizasse o sistema de cotas.
C.	Considerações pontuais: a) ausência de uma argumentação em forma de gangorra. b) argumentação baseada no engajamento moral. c) manifestação de desapontamento/frieza. d) argumentos baseados em crenças/argumentos baseados em conhecimentos científicos.
D.	Considerações finais: Houve efeitos perversos de dramatização abusivas? Criou-se um simulacro da democracia?
	Sim, há uma série de julgamentos morais e de crença, apoiados em opiniões e não em dados verídicos sobre os efeitos do sistema de cotas na educação brasileira.

A.	Roteiro – Classificação das matérias/ Análise de conteúdo
1.	Veículo/Revista: Carta Capital
2.	Grupo:
3.	Data: 11 de março de 2010
4.	Assunto principal: Cotas nas universidades
5.	Tipo de texto: Entrevista
6.	Localização: http://www.cachuera.org.br/cachuerablog/?p=400
7.	Tamanho do Texto: 3 páginas

8.	Título: Cotas para Negros
9.	Subtítulo: Fábio Konder Comparato: Uma questão de justiça social
10.	Imagem: Quantidade – 1 imagem
a.	Descrição – Foto do jurista Fábio Konder Comparato
11.	Quais tópicos ocupam qual proporção das notícias? A adoção de cotas raciais nas universidades públicas
12.	Quais as fontes? Dados do Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (Ipea) – 1 vez
	Artigos da Constituição – 2 vez
13.	Quantas vezes essas fontes são mencionadas? Ver acima
14.	Quais são as provas? Dados estatísticos
15.	Qual o nível de compreensão da linguagem? Fácil compreensão
16.	Tom do noticiário: Totalmente favorável as políticas de cotas
B.	Roteiro – Classificação das matérias/ Análise de discurso
17.	Efeito de verdade – Presente, pois cita artigos da Constituição e também dados estatísticos.
18.	Efeito de inchaço – Presente, durante toda a entrevista o jurista argumenta favoravelmente a cotas retomando argumentos já presentes em outras matérias da revista.
19.	Efeito de actancialização - Ausente
20.	Efeito de amálgama - Ausente
21.	Efeito interpretativo – Presente saberes de crença que apelam para a reação avaliativa do leitor;
21.1	- Mas os negros vão entrar na universidade de que jeito? Por decreto?
21.2	- Tanto que o partido que encampou essa ação de inconstitucionalidade das cotas é um retrato do Brasil. Eles, com o perdão da palavra, se auto-intitulam “Democratas”. É... no nome são. Mas aqui é assim, tudo é só no nome. Nada é pra valer.
21.3	- Nós sempre estamos atrasados em relação os EUA. Parece que só copiamos deles o que não presta, como as perversas técnicas capitalistas americanas, sobretudo no mercado financeiro.
22.	Efeito de rumor ou boato - Ausente
23.	Efeito de incorporação do enunciado - Ausente
24.	Efeito de dramatização – Presente ver efeitos interpretativos
25.	Fenômeno da logocracia - Ausente
26.	Psicologização da explicação - Ausente
C.	Considerações pontuais: a) ausência de uma argumentação em forma de gangorra. b) argumentação baseada no engajamento moral. c) manifestação de entusiasmo/desapontamento/frieza. d) argumentos baseados em crenças//argumentos baseados em conhecimentos científicos
D.	Considerações finais: Houve efeitos perversos de dramatização abusivas? Criou-se um simulacro da democracia? Sim, o jurista argumenta que a Constituição não está sendo cumprida, no sentido de garantir igualdade e equidade a todos no acesso ao ambiente universitário. Logo, a democracia está distante da realidade, e o país precisa colocá-la em prática, assim como fez os Estados Unidos.

A. Roteiro – Classificação das matérias/ Análise de conteúdo
1. Veículo/Revista: Carta Capital
2. Grupo:
3. Data: 25 de setembro de 2010
4. Assunto principal: Dados sobre as políticas de cotas na UERJ
5. Tipo de texto: Argumentativo
6. Localização: http://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-inclusao-desmitificada/
7. Tamanho do Texto: 3 páginas
8. Título: A inclusão desmitificada
9. Subtítulo: Pesquisa da Uerj desmonta os argumentos de quem se opõe as políticas afirmativas
10. Imagem: Quantidade – Descrição - Ausente
11. Quais tópicos ocupam qual proporção das notícias? Dados estatísticos positivos e favoráveis à implementação das cotas.
12. Quais as fontes? Pesquisa feita em 70 universidades públicas federais e estaduais sobre as ações afirmativas nas mesmas
13. Quantas vezes essas fontes são mencionadas? 14 vezes são mencionados dados estatísticos
14. Quais são as provas? Estatísticas que validam a positividade do sistema de cotas
15. Qual o nível de compreensão da linguagem? Nível de compreensão mediano, pois exige do leitor um pouco de entendimento estatístico
16. Tom do noticiário: Julgamento favorável as políticas de cotas
B. Roteiro – Classificação das matérias/ Análise de discurso
17. Efeito de verdade – Presente, recorre às estatísticas
18. Efeito de inchaço - Presente, no decorrer do texto retoma os mesmos argumentos de outras matérias para defender as políticas de cotas.
19. Efeito de actancialização - Ausente
20. Efeito de amálgama - Ausente
21. Efeito interpretativo - Ausente
22. Efeito de rumor ou boato - Ausente
23. Efeito de incorporação do enunciado – Presente nos parágrafos finais quando abrangem as falas de atores universitários.
24. Efeito de dramatização - Ausente
25. Fenômeno da logocracia – Presentes, convocam comentaristas da vida social que falam de maneira midiática.
26. Psicologização da explicação - Ausente
C. Considerações pontuais: a) ausência de uma argumentação em forma de gangorra. b) manifestação de entusiasmo. c) argumentos baseados em conhecimentos científicos.
D. Considerações finais: A matéria além de tratar de argumentos científicos que abarcam os dados de desempenho dos ingressantes da política de cotas nas universidades públicas brasileiras, também recorre a depoimentos de atores públicos como João Feres Júnior, coordenador do Grupo de Estudos Multidisciplinar da Ação Afirmativa da Uerj, da reitora da UFBA, Dora Leal Rosa, o pesquisador Antonio Sérgio Guimarães, professor do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP) que se posicionam favoravelmente as políticas de cotas. Logo criou-se

um simulacro de democracia e efeitos perversos de dramatização abusiva, uma vez que o foco textual concentrou-se somente em dados positivos das políticas de cotas.

A. Roteiro – Classificação das matérias/ Análise de conteúdo
1. Veículo/Revista: Carta Capital
2. Grupo:
3. Data: 5 de maio de 2008
4. Assunto principal: Depoimento do professor Antônio Natalino Dantas sobre o péssimo desempenho dos alunos da faculdade de medicina da UFBA no ENADE.
5. Tipo de texto: Argumentativo/Descritivo
6. Localização: http://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-professor-e-a-casa-grande/
7. Tamanho do Texto: 2 páginas
8. Título: O professor e a Casa Grande
9. Imagem: Quantidade – Descrição - Ausente
10. Quais tópicos ocupam qual proporção das notícias?
a. – Posicionamento e as falas de Antônio Natalino Dantas sobre o péssimo desempenho dos alunos da faculdade de medicina da UFBA no ENADE. Ao atribuir as baixas notas aos negros.
b. - Preconceitos no meio acadêmico referente a implementação de políticas afirmativas para negros.
11. Quais as fontes?
a. Antônio Natalino Dantas – 12 vezes
12. governador Jaques Wagner (PT) da Bahia – 1 vez
13. O reitor da UFBA, Naomar de Almeida Filho – 1 vez
14. Paulo Lima, professor-doutor em Música e Educação – 1 vez
15. mestre Bira Reis – 1 vez
16. diretor da Faculdade de Medicina, (UFBA) Tavares Neto – 1 vez
17. Quantas vezes essas fontes são mencionadas?
18. Quais são as provas? Dos depoimentos das fontes
19. Qual o nível de compreensão da linguagem? Fácil compreensão
20. Tom do noticiário:
Julgamento favorável as políticas de cotas.
B. Roteiro – Classificação das matérias/ Análise de discurso
21. Efeito de verdade – Presente, ao mencionar as falas de diversas pessoas.
22. Efeito de inchaço – Ausente
23. Efeito de actancialização – Presente, reforça os argumentos trazendo a opinião de pessoas de fora.
24. Efeito de amálgama – Presente, uso de expressões que se aproximam do leitor.
25. Efeito interpretativo – Presente, ver abaixo efeito de dramatização.
26. Efeito de rumor ou boato - Ausente
27. Efeito de incorporação do enunciado – Presente, menção de inúmeras falas durante o texto.
28. Efeito de dramatização – Presente;
8.1 - A direção da faculdade revela agora a sua mentalidade senhorial, preconceituosa e contra as políticas de inclusão social. Esse mérito tem o professor Natalino. O lixo saiu

debaixo do tapete. Não dá mais para esconder.
8.2 - Uma revolução cultural que nos faça não esquecer da escravidão, mas lembrar dela para que extirpemos suas odiosas, lamentáveis manifestações.
29. Fenômeno da logocracia – Presente – busca das falas de pessoas externas para reforçar os argumentos.
30. Psicologização da explicação – Presente, o texto responsabiliza o tempo todo os “senhores da casa grande”, principalmente o professor Antônio Natalino Dantas.
C. Considerações pontuais: a) ausência/presença de uma argumentação em forma de gangorra. b) argumentação baseada no engajamento moral/distanciamento moral. c) manifestação de entusiasmo/desapontamento/frieza. d) argumentos baseados em crenças//argumentos baseados em conhecimentos científicos. e) políticos? A favor ou contra o establishment? f) cidadão vítima/reivindicador/testemunha?
D. Considerações finais: Houve efeitos perversos de dramatização abusivas? Criou-se um simulacro da democracia?

A. Roteiro – Classificação das matérias/ Análise de conteúdo
1. Veículo/Revista: Carta Capital
2. Grupo:
3. Data: 15/04/2009
4. Assunto principal: Vestibular
5. Tipo de texto: Argumentativo - Opinativo
6. Localização: http://www.cartacapital.com.br/politica/reacoes-as-cotas-subestimam-o-racismo
7. Tamanho do Texto: 2 páginas
8. Título: O vestibular não será mais o mesmo
9. Subtítulo: Vestibular: é preciso ir além da unificação
10. Imagem: Quantidade – Descrição
11. Quais tópicos ocupam qual proporção das notícias? A democratização do ensino universitário brasileiro, as políticas afirmativas, ENEM.
12. Quais as fontes? Censo Educacional de 2007
13. Quantas vezes essas fontes são mencionadas? 1 vez
14. Quais são as provas? Documentos do Censo de 2007 sobre os alunos que cursam a faculdade em nosso país.
15. Qual o nível de compreensão da linguagem? Fácil de compreender
16. Tom do noticiário: Favorável as políticas de cotas e ao ENEM como forma de ingresso as universidades públicas brasileiras
B. Roteiro – Classificação das matérias/ Análise de discurso
17. Efeito de verdade – Presente, recorre-se as estatísticas para reforçar os argumentos;
17.1 É preciso lembrar que hoje a oportunidade de cursar uma faculdade é reservada a menos de 12% da juventude de nosso país, segundo dados do Censo Educacional de 2007.
18. Efeito de inchaço – Presente, repete-se inúmeras vezes os mesmos argumentos
19. Efeito de actancialização - Ausente
20. Efeito de amálgama - Ausente

21. Efeito interpretativo - Ausente
22. Efeito de rumor ou boato - Ausente
23. Efeito de incorporação do enunciado - Ausente
24. Efeito de dramatização - Ausente
25. Fenômeno da logogracia - Ausente
26. Psicologização da explicação - Ausente
C. Considerações pontuais: a) ausência de uma argumentação em forma de gangorra. b) argumentação baseada no engajamento moral. c) manifestação de entusiasmo, no que diz respeito a implementação do ENEM como forma de ingresso nas universidades brasileiras, argumentos de desapontamento com relação a demora da aprovação das Lei das Cotas pelo senado d) cidadão reivindicador, presidente da UNE, Lúcia Stumpf.

A. Roteiro – Classificação das matérias/ Análise de conteúdo
1. Veículo/Revista: Carta Capital
2. Grupo:
3. Data: 27 de abril de 2012
4. Assunto principal: Julgamento do Supremo Tribunal Federal sobre a legalidade das políticas de cotas
5. Tipo de texto: Argumentativo
6. Localização: http://www.cartacapital.com.br/politica/reacoes-as-cotas-subestimam-o-racismo
7. Tamanho do Texto: 1 página meia
8. Título: Reações às cotas subestimam o racismo
9. Subtítulo: Ausente
10. Imagem: Quantidade: 4
10.1-Descrição: 1º Mão de um homem branco algemada a uma mão de um homem negro. Legenda: Foto: Luliexperiment/Flickr
10.2 - Imagem do julgamento no Supremo. Legenda: Luiz Fux, Cármen Lúcia e Gilmar Mendes durante o julgamento. Os três votaram a favor das cotas.
10.3 - Várias mãos sobrepostas com variados tons de pele. Legenda: Foto: Agência USP
10.4 - Imagem de quadro sobre cultura africana. Legenda: Foto: Agência Brasil
11. Quais tópicos ocupam qual proporção das notícias?
a. – Preconceito racial no Brasil
b. - Política de cotas raciais nas universidades públicas brasileiras
c. - Julgamento da legitimidade das reservas de vagas para estudantes negros nas universidades brasileiras.
12. Quais as fontes?
12.1- Fausto Wolf, escritor; - 1 vez
12.2 - Rosa Weber, Ministra. – 1 vez
12.3 - Fonte referencia: “À mão esquerda” de Fausto Wolf - 3 vezes
13. Quantas vezes essas fontes são mencionadas? Ver acima
14. Quais são as provas?
Ausência de provas , apenas relatos dos cotidianos pessoais do brasileiros.
15. Qual o nível de compreensão da linguagem?
Exige do leitor um pouco de domínio sobre os acontecimentos políticos que envolvem o debate de legalização das cotas raciais e compreensão das questões.

16.	Tom do noticiário: Positivo – Sarcástico
16.1	– Julgamento favorável as políticas de cotas raciais no âmbito universitário
16.2	– Apreciação favorável em relação às políticas de cotas raciais no âmbito universitário
16.3	– Exposição de uma única opinião – favorável as às políticas de cotas raciais no âmbito universitário
B.	Roteiro – Classificação das matérias/ Análise de discurso
17.	Efeito de verdade: Presente, apesar de não haver provas, o jogo feito pelo escritor sobre determinadas situações corriqueiras da sociedade brasileira que levam a construção de um pré- conceito e mesmo a uma segregação socioeconômica da etnia negra mexem com a afetividade do leitor:
17.1	– “o sujeito pode ser honesto, talentoso, até endinheirado, mas levará sempre um “porém” ao lado do nome. “É um sujeito inteligente, mas bicha”. Esse “porém” é uma tesoura a serviço do boicote.”
17.2	– “E é desnecessário lembrar que o Brasil não vai com a cara de negros – basta ver nas filas para adoção de bebês qual o perfil buscado pelos futuros papais.
17.3	- O simples lance (o hipotético pedido de empréstimo ou de emprego) pode ser determinante garantir recursos para estudos, livros, cursos de língua, transporte e moradia (porque estudo dos filhos não se faz só com a matrícula).
18.	Efeito de inchaço: Presente, pois há várias menções sobre a legitimidade do sistema de cotas raciais
19.	Efeito de actancialização: Presente, ao narrar situações de preconceitos com a etnia negra.
20.	Efeito de amálgama: Presente, aproximação com o leitor
21.	Efeito interpretativo: Presente utiliza-se de crenças e relatos para aproximar-se com a realidade
22.	Efeito de rumor ou boato: Presente, ao criar várias hipérboles sobre o preconceito racial e não oferecer dados empíricos que comprovem a segregação socioeconômica entre negros e brancos.
23.	Efeito de incorporação do enunciado: Presente, incorpora as ideias e relatos do livro de Fausto Wolf para traçar situações de preconceito racial no país.
24.	Efeito de dramatização: Presente, em vários momentos o autor apela para a afetividade do leitor, generalização situações que aconteceram ocasionalmente:
7.1	“Ninguém chega à escola nem à universidade por simples vontade: há uma série de complicadores, como vergonha e perseguições, a pesar para uns e não para outros. Ninguém fica minimamente à vontade num lugar onde é chamado de “macaco” de tempos em tempos por colegas, vizinhos, professores, diretores, seguranças.”
25.	Fenômeno da logocracia: Presente, ao apresentar argumentos da ministra do STJ favoráveis a políticas de cotas.
26.	Psicologização da explicação: Presente, vide efeitos de dramatização e efeito de verdade
C.	Considerações pontuais:
a)	ausência de uma argumentação em forma de gangorra.
b)	argumentação baseada no engajamento moral/distanciamento moral. c) manifestação de entusiasmo/desapontamento/frieza.
d)	argumentos baseados em crenças. e) políticos. Ministra Rosa Weber/A favor contra o establishment. f) cidadão reivindicador.
D.	Considerações finais: Houve efeitos perversos de dramatização abusiva?

Sim, o autor pontua o tempo todo que a sociedade brasileira é preconceituosa, tomando esse fenômeno como genérico.
E. Criou-se um simulacro da democracia?
Sim, apresentou-se apenas o discurso que apoia a política de cotas e que afirma que nossa sociedade é “racista”.

A. Roteiro – Classificação das matérias/ Análise de conteúdo
1. Veículo/Revista: Carta Capital
2. Grupo:
3. Data: 13 de agosto de 2010
4. Assunto principal: apoio a cotas para negros
5. Tipo de texto: Argumentativo -Apelativo
6. Localização: http://www.cartacapital.com.br/sociedade/somos-racistas/
7. Tamanho do Texto:1 página e meia
8. Título: Somos racistas
9. Imagem: Quantidade – Descrição – Ausência
10. Quais tópicos ocupam qual proporção das notícias? A sociedade brasileira é racista, branca, elitista e desigual que ocupa os principais postos das universidades públicas brasileiras
11. Quais as fontes? Ausência de fontes
12. Quantas vezes essas fontes são mencionadas? Nenhuma
13. Quais são as provas? Não há provas, apenas retórica persuasiva.
14. Qual o nível de compreensão da linguagem? Difícil de compreender, pois se utiliza de conceitos tais como “ <i>high society tupiniquim</i> ”, “nossa realidade política, cínica, nepotista e fisiológica”
15. Tom do noticiário: Totalmente favorável a política de cotas
B. Roteiro – Classificação das matérias/ Análise de discurso
16. Efeito de verdade – Presente ao tratar de dados históricos referentes a escravidão e ao preconceito entre o branco e negro.
17. Efeito de inchaço – Presente repete os mesmos argumentos durante o texto, e mantém a linha editorial de matérias anteriormente publicadas pela revista sobre o assunto, como por exemplo, justifica as cotas para negros devido a dívida histórica que temos com essa etnia.
18. Efeito de actancialização - Não há nenhuma citação e nem atores participando do texto.
19. Efeito de amálgama - Ausente
20. Efeito interpretativo – Presente, há uma série de saberes de crença que apelam para a reação avaliativa do leitor.
21. Efeito de rumor ou boato – Presente pressupõe que se não houver cota para negros e sim para escolas públicas estará praticando “transações eleitoreiras”.
21.1 - Caso consigam transformar a cota racial em cota “para pobres”, as transações eleitoreiras realizadas em torno dos bens públicos irão ganhar um novo componente.
21.2 - Mas se a cota for para “pobres”, vai ter muito vagabundo botando roupa velha para se matricular. Basta fraudar o sistema burocrático e encher as faculdades públicas de falsos pobrezinhos.
22. Efeito de incorporação do enunciado – Ausente – não há citações
23. Efeito de dramatização – Presente pois apela para as segregações históricas

existente entre negros e brancos no Brasil:
8.1 - O fato é que somos um país cheio de racistas. Até eu, que sou branco, sou capaz de perceber.
24. Fenômeno da logocracia – Ausente, não há comentaristas
25. Psicologização da explicação – Presente, procura colocar em cena os responsáveis pelas desigualdades entre as etnias brancas e negras no Brasil.
C. Considerações pontuais: a) ausência de uma argumentação em forma de gangorra. b) argumentação baseada no engajamento moral apelativo. c) manifestação de desapontamento para com aqueles que criticam o programa das cotas raciais nas universidades públicas. d) argumentos baseados em conhecimentos históricos. e) Menções de elogio, repetida várias vezes ao PT, partido da presidência da república, mentor do projeto das ações afirmativas.
D. Considerações finais: Houve efeitos perversos de dramatização abusivas? Sim pois a liguagem utilizada pelo jornalista foi apelativa atacando a classe média branca brasileira e a responsabilizando pelo racismo social. Além disso o texto faz críticas indiretas a obra de Abil Kalmel, “ Não somos racistas”, creio que o texto seja uma resposta a essa obra, uma vez que se intitula, “Somos racistas”, e também uma série de críticas nas “entrelinhas” aos argumentos apresentados por outros atores públicos, como a própria Roberta Fragoso Kaufmann, quanto a questão racial no país.
Criou-se um simulacro da democracia? Sim, pois envolveu-se mais questões afetivas e de jogos de concorrência jornalística, não considerando os argumentos contras das políticas de cotas.

A. Roteiro – Classificação das matérias/ Análise de conteúdo
1. Veículo/Revista: Época
2. Grupo: Globo
3. Data: 20/02/2009
4. Assunto principal: Políticas afirmativas
5. Tipo de texto: Argumentativo
6. Localização: http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG83491-6014,00-DISCRIMINACAO+NAO+E+SOLUCAO.html
7. Tamanho do Texto: 3 páginas
8. Título: Discriminação não é solução
9. Imagem: Quantidade – 1 imagem – Descrição – Candidatas conferindo a nota das provas de vestibular, detalhe uma possui a cor de pele branca e a outra é parda. Na legenda da foto consta a seguinte afirmativa: “A USP dá 3% de bônus na nota a quem veio de escola pública, sem olhar a cor da pele.”
10. Quais tópicos ocupam qual proporção das notícias?
a. Políticas de cotas nas universidades
b. Abaixo-assinado ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Gilmar Mendes
11. Quais as fontes?
a. Frei Valnei Brunetto, coordenador da ONG Educafro
b. Médico Drauzio Varella
c. economista americano Thomas Sowell
d. Isabel, um dos autores do manifesto.
e. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2006

12.	Quantas vezes essas fontes são mencionadas? 1 vez cada
13.	Quais são as provas? Falas dessas pessoas
14.	Qual o nível de compreensão da linguagem? Fácil
15.	Tom do noticiário:
	Contrário as políticas de cotas nas universidades:
	De acordo com o grupo contra as cotas, a Constituição proíbe a União, os Estados e os municípios de criar distinções entre brasileiros ou “preferências entre si”. Também argumentam que, segundo a Constituição, a tarefa do governo é garantir o acesso aos níveis mais elevados do ensino “segundo a capacidade de cada um”.
B.	Roteiro – Classificação das matérias/ Análise de discurso
16.	Efeito de verdade – presente, os dados da PNAD somado as falas dos atores externos propiciam um tom de verdade aos argumentos do texto. No entanto há uma série de afirmações soltas sem referencial.
17.	Efeito de inchaço – Presente, repete os argumentos contrários a cotas
18.	Efeito de actancalização – Presente são mencionados atores, inclusive as alunas que fizeram vestibular na USP.
19.	Efeito de amálgama – Presente há uma aproximação com o leitor.
20.	Efeito interpretativo – Presente há mais julgamentos do que apontamentos verídicos.
21.	Efeito de rumor ou boato – Presente:
21.1	No Brasil, os resultados da política de cotas são, no mínimo, contraditórios. Um aspecto positivo é que elas parecem levar mais alunos pobres para a universidade e não baixam o rendimento acadêmico, como temiam alguns.
22.	Efeito de incorporação do enunciado – Presente, quanto a questão da raça recorre ao médico Drauzio Varella para dizer que raça não existe.
23.	Efeito de dramatização – Presente, afirma que o modelo de cotas veio importado dos Estados Unidos e que lá ele não deu certo, logo aqui também não dará; “Em três décadas de ações afirmativas, os indicadores sociais dos negros americanos melhoraram pouco. A taxa de mortalidade das crianças negras aumentou, a expectativa de vida dos homens negros diminuiu e o desemprego continua duas vezes maior que entre os brancos.”
24.	Fenômeno da logocracia – Presente, há vários comentaristas
25.	Psicologização da explicação – Presente, responsabilização o Supremo Tribunal Federal de permitir a existência dessas políticas; “Um grupo de cidadãos influentes pressiona o STF a acabar com a política de cotas para entrar na universidade. O argumento: ela é injusta e ineficaz.”
C.	Considerações pontuais: a) ausência de uma argumentação em forma de gangorra. b) argumentação baseada no engajamento moral. c) manifestação de entusiasmo/desapontamento/frieza. d) argumentos baseados em crenças/argumentos baseados em conhecimentos científicos não claros. e) f) cidadão vítima/reivindicador/testemunha? Cientistas e militantes
D.	Considerações finais: Houve efeitos perversos de dramatização abusivas? Criou-se um simulacro da democracia?
	Sim, forte crítica a essa política educacional, afirma inclusive que ela é inconstitucional;
	“A política despertou reações contrárias e várias ações diretas de inconstitucionalidade, que estão sendo julgadas no STF. Os autores do documento, intitulado “Cento e treze cidadãos anti-racistas contra as leis raciais”, pedem ao Supremo que seja favorável a essas ações.”

A. Roteiro – Classificação das matérias/ Análise de conteúdo	
1.	Veículo/Revista: Época
2.	Grupo: Globo
3.	Data: 04/09/2009
4.	Assunto principal: Racismo e políticas de compensação ao racismo
5.	Tipo de texto: Descritivo argumentativo
6.	Localização: http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI91658-15223,00-AS+ARMADILHAS+DO+RACISMO.html
7.	Tamanho do Texto: 1 página e meia
8.	Título: As armadilhas do racismo
9.	Subtítulo:
10.	Imagem - Quantidade: 1
10.1	Descrição: Magnóli ao lado da capa de seu livro. Legenda: “RAÇA, NÃO/ Magnóli e seu livro. Uma história do racismo das cotas, sem a preocupação de ser politicamente correto”
11.	Quais tópicos ocupam qual proporção das notícias?
a.	Livro de Demétrio Magnóli: “Uma gota de sangue – História do Pensamento Racial”
b.	História do racismo e das políticas de compensação na Índia e na África do Sul.
12.	Quais as fontes?
a.	O sociólogo Demétrio Magnóli
b.	John Roberts, Juiz da Suprema Corte Americana
13.	Quantas vezes essas fontes são mencionadas?
a.	5 vezes Demétrio Magnóli
b.	1 vez John Roberts
14.	Quais são as provas? Fatos históricos apresentados no livro “Uma gota de Sangue” do Demétrio Magnóli
15.	Qual o nível de compreensão da linguagem? Fácil compreensão
16.	Tom do noticiário: Desfavorável à implantação das políticas de cotas
B. Roteiro – Classificação das matérias/ Análise de discurso	
17.	Efeito de verdade: Presente. Opinião do especialista Demétrio Magnóli (sociólogo e doutor em geografia)
18.	Efeito de inchaço: Sim, Muitos fatos históricos naturalizando o racismo e desvalorizando as políticas afirmativas no âmbito universitário.
19.	Efeito de actancialização: são definidos os atores que falam: Demétrio Magnóli (sociólogo e doutor em geografia)
20.	Efeito de amálgama: Presente: há inúmeras expressões ou formas simplificadoras e dramatizantes que são suscetíveis de atingir o imaginário dos leitores: “O caso de Ruanda é ainda pior. O sistema de cotas é apontado como um dos fatores que levaram à radicalização do ódio racial após o fim da colonização belga. “
21.	Efeito interpretativo: Presente, alguns fatos são julgados com base em valores de crença e de moralidade, como as comparações feitas entre o sistema de cotas na Índia e na África do Sul, baseados em contextos totalmente diversos do nosso país, apontando-os como mecanismos capazes de criar segregação e conflito raciais, exemplo dado pela revista é o do Genocídio de Ruanda.
22.	Efeito de rumor ou boato: Presente, “ As cotas introduzem na lei uma prática

discriminatória e alimentam sentimentos de revanche e ressentimento racial”
23. Efeito de incorporação do enunciado: Presente, a revista absorve o discurso contrário a políticas de cotas presente no livro de Demétrio Magnóli.
24. Efeito de dramatização: Presente: ver efeito de amálgama e efeito de rumor e boato.
25. Fenômeno da logogracia: Presente, as falas narrativizadas são de especialistas: Demétrio Magnoli e o juiz da Suprema Corte Americana John Roberts.
26. Psicologização da explicação: Presente: ao criar um discurso dramatizante; “No momento em que o Senado discute uma lei para introduzir as cotas raciais no acesso à universidade, Magnoli ajuda a entender que esse tipo de lei costuma gerar mais problemas do que resolve.” E “ As cotas introduzem na lei uma prática discriminatória e alimentam sentimentos de revanche e ressentimento racial”
C. Considerações pontuais:
a) presença de uma argumentação em forma de gangorra. (Apena uma frase apresentando os argumentos dos que apóiam as cotas)
b) argumentação baseada no engajamento moral: “Os opositores das cotas argumentam que um sistema desses pune a sociedade e é injusto, ao excluir das vagas os mais qualificados para ocupá-las.”
c) manifestação de desapontamento.
d) argumentos baseados em crenças e em conhecimentos e relatos casuais da história da cotas no mundo.
e) políticos John Roberts - Juiz da Suprema Corte Americana- desfavorável as cotas.
f) cidadão reivindicador e vítima: Demétrio Magnoli: “Magnoli é um intelectual que não teme a polêmica nem liga para o politicamente correto. Sempre participou de debates – muitas vezes virulentos – com os partidários das cotas.”
27. Considerações finais: Houve efeitos perversos de dramatização abusivas? Sim, “As cotas introduzem na lei uma prática discriminatória e alimentam sentimentos de revanche e ressentimento racial” e, alguns fatos são julgados com base em valores de crença e de moralidade, como as comparações feitas entre o sistema de cotas na Índia e na África do Sul, baseados em contextos totalmente diversos do nosso país, apontando-os como mecanismos capazes de criar segregação e conflito raciais, exemplo dado pela revista é o do Genocídio de Ruanda.
D. Criou-se um simulacro da democracia? Sim, apresentou-se em toda a reportagem apenas um ponto de vista: apreciações desfavoráveis as políticas de cotas

A. Roteiro – Classificação das matérias/ Análise de conteúdo
1. Veículo/Revista: Época
2. Grupo: Globo
3. Data: 18 de março de 2010
4. Assunto principal: Cotas e desigualdade racial
5. Tipo de texto: Argumentativo
6. Localização: http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI127950-15230,00-AS+COTAS+PARA+NEGROS+E+A+DESIGUALDADE+BRASILEIRA.html
7. Tamanho do Texto: 1 página e meia
8. Título: “As cotas para negros e a desigualdade brasileira”

9.	Subtítulo: Ausente
10.	Imagem - Quantidade: 1
10.1	Descrição: Fernando Abrucio. Legenda: “Fernando Abrucio é doutor em política pela USP, professor da Fundação Getúlio Vargas (SP) e escreve quinzenalmente em Época”.
11.	Quais tópicos ocupam qual proporção das notícias?
11.1	Histórico da escravidão
11.2	Políticas educacionais
11.3	Políticas afirmativas.
12.	Quais as fontes? Pesquisa desenvolvida pelo próprio Fernando Abrucio.
13.	Quantas vezes essas fontes são mencionadas? 1 vez
14.	Quais são as provas? Ausente
15.	Qual o nível de compreensão da linguagem? Fácil compreensão
16.	Tom do noticiário: Favorável à política de cotas raciais nas universidades brasileiras
B.	Roteiro – Classificação das matérias/ Análise de discurso
17.	Efeito de verdade: Presente – Especialista no assunto Fernando Abrucio é doutor em política pela USP, professor da Fundação Getúlio Vargas (SP), trabalha com o tema de políticas públicas e educação. O artigo é uma resposta a várias questões polêmicas expostas em outras revistas impressas tratando o tema das políticas afirmativas (ver a matéria Uma segunda Opinião da revista Veja): “É importante frisar isso porque alguns revisionistas têm argumentado que a população negra não sofreu tanto assim, pois alguns dos africanos foram traficantes e, outros, quando libertos, logo compravam seu “escravinho”. Esse revisionismo não é diferente do praticado por historiadores que desmentem a existência do Holocausto por encontrarem a existência de um ou outro judeu que apoiou o nazismo. Recentemente, coordenei uma pesquisa sobre escolas públicas e um dos pesquisadores presenciou o que só conhecíamos por estatística. Numa sala de aula com alunos em situação equivalente de pobreza, havia uma divisão na qual, de um lado, ficavam os brancos e, de outro, os negros. Isso se repetia no intervalo. Pior: o tratamento docente era francamente favorável aos brancos.”
18.	Efeito de inchaço: Ausente
19.	Efeito de actancialização: Ausente
20.	Efeito de amálgama: Ausente
21.	Efeito interpretativo: Ausente
22.	Efeito de rumor ou boato: Ausente
23.	Efeito de incorporação do enunciado: Ausente
24.	Efeito de dramatização: Ausente
25.	Fenômeno da logocracia: Presente, um especialista escreve midiaticamente sobre o tema das políticas afirmativas.
26.	Psicologização da explicação: Ausente
C.	Considerações pontuais:
a)	presença de uma argumentação em forma de gangorra. Não apenas defende as cotas, mas aponta algumas restrições das mesmas: “É possível ter cotas mais controladas do ponto de vista do tamanho e do mérito, inclusive com ações de ajuda aos negros já nos ciclos escolares anteriores, uma vez que a maioria deles fica no meio do caminho e nunca será cotista. Quanto ao possível

acirramento racial, ele não tem acontecido nas universidades com cotas. Uma legislação e um debate equilibrados poderiam conter isso.”
b) argumentação baseada no engajamento moral. Valorização da discussão da escravidão.
c) manifestação de entusiasmo.
d) argumentos baseados em conhecimentos científicos.
e) cidadão reivindicador. (próprio autor)
D. Considerações finais: Houve efeitos perversos de dramatização abusivas? Não
Criou-se um simulacro da democracia? Não

A. Roteiro – Classificação das matérias/ Análise de conteúdo
1. Veículo/Revista: Época
2. Grupo: Globo
3. Data: 2 de abril de 2009
4. Assunto principal: Cotas e o racismo
5. Tipo de texto: Argumentativo descritivo
6. Localização: http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI67068-15228,00-COTAS+PARA+QUE.html
7. Tamanho do Texto: 10 páginas
8. Título: Cotas pra quê?
9. Subtítulo: “ A cota social é mais justa que a cota racial” Thiago Lugão, que ganhou no processo na Justiça contra as cotas”
10. Imagem - Quantidade: 13 - Descrição:
10.1 1º Título Desenhado a lápis com um lápis em baixo. Legenda: Ausente.
10.2 2º Duas imagens uma ao lado da outra , um jovem numa sala de aula á esquerda, e uma criança com um livro aberto com sua mãe atrás. Legenda: DISCRIMINADOS: Lugão (à esquerda) perdeu a vaga na universidade porque outros candidatos se consideram negros. E a cabeleireira Silvia, que paga um colégio particular para Guilherme, seria prejudicado por cotas para escola pública.
10.3 3º Simon Schwartzman. Legenda: Simon Schwartzman, Pesquisador do Instituto de Estudos Trabalho e Sociedade.
10.4 4º Célio da Cunha. Legenda: Célio Cunha/ Consultor Da Unesco
10.5 5º Imagem da sala de uma sala de aula com professor de pé na frente e vários aluno sentados, alguns com números servindo de legenda para explicação que segue abaixo na revista.
10.6 6º Ilona Becskeházy. Legenda: Ilona Becskeházy, Diretora-executiva da Fundação Lemann
10.7 7º Dois jovens no campus da USP. Legenda: BENEFICIADOS/ Edelvan e Maykon no campus da USP. Como eles estudaram em escolas públicas, ganharam bônus e aumentaram sua pontuação no vestibular para medicina.
10.8 8º Martin Luther King com outros representantes do movimento negro norte americano, ao lado da imagem a Bandeira dos EUA.
10.9 9º Málaios com a bandeira nacional.
10.10 10º Negros queimando um boneco em protesto na África do Sul
10.11 11º Mulher Hindu
10.12 12º Militares Nigerianos em treinamento
10.13 13º Vários crânios humanos no chão em Ruanda.

11.	Quais tópicos ocupam qual proporção das notícias?
11.1	Perigos da instituição de políticas de cotas
11.2	Situações em que as cotas deram errado
11.3	Situações em que cotas prejudicaram o mérito
12.	Quais as fontes?
12.1	Thiago Lugão Funcionários da Petrobrás (prejudicado, segundo a revista, pelo sistema de cotas)
12.2	Demétrio Magnoli “geógrafo”
12.3	IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
12.4	Fernando Haddad, na época, Ministro da Educação
12.5	Frei David Raimundo dos Santos diretor da Educafro
12.6	Simon Schwartzman pesquisador do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade
12.7	Célio Cunha Consultor da Unesco ((Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas)
12.8	José Roberto Militão - advogado e militante do movimento negro
12.9	Ruan Néves da Silva - aluno de curso pré-vestibular egressos do ensino público
12.10	Renata Suizu idem, Suelen Bazoni idem, Samantha Gonçalves Idem, Maykon Pereira estudantes de medicina na USP beneficiado pelas cotas
12.11	Demóstenes Torres, senador (DEM-GO)
12.12	Marconi Perillo, senador (PSDB-GO)
12.13	Maria Amélia Campos Oliveira assessora de pró-reitoria de graduação da USP
12.14	Edelvan Gabana - Aluno de medicina na USP beneficiado pelas cotas
12.15	Ilona Becskéházy diretora-executiva da Fundação Lemann
12.16	Silvia dos Santos Moura cabeleireira
12.17	IDEB – Índice de desenvolvimento da Educação Básica
12.18	Fontes Referenciada: “Uma gota de sangue” de Demétrio Magnoli
12.19	Estudos do economista Thomas Sowell
12.20	Trabalho publicado pelo genetista Sergio Danilo Pena da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais)
13.	Quantas vezes essas fontes são mencionadas?
13.1	4 vezes Thiago Lugão
13.2	3 vezes Demétrio Magnoli “geógrafo”
13.3	2 vezes Frei David Raimundo dos Santos diretor da Educafro
13.4	5 vezes José Roberto Militão advogado e militante do movimento negro
13.5	3 vezes Ruan Néves da Silva aluno de curso pré-vestibular egressos do ensino público
13.6	2 vezes Maykon Pereira estudante de medicina na USP beneficiado pelas cotas,
14.	Quais são as provas? Dados do IBGE e do IDEB, contudo não especificam sobre o que são esses dados e nem de que ano, apenas citam esses institutos.
15.	Qual o nível de compreensão da linguagem? Compreensão Média – a linguagem é muito densa, há muitas referencias de especialistas, dados históricos e dados estatísticos, o que exige do leitor um pouco mais de compreensão sobre o assunto.
16.	Tom do noticiário: Julgamento contra ações de afirmativas educacionais, apreciação desfavorável contra ações afirmativas educacionais, exposição de uma determinada opinião, contrária às políticas de cotas, em detrimento de outra.
B.	Roteiro – Classificação das matérias/ Análise de discurso

17. Efeito de verdade: Ausente, apenas alguns dados possuem fonte fidedigna, as opiniões e depoimentos estão baseados em questões de crenças morais, que valorizam uma sociedade sem “preconceito” e a meritocracia.
18. Efeito de inchaço: Presente – Presente, a revista trata do tema inúmeras vezes com o mesmo discurso: fim da meritocracia, segregação racial, discriminação, entre outros.
19. Efeito de actancialização: Presente - São definidos os atores, principalmente uma série de especialistas, que opinam contrariamente à política de cotas, também é exposta a fala do cidadão vítima e de membros do governo. Ver exemplos retirados dos textos em efeitos perversos de dramatização abusiva
20. Efeito de amálgama: Presente - em todo texto há menções que dramatizam os efeitos das políticas de cotas, são expressões ou formas simplificadoras capazes de atingir o imaginário do leitor.
21. Efeito interpretativo: Presente - uma série de frases que se inclinam mais para saberes de crenças do que para dados empíricos, apelando assim para uma reação avaliativa do leitor. Ver exemplos retirados dos textos em efeitos perversos de dramatização abusiva
22. Efeito de rumor ou boato: Presente: associam o insucesso das cotas em outros países com o possível insucesso no Brasil, criam rumos afirmando que pode acontecer uma grande separação racial na sociedade brasileira: “Mas há um grande risco de a adoção das cotas trazer uma doença capaz de rachar a sociedade brasileiro”
23. Efeito de incorporação do enunciado: Presente - assimilam a fala de inúmeros especialistas ou a usam para reforçar seus argumentos, além de recorrerem a fala de uma série de estudantes contrários as políticas de cotas e que se dizem vítimas do mesmo.
24. Efeito de dramatização: Presente – há uma série de frases que apelam para o imaginário do leitor, construindo uma possível segregação meritocrática, social, econômica e mesmo racial no país.
24.1 “A doença da educação ruim não será resolvida no vestibular...”
24.2 “A partir do momento em que o Estado cria raça, passa a existir também o racismo”
24.3 “ O projeto do Senado é confuso...”
25. Fenômeno da logocracia: Presente - há vários comentaristas, especialistas, ligados ao âmbito universitário, falando midiaticamente.
26. Psicologização da explicação: Presente - os eventuais culpados são os responsáveis pelo projeto: Governo Federal (PT) e Senado. “ A experiência mostra que as cotas realmente se transformam em território de interesses e manipulação política.” “No Brasil, a reivindicação, das cotas não é feita por multidões injustiçadas, mas por grupos organizados. O movimento é liderado por ONGs ligadas a movimentos negros, cujos integrantes têm o apoio da Secretaria Especial de Políticas da Promoção da Igualdade Racial.”
C. Considerações pontuais:
a) ausência de uma argumentação em forma de gangorra.
b) argumentação baseada no engajamento moral e em conhecimentos científicos (sem referencial adequado)
c) manifestação de desapontamento.
d) argumentos baseados em crenças/argumentos baseados em conhecimentos científicos.
e) políticos: Demóstenes Torres senador (DEM-GO) e senador Marconi Perillo (PSDB-

GO) contra o establishment, e Fernando Haddad ex- ministro da Educação, afavor do establishment.
f) cidadão vítima: Thiago Lugão Funcionários da Petrobrás (prejudicado pela cotas)
27. Considerações finais: Houve efeitos perversos de dramatização abusivas?
Sim, na escolha dos entrevistados e de suas falas e nas imagens apresentadas, contrárias sempre às políticas afirmativas e com inúmeras frases textuais que constroem a ideia do fim da meritocracia, segregação racial, discriminação:
a) “Mas há um grande risco de a adoção das cotas trazer uma doença capaz de rachar a sociedade brasileira - o racismo explícito na lei.”
b) “A doença da educação ruim não será resolvida no vestibular...”
D. Criou-se um simulacro da democracia?
Sim, há uma série de frases que apelam para o imaginário do leitor, construindo uma possível segregação meritocrática, social, econômica e mesmo racial no país, de acordo com a revista, caso o sistema de cotas venha a ser aprovado como legal no Senado Federal:
“Os militantes afirmam que, ao adotar as cotas, o Brasil estaria fazendo o mesmo que fizeram os Estados Unidos. Após o fim da escravidão, em 1865, os americanos adotaram leis segregacionistas.”

A. Roteiro – Classificação das matérias/ Análise de conteúdo
1. Veículo/Revista: Época
2. Grupo: Globo
3. Data: 26/04/2012
4. Assunto principal: Aprovação da legalidade das cotas pelo Supremo Tribunal Federal.
5. Tipo de texto: Informativo/Descritivo
6. Localização: http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDR83461-6014,00.html
7. Tamanho do Texto: 1 página e meia
8. Título: Por unanimidade, STF decide que cotas raciais são legais
9. Subtítulo: No entendimento dos ministros do Supremo, a política de cotas é uma ferramenta para reverter as desigualdades no Brasil.
10. Imagem - Quantidade 1
10.1 Descrição: Uma foto da bancada do Supremo Tribunal Federal e uma legenda com o seguinte dizer: “STF inicia julgamento de ações contra cotas em universidades públicas.”
11. Quais tópicos ocupam qual proporção das notícias?
11.1 Julgamento da validade das políticas afirmativas pelo STF.
12. Quais as fontes?
12.1 Ministro Ricardo Lewandowski
12.2 Ministro Luiz Fux.
12.3 Ministra Rosa Weber
12.4 Ministro Gilmar Mendes
13. Quantas vezes essas fontes são mencionadas? 1 vez cada uma
14. Quais são as provas?
14.1 As falas dos ministros
14.2 A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o ex-ministro Márcio Thomaz

Bastos defenderam a política de cotas, enquanto a advogada do DEM Roberta Kaufmann e a representante do Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro criticaram o sistema de reserva de vagas.
15. Qual o nível de compreensão da linguagem?
Fácil compreensão
16. Tom do noticiário: Imparcial.
B. Roteiro – Classificação das matérias/ Análise de discurso
17. Efeito de verdade: Presente – descreve os acontecimentos no que se refere ao julgamento das políticas afirmativas dentro do Supremo.
18. Efeito de inchaço: Presente - constata-se que mais da metade do texto com assunto que envolve Supremo e Cotas.
19. Efeito de actancialização: Presente - são definidos os atores e suas ações
20. Efeito de amálgama: Presente - Aproximação do discurso da Revista com as ações dos atores.
Além disso, falou que não é razoável que o critério seja exclusivamente racial. "Aqui falta o referencial de índole social. Quem são os moradores de bairros pobres? Pode ter maioria de pessoas negras, mas temos brancos e negros. Por que contemplar apenas os negros neste caso?", disse. Para Mendes, as cotas só são constitucionais se o mecanismo for aperfeiçoado.
21. Efeito interpretativo: Ausente, não usa nenhuma estatística e poucas opiniões de profissionais, priorizando os casos mal sucedidos das políticas de cotas.
22. Efeito de rumor ou boato – Ausente.
23. Efeito de incorporação do enunciado: Presente, um número alto de citações diretas e indiretas das falas dos ministros.
24. Efeito de dramatização: Ausente.
25. Fenômeno da logografia: Ausente.
26. Psicologização da explicação: Ausente.
C. Considerações pontuais:
a) Há apenas uma descrição do acontecimento, sem considerações pontuais.
D. Considerações finais: Houve efeitos perversos de dramatização abusivas?
Não
E. Criou-se um simulacro da democracia? Sim, incorporação das falas dos ministros.

A. Roteiro – Classificação das matérias/ Análise de conteúdo
1. Veículo/Revista: Época
2. Grupo: Globo
3. Data: 28/05/2009
4. Assunto principal: Legitimidade da cota
5. Tipo de texto: Argumentativo
6. Localização: http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI75206-15228,00-RIO+DE+JANEIRO+TEM+COMPLICADO+SISTEMA+DE+COTAS.html
7. Tamanho do Texto: 1 página e meia
8. Título: Rio de Janeiro tem complicado sistema de cotas
9. Subtítulo: “As cotas criam um privilégio baseado em raça. E não era justamente isso que a cota queria combater?”
10. Imagem - Quantidade 1

10.1	Descrição: Alunos aguardando para fazerem o vestibular. Legenda: “REVÉS/Alunos esperam pelo vestibular na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. A Justiça considerou que o sistema de cotas vigente no rio contraria o princípio de igualdade”
11.	Quais tópicos ocupam qual proporção das notícias?
11.2	Defensores de cotas e seus argumentos (2º parágrafo)
11.3	A injustiça das cotas (3º parágrafo)
11.4	Quem são os negros (4º parágrafo)
11.5	Alternativa justa às cotas (5º parágrafo)
12.	Quais as fontes?
12.5	Frei David, diretor do Educafro;
12.6	Yvonne Maggie, antropóloga da UFRJ.
12.7	Joema, emprega do escritor – citação referenciada
12.8	Deputado estadual Flávio Bolsonaro (PP) – citação referenciada
12.9	Raquel Branco – citação referenciada
13.	Quantas vezes essas fontes são mencionadas? 1 vez cada uma
14.	Quais são as provas?
14.3	Testemunho de Raquel Branco, branca que havia se declarado negra para passar pelas cotas
14.4	Nas universidades do Rio panfletos apócrifos contra as cotas tão racistas que não podem nem ser transcritos.
15.	Qual o nível de compreensão da linguagem?
	Fácil compreensão
16.	Tom do noticiário: julgamento contra as ações afirmativas educacionais, apreciação desfavorável contra as ações afirmativas educacionais, exposição de uma determinada opinião em detrimento de outra.
B.	Roteiro – Classificação das matérias/ Análise de discurso
17.	Efeito de verdade: Ausente – revista privilegia o discurso contrário as políticas de cotas usando argumentos que dramatizam a ineficácia da mesma.
18.	Efeito de inchaço: Constata-se que mais da metade do texto com argumentos contra cotas.
19.	Efeito de actancialização: Presente - são definidos os atores e suas ações
20.	Efeito de amálgama: Presente - Aproximação do discurso da Revista com as ações dos atores primeiro parágrafo é uma aproximação ao leitor e outros trechos do texto: “E os filhos da classe média, que investiu na formação e agora é punida por ter conseguido um pouco mais na vida?”
21.	Efeito interpretativo: Presente, não usa nenhuma estatística e poucas opiniões de profissionais, priorizando os casos mal sucedidos das políticas de cotas.
22.	Efeito de rumor ou boato – Presente, quando se refere às ondas de protestos na universidade: “Já circularam nas universidades do Rio panfletos apócrifos contra as cotas tão racistas que não podem nem ser transcritos.”
23.	Efeito de incorporação do enunciado: Presente, título e demais relatos reforça opinião do jornalista. Efeito de dramatização: Presente, em todo o texto, frases de efeito “outra questão ainda não foi respondida: quem é negro” “E os filhos da classe média, que investiu na

<p>formação e agora é punida por ter conseguido um pouco mais na vida?” e “Não é a primeira vez que a Justiça derruba as cotas – e certamente não será a última.”</p>
<p>24. Fenômeno da logocracia: Presente, os próprios atores são chamados a falar sobre a questão das cotas, e há uma forte presença de discurso indireto, referenciando a falas de outros autores, desde políticos, a cidadãos comuns e estudantes universitários contrários as políticas de cotas.</p>
<p>25. Psicologização da explicação: Presente, dramatizam casos isolados e os tornam como casos genérico, apelam também para julgamentos de crença: “Quem é negro”, “quem é rico”, “sem assistencialismo, sem injustiça”.</p>
<p>C. Considerações pontuais:</p>
<p>a) ausência de uma argumentação em forma de gangorra, apresentam apenas uma fala a favor das políticas de cotas, mas logo em seguida já abandonam os argumentos presentes na mesma.</p>
<p>b) argumentação baseada no engajamento moral.</p>
<p>c) manifestação de desapontamento.</p>
<p>d) argumentos baseados em crenças.</p>
<p>f) cidadão reivindicador/testemunha/vítima.</p>
<p>“Joelma é minha empregada doméstica. A filha dela, Jéssica Soares, é negra, mora em Imbariê, Baixada Fluminense, e, graças ao esforço da mãe, estuda em escola particular. Se tivermos cotas somente para alunos de escolas públicas, Jéssica estará fora.”</p>
<p>“Qual seria minha chance de virar jornalista de ÉPOCA? O instrumento para isso existe. Na minha época chamava-se crédito educativo. Hoje é o Financiamento Estudantil (Fies), um programa do Ministério da Educação e da Caixa Econômica Federal. Um exemplo de como a mão do Estado pode intervir sem pesar.</p>
<p>D. Considerações finais: Houve efeitos perversos de dramatização abusivas?</p>
<p>Sim, os argumentos são baseados em crenças e não em dados estatísticos. Utilizam de casos isolados para frisar os pontos negativos das políticas de cotas nas universidades brasileiras. Frases de efeito “sem assistencialismo, sem injustiça”, “E os filhos da classe média, que investiu na formação e agora é punida por ter conseguido um pouco mais na vida?”, “quem é negro?” e As cotas raciais têm, em si, uma contradição. Ao defender determinada raça que teria sido prejudicada, acabam criando um privilégio baseado em raça. E não era justamente isso que a cota queria combater?</p>
<p>E. Criou-se um simulacro da democracia? Sim, Varias testemunhas para ratificar a opinião expressa no título.</p>
<p>Obs: No primeiro parágrafo: “Cubro o assunto há pelo menos seis anos, já devo ter feito umas 15 reportagens sobre isso. Mas, mesmo já tendo lido e conversado com tanta gente, é difícil formar uma opinião.”</p>
<p>Já no segundo parágrafo diz que a antropóloga tem razão no seu argumento anti cotas. Escreve mais dois parágrafos polemizando cotas sociais e raciais e no final diz que se formou com crédito estudantil “Sem assistencialismo, sem injustiça”. É difícil formar uma opinião?</p>

A. Roteiro – Classificação das matérias/ Análise de conteúdo
1. Veículo/Revista: Época
2. Grupo: Globo
3. Data:29/06/2007
4. Assunto principal: Cotas Justas ou injustas

5.	Tipo de texto: Descritivo/Narrativo
6.	Localização: http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDA77839-5856,00.html
7.	Tamanho do Texto: 1 página e meia
8.	Título: “Suprema Corte americana impede que escolas tenham cotas raciais”
9.	Subtítulo: “Juiz determinou ontem que as escolas nos Estados Unidos não poderão reservar vagas para crianças usando raça como critério”
10.	Imagem: Ausente
11.	Quais tópicos ocupam qual proporção das notícias? Críticas ao sistema de cotas raciais
12.	Quais as fontes?
a.	John Roberts, Presidente da Suprema Corte dos Estados Unidos
b.	IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
13.	Quantas vezes essas fontes são mencionadas?
13.1-	1 vez cada fonte
14.	Quais são as provas?
a.	Depoimento de John Roberts, Presidente da Suprema Corte dos Estados Unidos
b.	Dados das universidades que adotam as cotas segundo a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (MEC)
c.	Dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Dados do IBGE apontam que entre 1995 e 2005, a presença de negros e pardos no ensino superior passou de 18% para 30%. A expectativa do governo é de que, até 2015, a participação dos negros nas universidades seja proporcional à presença deles na sociedade.
15.	Qual o nível de compreensão da linguagem?
a.	Fácil compreensão
16.	Tom do noticiário: Desfavorável ao modelo de políticas de cotas que tem sido implementado no país: “O sistema de cotas para negros (pretos e pardos) no Ensino Superior é uma questão controversa também no Brasil. Critérios pouco claros, a falta de uma unificação do sistema de seleção dos candidatos e a ausência de uma análise da condição sócio-econômica dos estudantes são os pontos que mais recebem críticas dos especialistas em educação e dos próprios universitários.”
B.	Roteiro – Classificação das matérias/ Análise de discurso
17.	Efeito de verdade: Presente – a revista descreve de fato, algumas questões que envolvem a política de cotas nos Estados Unidos , através do testemunho de John Roberts, Presidente da Suprema Corte dos Estados Unidos. Pontuam algumas falhas do sistema de cotas no Brasil, inclusive com relação às bancas examinadoras dos ingressantes cotistas nas universidades públicas, mas apresentam dados sobre as instituições superiores que adotam o sistema de Cotas e o número de negros
18.	Efeito de inchaço: Ausente
19.	Efeito de actancialização: Presente: São definidos apenas os atores “testemunhas” e “vítimas” de acordo com a descrição da revista.
20.	Efeito de amálgama: Presente: ao aproximar falas de determinados atores com os argumentos das revistas: a ideia de que “as escolas não podem usar somente a diferença racial para atingir o objetivo de equiparar de oportunidades de ensino entre todos.”
21.	Efeito interpretativo: Ausente
22.	Efeito de rumor ou boato: Ausente

23. Efeito de incorporação do enunciado: Presente, uma vez que são incorporados ao texto apenas as falas e relatos que reforçam os argumentos discursivos do mesmo.
24. Efeito de dramatização: Ausente
25. Fenômeno da logografia: Ausente
26. Psicologização da explicação : Ausente
C. Considerações pontuais:
a) ausência de uma argumentação em forma de gangorra.
b) manifestação de frieza.
c) argumentos baseados em fatos.
d) políticos: John Roberts, Presidente da Suprema Corte dos Estados Unidos
e) cidadão reivindicador.
D. Considerações finais: Houve efeitos perversos de dramatização abusivas? Não. Criou-se um simulacro da democracia? Sim, apresentam apenas os pontos falhos das políticas de cotas;
A ação afirmativa é correspondente ao sistema de cotas raciais adotado por algumas universidades brasileiras, que reservam uma porcentagem de suas vagas para negros.
Um dos casos que comprova a fragilidade do sistema aconteceu no início do mês de junho na Universidade de Brasília (UNB). A universidade excluiu de seu processo de seleção o estudante Alex Teixeira da Cunha – que se declarou negro – por considerá-lo branco. Já seu irmão, que é seu gêmeo idêntico, foi aceito como cotista pela Instituição.
No começo desta semana, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que está debatendo a adoção do sistema de cotas raciais em seu vestibular, amanheceu com os muros pichados com dizeres racistas.

A. Roteiro – Classificação das matérias/ Análise de conteúdo
1. Veículo/Revista: Época
2. Grupo: Globo
3. Data: 20/02/2009
4. Assunto principal: entrega de manifesto contra as cotas nas universidades
5. Tipo de texto: Descritivo
6. Localização: http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDA77839-5856,00.html
7. Tamanho do Texto: 1 página
8. Título: Supremo recebe manifesto contra as cotas raciais
9. Imagem: Quantidade – Descrição - Ausente
10. Quais tópicos ocupam qual proporção das notícias? Manifesto contra as cotas raciais
11. Quais as fontes?
a. Professor universitário Nelson Inocêncio, coordenador do núcleo de estudos afro-brasileiros da Universidade de Brasília (UnB).
b. Coordenador nacional do Movimento Negro Socialista, José Carlos Miranda.
12. Quantas vezes essas fontes são mencionadas? 1 vez
13. Quais são as provas? A opinião das pessoas que assinaram o manifesto e das duas mencionadas acima.
14. Qual o nível de compreensão da linguagem? Fácil
15. Tom do noticiário:

Contrário a política de cotas raciais
B. Roteiro – Classificação das matérias/ Análise de discurso
16. Efeito de verdade – Presente uso de falas de pessoas ligadas ao tema abordado.
17. Efeito de inchaço – Presente , segunda matéria referente ao tema.
18. Efeito de actancalização – Presente
19. Efeito de amálgama - Presente
20. Efeito interpretativo – Presente há pressupostos relacionados com o tema.
20.1 O documento afirma que o sistema de cotas privilegia estudantes de classe média considerados negros.
20.2 Ainda no manifesto, o grupo lembra que a própria Constituição proíbe aos governos a criação de distinções entre brasileiros.
21. Efeito de rumor ou boato - Presente
22. Efeito de incorporação do enunciado - Presente
23. Efeito de dramatização - Presente
24. Fenômeno da logocracia - Presente
25. Psicologização da explicação - Presente
C. Considerações pontuais: a) presença de uma argumentação em forma de gangorra. b) argumentação baseada no engajamento moral/distanciamento moral. c) manifestação de entusiasmo/desapontamento/frieza. d) argumentos baseados em crenças. e) políticos? f) cidadão reivindicador.
D. Considerações finais: Houve efeitos perversos de dramatização abusivas? Criou-se um simulacro da democracia?
Sim, ao falarem o manifesto e apontarem somente argumentos contrários a política de cotas.

A. Roteiro – Classificação das matérias/ Análise de conteúdo
1. Veículo/Revista: Veja
2. Grupo: Abril
3. Data: 4 de abril de 2007
4. Assunto principal: Cotas para grupos minoritários no território nacional
5. Tipo de texto: Argumentativo/Persuasivo
6. Localização: http://veja.abril.com.br/040407/p_060.shtml
7. Tamanho do Texto: 2 páginas
8. Título: Eles querem desmiscigenar o Brasil
9. Subtítulo:
10. Imagem: Quantidade 2 – Descrição
a. – Primeira imagem – Descrição: Uma foto da ministra Matilde Ribeiro, com um quadro de um negro ao fundo. Abaixo da foto há a seguinte legenda: “A ministra Matilde Ribeiro: ela ganha para combater o racismo, mas acha "natural" que negro discrimine branco.”
b. - Segunda imagem – Descrição: Referente a reserva de território para determinadas comunidades reconhecidas pelo ministério da Promoção da Igualdade Racial, há dados sobre a política agrária do PT (Partido dos Trabalhadores) e um mapa do Brasil dividido em amarelo e azul, sendo que a parte amarela abrange a região Amazônica e o restante do país fica com a cor azul. Há do lado um texto, intitulado: Impacto. Nesse texto há informações estatísticas sobre o número de pessoas beneficiadas (4,5 milhões), o tamanho do território distribuído (25 % do território

nacional) e a quantidade de hectares (20 milhões) “que corresponde a toda a área plantada de soja do país”. Não há informação da FONTE desses dados...
11. Quais tópicos ocupam qual proporção das notícias?
a. – a política de igualdade racial promovida pelo PT
b. – o trabalho da ministra Matilde Ribeiro da Promoção da Igualdade Racial
c. - o decreto promovido pelo PT, reservando terras aos quilombolas e estendidas a comunidades de terreiros urbanos, quebradeiras de cocos babaçu e pomeranos, entre outras.
d. – supostos conflitos “grupais” com relação à demarcação desses locais
e. – prejuízos a pequenos produtores rurais, empresas e ONGs quanto a redistribuição dessas terras
12. Quais as fontes?
a. - fragmento da entrevista à BBC Brasil dada pela Ministra Matilde – 1 vez
b. - Carlos Alberto Roxo, diretor da Aracruz – 1 vez
c. - Tatiana Brandão, advogada da organização católica Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência – 1 vez
d. - presidente do INCRA, Rolf Hackbart – 1 vez
13. Quantas vezes essas fontes são mencionadas? Ver item acima
14. Quais são as provas?
Apenas o depoimento dessas pessoas
15. Qual o nível de compreensão da linguagem?
Fácil compreensão
16. Tom do noticiário:
17. 15.1 – Julgamento contra as políticas de Cotas para grupos minoritários no território nacional
18. 15.2 – Apreciação desfavorável em relação às políticas de Cotas para grupos minoritários no território nacional
19. 15.3 – Exposição de uma única opinião – contrária às políticas de cotas Cotas para grupos minoritários no território nacional
B. Roteiro – Classificação das matérias/ Análise de discurso
20. Efeito de verdade – Ausente, pois não há fontes lícitas que confirmem os argumentos do texto.
21. Efeito de inchaço – Presente: há uma antipatia por parte dos discursos apresentados pela revista <i>Veja</i> com relação a política de ações afirmativas voltadas para a etnia negra do país, inclusive no que abrange a delimitação de territórios para as mesmas, observe a afirmação abaixo contida nessa matéria: “A parte mais explosiva dessa política de desmiscigenação não está nas cotas universitárias nem na declaração infeliz da ministra. Está na subordinação da reforma agrária a critérios étnicos e raciais.”
22. Efeito de actancialização – Presente, são definidos apenas os atores “vítimas” de acordo com o discurso da revista, tais como os pequenos produtores rurais, as empresas e as ONGs e os processos nos quais eles se encontram implicados, deixando de lado os demais atores citados no decorrer do texto, como por exemplo, os quilombolas.
23. Efeito de amálgama – Presente, ao aproximar falas de determinados atores com os argumentos das revistas: a ideia de injustiça social com a demarcação das terras
24. Efeito interpretativo – Presente: há julgamentos morais e de crença no decorrer do texto:
25. Efeito de rumor ou boato – Presente: uma série de julgamento a priori sem fundamentação empírica, baseando-se apenas na opinião dos “prejudicados”. Notemos a

presença de rumo no subtítulo do texto: “A pretexto de reforçar a identidade cultural das minorias, o governo do PT induz à divisão étnica da sociedade e faz uma reforma agrária paralela.”
26. Efeito de incorporação do enunciado: Presente, uma vez que são incorporados ao texto apenas as falas que reforçam os argumentos discursivos do mesmo.
27. Efeito de dramatização – Presente há algumas frases no texto, ao tratar os acontecimentos de forma que o público não deixe de ficar insensível: “O próprio governo, que divulgou seus decretos com as intenções mais nobres, não esconde o uso da questão racial como instrumento para desapropriar terras, produtivas ou não.”
28. Fenômeno da logogracia: Presente, no final da matéria: usam da fala do diretor do INCRA, para reforçar alguns pré-conceitos apontados: Afirma o presidente do Incra, Rolf Hackbart: "Não tenha dúvida: trata-se de uma reforma agrária paralela".
29. Psicologização da explicação: Presente, ao apresentar os fatos apontando apenas uma opinião, “faz pensar que são o resultado (...) de um grupo, cujos membros estariam combinados, agindo como um terceiro todo poderoso, com a vontade mais ou menos confessa de criar vítimas...” Observe:
10.1- “Desde seu início, o governo do PT alimenta a diferenciação racial no Brasil a pretexto de reforçar a identidade cultural dos negros e reparar injustiças históricas.”
10.2- A declaração, que flerta com o crime de incitação ao racismo, mostra o despreparo da ministra para o exercício de seu cargo ou de qualquer outra função pública.
C. Considerações pontuais:
a) ausência de uma argumentação em forma de gangorra.
b) argumentação baseada no engajamento moral.
c) manifestação de desapontamento/frieza.
d) argumentos baseados em crenças.
e) políticos: são mencionados a Ministra Matilde e o presidente Lula, no sentido crítico, priorizando um discurso contra o establishment.
f) cidadão vítima, presidente da empresa Aracruz.
D. Considerações finais: Houve efeitos perversos de dramatização abusivas?
Sim, enfatizaram-se as falas de pessoas contra as políticas de assistência a minorias étnicas, principalmente os negros, e durante toda a notícia houve ataques alusivos aos partidos trabalhadores.
E. Criou-se um simulacro da democracia?
Sim, a notícia informa só um lado do acontecimento, pegando depoimento de pessoas favoráveis aos argumentos ideológicos do meio informativo.

A. Roteiro – Classificação das matérias/ Análise de conteúdo
1. Veículo/Revista: Veja
2. Grupo: Abril
3. Data: 2 de setembro de 2009
4. Assunto principal: Cotas raciais
5. Tipo de texto: Argumentativo / Persuasivo
6. Localização: www.veja.abril.com.br
7. Tamanho do Texto: 1 página e meia
8. Título: Ascensão sem cota
9. Subtítulo: A universalização do ensino e o crescimento da economia reduziram a

desigualdade entre negros e brancos
10. Imagem: Quantidade – Duas
a. – Descrição – Primeira Imagem é da senhorita Íris Barbosa –Legenda: “Pobre na juventude, a paulistana estudou em escolas públicas, formou-se, fez pós e hoje é diretora de uma multinacional”.
b. – Descrição – Segunda Imagem é uma figura com dados estatísticos sobre a ascensão de aspectos sociais, econômicos do negro na sociedade brasileira – Título dos dados: “ Embora o abismo ainda seja enorme, nos últimos catorze anos a disparidade entre negros e brancos se estreitou em velocidade inédita.”
11. Quais tópicos ocupam qual proporção das notícias?
a. –desigualdade amenizada entre negros e brancos
b. – cotas para negros
c. – a inserção no âmbito educacional e no mercado de trabalho entre negros e brancos
12. Quais as fontes?
a. – Marcelo Paixão – professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro – 1 vez
b. – Pesquisa do Instituto Ethos – 1 vez
c. – Paulistana Íris Barbosa – 1 vez
13. Quantas vezes essas fontes são mencionadas? Ver acima
14. Quais são as provas?
a. – Dados da Pesquisa do Instituto Ethos
b. – Depoimento de Marcelo Paixão – professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro
c. – Trajetória de vida da Paulistana Íris Barbosa
15. Qual o nível de compreensão da linguagem?
De fácil compreensão
16. Tom do noticiário:
Julgamento contra as políticas de cotas raciais
Julgamento favoráveis as políticas de cotas sociais
B. Roteiro – Classificação das matérias/ Análise de discurso
17. Efeito de verdade - Presente
18. Efeito de inchaço - Presente
19. Efeito de actancialização - Presente
20. Efeito de amálgama - Presente
21. Efeito interpretativo - Presente
22. Efeito de rumor ou boato - Presente
23. Efeito de incorporação do enunciado - Presente
24. Efeito de dramatização - Presente
25. Fenômeno da logogracia - Presente
26. Psicologização da explicação - Presente
C. Considerações pontuais:
a) ausência de uma argumentação em forma de gangorra.
b) argumentação baseada no engajamento moral.
c) manifestação de desapontamento.
d) argumentos baseados em conhecimentos científicos.
e) políticos. A favor ou contra o establishment.
f) cidadão vítima/ testemunha.

D. Considerações finais: Houve efeitos perversos de dramatização abusivas?
Em parte, a própria manchete da notícia já cria um cenário de dramatização: “ Ascensão sem cota” e no fechamento da matéria : “Meu problema nunca foi ser negra. Foi ser pobre”

A. Roteiro – Classificação das matérias/ Análise de conteúdo
1. Veículo/Revista: Veja
2. Grupo: Abril
3. Data: 12 de julho de 2006
4. Assunto principal: Cotas raciais
5. Tipo de texto: Argumentativo/ Persuasivo
6. Localização: http://veja.abril.com.br/120706/p_064.html
7. Tamanho do Texto: 2 páginas
8. Título: Convite ao ódio racial
9. Subtítulo: A política de cotas raciais é desastrosa – e pode ser trocada por cotas sociais
10. Imagem: Quantidade – Descrição – Duas imagens
10. 1 – Cota racial/Estatuto da Igualdade Racial
10. 2 – cotas nas universidades
11. Quais tópicos ocupam qual proporção das notícias?
a. – legitimidade da lei de Cotas e o Estatuto da Igualdade Racial
b. – o conceito de raça
c. - cotas sociais
d. – pesquisa sobre o desempenho dos cotistas
12. Quais as fontes?
a. – Frei David Raimundo dos Santos – diretor do Educafro – 2 vezes
b. – uma pesquisa de geneticistas da UFMG - 1 vez
c. – a obra do economista americano Thomas Sowell – Ações Afirmativa ao Redor do Mundo – 1 vez
d. – Paula Barreto – socióloga da UFBA – 1 vez
13. Quantas vezes essas fontes são mencionadas? Ver item acima
14. Quais são as provas?
Apenas as referencias da obra do economista americano Thomas Sowell – Ações Afirmativa ao Redor do Mundo
15. Qual o nível de compreensão da linguagem?
Fácil compreensão
16. Tom do noticiário:
17. 15.1 – Julgamento contra as políticas de cotas raciais no âmbito universitário
18. 15.2 – Apreciação desfavorável em relação às políticas de cotas raciais no âmbito universitário. Exposição de uma única opinião – contrária as às políticas de cotas raciais no âmbito universitário, e desvalorização das opiniões favoráveis.
B. Roteiro – Classificação das matérias/ Análise de discurso
19. Efeito de verdade - Presente
20. Efeito de inchaço - Presente
21. Efeito de actancialização - Presente

22.	Efeito de amálgama - Presente
23.	Efeito interpretativo - Presente
24.	Efeito de rumor ou boato – Presente
	“O documento, com 330 assinaturas, é um libelo em favor de dois projetos – a Lei de Cotas e o Estatuto da Igualdade Racial, que, juntos, numa de suas conseqüências mais temíveis, instituem o racismo no país.”
25.	Efeito de incorporação do enunciado -
26.	Efeito de dramatização – Presente
	“ Também haverá cotas para negros no serviço público, nas empresas privadas e até em propagandas na TV e no cinema. Em documentos oficiais, como a carteira do INSS e o prontuário médico, todos os brasileiros serão classificados pela "raça".”
27.	Fenômeno da logocracia - Presente
28.	Psicologização da explicação - Presente
	“Tratar um assunto complexo como panfleto político só vai produzir fumaça e mais desigualdade – e, é claro, ódio racial”
C.	Considerações pontuais:
a)	ausência de uma argumentação em forma de gangorra.
b)	argumentação baseada no engajamento moral.
c)	manifestação de desapontamento/frieza.
d)	argumentos baseados em crenças.
e)	políticos. A favor ou contra o establishment. Ausentes
f)	cidadão vítima/reivindicador/testemunha. Não
D.	Considerações finais: Houve efeitos perversos de dramatização abusivas? Sim, presente de rumor e boato e também de dramatização excessiva.
E.	Criou-se um simulacro da democracia? Sim

A.	Roteiro – Classificação das matérias/ Análise de conteúdo
1.	Veículo/Revista: Veja
2.	Grupo: Abril
3.	Data: 26 de abril de 2012
4.	Assunto principal: Aprovação da legalidade das cotas pelo STJ
5.	Tipo de texto: Informativo
6.	Localização: http://veja.abril.com.br/noticia/educacao/ao-aprovar-cotas-stf-busca-justica-material/imprimir
7.	Tamanho do Texto: 1página
8.	Título: Ao aprovar cotas, STF busca 'justiça material'
9.	Subtítulo: Prevalece uma interpretação da Constituição de 1988 que dá ao Supremo a missão de estabelecer uma igualdade não apenas formal, mas também substantiva entre os cidadãos
10.	Imagem: Quantidade – 1 - Descrição – Supremo Tribunal Federal julgando as políticas afirmativas.
11.	Quais tópicos ocupam qual proporção das notícias?
	1 – Julgamento das políticas afirmativas pelo Supremo Tribunal Federal
12.	Quais as fontes? Os ministros (as)
a.	ministro Ricardo Lewandowski
b.	relator Luiz Fux
c.	Rosa Weber

d.	Cármen Lúcia
e.	Cezar Peluso
f.	advogada do DEM, Roberta Fragoso Kauffman
13.	xQuantas vezes essas fontes são mencionadas?
14.	Quais são as provas?
As falas dos ministros	
15.	Qual o nível de compreensão da linguagem?
Fácil compreensão	
16.	Tom do noticiário:
Contrário as políticas de cotas	
“Também é irresistível indagar por que os defensores da reserva racial não investem os mesmos esforços no resgate do sistema público de ensino fundamental, que avança da situação medíocre para a sofrível (excetuadas raras exceções). Se redefinisse a mira, do topo para a base da pirâmide, os cotistas poderiam ajudar milhões, ao invés de apenas milhares – negros e brancos.”	
B.	Roteiro – Classificação das matérias/ Análise de discurso
17.	Efeito de verdade - Presente
18.	Efeito de inchaço - Presente
19.	Efeito de actancialização - Presente
20.	Efeito de amálgama- Presente
21.	Efeito interpretativo – Presente, aproximação com a fala do ministro Gilmar Mendes e crítica a conduta do ministro Joaquim Barbosa, o qual a revista qualifica como “João Barbosa, único negro da corte e defensor inequívoco das cotas”.
Mesmo votando com a maioria, o ministro Gilmar Mendes fez ressalvas às cotas. Se o alvo é a igualdade, disse ele, melhor seria observar a condição financeira dos candidatos. "Seria mais razoável adotar-se um critério objetivo de referência de índole sócio-econômica", disse. O ministro criticou duramente ainda outras imperfeições do modelo, como a eleição de um "tribunal racial", responsável nas universidades por apontar quem pode ser beneficiado pela reserva de vagas.	
22.	Efeito de rumor ou boato - Presente
23.	Efeito de incorporação do enunciado- Presente
24.	Efeito de dramatização- Presente
Também é irresistível indagar por que os defensores da reserva racial não investem os mesmos esforços no resgate do sistema público de ensino fundamental, que avança da situação medíocre para a sofrível (excetuadas raras exceções). Se redefinisse a mira, do topo para a base da pirâmide, os cotistas poderiam ajudar milhões, ao invés de apenas milhares – negros e brancos.	
25.	Fenômeno da logogracia- Presente
26.	Psicologização da explicação - Presente
C.	Considerações pontuais:
a)	presença de uma argumentação em forma de gangorra.
b)	argumentação baseada no engajamento moral
c)	argumentação baseada no distanciamento moral.
d)	manifestação de desapontamento
f)	manifestação de frieza.
g)	argumentos baseados em crenças
h)	argumentos baseados em conhecimentos científicos.

Segundo dados da Educafro, ONG defensora do regime racial, dez anos de cotas colocaram 110.000 estudantes nas universidades públicas brasileiras. Enquanto isso, 26 milhões de crianças e adolescentes de escolas públicas de ensino fundamental, que não aprendem o que deveriam e precisam, esperam por uma "ação afirmativa" que as conduza ao menos até o ensino médio.
i) cidadão reivindicador
j) Considerações finais: Houve efeitos perversos de dramatização abusivas? Sim, muitos apelos para investir no ensino fundamental e não em cotas universitárias.
k) Criou-se um simulacro da democracia? Sim, o formato descritivo do texto e os efeitos de falas externas, levantam a ideia de informação imparcial da revista.

A. Roteiro – Classificação das matérias/ Análise de conteúdo
1. Veículo/Revista: Veja
2. Grupo: Abril
3. Data: 4 de março de 2010
4. Assunto principal: Cotas raciais nas universidades
5. Tipo de texto: Argumentativo - Persuasivo
6. Localização: http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/cotas-raciais-uma-reportagem-intelectual-e-jornalisticamente-criminosa/
7. Tamanho do Texto: 6 páginas
8. Título: Cotas Raciais: uma reportagem intelectual e jornalisticamente criminosa
9. Imagem: Quantidade – Descrição - Ausente
10. Quais tópicos ocupam qual proporção das notícias?
10.1 – Reportagem da Folha de São Paulo sobre o julgamento das políticas de cotas no Supremo Tribunal Federal
10.2 – Legitimidade dos sistemas de cotas
10.3 – Origem do processo de escravidão na África
10.4 – Processos de escravidão no Brasil
10.5 – Ataques pessoais a jornalista da Folha de São Paulo, Laura Caprilione
11. Quais as fontes?
11.1 – Reportagem Folha de São Paulo – texto Laura Caprilione e falas contidas no texto do historiador Luiz Felipe de Alencastro – 5 vezes
11.2 – Fonte/Referência – Demétrio Magnoli – Livro “Uma gota de Sangue” – 1 vez
11.3 – Fonte/Referência – Gilberto Freyre - Livro “Casa Grande e Senzala” - 1 vez
12. Quantas vezes essas fontes são mencionadas? Ver acima
13. Quais são as provas?
Apenas dados históricos retirados dos livros “Uma gota de Sangue” e “Casa Grande e Senzala”
14. Qual o nível de compreensão da linguagem?
Compreensão de conteúdo dentro da média – Exige do leitor um pouco de domínio sobre os acontecimentos políticos que envolvem o debate de legalização das cotas raciais e compreensão das questões históricas que circunscrevem nossa escravidão
15. Tom do noticiário:
Sarcástico
15.1 – Julgamento contra as políticas de cotas raciais no âmbito universitário
15.2 – Apreciação desfavorável em relação às políticas de cotas raciais no âmbito

universitário
15. 3 – Exposição de uma única opinião – contrária as às políticas de cotas raciais no âmbito universitário
B. Roteiro – Classificação das matérias/ Análise de discurso
16. Efeito de verdade – Parcialmente presente : No que se refere aos dados históricos sobre a escravidão na África e no Brasil , já quanto as qualidades políticas do DEM e as questões pessoais que envolvem a jornalista da Folha de São Paulo, ausente.
17. Efeito de inchaço – Presente – o assunto Cotas nas Universidades é retomado inúmeras vezes pelos meios de comunicação impresso (principalmente a Veja)
18. Efeito de actancalização – São definidos os atores e os processos nos quais eles se encontram implicados.
19. Efeito de amálgama – Ausente, não há aproximação com o leitor
20. Efeito interpretativo – Presente – há julgamentos morais e de crenças
21. Efeito de rumor ou boato – Presente – ao classificar as reportagens da Folha de “mau jornalismo”
22. Efeito de incorporação do enunciado – Presente – Incorpora os discursos presentes nas obra supracitadas
23. Efeito de dramatização – Presente – ao atacar a jornalista da Folha e ironizar questões de sua vida pessoal
24. Fenômeno da logogracia - Ausente
25. Psicologização da explicação – Presente – ao acusar o ministro Ricardo Lewandowski de convocar para o debate no Supremo sobre a legitimidade das Cotas, 28 pessoas favoráveis as mesmas e somente 12 contrárias.
C. Considerações pontuais: a) ausência de uma argumentação em forma de gangorra. b) argumentação baseada no engajamento moral. c) manifestação de desapontamento/frieza. d) São mencionados e defendidos os argumentos de políticos que representam a oposição partidária ao establishment (DEM), no caso, Demóstenes Torres.
D. Considerações finais: Houve efeitos perversos de dramatização abusivas?
Sim, com total ausência de parcialidade por parte do bloguista Reinaldo Azevedo:
1 - “Laura Capriglione escreveu na <i>Folha</i> desta quinta um texto criminoso.”
2 – “Ainda que o que vai no título fosse verdade — é uma mentira descarada porque se trata de uma distorção estúpida do que disse o senador —, a afirmação não seria do DEM, mas de Demóstenes, que é só um membro do partido. “
3- “Laura precisava de um especialista para endossar a sua diabrura. Preferiu buscar, assim, uma prata da casa, da sua casa, o “historiador Luiz Felipe de Alencastro”, também seu ex-marido. A condição de ex-marido não faz dele menos historiador. Mas a condição de historiador não elimina a de ex-marido.”
E. Criou-se um simulacro da democracia?
1 – Sim, apresentou-se apenas um ponto de vista sobre a questão da legitimidade das cotas raciais e discorreu-se durante o texto mais sobre questões pessoais e ideológicas envolvendo o bloguista Reinaldo Azevedo (VEJA) e a jornalista da Folha, Laura Capriglione.

A. Roteiro – Classificação das matérias/ Análise de conteúdo
1. Veículo/Revista: Veja
2. Grupo: Abril

3.	Data: 6 de junho de 2007
4.	Assunto principal: Conceito de Raça/ cotas para negros
5.	Tipo de texto: Argumentativo
6.	Localização: http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/veja-4-materia-caparaca-nao-existe/
7.	Tamanho do Texto: 9 páginas
8.	Título: Raça não existe
9.	Subtítulo: Eles são gêmeos idênticos, mas segundo a UnB, este é branco e...
10.	Imagem: Quantidade – 11 imagens – Descrição:
a.	Primeira Imagem: Dos gêmeos Alex e Alan Teixeira da Cunha que foram classificados pela banca de vestibular da UnB como um segundo branco e outro sendo negro.
b.	Segunda Imagem: Ildi Silva, atriz e um gráfico em formato de pizza falando das origens de seus antepassados, pontuando que 71,3% é de origem europeia.
c.	Terceira Imagem: Obina (jogador de futebol) e um gráfico em formato de pizza falando das origens de seus antepassados.
d.	Quarta Imagem: Djavan (músico e compositor) gráfico em formato de pizza falando das origens de seus antepassados.
e.	Quinta Imagem: Daiane dos Santos (ginasta), gráfico em formato de pizza falando das origens de seus antepassados, pontuando que 40,8 % é de origem europeia.
f.	Sexta Imagem: Seu Jorge (cantor) gráfico em formato de pizza falando das origens de seus antepassados.
g.	Sétima Imagem: Neguinho da Beija-flor (cantor e compositor) gráfico em formato de pizza falando das origens de seus antepassados, pontuando que 67,1% de sua origem biológica advém dos europeus.
h.	Oitava Imagem: Frei David dos Santos (organizador de manifesto que pede o aumento da cota para negros nas universidades) gráfico em formato de pizza falando das origens de seus antepassados, apesar da cor da pele ser branca, seu DNA aponta que ele tem 68,2 %.
i.	Noitava Imagem: Milton Nascimento (cantor) gráfico em formato de pizza falando das origens de seus antepassados.
j.	Décima imagem: Sandra de Sá (cantora) gráfico em formato de pizza falando das origens de seus antepassados.
k.	Décima Primeira: Quadro contendo dois gráficos de pizza que apontam as origens genéticas de 290 brancos de Porto Alegre, apontando que, na média, eles possuíam 10 % de genes africanos.
11.	Quais tópicos ocupam qual proporção das notícias?
a.	- decisão da banca da UnB quanto a cor da pele dos gêmeos Alex e Alan
b.	- o conceito biológico de raça
c.	- A lei de cotas
d.	- As cotas raciais negras
e.	- democracia racial / Gilberto Freyre
f.	- políticas de cotas nos EUA e na África do Sul
g.	- preconceito racial embutido em discursos internacionais: Alemanha e França
h.	- a questão biológica (genética, DNA) de pessoas famosas (negras) e da população de Porto Alegre.
12.	Quais as fontes?

a.	– testemunhos dos gêmeos: Alex e Alan
b.	– opinião da antropóloga Yvonne Maggie
c.	- opinião de Simon Schwartzman - sociólogo e ex- presidente do IBGE
d.	– Fontes/ Referências: obra de Gilberto Freyre – a ideia de democracia racial
e.	– Fontes/ Referências: opinião da geneticista Maria Cátira Bortolini (UFRGs)
f.	- Fontes/ Referências: estudo do geneticista mineiro Sérgio Pena em parceria com a BBC Brasil
g.	– Fontes/ Referências: “monumental estudo sobre as raças humanas do geneticista italiano Luca Cavalli- Sforza”
13.	Quantas vezes essas fontes são mencionadas? 1 vez cada fonte
14.	Quais são as provas?
a.	– testemunhos dos gêmeos: Alex e Alan
b.	– dados históricos sem menção de fonte
c.	– opinião de especialistas
15.	Qual o nível de compreensão da linguagem?
Compreensão do conteúdo dentro da média	
16.	Tom do noticiário:
Julgamento contra as ações afirmativas educacionais	
Apreciação desfavorável contra as ações afirmativas educacionais	
Exposição de uma determinada opinião em detrimento de outra.	
B.	Roteiro – Classificação das matérias/ Análise de discurso
17.	Efeito de verdade - Presente
18.	Efeito de inchaço - Presente
19.	Efeito de actancialização – Presente
20.	Efeito de amálgama – Presente
21.	Efeito interpretativo – Presente
22.	Efeito de rumor ou boato – Presente
“A avaliação divergente dos irmãos Alan e Alex pela UnB é uma prova dos perigos de tentar classificar as pessoas por critério racial. Em todas as partes onde isso foi tentado, mesmo com as mais sólidas justificativas, deu em desastre. Os piores são as loucuras nazistas e as do apartheid na África do Sul. Ambas causaram tormentos sociais terríveis com a criação de campos de concentração e guetos. Os nazistas exterminaram milhões de pessoas, principalmente judeus, em nome da purificação da raça.”	
“Um absurdo ocorrido em Brasília veio em boa hora. Ele é o sinal de que o Brasil está enveredando pelo perigoso caminho de tentar avaliar as pessoas não pelo conteúdo de seu caráter, mas pela cor de sua pele.”	
23.	Efeito de incorporação do enunciado – Presente
"Não sei como isso é possível, já que eu e meu irmão somos iguais e tiramos a foto no mesmo dia", diz Alex, que recorreu da decisão. A UnB informa que o recurso está sendo analisado e o resultado sairá nesta quarta-feira.”	
24.	Efeito de dramatização – Presente
“Também haverá cotas para negros no funcionalismo público, nas empresas privadas e até nas propagandas da TV. As certidões de nascimento, prontuários médicos e carteiras do INSS terão de informar a raça do portador. Ao matricular os filhos na escola, os pais terão de informar se eles são negros, brancos ou pardos. A lei de cotas e o estatuto racial são monstruosidades jurídicas que atropelam a Constituição – ao tratar negros e brancos de forma desigual – e oficializam o racismo.”	

25. Fenômeno da logocracia – Presente
“Diz o sociólogo Simon Schwartzman, ex-presidente do IBGE: "O preconceito racial existe, mas existe também um histórico de convivência amigável, de aceitação das diferenças raciais, religiosas e culturais que representam um patrimônio a ser aperfeiçoado. Por que não progredir nesse caminho, em vez de dividir a sociedade em raças estanques?"
26. Psicologização da explicação – Presente
“O sistema de cotas raciais nas universidades foi uma promessa de campanha do presidente Lula.”
C. Considerações pontuais: a) ausência de uma argumentação em forma de gangorra. b) argumentação baseada no engajamento moral. c) manifestação de desapontamento. d) argumentos baseados em crenças. e) cidadão vítima. f) cita o presidente Lula e afirma que o sistema de cotas raciais “foi uma promessa de campanha” do mesmo.
D. Considerações finais: Houve efeitos perversos de dramatização abusivas? Sim, várias vezes ao associar as cotas ao nazismo e ao apartheid do sul da África, construindo frases de efeito:
1 – “Um absurdo ocorrido em Brasília veio em boa hora. Ele é sinal de que o Brasil está enveredando pelo perigoso caminho de tentar avaliar as pessoas não pelo conteúdo de seu caráter, mas pela cor de sua pele.”
2 – “ A avaliação divergente dos irmãos Alan e Alex pela UnB é uma prova dos perigos de tentar classificar as pessoas por critério racial. Em todas as partes onde isso foi tentado, mesmo com as mais sólidas justificativas, deu em desastre. Os piores são as loucuras nazistas e as do apartheid na África do Sul. Ambas causaram tormentos sociais terríveis com a criação de campos de concentração e guetos”.
3 - “Também haverá cotas para negros no funcionalismo público, nas empresas privadas e até nas propagandas da TV. As certidões de nascimento, prontuários médicos e carteiras do INSS terão de informar a raça do portador. Ao matricular os filhos na escola, os pais terão de informar se eles são negros, brancos ou pardos. A lei de cotas e o estatuto racial são monstruosidades jurídicas que atropelam a Constituição – ao tratar negros e brancos de forma desigual – e oficializam o racismo. “
4 - A qualidade do serviço público despencou e o desemprego entre os negros subiu de 36% para 44% (referindo-se a África do Sul, sem citar a fonte)
E. Criou-se um simulacro da democracia?
Sim, pois há vários alibis a serviço do espetáculo contra as políticas de cotas

A. Roteiro – Classificação das matérias/ Análise de conteúdo
1. Veículo/Revista: Veja
2. Grupo: Abril
3. Data: 28 de agosto de 2008
4. Assunto principal: sistema de cotas raciais
5. Tipo de texto: Narrativo/Descritivo
6. Localização: http://veja.abril.com.br/noticia/educacao/inquisicao-racial
7. Tamanho do Texto: 1 página
8. Título: Inquisição Racial
9. Subtítulo: Ausente

10. Imagem - Quantidade: 2 - Descrição:
10.1 –Primeira imagem - Tatiana Oliveira: ex- estudante da Universidade Federal de Santa Maria
10.2 – Segunda imagem -Renato Lima: ex- professor da Universidade da Bahia, e atual diretor na Camargo Corrêa na África.
11. Quais tópicos ocupam qual proporção das notícias?
11.1 – Falhas no processo de ingresso através do sistema de cotas raciais na Universidade Federal de Santa Maria.
11.2 - Ascensão social sem cotas.
12. Quais as fontes? Testemunho deTatiana Oliveira e Renato Lima
13. Quantas vezes essas fontes são mencionadas? Duas vezes cada um.
14. Quais são as provas? Depoimentos dos testemunhas.
15. Qual o nível de compreensão da linguagem? Fácil compreensão
16. Tom do noticiário:
16.1- Julgamentos contra as políticas de cotas raciais nas universidades brasileiras, especialmente uma apreciação desfavorável contra as bancas examinadoras ou que acompanham os programas de ações afirmativas nas universidades: “O caso da estudante gaúcha mostra que o que está em avaliação no sistema de cotas universitárias não é a cor da pele nem a condição financeira do candidato, mas sua consciência de raça.”
16.2 – Construção de julgamentos discursivos favoráveis ao princípio da meritocracia, ao descrever a trajetória de Renato Lima, negro, filho de pais pobres, atualmente engenheiro e diretor na Camargo Corrêa na África.
B. Roteiro – Classificação das matérias/ Análise de discurso
17. Efeito de verdade: Ausente, uma vez que apontam apenas dois casos, tornando-se o insucesso/sucesso de alguns como um caso genérico.
18. Efeito de inchaço: Presente, a revista trata inúmeras vezes de assuntos que abrangem as políticas afirmativas no universo universitário, predominando um discurso que privilegia a meritocracia (desempenho/esforço das pessoas)
19. Efeito de actancialização: Presente - são definidos os atores e suas ações
20. Efeito de amálgama: Aproximação do discurso da Revista com as ações dos atores
21. Efeito interpretativo: Presente, os argumentos são baseados em crenças e não em dados estatísticos. Utilizam de casos isolados para frisar os pontos negativos das políticas de cotas nas universidades brasileiras.
22. Efeito de rumor ou boato: Presente: Utilizam de casos isolados para frisar os pontos negativos das políticas de cotas nas universidades brasileiras.
23. Efeito de incorporação do enunciado: Presente: Os argumentos apresentados pelos atores são os mesmos defendidos pelas reportagens da revista.
24. Efeito de dramatização: Presente - principalmente no relato da experiência com o meio acadêmico de Tatiana Oliveira: “O sistema de cotas era uma oportunidade e jamais achei que fosse sofrer preconceituoso justamente nesse momento.”
25. Fenômeno da logogracia: Presente, os próprios atores são chamados a falar sobre a questão das cotas e do desempenho social sem “ações afirmativas”.
26. Psicologização da explicação: Presente – dramatizam dois casos isolados e os tomam como acontecimentos genéricos.
C. Considerações pontuais:
a) ausência de uma argumentação em forma de gangorra.

b) argumentação baseada no engajamento moral.
c) manifestação de desapontamento.
d) argumentos baseados em crenças.
f) cidadão vítima (Tatiana Oliveira) e testemunha da “meritocracia” (Renato Lima).
D. Considerações finais: Houve efeitos perversos de dramatização abusivas?
Sim, priorizou-se apenas um caso de insucesso com relação ao ingresso de uma estudante “negra” no âmbito universitário por meio do sistema de cotas raciais. A partir desse caso, a revista conclui que: “O caso da estudante gaúcha mostra que o que está em avaliação no sistema de cotas universitárias não é a cor da pele e nem a condição financeira do candidato, mas sua consciência de raça.”
E. Criou-se um simulacro da democracia?
Sim, apresentou-se apenas um ponto de vista, no caso desfavorável, sobre a implementação das políticas de cotas raciais no meio universitário.

A. Roteiro – Classificação das matérias/ Análise de conteúdo
1. Veículo/Revista: Veja
2. Grupo: Abril
3. Data: 23 de maio de 2007
4. Assunto principal: preconceito e discriminação por causa das opiniões divergentes sobre a implantação das políticas afirmativas
5. Tipo de texto: Narrativo/Descritivo
6. Localização: http://veja.abril.com.br/230507/p_067.shtml
7. Tamanho do Texto: 1 página
8. Título: Intolerância
9. Subtítulo: “Militantes reagem ao debate sobre as cotas com ameaças e apologia da violência física”
10. Imagem: Quantidade: 1
10.1 - Descrição: Yvonne Maggie. Legenda: Yvonne: “Estou com um medo que havia muito não sentia.”
11. Quais tópicos ocupam qual proporção das notícias?
a. Hostilidade do movimento negro àqueles que questionam a racialização em curso do país (referindo-se a implantação de cotas raciais para o ingresso nas universidades brasileiras)
b. Crítica a matéria publicada pelo <i>Estado de São Paulo</i> sobre as manifestações acadêmicas e jornalísticas com julgamentos contrários as políticas de cotas
12. Quais as fontes?
12.1- Heinrich Heine, poeta alemão do século XIX;
12.2 - Yvonne Maggie, antropóloga da UFRJ;
12.3 - Júlio César de Tavares, antropólogo e militante do movimento negro;
12.4 - Matilde Ribeiro, Ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.
13. Quantas vezes essas fontes são mencionadas? Uma vez cada
14. Quais são as provas? As falas da Yvonne Maggie, da Ministra Matilde Ribeiro, e de Júlio César.
15. Qual o nível de compreensão da linguagem?
Fácil compreensão
16. Tom do noticiário: Desfavorável

a.	– Julgamento contra as políticas de cotas raciais no âmbito universitário
17.2	– Apreciação desfavorável em relação às políticas de cotas raciais no âmbito universitário
18.3	– Exposição de uma única opinião – contrária às políticas de cotas raciais no âmbito universitário
B.	Roteiro – Classificação das matérias/ Análise de discurso
19.	Efeito de verdade: Ausente – dramatizam as manifestações daqueles que são favoráveis a política de cotas, fazendo afirmações baseados em crenças ideológicas e generalizando argumentos de pessoas isoladas:
19.1	“O debate em torno da Lei de Cotas e do Estatuto da Igualdade Racial tem provocado manifestações destemperadas de integrantes do movimento negro.”
19.2	“Imediatamente surgiram, na internet, textos que falam em guerra, sugerem ações organizadas no dia do lançamento do livro e chama de ‘escravos’ dois dos autores, que são negros e militantes do movimento, mas têm opinião própria. “
19.3	“Em uma reportagem sobre o tema no jornal O Estado de S. Paulo, na semana passada, o antropólogo Júlio César de Tavares, militante do movimento negro, pregou a violência física.”
20.	Efeito de inchaço: Presente – o tema da reserva das cotas raciais nas universidades brasileiras ocupa um espaço significativo na revista nos últimos dez anos, principalmente por construir um discurso negativo sobre as mesmas.
21.	Efeito de atancialização: Presente, são definidos os atores “vítimas” (acadêmicos e militantes desfavoráveis as políticas de cotas) e “culpados” (aqueles que se posicionam favoráveis as políticas de cotas, especialmente a maioria do representantes do ‘ Movimento Negro’.
22.	Efeito de amálgama: a revista constrói um discurso de denúncia das ‘ameaças’ malignas contra aqueles ‘intelectuais’ que se posicionam contra as políticas de cotas raciais, especificamente aqueles 34 autores que participam da redação do livro “ <i>Divisões Perigosas: Políticas Raciais no Brasil Contemporâneo</i> ”.
23.	Efeito interpretativo: Presente – são feitos julgamentos baseados na moralidade (defesa da harmonia social) e nas crenças ideológicas (a dicotomia do bem e do mal) quanto a validade das políticas afirmativas no espaço universitário.
24.	Efeito de rumor ou boato – Presente – a construção discursiva da revista, designa uma possível “segregação e conflito violento” entre aqueles que são favoráveis às cotas raciais como critério de ingresso nas universidades públicas brasileiras para aqueles que são contrários (intelectuais e membros do movimento negro).
25.	Efeito de incorporação do enunciado – Presente – a revista se posiciona na defesa daqueles que são contrários às cotas raciais.
26.	Efeito de dramatização: Presente – vinde efeitos de verdade
27.	Fenômeno da logocracia – São convocados testemunhas (Yvonne Maggie – professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro) para comprovar a “intolerância” quanto ao posicionamento contrário as cotas raciais.
28.	Psicologização da explicação – Presente – Criam efeitos discursivos perversos, construindo um cenário de segregação e violência moral por parte daqueles que se posicionam favoráveis as cotas raciais nas universidades públicas brasileiras.
C.	Considerações pontuais:
a)	ausência de uma argumentação em forma de gangorra.
b)	argumentação baseada no engajamento moral
c)	manifestação de desapontamento/frieza.

d) argumentos baseados em crenças.
e) políticos: Ministra Matilde Ribeiro. A favor do establishment. (contudo atacam as falas da mesma, acusando o “governo”)
f) cidadão vítima/testemunha.
D. Considerações finais: Houve efeitos perversos de dramatização abusivas?
Sim, vinde efeitos de verdade e o próprio título do texto: “Intolerância”
E. Criou-se um simulacro da democracia?
Sim, apresentou-se apenas os argumentos daqueles que são desfavoráveis ao sistema de cotas, e atacou aqueles que defendem um argumento contrário.

A. Roteiro – Classificação das matérias/ Análise de conteúdo
1. Veículo/Revista: Revista Veja
2. Grupo: Abril
3. Data: Junho de 2008
4. Assunto principal: Sistema de Cotas
5. Tipo de texto: Informativo
6. Localização: http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/perguntas_respostas/cotas/
7. Tamanho do Texto: 2 páginas
8. Título: Perguntas e respostas – Sistema de Cotas
9. Subtítulo: Ausente
10. Imagem: Quantidade – 2 imagens
a. Irmão gêmeos que foram classificados como branco e negro pela Comissão da Universidade de Brasília.
b. Linha Tempo sobre a implementação das Cotas com os anos de 2001 a 2008 .
11. Quais tópicos ocupam qual proporção das notícias? As perguntas abaixo:
1. Quais as principais proposições do Estatuto da Igualdade Racial e da Lei de Cotas?
2. Há previsão para a votação definitiva dos projetos no Congresso?
3. As medidas propostas pelos projetos são legais aos olhos da Constituição?
4. Quais os riscos de classificar pessoas por critério racial?
5. Afinal, de acordo com a ciência, o que são raças?
6. Num país dividido entre "brancos" e "negros" pela lei, como seriam tratados os mestiços?
7. No Brasil, quem definiria a raça de cada indivíduo?
8. Qual a inspiração das ações afirmativas no Brasil?
9. As ações foram bem-sucedidas nesses países?
10. Os negros estão realmente sub-representados nas universidades brasileiras?
11. Quantas universidades já utilizam o sistema de cotas do Brasil?
12. Quais as fontes?
a. Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UeRJ)
b. estudo da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) de 2005
c. O economista americano Thomas Sowell, pesquisador de políticas públicas da Universidade Stanford e negro, escreveu o livro Ação Afirmativa ao Redor do Mundo,
21. Quantas vezes essas fontes são mencionadas? 1 vez cada
22. Quais são as provas? Os estudos e pesquisas das fontes
23. Qual o nível de compreensão da linguagem? Média, há uma série de conceitos

mais academicistas e pré-julgamentos.
24. Tom do noticiário:
Julgamentos contrários as políticas de cotas
B. Roteiro – Classificação das matérias/ Análise de discurso
25. Efeito de verdade – Presente, ao citar pesquisa, estudos e fontes matemáticas.
26. Efeito de inchaço - Presente, inclusive utiliza-se as mesmas frases e argumentos presentes em matérias que foram publicadas anteriormente.
27. Efeito de actancalização – Presente - A imagem dos irmãos gêmeos Alan e Alex, remete aos actantes, “cidadãos vitimas da política educacional”.
28. Efeito de amálgama – Presente -
29. Efeito interpretativo – Presente
30. Efeito de rumor ou boato - Presente
31. Efeito de incorporação do enunciado – Presente
32. Efeito de dramatização – Presente
Na Universidade de Brasília (UnB), que já adota cotas para negros, esse dilema foi enfrentado com uma solução de dar arpeios – um tribunal racial. Os "juízes", diante de fotografias dos candidatos, davam a sentença.
33. Fenômeno da logocracia – Presente
34. Psicologização da explicação – Presente
Essa é outra questão polêmica. Sendo os filhos das miscigenação, definidos como "pardos", descendentes em geral de africanos e de europeus, impõem-se uma questão importante: por que eles deveriam ser considerados apenas "negros"? Os projetos de lei não prevêem lugar para eles que não o "preto" ou "branco".
C. Considerações pontuais:
a) ausência de uma argumentação em forma de gangorra.
b) argumentação baseada no engajamento moral.
c) manifestação de desapontamento e frieza.
d) argumentos baseados em crenças//argumentos baseados em conhecimentos científicos.
e) cidadão reivindicador.
D. Considerações finais: Houve efeitos perversos de dramatização abusivas?
E. Criou-se um simulacro da democracia?
Observa-se que somente para as perguntas 9, 10 e 11 a revista menciona a fonte das informações estatísticas e dos conceitos apresentados. Nas demais perguntas são desenvolvidas argumentações baseadas no engajamento moral e em crenças;
1) O mérito acadêmico fica em segundo plano. Também haverá cotas para negros no funcionalismo público, nas empresas privadas e até nas propagandas da TV
2) A Lei de Cotas e o Estatuto da Igualdade Racial são monstruosidades jurídicas que atropelam a Constituição – ao tratar negros e brancos de forma desigual – e oficializam o racismo

A. Roteiro – Classificação das matérias/ Análise de conteúdo
1. Veículo/Revista: Veja
2. Grupo: Abril
3. Data: 4 de março de 2009
4. Assunto principal: Cotas nas universidades brasileiras
5. Tipo de texto: Argumentativo/ descritivo

6.	Localização: http://veja.abril.com.br/040309/p_066.shtml
7.	Tamanho do Texto: 9 páginas
8.	Título: Uma segunda opinião
9.	Subtítulo: Ausente
a.	O estado não deve legislar sobre raça
b.	Definir quem tem direito às vagas com base na cor da pele será fonte de polêmicas infundáveis e injustiças irreparáveis
c.	As cotas não resolvem as desigualdades sociais
d.	O verdadeiro problema de educação brasileira é o ensino básico
e.	As cotas ferem o princípio de meritocracia
f.	Os mesmos problemas se repetem nos países onde as ações afirmativas
g.	O discurso dos defensores
10.	Imagem: Quantidade – Descrição:
a.	Primeira Imagem: alunos comemoram a aprovação no vestibular, abaixo da imagem uma legenda que diz “Se aprovado, o projeto dará uma de cada duas vagas nas federais a alunos cujo passaporte de entrada não foi o mérito acadêmico, mas a cor da pele. Isso é bom ?”
b.	Segunda Imagem: militantes de grupos de combate ao racismo, a legenda da imagem afirma que “no movimento negro quem é contra as cotas perde financiamento e cargos públicos”.
c.	Terceira Imagem: alunos que disputaram vagas pelo sistema de cotas da UNB, e a legenda afirma que a “universidade” disse que eles eram negros, de fato, a cor da pele pode ser classificada como moreno claro.
d.	Quarta imagem: crianças pobres jogando futebol, a legenda se refere que o projeto da lei de Cotas “não resolvem as injustiças sociais e ainda podem fabricar uma outra”.
e.	Quinta imagem: de um jovem gaúcho que tentou o vestibular da UFRGS e afirma ter sido reprovado pois sua vaga foi retirada por um cotista.
f.	Sexta imagem: alunos de escola pública, a legenda aponta o baixo nível das escolas públicas e o índice de evasão nessas escolas.
g.	Sétima imagem: referente a segregação americana, as entradas separadas para negros nos Estados Unidos, afirmando que esse cenário nunca existiu no Brasil.
h.	Oitava imagem: manifestação de militantes negros em Brasília com uma faixa dizendo “O Brasil é um País que mata negros”, a legenda afirma que é um discurso que segrega em vez de unir. “
11.	Quais tópicos ocupam qual proporção das notícias?
a.	As cotas raciais
b.	A meritocracia acadêmica
c.	A inconstitucionalidade das cotas
d.	O conceito de raça
e.	Racismo
f.	Cotas para escolas públicas
g.	Classificação no vestibular
h.	O que dizem os defensores das cotas...
12.	Quais as fontes?
a.	Leão Alves – movimento Nação Mestiça
b.	Ministro Edson Santos –Secretaria da Igualdade Racial (Seppir)

c.	Fernando Haddad –na época Ministro da Educação
d.	Demétrio Magnoli – sociólogo e doutor em geografia da USP
e.	Juiz John Marshall Harlan (1833-1911)
f.	Sociólogo Simon Schwartzman
g.	Juiz Anthony Kennedy
h.	Antropóloga Yvonne Maggie
i.	Goebbels (<i>ministro da propaganda nazista</i>)
j.	o historiador José Roberto Pinto de Góes
k.	antropóloga Eunice Durham, especialista em ensino superior
l.	estudante gaúcho Getúlio Ost, 18 anos
13.	Quantas vezes essas fontes são mencionadas? Uma vez cada
14.	Quais são as provas?
a.	As falas de especialistas
b.	Dados estatísticos sobre as cotas em outros países
15.	Qual o nível de compreensão da linguagem?
a.	Compreensão dentro da média: são citados muitos especialistas e a linguagem da matéria é bem densa, o que exige do leitor um nível médio de compreensão.
16.	Tom do noticiário:
	Totalmente desfavorável as políticas de cotas, atacando inclusive os argumentos daqueles que são favoráveis.
B.	Roteiro – Classificação das matérias/ Análise de discurso
17.	Efeito de verdade – Parcialmente presente: apresenta dados estatísticos sem clareza das fontes, usam das falas de inúmeros especialistas, contrários às políticas de cotas, para reforçar seus argumentos, e traz à tona apenas a opinião de um estudante (supostamente vítima do sistema de cotas).
18.	Efeito de inchaço – Presente, a revista trata do tema inúmeras vezes com o mesmo discurso: fim da meritocracia, segregação racial, discriminação, entre outros.
19.	Efeito de actancialização – São definidos os atores, principalmente uma série de especialistas, que opinam contrariamente à política de cotas, também é exposta a fala do cidadão vítima e de membros do governo. Ver exemplos retirados dos textos em efeitos perversos de dramatização abusiva.
20.	Efeito de amálgama – Presente: em todo texto há menções que dramatizam os efeitos das políticas de cotas, são expressões ou formas simplificadoras capazes de atingir o imaginário do leitor:
	“Em todos os tempos históricos e geográficos, o critério racial como balizador de políticas públicas produziu favoritismo e abuso de poder. Essa maldição foi magistralmente materializada no famoso desabafo de um funcionário nazista exasperado com a vagueza dos critérios instituídos para separar arianos de judeus: "Na Alemanha, judeu é quem Goebbels (<i>ministro da propaganda</i>) diz que é judeu".”
21.	Efeito interpretativo – Presente: uma série de frases que inclinam-se mais para saberes de crenças do que para dados empíricos, apelando assim para uma reação avaliativa do leitor. Ver exemplos retirados dos textos em efeitos perversos de dramatização abusiva.
22.	Efeito de rumor ou boato – Presente: associam o insucesso das cotas em outros países com o possível insucesso no Brasil, ligam a ideia de cotas com a noção de racismo e mesmo nazismo, e afirmam que os níveis das universidades irão cair, pois não haverá mais ingresso de “bons” alunos (argumento baseado na ideia de meritocracia). Ver exemplos retirados dos textos em efeitos perversos de dramatização abusiva.

23. Efeito de incorporação do enunciado – Presente: assimilam a fala de inúmeros especialistas ou a usam para reforçar seus argumentos.
24. Efeito de dramatização – Presente: apelam para o imaginário do leitor, dramatizando a questão das cotas raciais. Ver exemplos retirados dos textos em efeitos perversos de dramatização abusiva.
25. Fenômeno da logocracia – Presente: há vários comentaristas, especialistas, ligados ao âmbito universitário, falando midiaticamente.
26. Psicologização da explicação – Presente: os eventuais culpados são os responsáveis pelo projeto: Governo Federal (PT) e Senado.
C. Considerações pontuais:
a) presença de uma argumentação em forma de gangorra. Porém atacam através de “comentários” os argumentos daqueles que são favoráveis às políticas de cotas.
b) argumentação baseada no engajamento moral/distanciamento moral. Utilizam tanto de crenças moralizantes quanto de dados estatísticos para atingir o imaginário do leitor.
c) manifestação de desapontamento/frieza.
d) argumentos baseados em crenças//argumentos baseados em conhecimentos científicos.
e) Referências ao establishment (governo federal e senado)
f) cidadão vítima/reivindicador/testemunha
D. Considerações finais: Houve efeitos perversos de dramatização abusivas? Criou-se um simulacro da democracia?
Sim, há uma série de frases que apelam para o imaginário do leitor, construindo uma possível segregação meritocrática, social, econômica e mesmo racial no país, de acordo com a revista, caso o sistema de cotas venha a ser aprovado como legal no Senado Federal:
1 - “Se aprovado, o projeto dará uma de cada duas vagas nas federais a alunos cujo passaporte de entrada não foi o mérito acadêmico, mas a cor da pele. Isso é bom?”
2 - “Se ele for aprovado, metade dos calouros terá acesso à universidade usando como passaporte de entrada o vago e cientificamente desacreditado conceito de raça. Adeus ao mérito individual. Com ele se despedem também a produção de conhecimento e o avanço acadêmico.”
3 - “Diz Leão Alves, do movimento Nação Mestiça: "Não apoiar as cotas, como é o meu caso, significa abrir mão de financiamentos e cargos públicos".”
4 - “É ingênuo pensar que o progresso social se acelera quando o estado inverte o sinal de modo que um grupo racial historicamente derrotado possa, finalmente, triunfar sobre seus algozes. Isso produz mais ódio.”
5 - “A guisa de reparar uma injustiça coletiva histórica e socialmente definida, entroniza-se por lei uma discriminação indelével que recai sobre cada indivíduo tendo como base certos caracteres físicos que se aceitam como definidores de sua raça.”
6 - “Resumiu o juiz Anthony Kennedy em um voto sobre as ações afirmativas: "Preferências raciais, quando corroboradas pelo estado, podem ser a mais segregacionista das políticas, com o potencial de destruir a confiança na Constituição e na ideia de igualdade”
7 - “Impor cotas raciais por lei pode ir contra o bom senso e contra a realidade brasileira, acirrando divisões apenas embrionárias na sociedade.”
8 - “Ela pune o esforço individual e cria uma casta de "profissionais das cotas", cuja maioria pode até ser muito bem aceita em empregos de segunda linha, mas, certamente, será discriminada no preenchimento de postos de trabalho mais bem pagos e com

exigências curriculares impecáveis.”

9 - “Para os que são preteridos, como o estudante gaúcho Getúlio Ost, 18 anos, fica a frustração. “Consegui uma boa nota no vestibular, mas meu esforço não valeu de nada”, diz ele, que perdeu a vaga na Universidade Federal do Rio Grande do Sul para um cotista.”

Roteiro – Classificação das matérias/ Análise de conteúdo	
1.	Veículo/Revista: Veja
2.	Grupo:
3.	Data: 02 de setembro de 2009
4.	Assunto principal: Racismo e Cotas
5.	Tipo de texto: Argumentativo
6.	Localização: http://veja.abril.com.br/020909/queremos-dividir-brasil-p-88.shtml
7.	Tamanho do Texto: 7 páginas
8.	Título: Queremos dividir o Brasil?
9.	Subtítulo: “Não”, é a resposta que resulta da leitura de <i>Uma Gota de Sangue</i> , de Demétrio Magnoli, um livro ambicioso que investiga as origens ideológicas das cotas raciais.
10.	Imagem - Quantidade: 5 - Descrição:
a.	1º - Capa do Livro de Magnoli “Uma gota de Sangue”
b.	2º - Pessoas e policiais em protesto na Índia. Legenda: LUTA DE CASTAS/Polícia reprime protesto de gujares, na Índia, em junho de 2008. O grupo étnico pediu para ser rebaixado no sistema de castas para ganhar cotas no serviço público
c.	3º - Duas fotos uma ao lado da outra, de duas mulheres negras.
d.	4º O AUTOR: Magnoli diz que os defensores das cotas querem criar um racismo de massas no Brasil
e.	5º Diagrama ilustrativo “Um país de Mestiços, com dados sobre a carga genética dos brasileiros em diferentes regiões do país.
11.	Quais tópicos ocupam qual proporção das notícias?
a.	Cotas geram discriminação
b.	Políticas afirmativas são ruins
12.	Quais as fontes:
a.	Mia Couto, escritor moçambicano;
b.	Demétrio Magnoli, sociólogo;
c.	Sérgio Pena, geneticista;
d.	Sabynne Chistina Silva Regis, veterinária;
e.	Leão Alves, secretário-geral da ONG Nação Mestiça;
f.	Kwame Anthony Appiah, especialista em estudos afro americanos da Universidade de Princeton, no EUA.;
g.	Mariama da Silva, biólogo.
	Fonte reverenciada: Uma Gota de Sangue de Demétrio Magnoli
13.	Quantas vezes essas fontes são mencionadas?
a.	2 vezes: Mia Couto, escritor moçambicano
b.	8 vezes: Demétrio Magnoli, sociólogo; Sérgio Pena, geneticista
c.	7 vezes : Livro <i>Uma Gota de Sangue</i> de Demétrio Magnoli
d.	2 vezes: Sérgio Pena, geneticista

e.	3 vezes: Sabyne Chistina Silva Regis, veterinária
f.	2 vezes: Mariama da Silva, Bióloga
14.	Quais são as provas? Opinião dos especialistas mencionados anteriormente e os dados históricos contidos no Livro de Demétrio Magnoli.
15.	Qual o nível de compreensão da linguagem?
	Médio - o número de especialistas exige do leitor um pouco de conhecimento (biológico e social) sobre os dados relatados
16.	Tom do noticiário:
	Desfavorável a reserva de vagas para negros nas universidades públicas brasileiras.
D.	Roteiro – Classificação das matérias/ Análise de discurso
17.	Efeito de verdade: Parcialmente Presente – a ênfase dada aos estudos de Demétrio Magnoli e a seu livro que aborda questões históricas e sociais das políticas de reserva de vagas para negro, mais os relatos de geneticistas e casos isolados de “vítimas” das bancas responsáveis por selecionar alunos para preencher as reserva de vagas para cotistas, dão a notícia um tom de veracidade, quando na verdade ela está enviesada, apontando apenas discursos desfavoráveis ao sistema de cotas.
18.	Efeito de inchaço: Citações de fontes repetidas, repetição dos mesmos argumentos desfavoráveis às políticas de cotas, dão a revista um tom de inchaço nas suas publicações sobre o tema Cotas.
19.	Efeito de actancialização: Presente – são definidos os atores reivindicadores e testemunhas que juntamente com a mídia dramatizam os efeitos das políticas afirmativas: “ <i>Uma Gota de Sangue</i> , de Demétrio Magnoli, contribui para que se responda: não, não e não.” E “Resposta correta para conseguir a vaga: sim”
20.	Efeito de amálgama: Presente - utilizam de expressões simplificadoras e dramatizantes que são suscetíveis de atingir o leitor.
21.	Efeito interpretativo: Presente – valores baseados em crenças e em julgamentos morais “...ocorre quando um estado se mete a catalogar a população segundo critérios raciais com o objetivo de, a partir deles, elaborar políticas públicas: pouco a pouco, os próprios cidadãos passam a acreditar naquela divisão e se veem obrigados a defender interesses de gueto.”
22.	Efeito de rumor ou boato: Presente, “No livro de Magnoli, emerge como um desvio estranho a tentativa de instituir uma classificação oficial de raças no Brasil, país cuja identidade nacional foi construída sobre a ideia da mestiçagem”, “O Brasil foi construído sobre total segregação”.
23.	Efeito de incorporação do enunciado: Presente – vinde efeitos anteriores
24.	Efeito de dramatização: Presente – o próprio título coloca um efeito dramatizante de “apartheid”: “Queremos dividir o Brasil?” e a revista já se posiciona em prol dos direitos democráticos: “ <i>Uma Gota de Sangue</i> , de Demétrio Magnoli, contribui para que se responda: não, não e não.”
25.	Fenômeno da logogracia: Presente: são chamados atores do espaço público para falar na revista (especialistas).
26.	Psicologização da explicação: Sim, “O problema é quando o estado cria e impõe um rótulo às pessoas.” E “ <i>Uma Gota de Sangue</i> alerta para o que ocorre quando um estado se mete a catalogar a população segundo critérios raciais com o objetivo de, a partir deles, elaborar políticas públicas: pouco a pouco, os próprios cidadãos passam a acreditar naquela divisão e se veem obrigados a defender interesses de gueto.”
E.	Considerações pontuais:
a)	presença de uma argumentação em forma de gangorra.

b) argumentação baseada no engajamento moral.
c) manifestação de desapontamento.
d) argumentos baseados em crenças e argumentos baseados em conhecimentos científicos.
f) cidadão vítima: Sabyne Chistina Silva Regis, veterinária, perdeu a bolsa por não apresentar nenhuma situação de preconceito.
F. Considerações finais: Houve efeitos perversos de dramatização abusivas?
Sim, “Resposta correta para conseguir a vaga: sim” e “ <i>Uma Gota de Sangue</i> , de Demétrio Magnoli, contribui para que se responda: não, não e não.”
G. Criou-se um simulacro da democracia?
Sim, apresentou-se somente um ponto de vista, a opinião daqueles que são desfavoráveis ao sistema de cotas raciais nas universidades públicas brasileiras.